

Juanito Ornelas de Avelar

**DINÂMICAS MORFOSSINTÁTICAS
COM *TER*, *SER* E *ESTAR*
EM PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Lingüística
do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp
como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Lingüística**

Orientador:

Prof. Dr. Jairo Morais Nunes (IEL/UNICAMP)

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Evani Viotti (FFLCH/USP)

Prof. Dr. Rodolfo Ilari (IEL/UNICAMP)

**Instituto de Estudos da Linguagem
Universidade Estadual de Campinas
Março / 2004**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jairo Morais Nunes (IEL-UNICAMP)
orientador

Prof. Dr. Rodolfo Ilari (IEL-UNICAMP)

Prof. Dr. Evani de Carvalho Viotti (FFLCH-USP)

Prof. Dr. Maria Filomena Spatti Sândalo de Sá Porto (IEL-UNICAMP)
(suplente)

HÁ MUITAS E MUITO POUCAS PALAVRAS. Por exemplo: pegamos um corpo. Se continuarmos a linha que sai do lado de fora de um dos pés (isto é, do ponto de vista do próprio corpo: o lado direito do pé direito ou o lado esquerdo do esquerdo) e vai pelo chão até o outro pé, teremos a palavra planeta, que inclui o corpo. Incluídos nesse corpo temos membros. Entre os membros pernas. Dentro das pernas pés. Nos pés dedos e nos dedos unhas. Mas se dissermos unhas podem ser das mãos. Se estiverem riscando um muro diremos atrito. Então podemos estar falando de fósforos, ou de pneus. De sexo, discussões ou condutores elétricos. Assim: Mesa e cadeira são duas palavras. Móveis é uma palavra só – Coisas que se movem. Mas não há palavra para dizer dois corpos encostados, ou uma mão segurando um punhado de terra ou duas mãos dadas com um tanto de terra entre elas; como há, por exemplo, a palavra jardim para designar o conjunto de terra e plantas; ou a palavra planta para expressar a soma da parte dessa parte do jardim que fica acima e da parte que fica abaixo da terra. Com raiz bulbo folha talo ramo galho tronco fruto flor pistilo pólen dentro. Mas se não quisermos dizer planta podemos dizer pé. E a sola do pé chamaremos de planta. Sobre o solo. Assim como dizemos planta para o pé diremos palma. Para a mão. Folha da palmeira. E se não quisermos dizer planeta podemos dizer terra. Ou isso. Mas se ele não estiver por perto não podemos chamá-lo de isso.

Arnaldo Antunes

Para
MARÍLIO E NILDECIR,
in memoriam

AGRADECIMENTOS

A FAPESP, pelo financiamento a essa pesquisa;

a JAIRO NUNES, pela dedicação, desempenho e solicitude na orientação deste trabalho. Sem a sua genialidade, teria sido impossível enxergar a parte submersa do iceberg...

a EVANI VIOTTI, não apenas pela participação na banca de avaliação, mas por oferecer à comunidade um dos trabalhos mais instigantes sobre as construções existenciais em português;

a RODOLFO ILARI, pelas observações valiosas (e incômodas para os limites de um sintaticista) como membro da banca de qualificação e defesa deste trabalho;

a FILOMENA SÂNDALO, pela participação na banca de avaliação deste trabalho;

a DINAH CALLOU, com quem trabalho há sete anos. São dela as primeiras idéias que permitiram o desenvolvimento desta investigação;

a MARIA EUGÊNIA DUARTE, por seu apoio e incentivo, que perduram desde os primeiros tempos da iniciação científica;

a MARY KATO, pelas contribuições que permitiram enriquecer a dissertação;

a CHARLOTTE GALVES, pelas aulas e conversas (ainda que rápidas) de corredor, que ajudaram a construir alguns dos pilares deste estudo;

a ROSE, CLÁUDIO e demais funcionários do Departamento de Linguística, não apenas pela postura sempre solícita, mas sobretudo pela competência profissional, que vem contribuindo para a manutenção da qualidade dos serviços oferecidos por este Instituto;

a JOCYARE, MARINALVA, NELI, SIMONE e TELMA, pela amizade nesses dois anos de Campinas. Cada uma merece mais do que um parágrafo... O que vivemos nestes dois anos (e o que ainda vamos viver) não cabe nos agradecimentos desta dissertação;

aos amigos da sintaxe e áreas afins: FLAVIANE, CRISTIANE, SÍLVIA, BRENDA, JÉSSICA, CINTHIA, CRISTINA, ÉRICA, MARINA, IRÊ, MANOEL, LURDINHA, ALBA, ANA PAULA, ADRIANA, ANA CLÁUDIA e outros que, porventura, eu tenha me esquecido de mencionar. Vida longa à Sintaxe!

a EDVANIA, CÂNDIDA, DANIEL, MÔA, CÍNTIA, KASSANDRA, JORGE, VALDEREZ, GRAZIELA, JULIENE, CRISTIANE, CLÁUDIA, RUBER, ELENITA e tantos outros, pela descontração que tornaram esses dois anos em Campinas ainda mais agradáveis.

a DONA DINÁ, minha *avó-mãe*, e à SANDRA, minha *mãe-mãe*, as pessoas que eu mais amo neste mundo, pelo cuidado que se multiplicaram nestes dois anos, mesmo à distância. E à JUANA e JOSÉ MACHADO, pessoas a quem eu devo muito do que tenho e sou. E é claro: a DIRCILÉIA, ELISA, MARÍLIA, MAURÍLIO, MÁRIA, MYCHELLE, DAIANA, PAULINHA, JUAN, VITÓRIA, CLARINHA, CLARISSE e PAULINA, minha *família*, pelo carinho com que sempre me acolheram.

a DONA DORINHA, pela acolhida generosa (sem esquecer dos almoços de fim-de-semana) com que sempre me recebe em sua casa;

e a ROGÉRIO, um lingüista-enrustido, que deu algumas das dicas diretivas para a elaboração deste trabalho. Um universo inteiro de palavras ainda seria mínimo! A ele, *todo amor que houver nessa vida...*

Concentrando-se em sentenças copulativas, possessivas e existenciais do português brasileiro, esta dissertação propõe que *ter*, *ser* e *estar* são obtidos a partir de operações morfossintáticas aplicadas sobre um feixe de traços formais comum entre os três verbos. Os pressupostos assumidos são os da Teoria de Princípios e Parâmetros, em sua versão minimalista (Chomsky 1995), bem como os do arcabouço teórico da Morfologia Distribuída, nos termos gerais de Halle & Marantz (1993). A hipótese explorada é a de que as sentenças possessivas e copulativas são geradas através de procedimentos sintáticos efetuados sobre a base que forma a sentença existencial. O feixe de traços associados ao verbo existencial, condensados no complexo $v+T$, acessa a entrada vocabular para a obtenção de *ter*, no componente morfológico. A combinação desses traços a categorias funcionais diversas, dentro de configurações sintáticas específicas, resulta na realização dos demais verbos: o traço D associado a $v+T$ permite acessar a entrada vocabular de *estar*; a categoria Top pode se associar aos traços formadores de *estar* para realizar o verbo *ser*; a preposição abstrata *Poss* (Freeze 1992; Kayne 1993; Harley 2001) se amalgama ao complexo $v+T+D$ para realizar o verbo possessivo, que corresponde, em português brasileiro, a uma forma idêntica à do verbo existencial. A investigação procura relacionar certos fatos semânticos demonstrados pelas copulativas, possessivas e existenciais à natureza do feixe de traços que vai compor os seus verbos. A categoria D, por exemplo, deve ser a responsável pela codificação de informações associadas à interpretação episódica manifestada no conteúdo de grande parte das construções com *estar*; a categoria Top intermedeia relações apositivas com interpretação *individual level*, presente nas copulativas com *ser*; o núcleo *Poss* pode efetivar, no interior de DPs, relações como POSSUIDOR-POSSUÍDO, TODO-PARTE, EXPERIENCIADOR-EXPERIÊNCIA, também observadas entre sentenças possessivas com *ter* e o composto *estar com*.

PALAVRAS-CHAVE: português brasileiro; Programa Minimalista; morfossintaxe; construções existenciais; construções possessivas; construções copulativas.

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: Paralelismos temáticos	
1.1 Introdução	9
1.2 Paralelismos temáticos entre construções com <i>ter</i> , <i>ser</i> e <i>estar</i>	15
1.3 O verbo possessivo e a preposição abstrata.....	21
1.3.1 <i>Have</i> : incorporação a <i>be</i> -existencial.....	21
1.3.2 Possessivas, existenciais e relações PARTE-TODO.....	24
1.3.3 <i>Double object constructions</i> e interpretação possessiva.....	27
1.3.4 Sumário.....	33
1.4 Uma base existencial para as construções com <i>ser</i> e <i>estar</i>	33
1.4.1 <i>Ter</i> -existencial e <i>estar</i>	36
1.4.2 <i>Ter</i> -existencial e <i>ser</i>	41
1.4.3 Efeito de definitude e verbos monoargumentais.....	43
1.5 Um modelo morfossintático para a obtenção de <i>ter</i> , <i>ser</i> e <i>estar</i>	45
1.5.1 Operações morfológicas e checagem de traços.....	45
1.5.2 Condições de adjacência.....	52
1.5.3 Complexos de traços para <i>ter</i> , <i>ser</i> e <i>estar</i>	55
1.6 Sumário.....	60
CAPÍTULO 2: Sentenças existenciais e paráfrases estativas	
2.1 Introdução.....	61
2.2 O constituinte locativo	65
2.2.1 O <i>status</i> do locativo no interior da coda.....	65
2.2.2 <i>Ter</i> -existencial e <i>ter</i> -possessivo.....	69
2.2.3 Ambigüidade estrutural.....	77
2.2.4 <i>Small clauses</i> locativas.....	83
2.2.5 Sumário.....	90
2.3 Paráfrases estativas para as construções existenciais.....	90
2.4 A posição de sujeito e as possibilidades de configuração da coda.....	93
2.4.1 A posição de sujeito nas existenciais.....	96
2.4.2 Sobre a arquitetura do DP.....	99
2.4.3 A derivação das estativas a partir das existenciais.....	102
2.4.4 Inversão locativa.....	120
2.5 Sumário.....	123
CAPÍTULO 3: Sentenças possessivas	
3.1 Introdução.....	125
3.2 Constituintes nominais possessivos	131
3.2.1 A preposição <i>de</i> em DPs possessivos.....	132
3.2.2 Pronomes possessivos.....	136
3.2.3 Sobre a preposição <i>com</i>	146
3.2.4 Sumário.....	150
3.3 As sentenças possessivas.....	150
3.3.1 Possessivas e referência.....	151
3.3.2 Adjacência entre <i>v</i> e Poss.....	157

3.4 Paralelos entre <i>ter</i> e <i>estar com</i>	164
3.5 Possessivas, existenciais e indeterminação.....	170
3.5.1 <i>Você</i> genérico.....	170
3.5.2 Caráter episódico.....	171
3.5.3 Sujeitos locativos.....	173
3.5.4 Indeterminação do sujeito	174
3.6 Sumário.....	179
CAPÍTULO 4: Sentenças copulativas	
4.1 Introdução.....	181
4.2 Cópula e predicação.....	185
4.2.1 A cópula como um verbo de alçamento.....	186
4.2.2 Argumentos, predicados e referencialidade.....	188
4.2.3 Cópula, dêixis e definitude.....	195
4.2.4 Sumário.....	199
4.3 Tópico, relações apositivas e cópula.....	199
4.3.1 Sobre TopP.....	202
4.3.2 Restrições sobre DPs quantificados.....	203
4.3.3 Do verbo existencial ao copulativo.....	207
4.3.4 A natureza categorial do predicado copular.....	220
4.3.5 Sumário.....	228
4.4 Sobre a terceira cópula.....	228
4.5 A cópula pronominal.....	233
4.6 Sumário.....	237
CONCLUSÃO	239
REFERÊNCIAS	245

INTRODUÇÃO

Esta investigação se inscreve entre os estudos que procuram estabelecer as propriedades de construções copulativas, possessivas e existenciais dentro de uma abordagem unificada. À luz da sintaxe gerativa, a proposta de Lyons (1968) é a que primeira se destaca na tentativa de elaborar uma mesma base derivacional para as construções do chamado paradigma locativo, que reúne as possessivas, as existenciais e as especificamente locativas. Fora do modelo gerativo, mas com igual alcance entre os estudos nesse campo, destaca-se o trabalho de Benveniste (1972), para quem o verbo possessivo deve suportar a mesma natureza funcional do copulativo. Seguem propostas como as de Clark (1978), Freeze (1992), Szabolcsi (1994), Kayne (1994) e Hornstein *et al.* (2002), dentre outras, nas quais se procura caracterizar pelo menos dois dos tipos sentenciais em questão a partir de um tratamento unificado. Mesmo em abordagens que elegem um determinado tipo, é comum considerar paralelamente as propriedades de, pelo menos, um dentre os demais padrões. Heine (1997), por exemplo, tangencia as estruturas copulativas e existenciais para caracterizar as construções possessivas em diversas línguas. Ouhalla (1998) analisa as sentenças possessivas do árabe marroquino, estabelecendo paralelos entre estas e as copulativas e possessivas do amárico, do francês e do inglês. Viotti (1999) trata das existenciais em português brasileiro, relacionando suas propriedades às observadas entre sentenças possessivas, dadas as similaridades evidentes entre as duas construções nessa língua.

Assumindo a versão minimalista (Chomsky 1995) da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky & Lasnik 1993), este estudo se concentra sobre as construções copulativas, possessivas e existenciais do português brasileiro, defendendo que os três tipos sentenciais podem ser teoricamente descritos como resultantes de operações aplicadas sobre uma mesma base estrutural. Com relação aos estudos supracitados, o que aqui se pode apontar como uma diferença são os dispositivos analíticos empregados para explicar os mecanismos que permitem a ocorrência de formas verbais diferenciadas – *ter* nas existenciais e possessivas, e *ser* e *estar* entre as copulativas. Para as línguas que dispõem de um verbo inerentemente possessivo, costuma-se assumir que sua realização se deve à incorporação de uma categoria abstrata ao item copular (por exemplo, Freeze 1992, Kayne 1993, Longa, Lorenzo & Rigau 1998). Em tal quadro, formas como *have* do inglês e *avoir* do francês vão ser derivadas pela incorporação de uma categoria determinada a *be* e *être*, respectivamente. Vamos igualmente propor que *ter*, *ser* e *estar* em português brasileiro são obtidos por operações aplicadas sobre uma forma verbal básica, num

sentido que iremos precisar. Vale de antemão considerar algumas implicações dessa abordagem, antes de apontar o que tomamos como diferencial neste trabalho.

Que a noção de incorporação tomada em alguns dos estudos citados deveria apresentar uma caracterização morfo-fonética é inegável. Contudo as propostas para a obtenção de algo como *have* a partir de *be* ficam circunscritas à dimensão sintática. Reporta-se a um processo que transforma uma forma da língua, com um contorno morfológico específico, numa outra forma que detém um contorno igualmente específico, mas inteiramente diferente do primeiro. Considerando o caso do inglês, por exemplo, em propostas como as de Kayne (1993) e Hornstein *et al.* (2002), argumenta-se que a forma *have* consiste num *be* transformado após ser incorporado a uma categoria híbrida entre determinante e preposição/complementizador. Seria interessante vermos elucidadas algumas peculiaridades desse processo, o que nenhum dos autores promove a fundo, provavelmente pelas limitações do modelo teórico adotado: qual é a *natureza* do que se convencionou chamar de incorporação, operação que integra uma categoria abstrata a uma forma verbal e permite obter uma outra forma que em nada lembra, pelo menos em termos morfológicos, as duas categorias integradas? Por *natureza*, estamos nos referindo aos mecanismos de efetivação, bem como a motivação para o desencadeamento do processo. Kayne e Hornstein *et al.* procuram estabelecer, pelo menos, os fatores do desencadeamento: a incorporação de uma categoria à cópula vai permitir que operações de movimento necessárias à derivação da sentença possessiva sejam legitimadas. Tal assunção dá margem a considerarmos que uma sentença possessiva resulta, em parte, da incorporação efetivada, mas o quadro ideal nos parece exatamente o contrário: a incorporação e a realização de um verbo diferenciado devem ser um dos resultados, e não uma das causas, dos mecanismos que permitem gerar uma construção possessiva. O que postular para aquelas línguas em que o verbo possessivo apresenta a mesma forma que a do verbo copulativo, aparentemente indicando não ter havido qualquer processo de incorporação? Se essas línguas dispõem de sentenças com interpretação possessiva, sem qualquer verbo exclusivamente possessivo em seu sistema, não deve ser a incorporação o procedimento gerador da construção de posse a partir da cópula, a não ser que as línguas naturais disponham de um comportamento parametrizado para configurar suas possessivas. Se for este o caso, somos obrigados a assumir que algumas línguas naturais, entre as quais se incluiria o inglês, vão deixar para a sintaxe a tarefa de construir não somente a sentença, mas também o próprio significado de posse, fato cuja explicação nos parece um complicador para sustentar a hipótese de que a expressão de posse deriva da expressão copular.

Além disso, não existe qualquer indício morfológico de *be* em *have* que nos faça evidenciar a metamorfose de um em outro. Os argumentos para a tese da incorporação vão recair sobre propriedades de caráter semântico-pragmático e sintático exibidas pelas construções com os dois verbos, como o esvaziamento semântico de ambos, o compartilhamento dos mesmos constituintes e o paralelismo temático entre algumas sentenças com um e outro item. Não se apresentam evidências morfológicas para justificar a incorporação, a não ser a ocorrência de uma forma diferente da cópula. Falta, portanto, o que poderia ser uma prova física para evidenciar a transformação do copulativo no possessivo quando incorporado a uma dada categoria. Por exemplo, digamos que o verbo possessivo do inglês consista do copulativo incorporado à forma *in* ou ao marcador genitivo *'s*. O que poderia ser uma prova material da incorporação seria a ocorrência de algo como *inbe* ou *bein*, no caso de a preposição ser o item incorporado, ou *be's* ou *s'be*, para o caso de a incorporação contar com o genitivo. O resultado, sabemos, não é esse.

Se atentarmos para o fato de que muitos dos trabalhos em que se assume a hipótese da incorporação adotam um modelo derivacional lexicalista, a questão fica ainda mais intrincada. Num aparato lexicalista, o sistema computacional deve contar com informações fonéticas desde o início da derivação e, sob essa restrição, tem de alterar o material fonético de uma forma como *be* e transformá-la em algo como *have*, modificando o arranjo inicial de itens lexicais. Não é o caso de tachar essa alteração como um dispositivo computacional impossível, mas asseverar que as teorias defensoras da incorporação poderiam indagar acerca do processo de transformação em si mesmo, evidenciando como a alteração de *be* para *have* se implementa. De uma forma geral, a realização de categorias distintas numa única forma através de incorporação e outros processos similares guardam uma evidência material: por exemplo, a contração da preposição e do artigo em português ou a necessidade de um clítico se juntar a uma dada forma da sentença para apresentar condições de realização; ou, ainda, as diversas marcas flexionais associadas a tempo, modo, número e pessoa que podem se agregar a uma forma substantiva, compondo a categoria que chamamos de verbo. Para o caso de *have* e *be*, não existem evidências desse tipo.

A falta de evidência morfológica dentro de um quadro lexicalista assoma, portanto, como um dos principais problemas empíricos para tratar a obtenção do verbo possessivo a partir do copulativo. É em torno dessa questão que a abordagem ora desenvolvida traz uma novidade. Mesmo sem qualquer evidência material para o fenômeno, vamos defender que os verbos possessivos, copulativos e existenciais derivam de uma mesma forma básica, conseqüência direta de as construções de posse, estado e existência se originarem de uma base comum. Se tomarmos um dos pontos do modelo teórico que se vem convencendo chamar de Morfologia Distribuída,

nos termos de Halle & Marantz (1993), a necessidade de uma prova material para confirmar a incorporação é minimizada. Um dos pressupostos relevantes desse quadro é o de que não existe informação fonética sendo manipulada ao longo do sistema computacional, mas apenas traços formais. Os itens vocabulares são inseridos no sistema apenas na interface fonológica, após os procedimentos sintáticos necessários à formação da sentença terem sido implementados. O material fonológico vai ser acessado por meio de um arquivo com entradas vocabulares correspondentes ao conjunto dos traços presentes nos nós terminais resultantes da sintaxe. Nestes termos, a entrada vocabular correspondente a [COPULATIVO] é diversa da entrada vocabular correspondente a [COPULATIVO+PREPOSIÇÃO]. Para o caso do inglês, [COPULATIVO] acessa uma entrada vocabular que dispõe dos traços para a realização de *be*; [COPULATIVO+PREPOSIÇÃO], que consiste numa combinação de traços diversa à primeira, embora com parte de traços formais em comum, deve acessar a entrada vocabular com informações fonéticas para a realização de *have*. Dentro dessa proposta, a incorporação não deve envolver qualquer processo de alteração fonética ou morfológica, uma vez que é efetivada quando as informações sobre a forma do item vocabular ainda não estão presentes na estrutura. Em outras palavras, se assumirmos o quadro da Morfologia Distribuída, não vai haver combinação de formas distintas para compor uma nova forma, mas a reunião de traços exclusivamente formais, associados a interpretações semânticas específicas, cuja resultante vai estar associada a uma ou outra entrada vocabular.

A idéia proposta por Benveniste (1972) de que *être* e *avoir* consistem em formas diferenciadas por um acidente pode ser traduzida como segue. Se [COPULATIVO] ou [COPULATIVO+PREPOSIÇÃO] vão dispor de entradas vocabulares com informações fonéticas diferenciadas ou não é uma particularidade característica do acervo vocabular de cada língua, e não a algo necessariamente ou exclusivamente radicado, por exemplo, em propriedades da Gramática Universal. Que uma língua não apresente um verbo inerentemente possessivo pode resultar de a sua organização frasal não permitir a incorporação dos traços de uma categoria relevante ao verbo copulativo. Assim, não haverá nessa língua qualquer entrada vocabular que corresponda à combinação [COPULATIVO+PREPOSIÇÃO]. Ou, tomando outra hipótese, se essa entrada existir, nunca poderá ser acessada, uma vez que não haverá qualquer nó ou conjunto de nós resultante da computação sintática que disponibilize essa combinação. Considerando ainda outra possibilidade, uma determinada língua pode não dispor da preposição relevante para se juntar aos traços da cópula, tendo de se valer de outros mecanismos morfossintáticos para veicular a expressão possessiva. Portanto, à luz da Morfologia Distribuída, o que Benveniste

considera um acidente vai corresponder a singularidades do acervo vocabular de uma determinada língua.

O quadro não lexicalista se apresenta então como mais adequado para explorar a hipótese de obtenção do possessivo a partir do copulativo. Em vez de partirmos para a elaboração de técnicas sem prova morfológica para sustentar a incorporação, podemos nos ocupar, por exemplo, das informações semânticas codificadas nos diferentes morfemas abstratos que vão permitir, em português brasileiro, a realização de três formas verbais diferenciadas. As questões que tomamos como diretivas para a investigação são as seguintes: (a) se copulativas, possessivas e existenciais resultam de uma mesma base estrutural, como essa base se configura? (b) qual a natureza das operações aplicadas a essa base, permitindo a ocorrência de diferentes tipos sentenciais? (c) qual a natureza das categorias que sofrem a suposta incorporação? A questão-chave vai se concentrar em torno dos padrões morfossintáticos associados à ocorrência de formas verbais distintas: se resultam de um mesmo esquema, como esses três tipos sentenciais vão ser realizados com a presença de formas verbais diferenciadas? Associemos o esquema em (1) às construções em (2) abaixo, por ora sem maiores discussões.

- (1) [_{PredP} [muitos líderes da Europa] [a favor da política de Bush]]
- (2) a. Tem muitos líderes da Europa a favor da política de Bush.
b. A Europa tem muitos líderes a favor da política de Bush.
c. Muitos líderes da Europa são a favor da política de Bush.
d. Muitos líderes da Europa estão a favor da política de Bush.

Estritamente, o que se quer saber é como a ocorrência do sujeito de PredP em (1) acima, resultando em (2c)-(2d), está relacionada à ocorrência de *ser* e *estar*, respectivamente; igualmente, como a ocorrência de *a Europa*, na posição de sujeito em (2b), está relacionada com a implementação do verbo que integra a relação possessiva. Vamos também nos perguntar por que a aparente manutenção da estrutura de (1) em (2a) resulta na interpretação existencial e na realização de um verbo idêntico ao possessivo em português.

No capítulo 1, destacamos estudos que seguem a tese de Freeze (1992) em torno da obtenção do verbo possessivo a partir da incorporação de uma preposição abstrata à cópula. Kayne (1993,1994) desenvolve uma abordagem que tomamos como ponto de partida para as análises posteriores: a construção possessiva do inglês vai ser obtida a partir de operações aplicadas sobre constituintes internos a um DP tomado como complemento de *be*-existencial. Uma dessas operações vai resultar na associação de um item funcional do DP à cópula, permitindo a obtenção da forma possessiva. Também abordamos os estudos de Uriagereka (2002)

e Hornstein, Rosen & Uriagereka (2002), que tratam de interpretações possessivas e locativas veiculadas pelas existenciais. O ponto relevante desses dois estudos para os nossos objetivos é a tentativa de obter as sentenças possessivas a partir de constituintes não-verbais que portem em seu interior uma relação de posse. Ocupamo-nos ainda da proposta de Harley (2001), que fornece uma evidência independente para a existência de uma preposição abstrata entre línguas que dispõem de um verbo inerentemente possessivo. Num segundo momento, apresentamos fatos do português brasileiro associados à relação entre ordem e definitude na organização das copulativas e existenciais. Mostramos que o observado nessa língua é similar ao apontado por autores como Clark (1978) e Freeze (1992) em outros sistemas: a realização de sujeitos indefinidos num esquema paralelo àquele esboçado em (1) está associada à ocorrência de construções existenciais; contrariamente, sujeitos definidos tendem a integrar os outros padrões sentenciais. Finalizamos o capítulo com a apresentação dos pressupostos da Morfologia Distribuída, nos termos de Halle & Marantz (1993) e Bobaljik (1995,1996).

No capítulo 2, analisamos as construções existenciais e suas paráfrases com o verbo *estar* em português brasileiro. Seguindo Viotti (1999), vamos considerar que a presença do traço D em T no sistema do português brasileiro é opcional. Se o complexo $v+T$, formado na sintaxe, não portar o traço D, a entrada vocabular acessada após *Spell-Out* é a de *ter*, correspondente ao verbo existencial. De outra forma, se T entra na estrutura com traço D ou se o complexo $v+T$ se amalgama à categoria D no componente morfológico, a entrada vocabular acessada é a de *estar*. Também discutimos o *status* do constituinte locativo no interior da coda, bem como assumimos a presença de traço de Caso partitivo no verbo existencial, seguindo a proposta de Belletti (1988).

No capítulo 3, abordamos as construções possessivas, procurando associar propriedades de constituintes não-verbais com marcação de posse às observadas em sentenças com o verbo *ter*. Para derivar a construção possessiva, vamos assumir que o verbo existencial toma como complemento um constituinte que abarca em seu interior uma preposição abstrata responsável pela fixação de relações como POSSUIDOR-POSSUÍDO, CONTROLADOR-CONTROLADO, EXPERIENCIADOR-EXPERIÊNCIA, TODO-PARTE e outras afins. Uma vez incorporada a $v+T+D$ no componente morfológico, a preposição determina o acesso à entrada vocabular correspondente ao verbo possessivo. Ainda nesse capítulo, analisamos a inserção do pronome *você* com referência genérica na posição de sujeito de construções com *ter*, propondo que esses casos são, na verdade, uma instância de marcação possessiva, e não existencial, contrariamente ao proposto em estudos como os de Duarte (1999) e Avelar & Callou (2000).

Finalmente, no capítulo 4, analisamos as construções com o verbo *ser*. Seguindo Heggie (1988), vamos considerar que as construções copulativas são sensíveis a uma hierarquia de referência na determinação do constituinte fixado como o predicado da sentença: constituintes menos referenciais, como os DPs indefinidos, são preferencialmente tomados como predicado. Para a formação da cópula, o feixe de traços em *v* se conecta a uma projeção que abarca uma relação apositiva, intermediada pelo núcleo Top. A associação de Top a *v*+T+D no componente morfológico é o que vai determinar a realização do verbo *ser*.

Nada vamos ter a dizer sobre o emprego de *ter* entre os tempos perfectivos do português, nem de sua realização entre as chamadas construções modais e temporais. Também não nos ocuparemos dos casos em que *ser* ocorre como a forma auxiliar em construções passivas, e nem de sua ocorrência no composto *ser...que*, caracterizador das construções de clivagem. Contudo abordaremos alguns casos em que *estar*, como um auxiliar, ocorre seguido de uma forma gerundiva, os quais serão relevantes para determinar algumas propriedades das construções existenciais, como veremos no capítulo 2. Acreditamos que as ocorrências específicas de *ter* e *ser* como auxiliares, bem como em outras formações que não iremos abarcar, estão atreladas à sua natureza funcional, determinada, pelo menos em parte, pelos procedimentos morfossintáticos que vamos defender nesta dissertação. Estudos como os de Clark (1978) e Ribeiro (1996), por exemplo, evidenciam uma relação entre o funcionamento desses verbos nos padrões sentenciais em que são especializados e a sua ocorrência como itens auxiliares. Dadas as razões impostas pelos limites deste estudo, a análise de tais casos ficará para uma etapa posterior da investigação.

Cabe ainda uma palavra sobre o emprego de *haver* em português brasileiro, bem como o porquê de estarmos deixando esse item de fora da análise. Embora *haver* ainda ocorra entre as existenciais, é inegável que *ter* seja o verbo prototípico para a expressão de existência no português brasileiro contemporâneo, ponto consensual entre falantes dos mais diversos dialetos desta língua. Estudos como os de Avelar & Callou (2000) revelam que, na modalidade oral do português brasileiro, o verbo *ter* é empregado em 73% das construções existenciais, com os 27% restantes abrangendo formas como *haver* e *existir*. Considerando apenas os falantes mais jovens na última década do século XX, na faixa entre 25 e 35 anos de idade, esse percentual chega a 98%. Considerando tal resultado, bem como o que qualquer observação sem maior rigor permite deprender, circunscrevemos nossa análise ao verbo *ter* entre as existenciais, mencionando *haver* apenas nos casos em que apontarmos um ou outro fato do português europeu, sistema em que o item consiste no verbo existencial canônico.

PARALELISMOS TEMÁTICOS

1.1 Introdução

Línguas de famílias diversas demonstram um comportamento bastante similar no que diz respeito às propriedades demonstradas por sentenças copulativas, possessivas e existenciais, o que torna o estudo dessas construções um programa profícuo para a busca de universais lingüísticos. As diferenças intersistêmicas estão restritas, em geral, à ordem dos constituintes dentro de uma ou outra construção e à quantidade e combinação das formas verbais empregadas para veicular os três padrões. As semelhanças vão ser bem mais proeminentes, conforme sugerem os estudos de Lyons (1968), Clark (1978) e Freeze (1992), dentre outros. Efeitos de definitude, por exemplo, podem determinar propriedades que vão estar associadas à organização de um ou outro tipo sentencial. A interpretação existencial parece depender da relação entre um constituinte indefinido e um marcador locativo. Já as estativas especificamente locativas tendem a associar uma expressão espaço-temporal a um constituinte definido. Quanto às possessivas, conforme atestam estudos como os de Ouhalla (1998) e Harley (2001), o comportamento vai depender de uma determinada língua reter em seu léxico um verbo inerentemente possessivo; quando tal verbo inexistir, o sistema tende a elaborar suas construções de posse ou sob o padrão existencial ou sob o padrão copulativo. Esse compartilhamento universal de propriedades específicas pode remeter a relações entre aspectos cognitivos radicados na mente humana e o componente gerador dos três tipos sentenciais – o componente sintático, propriamente dito. Em outras palavras, se a hipótese de que existe um *órgão mental* para a linguagem estiver correta (Chomsky 1995:167-168), é esperado que investigações em torno das expressões de cópula, posse e existência evidenciem características relevantes dessa faculdade humana.

Em termos mais estritos, o estabelecimento de um suporte universal pode ser aliado à idéia de que as construções copulativas, possessivas e existenciais são formadas a partir de um padrão subjacente em comum.¹ A expressão de posse, por exemplo, pode consistir na especificação de

¹ Costuma-se estender o termo *existencial* àquelas sentenças que realizam a chamada função apresentacional, que corresponderia a uma motivação discursiva associada à configuração sintática de certas construções. Junto às construções com o verbo *ter*, que focalizamos neste estudo, seriam incluídas entre as apresentacionais as construções com *acontecer*, *aparecer*, *chegar*, *existir*, *surgir* etc. Sintaticamente, essas construções apresentam em comum a possibilidade de ocorrência de um argumento nominal posposto ao verbo, num padrão similar ao das existenciais com *ter*. No âmbito semântico-discursivo, esses verbos integrariam construções que permitem introduzir ou apresentar um novo elemento no plano do discurso. Remetemos o leitor para o estudo de Franchi, Negrão e Viotti (1998), que desenvolvem uma discussão sobre a função discursiva desse conjunto de construções existenciais/apresentacionais em português brasileiro. De acordo com esses autores, “mais do que uma *predicação de*

um certo tipo de estado. A aceção de existência, por seu turno, pode estar no alicerce de expressões possessivas e copulativas. Benveniste (1972), observando línguas diversas, ressalta fatos que fortalecem essas teses. Em vez de recorrerem a uma forma especializada, muitas línguas vão empregar o copulativo ou o existencial nas predicções de posse. Por exemplo, o turco e o mongol, como em (1)-(2) abaixo, se valem do predicado de existência para construir suas possessivas, da mesma forma que o padrão das possessivas do latim, como em (3).

- (1) bir ev-im var (turco)
uma casa-minha é
 ‘Tenho uma casa’
- (2) nadur morin buy (mongol clássico)
de mim um cavalo é
 ‘Tenho um cavalo’
- (3) mihi est pecunia (latim clássico)
para mim é dinheiro
 ‘Tenho dinheiro’ (Benveniste 1972:213-214)

Sob uma visão funcionalista, Heine (1997) argumenta que as possessivas derivam sempre de um padrão sentencial específico, não havendo uma estrutura com função propriamente possessiva entre as línguas naturais. Dos esquemas predicativos reunidos pelo autor, dois revelam uma identidade direta com as sentenças locativas e existenciais: em (4), temos construções que partem de uma base existencial para veicular a expressão de posse, próximas àquelas em (1)-(3) acima; em (5), temos o esquema locativo, em que um predicado gramaticalizado com referência a partes do corpo remete à atribuição de posse.²

existência, suscetível de avaliação em uma semântica de valores de verdade, as CE's [construções existenciais] contêm uma *instrução* sobre o que compreender no universo do discurso e como compreendê-lo". Nesta dissertação, reservamos o termo *existencial* para demarcar exclusivamente a sentença construída com a versão impessoal do verbo *ter* em português brasileiro. Reconhecemos a inadequação do termo, uma vez que essas sentenças não apontam necessariamente para a fixação da existência de *algo*, num sentido de que esse *algo* seja um ente, integrante do mundo real, função que, em português, parece caber ao verbo *existir*. Este é, contudo, o termo cunhado na tradição dos estudos da língua portuguesa para designar o padrão sentencial que ora focalizamos.

Essa posição também se aplica aos tipos sentenciais que estamos chamando de *possessivos*. Estruturalmente, trata-se daquelas construções em que *ter* ocorre com um argumento interno e um argumento externo, num padrão superficialmente paralelo ao de verbos transitivos. Sabemos que nem todas as construções com *ter* exibem o sentido de posse propriamente dito, o que vamos discutir com mais detalhes no capítulo 3. Contudo mantivemos a designação *sentenças possessivas* para denominar as construções em que *ter* apresenta, superficialmente, uma disposição transitiva, independentemente do sentido *mais ou menos* possessivo que a sentença venha a demonstrar.

² Para Heine (1998:46-47), generalizações em torno da expressão possessiva nas línguas naturais são melhor capturadas em termos de propriedades proposicionais, e não propriedades lexicais. O autor distingue oito tipos de esquemas proposicionais para abarcar as possessivas entre as diferentes línguas, a saber: *action* (X takes Y), *location* (Y is located at X), *companion* (X is with Y), *genitive* (X's Y exists), *goal* (Y exists for/to X), *source* (Y exists from X), *topic* (As for X, Y exists) e *equation* (Y is X's). Línguas como o português e o inglês vão se incluir no esquema de *action*, em que a noção predicativa é derivada de uma estrutura envolvendo elementos que podem ser relacionados a um agente (o possuidor), a um paciente (o possuído) e a alguma ação ou atividade. Embora a noção de

- (4) a. *waska tiya-puwan* (quéchua boliviano)
 rope exist-for-me
 ‘I have a rope’
- b. *wíkikmal-em hem- wák?a míyaxwen* (cahuilla / Uto-Aztecan)
 bird- PL their wing exists
 ‘(The) birds have wings’
- (5) a. *seŋkau a n yee- i* (kpelle / Mande, Niger-Congo)
 money.PL be my hand-LOC
 ‘I have money’
- b. *du ‘a vado* (gisiga / Chadic, Afro-Asiatic)
 millet at body-my
 ‘I have millet’
- (Heine 1997:52-62)

Dentro do arcabouço gerativista, Lyons (1968) é um dos primeiros a propor uma base locativa subjacente comum às possessivas e existenciais. Para o autor, as sentenças de posse e existência são obtidas a partir de procedimentos sintáticos que, atuando numa tal ordem, afetam uma estrutura locativa e derivam aquelas construções. Partindo da proposta de Lyons, Freeze (1992) compara línguas de famílias diversas e argumenta que o verbo possessivo pode ser obtido pela incorporação de uma preposição – ou de uma categoria similar – ao verbo existencial/copulativo. Posse, locação e existência são caracterizados como padrões integrantes de um mesmo paradigma – o paradigma locativo, instanciado pela Gramática Universal, no dizer do autor (ver seção 1.2).

Na mesma linha, Kayne (1993,1994) e Hornstein *et al.* (2002) concentram-se nos casos de *be* e *have* do inglês e demonstram similaridades entre posse e existência, tanto do ponto de vista sintático quanto do semântico (ver respectivamente as seções 1.3.1 e 1.3.2). Kayne, em particular, estabelece uma abordagem unificada para o *have* possessivo e o *have* auxiliar, defendendo que ambos são obtidos pela incorporação de uma categoria abstrata ao verbo copulativo; Hornstein *et al.* apresentam correlações gerais entre o *be* estativo e o *be* existencial, que estariam na base da formação de uma sentença possessiva pelo mesmo processo apontado por Kayne.³

“ação” não esteja embutida no verbo possessivo do português, é importante ressaltar que *ter*, no português arcaico, era empregado como um verbo semanticamente pleno e correspondia a acepções como *segurar*, *manter*, *prender*, dentre outras afins (Mattos e Silva 1997). Daí as construções possessivas do português corresponderem a uma estrutura paralela à de um verbo transitivo. Retorno a esse ponto no capítulo 4, quando trato mais diretamente das construções possessivas. Um ponto a ser destacado nessa abordagem de Heine é que, com exceção do esquema de *action*, todas as demais fórmulas são construídas em torno do verbo copular (*is*) ou do verbo existencial (*exists*). As representações estabelecidas pelo autor prevêm, então, a construção de uma sentença possessiva de acordo com o indicado por Benveniste: o sentido de posse é derivado a partir de expressões estativas, seja por via existencial, seja por via copulativa, o que corrobora a idéia de que posse, cópula e existência podem compor um mesmo paradigma.

³ Para uma visão contrária às abordagens de Freeze (1992), Kayne (1993,1994) e Hornstein *et alii* (2002), ver o capítulo 2 de Viotti (1999).

A saliência de uma condição locativa sob a ótica de Freeze (1992) pode ser corroborada por investigações no campo da aquisição da linguagem. Conforme destacado por Lemos (1987:3), dados de aquisição evidenciam que expressões locativas precedem a ocorrência de estruturas atributivas e possessivas. Para o caso do português brasileiro, focalizando a aquisição de *ser* e *estar*, os dados listados pela autora indiciam que construções espaciais dêiticas com o verbo *estar* são realizadas pela criança antes que outras modalidades de sentenças estativas sejam implementadas. Até mesmo construções com uma possível interpretação possessiva, como *cauo...papai* (realizada por uma criança ao ouvir o barulho do carro do pai) ou *quétí...vovó* (com a criança diante de um chiclete dado pela avó) são realizadas com uma intenção dêitica, referindo-se a elementos da esfera locativa em torno da qual a criança se encontra. As primeiras existenciais realizadas são também de denotação locativa – *tem televisão no jonau, tem leão no zoógico?*. Posteriormente a essa fase é que as construções com predicados nominais e adjetivais passam a ser implementadas. Os dados de Lemos podem então evidenciar uma *etapa locativa* (hipótese de nossa responsabilidade), que antecede e pode estar atuando como um suporte primitivo para a produção das possessivas, existenciais e outras estativas.

Análises diacrônicas também podem contribuir para a argumentação em favor de um paradigma locativo. Os dados dispostos por Mattos e Silva (1989, 1997, 2002) em torno da variação *seer/star* e *seer/aver* no português arcaico sugerem que as expressões copulativas e existenciais com constituintes locativos foram as primeiras a ceder à inserção de novos verbos nos domínios da cópula, que abrangia todos os tipos de estativas e existenciais.⁴ Entre as estativas, os dados do período podem servir de base à hipótese de que são em sentenças como aquela em (6) a seguir, com predicado locativo, que *star* inicia sua invasão sobre o campo de *seer*. Entre as existenciais, a superposição de *aver* parece se iniciar entre as construções com constituintes locativos, do tipo em (7). No século XIII, as existenciais e estativas sem denotação locativa ainda seriam preferencialmente realizadas com *seer*, como nos casos de (8) e (9a), respectivamente.

⁴ Os estudos desenvolvidos por Mattos e Silva são uma das fontes inspiradores desta investigação. Por meio de diversos trabalhos, a autora traça o percurso de *ter*, *haver*, *ser* e *estar* do século XIII ao século XVI, apresentando pistas relevantes para depreendermos a relação entre posse, locação, cópula e existência, não apenas para a determinação de propriedades do português, mas para especificidades da relação entre esses padrões sentenciais no possível aparato subjacente às diversas línguas naturais. Para pesquisas desenvolvidas dentro da Morfologia Distribuída, os resultados expostos pela autora constituem um desafio empírico: como um sistema com apenas duas formas vocabulares (*seer* e *aver*) para as expressões de cópula, posse e existência evoluiu até apresentar quatro formas (*ser*, *estar*, *ter* e *haver*) para as mesmas expressões? Embora não nos ocupemos desta questão no presente

- (6) O oratório estava en hũa casa. (Mattos e Silva, 1989: 543)
- (7) Em hua abadia huu tesoureiro avia... (Mattos e Silva 1997: 262)
- (8) a. ...foi hua vila duu homen...
b. ...foi huu homen muito honrado... (Mattos e Silva 1989: 525)
- (9) a. ...as donas que enton presentes foron... (Mattos e Silva 2002 : 109)
b. ...o imigo era na praça... (Mattos e Silva 2002 : 111)

Ainda que focalizemos somente fatos da evolução do português, a permeabilidade à inserção de novos itens indicia que as construções com fundo locativo atuam como contextos diretivos no processo de aquisição. Se consistirem, de fato, no ponto de partida para mudanças como as observadas para aquele período do português, a hipótese de que tais construções estejam na base de sentenças copulativas, possessivas e existenciais fica ainda mais garantida. Associado ao quadro verificado nos estudos de Lemos (1987), é plausível supor que complicações na aquisição de locativos possam desencadear alterações em outros tipos estruturais que os tomem como base, esse podendo ter sido um dos fatores que direcionaram as mudanças no português antigo.

Além da intuição em torno de uma base locativa, outro ponto que remete a uma relação universal entre possessivas, copulativas e existenciais diz respeito à combinação dos verbos empregados nessas sentenças, que costumam compor um conjunto fechado em diferentes sistemas. Como já ressaltamos, o verbo existencial corresponde, em várias línguas, à mesma forma que o verbo possessivo e/ou o copulativo. Há casos em que os três tipos sentenciais são realizados com o mesmo verbo, como em russo e finlandês, em (10)-(11) a seguir, respectivamente.

- (10) a. kniga **byla** na stole.
book.NOM.FEM was on table.LOC
'The book was on the table'
- b. na stole **byla** kniga.
on table.LOC was book.NOM.FEM
'There was a book on the table'
- c. u menja **byla** sestra.
at 1sg.GEN was sister.NOM
'I had sister'
- (Freeze 1992:553-554)

trabalho, investigações diacrônicas como as de Mattos e Silva são cruciais para determinar o *percurso morfossintático* dessas expressões na história de uma língua.

- (11) a. mies **on** huonee-ssa.
 man.NOM is room.INESSIVE
 ‘The man is in the room’
- b. huonne-ssa **on** mies.
 room.INESSIVE is man.NOM
 ‘There is a man in the room’
- c. Lüsa-lla **on** mies.
 Lisa.ADESSIVE COP MAN
 ‘Lisa tem um marido’

(Freeze 1992:556-557)

Consideremos a combinação em algumas línguas ocidentais. O inglês, por exemplo, emprega um mesmo verbo – *be* – para as copulativas e existenciais, e um outro item – *have* – para a expressão de posse; o francês, uma forma para posse e existência – *avoir* – e outra para as estativas – *être*; o português brasileiro, diferentemente, se vale de três formas: *ter* nas existenciais e possessivas, *ser* nas copulativas que indicam estado permanente e *estar* para a indicação de estado transitório; o português europeu e o espanhol podem ser incluídos entre os sistemas menos econômicos: *haver/haber* nas existenciais, *ter/tener* nas possessivas, respectivamente, e *ser* e *estar* nas copulativas. Excluindo esses dois últimos sistemas, que demonstram um comportamento raro entre as línguas naturais, o que se observa é um conjunto mais ou menos fechado de itens que se repetem para um ou mais dentre os tipos frásicos, havendo extremos bastante comuns, como os sistemas do finlandês e do russo, já citados, com um único verbo para todos os padrões.

Outro argumento para tratar a combinação desses itens como um conjunto fechado é o fato de verbos possessivos, copulativos e existenciais integrarem como auxiliares formações perifrásticas em praticamente todas as línguas. Benveniste (1972) observa, tanto no plano sincrônico como no diacrônico, que gramáticas de famílias diversas tendem a se comportar similarmente no emprego da posse e da cópula em composições perifrásticas: os possessivos, nas línguas em geral, são empregados nas perífrases perfectivas, e os copulativos, nas perífrases da voz passiva em línguas que a realizam sob a forma analítica.⁵ Para o caso específico do português, o estudo de Ribeiro (1996) em torno de perífrases do português antigo demonstra correlações que vão ao encontro do sugerido por Benveniste: *ter* passou a integrar os tempos compostos somente após se tornar a forma canônica para a expressão de posse, o que teria levado o verbo para uma condição de neutralidade temática. Da mesma forma, *estar* passa a compor

⁵ Para uma sistematização em torno da disposição desses itens como formas verbais auxiliares em diversas línguas, ver o trabalho de Clark (1978).

locuções gerundivas somente após adquirir o mesmo caráter esvaziado que *seer*. Esses verbos precisaram então sofrer um processo de enfraquecimento semântico (ou de *gramaticalização*) para poder integrar as perífrases do português. Traduzindo conforme o exposto até aqui, *ter* e *estar*, que no português arcaico podiam ocorrer como formas semanticamente plenas, tiveram de integrar o mesmo paradigma que o dos verbos copulativo e possessivo, esvaziando-se semanticamente, para exercerem uma função auxiliar. Tal processo sugere que verbos locativos/copulativos, possessivos e existenciais compõem um conjunto fechado, portadores de particularidades entre si não exibidas por outros itens verbais.

O pretendido até aqui foi mostrar que existem fatos interlingüísticos relevantes para justificar uma abordagem unificada em torno das expressões de cópula, posse e existência, seja focalizando uma única gramática, seja abrangendo sistemas gramaticais diversos. Somados à questão do paralelismo temático, de que passamos a tratar na próxima seção, esses fatos sustentam que tais expressões integram um mesmo paradigma na organização da linguagem. Configuram, como tal, um acervo relevante para o estudo dos princípios regedores dessa faculdade, sobretudo no que diz respeito à relação entre o componente sintático, nos termos que vem sendo assumidos pela teoria gerativa, e outros componentes cognitivos da mente humana. Estabelecer algumas singularidades do paradigma em português brasileiro, associadas à ocorrência de *ter*, *ser* e *estar*, é o objetivo desta dissertação.

1.2 Paralelismo temático entre construções com *ter*, *ser* e *estar*

A equivalência temática entre possessivas, copulativas e existenciais é outro ponto que favorece um tratamento unificado. Freeze (1992) parte desse aspecto para elaborar um quadro em que possessivas e existenciais derivam de uma estrutura subjacente em comum nucleada por uma preposição locativa. A arquitetura interna de posse e existência seria então um predicado locativo, com as duas expressões diferindo superficialmente das estritamente locativas por propriedades associadas a efeitos de definitude.⁶

⁶ Viotti (1999) considera que um dos defeitos da abordagem de Freeze está em desconsiderar as diferenças que devem existir entre os verbos integrantes das sentenças existenciais nas diversas línguas. Como consequência da abordagem de Freeze, as existenciais do português brasileiro deveriam ser tratadas da mesma forma que as das línguas germânicas, dada a existência de, pelo menos, dois pontos em comum entre um e outro sistema: ausência de uma proforma locativa e ausência de um constituinte locativo na posição de sujeito. Contudo, para Viotti, o contraste abaixo demonstra que tal tratamento não é correto. Enquanto a existencial em (ia) do português brasileiro admite uma possessiva paralela, como em (ib), o mesmo não é possível para as existenciais do alemão. Conforme destacado para (ii)-(iii), nem a expressão de existência com *sein* 'ser', nem com *geben* 'dar', podem efetivar o paralelo observado em português. A análise de Freeze conduziria, então, a "uma falsa generalização".

(i) a. Tem muitos livros de política e lingüística **naquela livraria**.

Observemos o caso do hindi a seguir. A locativa em (13) e a existencial em (14) derivam das estruturas em (12a) e (12b), respectivamente. A disposição temática de ambas é a mesma: a preposição *mêẽ* ‘in’ atribui em uma e outra construção os mesmos papéis para seus argumentos na posição de sujeito (*mãĩ* ‘I’ e *aadmii* ‘man’) e complemento (*hindustaan* ‘India’ e *kamree* ‘room’). A diferença recai sobre efeitos de definitude: em (12a), o elemento em [Spec,PP] é definido, enquanto em (12b), indefinido. Freeze então associa o alçamento de *mãĩ* em (13) a essa propriedade; a realização de uma locativa dependeria, nesses termos, de um constituinte definido sobre o qual o alçamento para [Spec,IP] fosse licenciado. Em (12b)/14, *admii* permanece *in situ*, dado seu caráter indefinido; a instância alçada, nesse caso, vai ser *kamree-mêẽ*, projeção intermediária de PP, que é realizada como sujeito.⁷

- (12) a. [IP e [I' [PP [NP *mãĩ*] [P' *hindustaan-mêẽ*]] [I *thaa*]]]
 b. [IP e [I' [PP [NP *aadmii*] [P' *kamree-mêẽ*]] [I *hai*]]]
- (13) a. *mãĩ hindustaan-mêẽ thaa*
 b. [IP [NP *mãĩ*]_i [I' [PP *t_i* [P' *hindustaan-mêẽ*]] [I *thaa*]]]
 I India-in COP.PART.sg.MASC
 ‘I was in India’
- (14) a. *kamree-mêẽ mãĩ thaa*
 b. [IP [P' *kamree-mêẽ*]_i [I' [PP [NP *aadmii*] *t_i*] [I *hai*]]]
 room-in man COP.PRES.3SG
 ‘There is a man in the room’ (Freeze 1992:560)

Para as possessivas, Freeze oferece o mesmo tratamento. O possuidor *larkee-kee* ‘the boy’ em (15)/(16) adiante vai integrar a estrutura numa configuração paralela à das locativas acima. A

-
- b. **Aquela livraria** tem muitos livros de política e lingüística. (Viotti 1999, Cap. 4, Ex. 8)
- (ii) a. Es sind viele Fische in diesem Teich.
Expl SER(3pl) muitos peixes(Nom) naquela lagoa.(Dat)
 b. *Dieser Teich ist viele Fische
Aquela lagoa(Nom) SER(3s) muitos peixes (Nom). (Viotti 1999, Cap. 4, Exs. 4a e 7a)
- (iii) a. Es gibt viele Fische in diesem Teich.
Expl DAR(3s) muitos peixes(Ac) naquela lagoa.(Dat)
 b. *Dieser Teich gibt es viele Fische.
Aquela lagoa(Nom) DAR(3s) Expl. muitos peixes (Ac.) (Viotti 1999, Cap. 4, Exs. 4b e 7b)

Segundo Viotti, são as propriedades lexicais dos verbos que constroem as existenciais que vão determinar as características dessas sentenças nas diferentes línguas. *Geben* e *sein*, por um lado, e *ter*, por outro, dispõem, desse modo, de propriedades distintas, o que definiria, dentre outros pontos, a possibilidade ou impossibilidade de uma possessiva ser construída a partir do verbo existencial. Como vamos considerar que a computação sintática não opera com itens lexicais, nos termos da Morfologia Distribuída, o problema apontado por Viotti não tem efeito para o quadro que estamos propondo.

⁷ Freeze recorre a movimento de projeção intermediária, contrariando a proposta de que somente núcleos e projeções máximas podem ser deslocados, amplamente assumida na Teoria de Regência e Ligação, em que seu trabalho se insere. Nesta dissertação, vamos manter a idéia de que movimento de projeções intermediárias não é legitimada pelo sistema.

diferença é que o constituinte toma Caso genitivo e a categoria locativa não corresponde à preposição *mêẽ*, mas a uma expressão indicadora de proximidade. Línguas como o hindi, portanto, evidenciam que possessivas e certos tipos de existenciais e locativas apresentam uma identidade temática, ou, em outras palavras, lançam mão de informações similares para construir essas sentenças.⁸

(15) [IP e [I' [PP [NP kuttaa] [P' larkee-kee paas]] [I thaa]]]

(16) a. larkee-kee paas kuttaa hai.

b. [IP [P' larkee-kee paas]_i [I' [PP [NP kuttaa] t_i] [I thaa]]]
 boy.OBL-GEN proximity dog COP
 'The boy has a dog'

A identidade entre possessivas, locativas/copulativas e existenciais também é evidente no português brasileiro, o que abre espaço para verificar se a generalização de Freeze se aplica a essa língua.⁹ Contudo, por serem realizadas com um mesmo verbo, é entre as expressões de posse e existência que o paralelismo costuma ser ressaltado: a expressão locativa preposicionada das existenciais pode corresponder ao sintagma sujeito de construções possessivas, como em (17)-(18) abaixo.

(17) a. Tem muitas praias legais no Rio de Janeiro.
 b. O Rio de Janeiro tem muitas praias legais.

⁸ Harley (2001) aponta dois problemas na proposta de Freeze. A primeira é que, em muitas línguas do tipo apontado, não há qualquer restrição de definitude sobre o argumento interpretado como tema entre as possessivas, como os casos do próprio hindi e do japonês, apresentados a seguir (ver, contudo, a nota 33, no capítulo 2, sobre as restrições de definitude entre as possessivas do japonês, discutidas por Kishimoto (2000)). Se a base existencial/locativa é rígida quanto à restrição, como explicar o seu afrouxamento entre as possessivas, que resultam dessa base?

- (i) a. us-laRkee-kee paas mera kutta hai.
 That-boy-G near my dog is
 'That boy has my dog'
 b. John-ga/ni zibun-no uti-ga aru.
 John-N/D self-gen house exist
 'John has his house'

O segundo problema identificado por Harley vem daquelas línguas em que não há diferenças superficiais na ordenação de constituintes entre locativas, existenciais e possessivas. Para Freeze, estas línguas não exibiriam a restrição semântica de partitividade imposta pelo efeito de definitude. Harley toma essa visão como excessivamente estipulativa. Na seção 1.3.3, vamos nos deter na proposta da autora em torno de alguns desses fatos.

⁹ Por enquanto, vamos quase sempre referir às locativas e copulativas conjuntamente. A maioria dos estudos que se detém na proposta do paradigma inclui na análise, juntamente com as possessivas e existenciais, as construções locativas, e não as copulativas. Contudo, na maior parte das línguas, o verbo empregado entre as inerentemente locativas é a própria cópula (ver Clark 1978:106-107). Aliás, como ressaltado na seção anterior, é comum que o verbo copulativo integre também os padrões possessivo e existencial, como em russo e finlandês. A partir da seção 1.4, passaremos a destacar as copulativas separadamente, e a tratar as locativas como casos mais gerais que perpassam os três padrões sentenciais focalizados, já que podemos encontrar existenciais locativas (*tem muitas praias bonitas no Rio de Janeiro*), possessivas locativas (*O Rio de Janeiro tem muitas praias bonitas*) e copulativas locativas (*Copacabana é/está no Rio de Janeiro*).

- (18) a. Já teve mais políticos corruptos no Brasil.
b. O Brasil já teve mais políticos corruptos.

Um dos primeiros a debater o paralelismo nessa língua foi Câmara Jr. (1973:103), para quem a alternância entre a expressão existencial e a expressão possessiva reporta a *uma mudança de formulação mental*, a partir das mesmas categorias frásicas. O autor ressalta que o emprego de uma expressão locativa como sujeito acompanhava o *habere* no latim vulgar, exatamente como em português. A construção impessoal permitiria visualizar o lugar como cenário, em vez de se partir dele como um possuidor. As frases com *ter/haver* impessoal apresentariam o predicado como um estado isolado em si mesmo, sem referência a um possuidor que a ele fosse externo, como ocorre entre as possessivas. O fato de o português vir repetindo a mudança observada no latim é uma prova, para o autor, de que o processo consiste numa tendência de formulação mental, manifestada também por outras línguas naturais.

Se considerarmos as copulativas, o paralelismo adquire um caráter bem mais complexo que o apontado por Câmara Jr. Da mesma forma que o observado por Freeze para outras línguas, não apenas as possessivas e existenciais do português brasileiro vão integrar um paradigma de preservação temática, mas também as construções com *ser* e *estar*. Por exemplo, as sentenças em (19)-(22) a seguir demonstram, em cada conjunto, uma mesma disposição temática, sem qualquer alteração aparente nos papéis dos constituintes que integram uma ou outra construção.

- (19) a. Tem muitos políticos da direita apoiando o Fome Zero do PT.
b. Muitos políticos da direita estão apoiando o Fome Zero do PT.
c. O PT tem muitos políticos da direita apoiando o Fome Zero.
d. O PT está com muitos políticos da direita apoiando o Fome Zero.
e. A direita tem muitos políticos apoiando o Fome Zero do PT.
f. A direita está com muitos políticos apoiando o Fome Zero do PT.
- (20) a. Tem vários amigos meus com dengue.
b. Vários amigos meus estão com dengue.
c. Eu tenho vários amigos com dengue.
- (21) a. Alguns políticos do PFL são loucos pelo poder.
b. Alguns políticos do PFL estão loucos pelo poder.
c. O PFL tem alguns políticos loucos pelo poder.
d. Tem alguns políticos do PFL loucos pelo poder.
- (22) a. Tem alguns líderes europeus favoráveis à permanência americana no Iraque.
b. Alguns líderes europeus estão favoráveis à permanência americana no Iraque.
c. Alguns líderes europeus são favoráveis à permanência americana no Iraque.

Focalizando os casos em (19), todos os constituintes nominais da existencial em (a) podem ocupar a posição de sujeito de construções com *ter* ou *estar*, sem aparente alteração no estado de

coisas indicado na primeira sentença. A relação entre *muitos políticos, a direita, o Fome Zero e o PT* são as mesmas, independentemente de um ou outro constituinte ocorrer na posição de sujeito ou adjacente ao termo com o qual estabelece, *grosso modo*, uma relação de posse. Em (20), a construção existencial remete à mesma condição que a estativa em (b) e a possessiva em (c). Em (21) e (22), apesar de *ser* e *estar* serem respectivamente tratados como demarcadores de atribuição permanente e transitória, a relação temática entre o sujeito e o predicado adjetival é mantida.

Apesar de pouco abordado na descrição do português, o paralelismo temático entre possessivas, locativas/copulativas e existenciais corrobora a idéia de que *ter, ser e estar* nessa língua são formas verbais semanticamente leves. Um ponto em favor dessa afirmação é o fato de os três itens integrarem o acervo das formas auxiliares em português, cuja função só pode ser desempenhada por itens que não afetam o caráter temático do verbo com o qual se relacionam: *ter*, por exemplo, se associa com o particípio passado para a formação de tempos compostos; *ser* é o verbo auxiliar das construções passivas; e *estar* se combina com seqüências gerundivas para a expressão de determinadas marcas aspectuais.

Sendo formas semanticamente esvaziadas, como explicar que esses verbos integram tipos sentenciais bem demarcados, tanto do ponto de vista sintático como do semântico? Além disso, por que a língua opta por estabelecer três formas diferenciadas para desempenhar uma funcionalidade semântica aparentemente nula? Se observarmos outras línguas, a problemática adquire um novo contorno: em alguns sistemas, como o finlandês – referido em (11) na seção anterior – os verbos para a expressão de posse, cópula e existência são os mesmos; outros, como os do inglês e do francês, dispõem de dois verbos; outros, como o português europeu, dispõem de quatro. Se, por um lado, o sistema do islandês é ideal para a percepção de que os verbos possessivos, copulativos e existenciais são semanticamente vazios, o português europeu parece contribuir para o contrário. Ainda assim, Eduardo Raposo (comunicação pessoal) assevera que o português europeu vai dispor do mesmo paralelismo temático que o observado em português brasileiro nas sentenças de (19)-(22), com a diferença de que, entre as existenciais, o verbo será sempre *haver*. Essa aparente incongruência teórica pode ser sumarizada da seguinte forma: o paralelismo temático observado entre possessivas, estativas e existenciais sugere estarmos diante de formas com um mesmo conteúdo semântico – ou, quem sabe, sem nenhum conteúdo semântico; ao mesmo tempo, a especialização de *ser, ter e estar* em tipos sentenciais específicos indica que esses verbos dispõem de uma especificidade semântica, complicando a análise destes como formas semanticamente esvaziadas.

Se propostas como as de Benveniste (1972) e Freeze (1992) estiverem corretas, esse aparente paradoxo pode estar radicado em propriedades universais subjacentes à composição de possessivas, copulativas e existenciais. Em português brasileiro, a diferença entre as formas verbais consistiria num acidente superficial, cujas causas radicam em fatos diacrônicos específicos e/ou em peculiaridades da gramática dessa língua. Seguindo a proposta de Freeze, as três expressões devem resultar de esquemas predicativos como os esboçados em (26)-(29) a seguir, correspondentes respectivamente àquelas expressões em (19)-(22): uma forma verbal básica toma uma instância predicativa como complemento, sobre cujos constituintes alguns procedimentos sintáticos podem ser aplicados, determinando a formação de um dos três tipos sentenciais. Uma das questões que iremos perseguir diz respeito, então, ao processo que permite à forma verbal básica ora ser realizada como *ter*, ora como *ser*, ora como *estar*.

(26) [_{VP} V [_{PredP} muitos políticos de direita [_{Pred'} apoiando [_{DP} o Fome Zero do PT]]]

(27) [_{VP} V [_{PredP} vários amigos meus [_{Pred'} com dengue]]]

(28) [_{VP} V [_{PredP} alguns políticos do PFL [_{Pred'} loucos [_{PP} pelo poder]]]

(29) [_{VP} V [_{PredP} alguns líderes europeus [_{Pred'} favoráveis [_{PP} à permanência americana no Iraque]]]

No presente estudo, seguimos Freeze (1992) na defesa de que as expressões de posse, cópula e existência do português brasileiro derivam de uma instância temática agregada a um mesmo tipo de verbo. A diferença em nossa abordagem recai em que essa instância não é necessariamente locativa, por razões que vão se evidenciar ao longo da dissertação. Assumindo os pressupostos da Morfologia Distribuída (ver seção 1.5), dentro das propostas de Halle & Marantz (1993), Bobaljik (1995,1996) e Harley & Noyer (2003), procuramos relacionar as propriedades das sentenças em questão à aplicação de operações morfossintáticas que resultam na realização de formas morfológicas distintas; essas operações permitem que traços com funções semânticas específicas se associem à forma verbal básica. Dependendo da natureza do traço, o composto resultante da incorporação poderá se realizar como *ter*, *ser* ou *estar*. A especialização em padrões frasais bem definidos por parte desses verbos vai resultar, dessa forma, de procedimentos efetivados pelo módulo sintático, que vão determinar tanto o *locus* final dos constituintes da predicação, como a possibilidade de diferentes traços formais se agregarem à forma verbal básica.

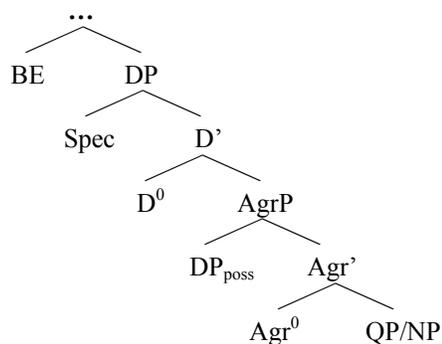
1.3 O verbo possessivo e a preposição abstrata

Nesta seção, vamos nos deter em alguns estudos, desenvolvidos dentro da sintaxe gerativa, que exploram a hipótese de que o verbo possessivo concentra uma forma verbal básica correspondente à realização da cópula, associada a uma preposição. O ponto de partida é a análise de Kayne (1993,1994), que concilia as propostas de Freeze (1992) e Szabolcsi (1994) na tentativa de determinar, dentre outros pontos, uma configuração para as possessivas do inglês. Em seguida, vamos nos deter nas propostas de Hornstein, Rosen & Uriagereka (2002) e Uriagereka (2002), que se ocupam de paralelismos temáticos estabelecidos entre as construções possessivas e existenciais, determinados, em parte, pela presença de uma categoria abstrata que transforma uma base existencial numa construção possessiva. Num terceiro momento, vamos nos ocupar da proposta de Harley (2001), que associa a possibilidade de uma língua construir *double object constructions* à presença de uma preposição possessiva em seu inventário vocabular.

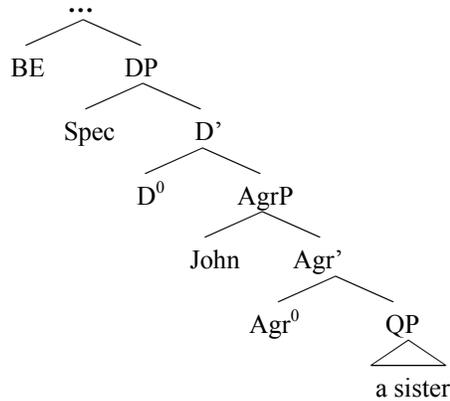
1.3.1 *Have*: incorporação a *be*-existencial

Kayne propõe que tanto o *have* possessivo como o *have* das expressões com participio passado resultam da incorporação de uma preposição abstrata a *be*. As construções com uma e outra forma vão diferir apenas com relação a propriedades específicas de estruturas encaixadas num DP complemento da cópula. Para as possessivas, Kayne estabelece a estrutura-D em (30) a seguir. A cópula, de acordo com a representação, dispõe de um único DP complemento, cujo núcleo seleciona uma instância AgrP. É nessa instância que a relação temática entre *John* e *a sister*, numa sentença como em (31a), é estabelecida, com (31b) consistindo então na sua estrutura subjacente.

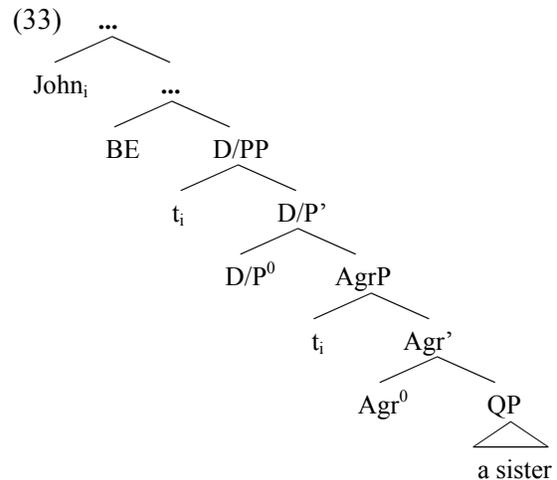
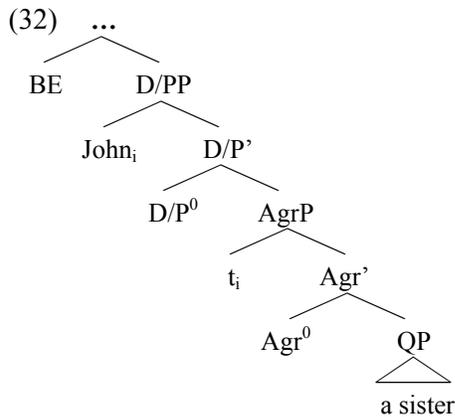
(30)



- (31) a. John has a sister.
 b.



Dentro dessa proposta, a possibilidade de um DP permanecer ou não *in situ* está relacionada à atribuição de Caso. Para o inglês, Kayne considera que D^0 é uma categoria de natureza preposicional/complementizadora nula (daí ser representado como D/P^0), para cujo Spec um DP se move. O autor assume que, nessa língua, $[\text{Spec}, \text{AgrP}]$ não pode licenciar Caso a DPs; da mesma forma, $[\text{Spec}, \text{DP}]$ também não licencia um DP nessa posição, daí o movimento do constituinte interpretado como possuidor para uma posição mais alta, onde recebe Caso. A estrutura em (31b) passa, dessa forma, pelas representações em (32) e (33) a seguir.

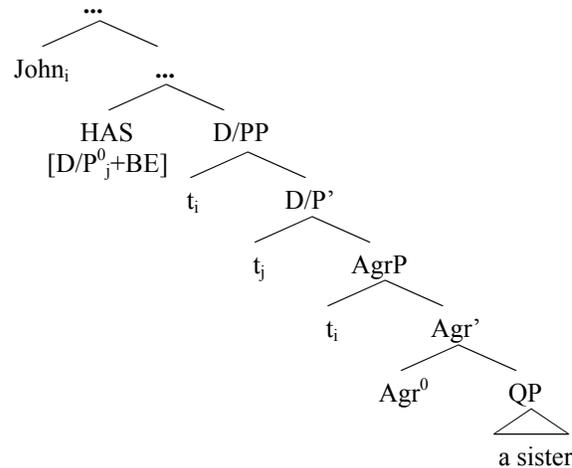


Em (32), o possuidor *John*, inicialmente inserido em $[\text{Spec}, \text{AgrP}]$, se move para $[\text{Spec}, \text{DP}]$. O alçamento em seguida para a posição de sujeito de *be*, resultando na configuração em (33), permite que *John* seja marcado com Caso. Entretanto essa configuração corresponde a *John is sister*, o que demonstra serem insuficientes os passos derivacionais para derivar aquela construção em (31a). Seguindo a proposta de Freeze (1992), Kayne assume que D/P^0 se incorpora

a *be*, como em (34) a seguir, resultando na realização de *have*. A representação final da estrutura é aquela em (35).

(34) John D/P⁰_j+BE [_{DP} e_i e_j [e_i [Agr⁰ [a sister]]]]

(35)



Como Kayne assume que DP é similar a CP, seguindo a proposta de Szabolcsi (1994) para a caracterização de constituintes nominais em húngaro, a posição de [Spec,DP] vai ser tratada como uma posição A-barras (ou seja, uma posição não-argumental). O movimento de [Spec,DP] para [Spec,BE] seria então impróprio, por se tratar de um movimento originado em posição A-barras para uma posição A (uma posição argumental). A incorporação de D/P a *be* anularia essa impropriedade, permitindo a [Spec,DP] se tornar uma posição deste último tipo. A motivação da incorporação seria, então, de ordem sintática: ela deve permitir que a operação de movimento do DP interpretado como possuidor seja legitimada pelo sistema na derivação de uma sentença possessiva.¹⁰ A partir do capítulo 2, vamos implementar uma abordagem próxima à desenvolvida por Kayne para mostrar que é possível oferecer um tratamento unificado para *ter*, *ser* e *estar*.

¹⁰ A proposta de Kayne (1993) para as construções com *have_{part}* segue esse mesmo percurso derivacional. AgrP, nesse caso, vai corresponder à estrutura em (i), com a forma verbal no particípio passado equivalendo a Agr⁰. Em (ii), que é a estrutura-D fornecida para uma sentença participial em inglês, Kayne considera que ocorre um tipo particular de nominalização: D/P⁰ é um nominalizador paralelo à categoria C; a estrutura participial encaixada é a seqüência nominalizada. Da mesma forma que nas estruturas possessivas, o DP_{suj} (correspondendo ao DP_{poss}) se move para Spec D⁰, e depois para uma posição mais alta que BE. A representação em (iii) consiste na estrutura-S de uma sentença com *have_{part}*, resultado de D/P⁰_j+BE. Exemplificando, uma construção como em (iva) teria a representação como em (ivb).

- (i) ...[_{VP} DP_{suj} [V DP_{obj}]]
- (ii) ... BE [_{DP} Spec D/P⁰ ... [_{VP} DP_{suj} [V DP_{obj}]]]
- (iii) DP_{suj/i} [D/P⁰_j+BE=HAVE] [_{DP} e_i e_j ... [_{VP} e_i [V DP_{obj}]]]
- (iv) a. John has broken the window.
b. John_i [D/P⁰_j+BE = has] [_{DP} e_i e_j ... [_{VP} e_i [broken window]]]

1.3.2 Possessivas, existenciais e relações PARTE-TODO

Hornstein, Rosen & Uriagereka (HRU 2002) relacionam a ambigüidade de sentenças como aquela em (36) a seguir a esquemas predicativos diferenciados. As duas interpretações possíveis, apresentadas em (37), correspondem a *small clauses* (SC) estruturalmente diversas, de acordo com o representado em (38a) e (38b), respectivamente.

(36) There is a Ford T engine in my Saab.

(37) a. My Saab has a Ford T engine.

b. (Located) in my Saab is a Ford T engine.

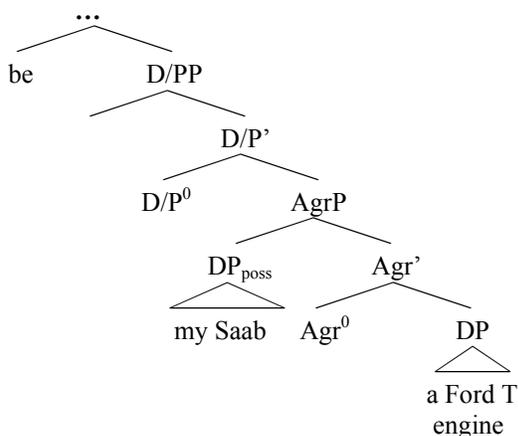
(38) a. ..._{[SC My Saab [a Ford T engine]]}...

b. ..._{[SC a Ford T engine [in my Saab]]}...

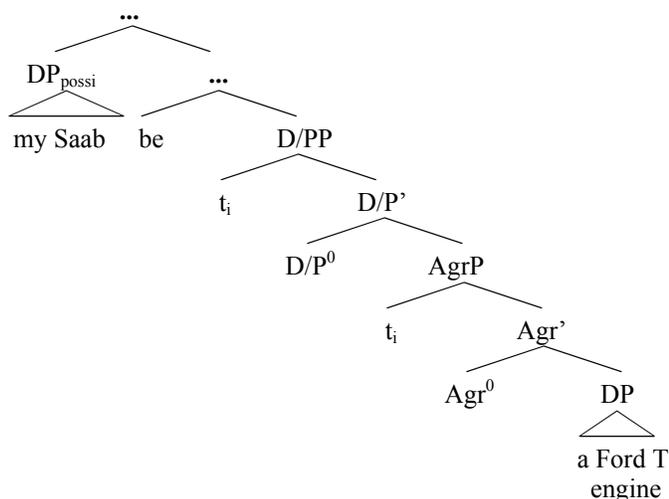
(HRU 2002:179)

Na leitura em (37a), *a Ford T engine* é apontado como parte integrante de *my Saab*. Em (37b), diferentemente, *a Ford T engine* não compõe uma parte do carro, mas consiste num objeto depositado em seu interior. Essas SCs equivalem estruturalmente à instância AgrP proposta por Kayne (1993,1994). As representações em (39) abaixo correspondem à elaboração daquele autor (ver seção anterior) para as estruturas-D/S, respectivamente, da construção possessiva em (37a).

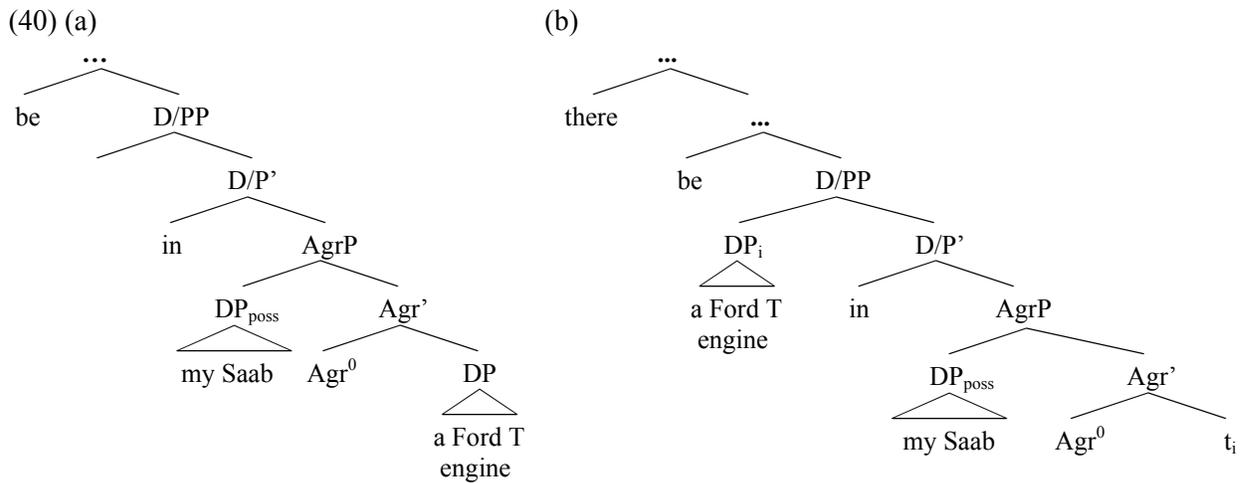
(39) (a)



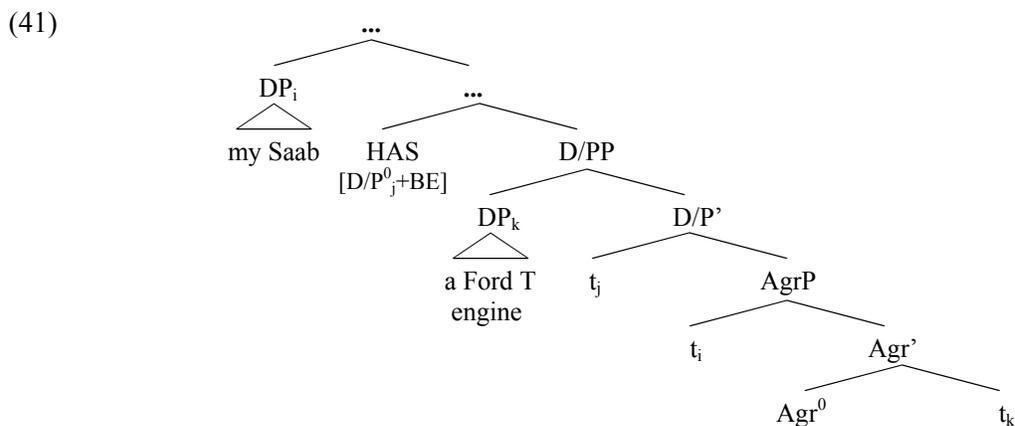
(b)



Para obter a construção existencial, HRU sugerem que a preposição *in* seja inserida em D/P^0 , como em (40a) abaixo. Essa inserção, para os autores, capturaria a idéia proposta por Kayne de que D/P^0 dispõe de uma natureza híbrida, podendo ocorrer como determinante ou preposição. Já o alçamento do predicado da SC *a Ford T engine* para [Spec,*in*] e a inserção de *there* na posição de sujeito da estrutura produzem (40b), que corresponde à leitura existencial/locativa de (36).



Para derivar a estrutura daquela possessiva em (37a), o sistema alça o predicado da SC para [Spec, D/PP], como em (41) a seguir. Essa estrutura não conta com a preposição *in* em D/P⁰; a categoria híbrida, sem realização lexical, se incorpora a *be*, e o verbo se realiza como *have*.



Quanto à interpretação locativa, na construção em (37b) referida anteriormente, *a Ford T engine* ocorre como sujeito da SC. A estrutura correspondente é aquela esboçada em (42a) a seguir. Não ocorrendo a inserção de *there*, a derivação resulta no apontado em (42b), com o alçamento de *a Ford T engine* para fins de checagem de traços.

- (42) a. There is [_{SC} a Ford T engine in my Saab]
 b. [A Ford T engine]_i is [_{SC} t_i in my Saab]

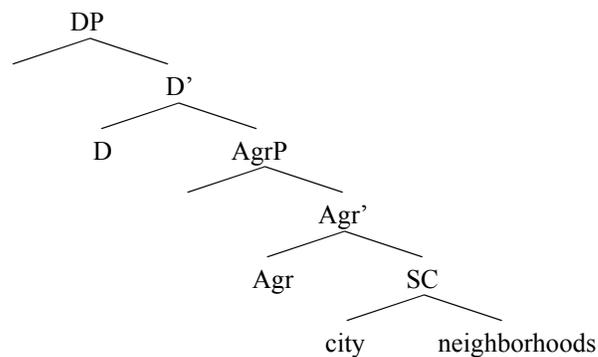
Num outro estudo, Uriagereka (2002) aborda mais detidamente as predicções possessivas com relações do tipo PARTE-TODO. Observando expressões como em (43) e (44) a seguir, o autor destaca que *poor neighborhoods* e *city* mantêm constante essa relação, independentemente do tipo estrutural em que ocorrem.

- (43) a. The poor neighborhoods of the city
 b. The city's poor neighborhoods
 c. The city has poor neighborhoods
- (44) a. A city of poor neighborhoods
 b. * The/a poor neighborhoods' city
 c. The poor neighborhoods are the city's

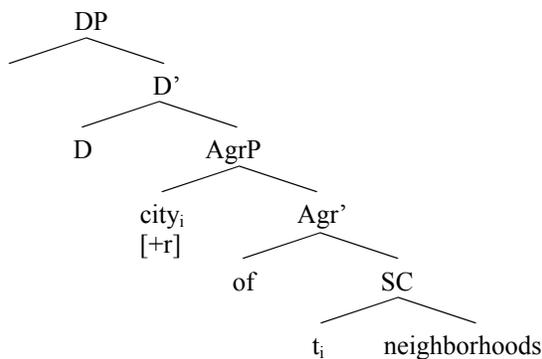
(Uriagereka 2002:196)

Essa relação constante é capturada na sintaxe através de uma *small clause* complemento de Agr (categoria que corresponde ao mesmo Agr da abordagem de Kayne (1993,1994)), como em (45) a seguir. A diferença em relação à abordagem de Kayne é que Agr passa a ser tratado como uma instância que determina *referência* para qualquer elemento movido a seu domínio de checagem (p. 198), num sentido que o autor não define em termos precisos. Uriagereka estabelece o que chama de identidade *pseudo-temática*: tanto em (46a) como em (46b), *city* e *neighborhoods* estabelecem a mesma relação semântica. Dessa forma, as pseudo-funções temáticas de *city* e *neighborhoods* são as mesmas em uma e outra estrutura, uma vez que tais funções já se encontram estabelecidas na SC em (45).

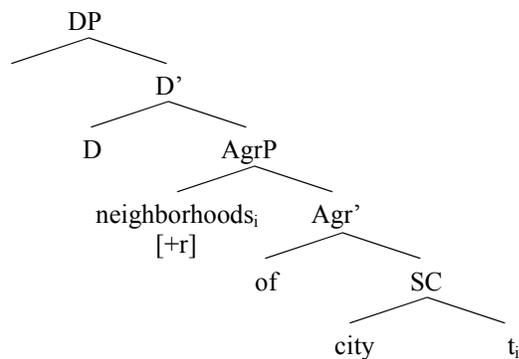
(45)



(46) a.



b.

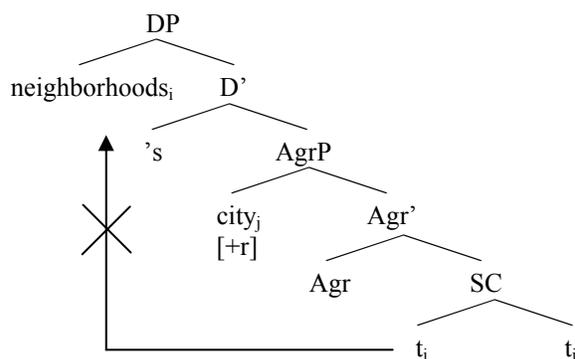


(Uriagereka, p. 198)

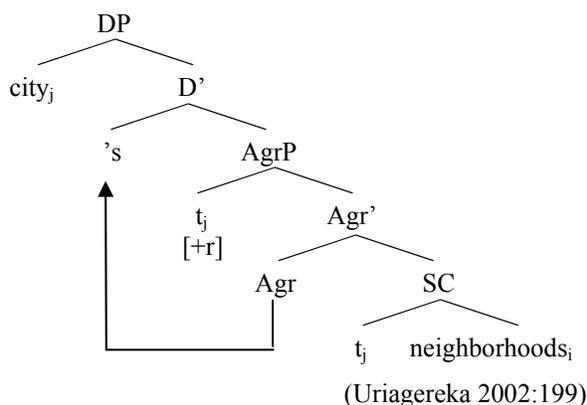
Já a categoria D vai suportar um caráter quantificacional, com a sua posição de especificador permitindo a checagem de *traços contextuais*, cuja natureza também não é

precisada pelo autor. As representações em (47), com a violação da Condição de Elo Mínimo em (47a) (daí a inaceitabilidade de (44b)), mostram o elemento [-r] da predicação sendo movido para [Spec,DP]. Nestas representações, Agr é nulo e se move para D; a reunião de D e Agr vai resultar no *Spell-Out* do marcador genitivo 's.

(47) a.



b.



Observando sentenças como aquelas em (48)-(50) a seguir, Uriagereka assevera que é preciso definir os papéis temáticos para além de uma relação PARTE-TODO. Essas construções podem ocorrer com termos associados, que estabelecem o tipo de posse, de acordo com as especificidades sublinhadas em (49); e, como em (50), esses termos designativos da posse podem ocorrer como complemento. O autor ressalta que, também para esses casos, a relação entre os termos se mantém constante: os sujeitos seriam *possuidores de uma mesma categoria*, tanto num conjunto como no outro. Embora as frases possam dispor de efeitos informacionais diversos entre si, a relação temática é preservada, tendo sido originada em instanciações paralelas aos casos indicativos de PARTE-TODO.

- (48) a. El vino tiene 12°.
 b. La organización tiene vários subórganos.
 c. La gente mediterrânea tiene muchos parientes.
- (49) a. El vino tiene 12° de concentración.
 b. La organización tiene varios subórganos de estructura.
 c. ? La gente mediterrânea tiene muchos parientes de familia.
- (50) a. El vino tiene una concentración de 12°.
 b. La organización tiene una estructura de varios subórganos.
 c. La gente mediterrânea tiene familias de muchos parientes.

Parte das propostas de HRU (2002) e Uriagereka (2002) é aproveitada na análise que vamos elaborar para as possessivas do português brasileiro no capítulo 3. Dois pontos,

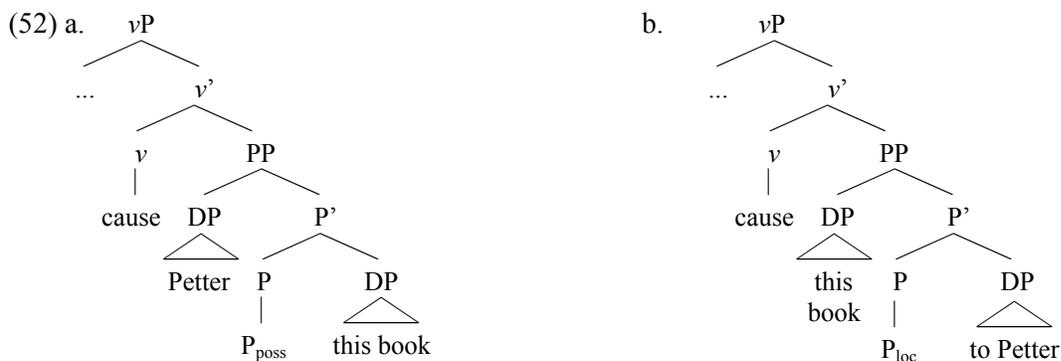
particularmente, vão ser cruciais para a nossa análise: a derivação de sentenças possessivas a partir de esquemas em que toda a atribuição temática se efetiva, no interior de uma base existencial, e a preservação temática entre tipos estruturais diferenciados que remetem a interpretações possessivas e outras afins.

1.3.3 *Double object constructions* e interpretação possessiva

Harley (2001) estabelece uma correlação envolvendo a preposição abstrata assumida por Freeze (1992), Kayne (1993,1994) e Hornstein, Rosen & Uriagereka (2002): línguas sem uma preposição possessiva (P_{poss}) em seu inventário vocabular não realizam um verbo inerentemente possessivo e nem dispõem das chamadas *double object constructions* (DOC), possibilidade demonstrada pelos verbos bitransitivos do inglês. Afastando-se da proposta de Larson (1988), para quem DOCs como em (51a) a seguir derivam de *double complement constructions* (DCC) como em (51b), Harley argumenta que as primeiras envolvem uma P_{poss} abstrata em sua configuração, o que não se verifica entre as últimas.

- (51) a. Mary give Peter this book.
 b. Mary give this book to Peter.

As configurações propostas por Harley correspondentes a uma e outra são aquelas em (52) a seguir, respectivamente. Para a DOC, um verbo causativo (v_{cause}) toma um PP nucleado por P_{poss} como complemento; *Peter* é inserido como o argumento externo dessa preposição, e *this book*, como complemento. Para a DCC, entra em jogo uma preposição abstrata locativa (P_{loc}), que vai tomar o tema como constituinte externo, e a meta, como complemento. A preposição *to* consistiria num marcador de Caso, e não na forma com que P_{loc} se realiza.



Evidências para essa abordagem surgem de casos como os que seguem. A explicação para a má formação de (53d), face à aceitabilidade de (53b), recai sobre o fato de uma DOC portar uma

P_{poss} , que deve marcar um elemento como possuidor. Há, obviamente, restrições para que *Philadelphia* integre uma relação possessiva com *the article*, as mesmas não se verificando para a interpretação de *Sue* como possuidor.

- (53) a. The editor sent the article to Sue.
b. The editor sent the article to Philadelphia.
c. The editor sent Sue the article.
d. ?? The editor sent Philadelphia the article.

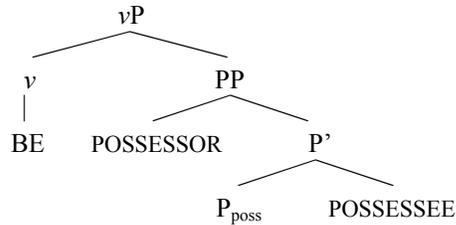
Essa mesma análise pode ser aplicada para os casos em (54)-(55) a seguir. Em (54a), há uma implicação que não está fixada em (54b): na primeira, a leitura é a de que os alunos aprenderam o que *John* ensinou do francês; na segunda, contrariamente, esta leitura não é obrigatória. Um contraste similar se observa entre os casos em (55): apenas em (55a) é garantido que o falante já possui um bebê; em (55b), há a possibilidade de o bebê estar por vir ou, até mesmo, ser apenas um projeto, sem qualquer situação de gravidez envolvida.

- (54) a. John taught the students French.
b. John taught French to the students.
(55) a. I knitted this sweater for our baby.
b. I knitted our baby this sweater.

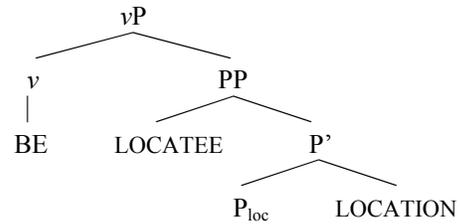
Harley associa esses contrastes à presença de P_{poss} nas DOCs: nessas construções, *the students* e *our baby* podem ser interpretados como possuidores, o que não se verifica nas DCCs, em que são apenas interpretados como alvo.

A previsão de Harley é a de que, entre as línguas naturais, existe uma correlação entre a possibilidade de realização de DOCs e certas propriedades demonstradas por sentenças com expressão possessiva. Línguas sem P_{poss} em seu inventário vocabular não vão dispor nem de um verbo inerentemente possessivo, que precisa ser gerado pela associação dessa preposição à cópula, nem da ocorrência de DOCs com verbos bitransitivos. Para a composição de suas sentenças possessivas, essas línguas teriam de recorrer a P_{loc} . As línguas naturais vão, assim, apresentar um dos dois padrões a seguir para realizar a expressão de posse: aquele em (56), quando a língua conta com uma projeção de P_{poss} , com o POSSUIDOR sempre c-comandando o POSSUÍDO; e aquele em (57), que consiste numa projeção de locação, caso em que o POSSUÍDO (como o *localizado*) deve sempre c-comandar o POSSUIDOR (o *local*).

(56)



(57)



Seria possível então distinguir três tipos de língua quanto à configuração disponível para a composição da sentença possessiva. Um grupo vai ser o daquelas línguas que não possuem P_{poss} em seu inventário e recorrem a uma configuração locativa para determinar a expressão de posse, caso em que se incluem o irlandês e o gaélico. Um outro grupo vai reunir aquelas línguas que possuem P_{poss} , mas não efetivam a incorporação da preposição abstrata à cópula; é o caso, dentre outras, do japonês. O terceiro grupo deve incluir as línguas que apresentam P_{poss} e realizam sua incorporação à cópula, este sendo o caso do inglês e das línguas românicas. Harley tenta fundamentar essa divisão na possibilidade de uma língua incluída num dos dois últimos grupos apresentar evidências de DOCs, como as encontradas no inglês e, contrariamente, de uma língua incluída no primeiro grupo nunca realizar essas construções.

O irlandês, por exemplo, incluído no primeiro grupo, apresenta as suas possessivas sob o padrão locativo. O conjunto abaixo reúne, respectivamente, uma locativa, uma existencial e uma possessiva nessa língua. As três configurações são estruturalmente paralelas: o sistema recorre a um P_{loc} , cujo argumento externo será o constituinte interpretado como LOCALIZADO/POSSUÍDO, e o argumento interno, como a LOCAÇÃO/POSSUIDOR.

- (58) a. Ta an mhin sa phota.
 Be the (oat)meal in.the pot
 V THEME LOCATION
 ‘The oatmeal is in the pot’
- b. Tá mim sa phota.
 Be oatmeal in. the pot
 V THEME LOCATION
 ‘There is oatmeal in the pot’
- c. Tá an peann ag Máire.
 Be the pen at Mary
 V THEME LOCATION
 ‘Mary has the pen’

(Harley 2001:Ex. (34a-c))

A previsão de que, nessa língua, o possuidor não pode c-comandar o possuído é confirmada pela construção em (59): possuidores quantificados não vão poder ligar pronomes instanciados

internamente ao POSSUÍDO. Vale ressaltar que a ordem básica do irlandês é VSO; como tal, seria de se esperar que o POSSUIDOR estivesse numa posição mais alta que a do POSSUÍDO, condição impossibilitada pela ausência de P_{poss}.

- (59) * Ta a_i pheann-fhéin ag chuili_i bhuachail.
 Is his pen-self at every boy
 ‘Every boy has his pen’ (Harley 2001:Ex. 34d)

Os casos a seguir confirmam a impossibilidade de DOCs. Na ausência de P_{poss}, o DP *Bhinclí*, interpretado como alvo, é impedido de c-comandar *caisearbhan*, interpretado como tema. Uma relação possessiva não pode, portanto, ser estabelecida no interior de predicados com verbos bitransitivos em irlandês, igualmente uma consequência da ausência de P_{poss} nessa língua.

- (60) a. Thug Míleó caisearbhan do Bhinclí.
 Gave Milo dandelion to Binkley
 “Milo gave a dandelion to Binkley.”
 b. * Thug Míleó Bhinclí caisearbhán.
 Gave Milo to Binkley a dandelion
 “Milo gave to Binkley a dandelion”
 c. * Thug Míleó caisearbhán Bhinclí
 Gave Milo dandelion Binkley
 d. * Thúg Míleó Bhinclí caisearbhán
 Gave Milo Binkley dandelion
 “Milo gave Binkley a dandelion” (Harley 2001:Ex. 35)

O japonês se incluiria entre as línguas que dispõem de P_{poss}, mas não efetiva a incorporação para derivar uma forma exclusivamente possessiva. A construção de posse típica nessa língua é aquela dada em (61): o POSSUIDOR, marcado com nominativo ou dativo, é seguido pelo TEMA, sempre marcado com o nominativo. A forma verbal empregada é o existencial *aru*; para Harley, P_{poss} é foneticamente nula. Diferentemente do irlandês, o japonês vai demonstrar DOCs, como em (62a) abaixo, confirmando a previsão da proposta, ao lado de DCCs, como em (62b).

- (61) John-ga/ni zibun-no uti-ga aru.
 John-NOM/DAT self-GEN house-NOM exist
 POSSESSOR THEME V
 ‘John has his house’ (Harley 2001:Ex. 44)

- (62) a. Bugs-ga Daffy-ni piza-o oge-ta.
 Bugs-NOM Daffy-DAT pizza-ACC give-PAST
 ‘Buggs gave Daffy a pizza’

- b. Bugs-ga piza-o Daffy-ni oge-ta.
 Bugs-NOM piza-ACC Daffy-DAT give-PAST
 ‘Bugs gave a pizza to Daffy’ (Harley 2001:Ex. 46)

No terceiro grupo, ao lado do inglês, são incluídas as línguas românicas. O fato de terem um verbo inerentemente possessivo leva Harley a postular que essas línguas dispõem da preposição possessiva, muito embora não apresentem evidências de DOCs morfologicamente marcadas como as do inglês. A autora chama a atenção, contudo, para a possibilidade de o alvo poder c-comandar o tema, condição indiciada por fatos de ligação em italiano e francês, como nos casos abaixo, respectivamente.

- (63) a. Una lunga terapia psicoanalitica ha restituito Maria_i a se stessa_i.
 ‘A long psychoanalytic therapy restored Maria to herself’
 b. Una lunga terapia psicoanalitica ha restituito se stessa_i a Maria_i.
 ‘A long psychoanalytic therapy restored herself to Maria’ (Harley 2001:Ex. 55)
- (64) a. Marie a donné son_i crayon à chaque_i garçon.
 ‘Mary gave every boy his pencil’
 b. Jean a introduit chaque_i institutrice à se élèves.
 ‘Jean introduced every teacher to her students’ (Harley 2001:Ex. 56)

No que tange ao português brasileiro, Scher (1996) analisa um paradigma de construções com verbos bitransitivos que pode apontar para a tese de Harley. Essas construções, exemplificadas em (65)-(68) a seguir, são comuns num dialeto falado na Zona da Mata mineira. Trata-se de casos similares às DOCs do inglês e de outras línguas que abarcam um verbo inerentemente possessivo em seu inventário.¹¹

- (65) Eu dei o rapaz o livro. (Scher 1996:12)
- (66) a. Ele deu o dinheiro (a/pr)o pai.
 b. Ele deu (a/pr)o pai o dinheiro. (Scher 1996:27)
- (67) a. Ele pediu o dinheiro (a/pr)o pai.
 b. Ele pediu (a/pr)o pai o dinheiro. (Scher 1996:27)
- (68) a. Eu emprestei o carro o Pedro.
 b. Eu emprestei o Pedro o carro. (Scher 1996:30)

¹¹ Para Scher (1996), contudo, as construções bitransitivas estruturadas como V NP NP demonstram naturezas sintáticas distintas no inglês e no dialeto em questão do português brasileiro. A autora defende que, neste sistema, o objeto indireto ocupa uma posição de tópico, com processos morfo-fonológicos determinando o apagamento da preposição.

Apesar de o fenômeno ser dialetalmente restrito, os fatos discutidos por Scher legitimam, nos termos propostos por Harley (2001), a discussão em torno de P_{poss} em línguas como o português brasileiro, e suas conseqüências para a formação das sentenças possessivas, uma vez que tais línguas não evidenciam robustamente a existência de DOCs em seu sistema.

Para os estudos que procuram determinar a obtenção do verbo possessivo a partir da associação entre uma preposição abstrata e a cópula, a análise de Harley adquire uma importância crucial. Trata-se, talvez, da primeira investigação que fornece uma evidência independente para a existência de uma preposição abstrata associada à ocorrência de um verbo inerentemente possessivo entre as línguas naturais. Especificamente no capítulo 3, vamos mostrar que as preposições *de* e *com* em português brasileiro podem intermediar relações paralelas às observadas entre as sentenças com *ter*. De alguma forma, esses dois itens podem abarcar traços da preposição abstrata possessiva em sua composição.

1.3.4 Sumário

Nesta seção, atentamos para as propostas de Kayne (1993,1994), Hornstein *et al.* (2002) e Harley (2001), que defendem a existência de uma categoria abstrata essencial para determinar a obtenção de um verbo inerentemente possessivo. A associação da cópula a essa categoria seria o processo determinante da composição desses verbos. Na próxima seção, vamos introduzir a proposta de que, independentemente da forma como ocorre, os traços do verbo existencial é o que deve portar o caráter mais primitivo em relação aos dos verbos copular e possessivo.

1.4 Uma base existencial para as construções com *ser* e *estar*

Clark (1978) e Freeze (1993) procuram sustentar que, em última instância, é o caráter de definitude que determina a fixação do sujeito numa determinada posição da estrutura locativa: constituintes indefinidos tendem a permanecer *in situ*, o que vai compor uma propriedade das construções existenciais; constituintes definidos são movidos, resultando numa outra estrutura.¹² Nesta seção, apresentamos fatos do português brasileiro que também demonstram essa dinâmica. A realização de uma existencial com *ter* parece estar associada à permanência de um constituinte indefinido em seu *locus* de inserção, enquanto a derivação de copulativas/locativas com *ser* e *estar* vão contar com a presença de constituintes definidos (ou indefinidos com um certo caráter

¹² Ver, contudo, os casos do catalão e do japonês apresentados na nota 33, no capítulo 2.

de especificidade) na posição de sujeito, aparentemente alçados a partir da mesma posição em que o DP complemento da sentença existencial ocorre.

Diante de alguns fatos relacionados a essa generalização, temos espaço para elaborar a hipótese de que os verbos possessivos e copulativos do português brasileiro são obtidos pela transformação do verbo existencial, num sentido a ser especificado. Conseqüentemente, a estrutura existencial vai suportar um esquema mais primitivo que o das possessivas e copulativas. Tomando por base as abordagens de Kayne (1993,1994) e Hornstein *et al.* (2002) nas seções 1.3.1 e 1.3.2, respectivamente, é a partir da posição de argumento interno do verbo existencial que um constituinte vai ser alçado para a posição de sujeito desse mesmo verbo, gerando uma ou outra construção. Nesse sentido, teremos de tomar os traços correspondentes ao verbo existencial como mais primitivos que os associados aos verbos copulativo e possessivo.

Três pontos expostos até aqui merecem antecipadamente algum comentário. Primeiro, o quadro que vamos propor para o português brasileiro nos obriga a assumir que a incorporação de uma categoria aos traços do verbo existencial, para a obtenção do possessivo, resulta num item morfológicamente idêntico ao próprio verbo existencial. Se o sistema analisado fosse o do português europeu, teríamos um contexto mais propício para validar a operação: o possessivo *ter* seria obtido pela incorporação de uma categoria abstrata a *haver*. A diferença morfológica entre os dois verbos poderia, então, ser apontada como um indício de transformação, embora a forma resultante não guarde qualquer propriedade mórfica da categoria que lhe serve de base. Qual pode ser, então, o indício de incorporação em português brasileiro, face à identidade morfológica do verbo existencial e do verbo possessivo? Não seria o caso de seguirmos a proposta de Viotti (1999), e tratarmos o *ter*-possessivo e o *ter*-existencial do português brasileiro como um mesmo item? Este é um ponto que teremos de encaminhar adequadamente nos próximos capítulos, sob o risco de as propostas de Freeze (1992), Kayne (1993,1994) e Hornstein *et al.* (2002) não poderem ser aplicadas a contento aos fatos da língua.

O segundo ponto é que, diferentemente dos estudos que temos visto aqui, vamos inserir no paradigma as construções com *ser*. Em geral, os casos que se costuma analisar circunscrevem-se aos correspondentes às construções com *estar*, em contextos exclusivamente locativos. As análises existentes, embora tangenciem a cópula correspondente ao nosso verbo *ser*, não a assumem abertamente como integrante do mesmo paradigma que as possessivas e existenciais. O que tem sido senso comum em diversas linhas de análise é que as copulativas equativas e atributivas dispõem de um caráter predicativo primitivo. Verbos como *be* e *être* quando em leitura equativa são tradicionalmente tratados como formas semanticamente vazias, cuja função é

suportar propriedades exclusivamente temporais e aspectuais, ou índices de número e pessoa (ver seção 4.2). O presente estudo não compartilha desse tratamento clássico oferecido à cópula: *ser* não vai consistir num primitivo e deve ser analisado como resultante de operações aplicadas sobre o verbo existencial.

O conceito de *primitivo* aqui empregado não pressupõe um esvaziamento semântico, ao contrário do que possa parecer. A noção vai simplesmente estar associada ao fato de uma determinada configuração sintática servir de base para a aplicação de operações que resultam em diferentes formas. Apresenta, portanto, uma dimensão exclusivamente morfológica quando concernente ao verbo, ainda que possa ter conseqüências nitidamente semânticas. Ainda sobre o *status* do verbo copulativo, mesmo Clark (1978:89), que exclui as equativas e atributivas de sua análise, assevera que certas copulativas podem ser tratadas como instâncias de locação. Não estaria aí implícita uma sugestão para incluir a cópula com *ser* no paradigma das possessivas e existenciais? É igualmente importante ressaltar que os verbos equativos e locativos apresentam a mesma forma em grande parte das línguas naturais, conforme os dados de Clark apontam. É por essa razão, inclusive, que Benveniste (1972) vai argumentar em favor do caráter estativo do verbo possessivo: o autor se vale de evidências em torno de copulativas equativas, e não locativas, contrariamente ao que se observa na maioria dos estudos. Além disso, conforme apontado na seção 1.2, as construções com *ser* vão estabelecer paralelismos temáticos com as construções possessivas, existenciais e locativas. Parece-nos, portanto, que deixar as copulativas clássicas de fora do paradigma, como têm feito os estudos citados até aqui, consiste menos numa solução do que num complicador, uma vez que teríamos de explicar o porquê de as equativas e as atributivas, apesar das similaridades com as construções do paradigma, corresponderem a casos à parte.

Um terceiro ponto diz respeito ao fato de tomarmos a existencial como um tipo sentencial mais primitivo que a cópula e a posse, o que é, no fundo, a causa de estarmos tomando os traços do verbo existencial como mais primitivo que o dos demais. Vamos defender que, para que uma construção seja gerada como possessiva ou copulativa, ela deve antes passar por um estágio existencial, visão implícita nas propostas de Kayne (1993,1994) e Hornstein *et al.* (2002). O que obscurece essa assunção na proposta desses autores é o fato de ambos desenvolverem suas análises em torno da forma *be*, que em inglês vai funcionar como verbo copulativo e existencial. A derivação da sentença possessiva acaba sendo discutida por esses autores não a partir da consideração de um tipo sentencial básico, mas de uma forma verbal básica. Todavia, pelo menos

na abordagem de Hornstein *et al.*, a base existencial é sugerida pela idéia de que existe uma identidade de sentido entre certas possessivas e certas existenciais: o *be* que vai compor o verbo possessivo só pode, então, ser resultante do predicado existencial, e não da construção copulativa, embora os autores não dêem maior destaque a esse fato. Cabe aqui chamar novamente a atenção para a assimetria entre o português brasileiro e o inglês: neste sistema, a forma associada à cópula corresponde ao verbo mais básico; naquele, é a forma associada à interpretação de posse que demonstra uma identidade com a associada aos traços verbais mais básicos. O que vai fazer *ter* e *be* corresponderem à forma básica, portanto, é o fato de serem os itens empregados na expressão de existência, independentemente de o sistema lhes ter também atribuído a função de indicar posse ou cópula.

A idéia de que as existenciais correspondem a estruturas mais primitivas que as copulativas está mais explícita naquelas abordagens que tomam a cópula como um verbo de alçamento. Como exemplo, temos as análises de Stowell (1981) para o inglês e de Burzio (1986) para o italiano, que procuram derivar a copulativa a partir da mesma base que determina a sentença existencial. Em sistemas que dispõem de uma única forma para o verbo copulativo e o verbo existencial, essa abordagem é quase intuitiva. Diferentemente, para línguas como o português, a mesma implementação terá de lidar com a distinção morfológica entre os dois verbos. Mais especificamente no capítulo 4, formalizamos a relação entre existenciais e copulativas com *ser* em português brasileiro, mostrando ser teoricamente vantajoso considerar as primeiras como a base derivacional para a formação das últimas, similarmente ao proposto por esses dois autores.

1.4.1 *Ter-existencial e estar*

Observemos as construções em (69)-(71) a seguir. As existenciais em (a) podem ser parafraseadas pela estativas em (b), sem aparente alteração de significado.

- (69) a. Tem dois amigos meus gripados.
b. Dois amigos meus estão gripados.
- (70) a. Tem vários ex-orientandos do Jairo nos Estados Unidos.
b. Vários ex-orientandos do Jairo estão nos Estados Unidos.
- (71) a. Tem alguns países africanos querendo entrar para o Conselho de Segurança da ONU.
b. Alguns países africanos estão querendo entrar para o Conselho de Segurança da ONU.

Podemos tomar essas construções para sugerir que as copulativas com *estar* (doravante, *copulativas estativas* ou, simplesmente, *estativas*) são derivadas a partir de uma existencial, com o complemento de *ter* sendo alçado para a posição de sujeito. Tal proposta levanta alguns

problemas imediatos. Primeiro, os verbos empregados em uma e outra construção dispõem de formas diferenciadas, o que, para o caso de estarmos diante de um processo de derivação, pode representar uma incongruência. Em princípio, para tratarmos um objeto sintático B como derivado de A, A e B devem apresentar os mesmos elementos. No caso das sentenças em (69)-(71), a existencial e a estativa, nossos objetos sintáticos, são construídas com formas verbais diferenciadas e, portanto, não podem ser tomadas como dispostas de um mesmo conjunto de elementos. Uma saída seria assumirmos que, sob determinadas condições, *ter* é “transformado” em *estar*, paralelamente à proposta de Kayne (1993,1994) para a transformação de *be* em *have*.

Há igualmente outro problema: como estamos assumindo os pressupostos gerais do Programa Minimalista, nos termos de Chomsky (1995), é esperado que a derivação da estativa resulte de algum requerimento que não esteja satisfeito na existencial.¹³ Contudo as sentenças existenciais em (69a)-(71a) são perfeitas, não se exigindo qualquer nova operação em sintaxe aberta para sua aceitabilidade. Consideremos então algumas possibilidades técnicas para fundamentar, em termos minimalistas, a tese da derivação. Podemos lançar mão da hipótese de que as existenciais do português são construídas como as existenciais do inglês, no sentido proposto por Chomsky (1986): em Forma Lógica, o complemento do verbo existencial é movido para [Spec,TP], substituindo *there*, como apontado em (72) a seguir. Uma evidência para o alçamento no componente semântico está na concordância visível obrigatória do verbo com o DP pós-verbal. Essa propriedade das existenciais do inglês indicaria que, em algum ponto da computação, o complemento é alçado para a posição relevante, o que desencadeia a concordância já em sintaxe aberta.

- (72) a. There are two books on the table.
b. LF: [_{TP} [two books]_i are_j [_{VP} t_j t_i on the table]]

Para o caso do português brasileiro, embora a gramática tradicional rejeite a concordância do verbo existencial com seu complemento, construções existenciais, quando construídas em tempos que não o presente do indicativo, podem manifestar marcas de concordância no verbo. Pelo menos no meu dialeto, que corresponde ao português falado na região metropolitana do Rio de Janeiro, construções como em (73) a seguir são bastante recorrentes, mesmo no registro de indivíduos mais letrados.

¹³ A partir de agora, vão ser recorrentes as referências a uma série de pressupostos do Programa Minimalista. Os leitores menos familiarizados podem se dirigir às seções 1.5.1, 1.5.2 e 2.4.1, nas quais apresentamos, em linhas gerais, alguns pontos da teoria que serão relevantes para a elaboração da nossa proposta.

- (73) a. Tinham dois amigos meus gripados.
b. Tinham vários orientandos do Jairo nos Estados Unidos.
c. Tinham alguns países africanos querendo entrar para o Conselho de Segurança da ONU.

Aplicando a abordagem das existenciais do inglês proposta por Chomsky, poderíamos considerar que, em Forma Lógica, o complemento de *ter* é alçado para o [Spec,TP] das existenciais, substituindo um *pro*-expletivo.¹⁴ Esse alçamento, contudo, poderia ser antecipado para o componente aberto, e teríamos então a realização das construções com *estar*, como em (69b)-(71b) referidos anteriormente. Essa abordagem ainda não elimina a necessidade de identificarmos um requerimento necessário para que o DP pós-verbal possa ser alçado ainda no componente aberto. Digamos, então, que, em determinados casos, um constituinte como *dois amigos meus*, em (69b), entre na estrutura portando um *status* informacional diferenciado, e que esse *status* seja interpretado no componente sintático como um requerimento para que o DP pós-verbal sofra alçamento até uma posição mais alta, de modo a satisfazer a exigência ainda no componente aberto. O *status* poderia ser o mesmo que o observado em constituintes que funcionam como tópico, e daí a necessidade de alçamento antes do componente semântico.¹⁵ Associada a evidências que deverão dar conta da transformação de *ter* em *estar*, essa pode ser uma saída para tratarmos as construções estativas como derivadas das existenciais.

Há ainda outra saída técnica para a derivação. Digamos que a diferença entre (a) e (b) naqueles casos em (69)-(71) seja derivada do arranjo que contém os itens lexicais a serem inseridos na derivação. Essa diferença pode residir na ausência/presença de *pro*-expletivo: se presente, ele é inserido na posição relevante e a construção existencial é derivada; se ausente, um dado elemento do interior do predicado deve ser atraído para [Spec,TP], com vistas a checar o traço D-forte de T. Nesse caso, o elemento disponível é o DP complemento do verbo existencial, que é então movido para a posição relevante. Ainda para esse caso, a abordagem deve estar associada a uma explicação para a transformação de *ter* em *estar*. É importante observar que, se encamparmos essa tese, a construção com *estar* não poderá corresponder integralmente a uma estrutura derivada da existencial, uma vez que o movimento para [Spec,TP] do DP pós-verbal seria requerido antes mesmo de a existencial estar construída. A estativa teria de ser tratada,

¹⁴ Para contra-argumentos a uma abordagem similar desenvolvida por Chomsky (1995), ver o capítulo 4 de Viotti (1999).

¹⁵ Análises como as de Galves (2001) defendem que a posição na qual o sujeito é realizado em português brasileiro é uma instância acima de TP, num *locus* associado exatamente à interpretação do que se convencionou chamar de *tópico*. A idéia de que o sujeito de *estar* porta um *status* informacional diverso do observado para o nominal pós-verbal de *ter* encontraria, talvez, um respaldo em tal proposta. Retornaremos a esse ponto no capítulo 4.

então, como “uma existencial em potencial” que não contou com um elemento relevante para que os traços de [Spec,TP] fossem checados.

Existe também um complicador para a validação de uma ou outra hipótese: constituintes nominais definidos não são licenciados num predicado existencial, a não ser se realizados em contextos de listas, mas são licenciados como sujeito de *estar*, de acordo com os casos em (74)-(76) a seguir.

- (74) a. * Tem os meus dois amigos gripados.
b. Os meus dois amigos estão gripados.
- (75) a. * Tem a Cris nos Estados Unidos.
b. A Cris está nos Estados Unidos.
- (76) a. * Tem o Zimbábue querendo entrar para o Conselho de Segurança da ONU.
b. O Zimbábue está querendo entrar para o Conselho de Segurança da ONU.

Esses casos são um obstáculo para tratar a estativa como um objeto derivado da existencial, pelo menos nos mesmos termos que estabelecemos para (69)-(71) anteriormente, uma vez que a má-formação de (74)-(76) não pode ser exclusivamente explicada pela ausência ou presença de *pro*-expletivo.

Há, ainda, um terceiro conjunto de dados: o daqueles em que a existencial é permitida, mas não a estativa, contrariamente ao observado em (74)-(76). Nos casos em (77)-(79) adiante, o DP não pode ocorrer na posição de sujeito de *estar*. Há um contraste evidente entre os DPs de (74)-(76) e aqueles em (77)-(79): os primeiros ocorrem com um índice de definitude, enquanto os segundos não apresentam qualquer determinante.¹⁶ Essa condição pode estar associada ao alçamento de um DP para a posição de sujeito, na derivação da estativa. Vamos, por ora, considerar que essa condição consiste, *grosso modo*, numa marca de especificidade: apenas DPs [+ESPECÍFICOS], que geralmente são definidos, podem ocorrer na posição de sujeito de *estar*. Tal posição estaria dentro do previsto por Clark (1978) e Freeze (1992), como apontado no início deste capítulo. O DP indefinido é o constituinte característico da existencial e permanece *in situ*. Contrariamente, o definido não pode ocorrer como argumento interno, e precisa ser alçado para uma posição mais alta, derivando as estativas.

- (77) a. Tem praias belíssimas na costa leste do Ceará.
b. * Praias belíssimas estão na costa leste do Ceará.

¹⁶ No capítulo 2, vamos apresentar casos em que *bare nouns* são licenciados na posição de sujeito de *estar*, com uma interpretação aparentemente genérica.

- (78) a. Tem planetas fora do sistema solar.
b. * Planetas estão fora do sistema solar.
- (79) a. Tem universidades boas no interior paulista.
b. * Universidades boas estão no interior paulista.

Para aquelas construções em (69)-(71), em que tanto os casos com *ter* como com *estar* são bem formados, o contraste que pode estar licenciando o alçamento do complemento existencial e bloqueando a operação em (77)-(79) parece relacionado à interpretação de especificidade. Os complementos existenciais das primeiras apresentam um quantificador existencial, o que não ocorre entre as últimas, que são realizados sem qualquer determinante. Notemos que a interpretação desses DPs existencialmente quantificados é paralela à de um DP partitivo: *vários amigos do Roberto* remete ao mesmo conjunto que *vários dos amigos do Roberto*; *alguns países africanos*, ao mesmo de *alguns dos países africanos*; da mesma forma, *vários orientandos do Jairo* reporta ao universo de *vários dos orientandos do Jairo*. O que pode ser importante nesse paralelo é que o DP partitivo suporta uma natureza tanto indefinida quanto específica: o N sobre o qual a partição recai aponta para um conjunto bem delimitado; ao mesmo tempo, o DP suporta um caráter indefinido, dado não ser possível identificar os indivíduos sob o escopo do quantificador dentro do conjunto delimitado. Por exemplo, em *vários amigos do Roberto*, temos a especificação do conjunto *amigos* (ou seja, estamos nos referindo aos *amigos do Roberto*); ao mesmo tempo, N está associado a um quantificador existencial, o que indefine os indivíduos, dentre *os amigos do Roberto*, que estão gripados. Por seu caráter híbrido, esses DPs vão poder ocorrer não só como o argumento interno da existencial, que requer um constituinte indefinido na posição pós-verbal, mas também como argumento externo da estativa. Diferentemente, no caso de (77), por exemplo, a interpretação específica somente vai ser possível se sobre *praias belíssimas* incidir uma interpretação universal, de modo que a frase possa ser parafraseada por algo como *Todas as praias belíssimas estão na costa leste do Ceará*.

Retornando à possibilidade de derivação das construções com *estar* a partir das sentenças com *ter*-existencial, sem tomarmos por ora partido por uma das duas hipóteses esboçadas nesta seção (ou por uma possível terceira hipótese), podemos lançar mão, provisoriamente, da seguinte generalização: numa construção existencial do português brasileiro, constituintes nominais indefinidos (DP_{IND}) com interpretação não-específica (DP_{-ESP}) permanecem *in situ*, resultando na realização de uma sentença com *ter*, como na representação em (80) a seguir; constituintes nominais definidos com interpretação específica (DP_{DEF/+ESP}) são alçados para a posição de sujeito, produzindo a estativa, com *ter* se transformando em *estar*, num sentido que precisamos

definir, como em (81). Os indefinidos específicos podem ocorrer tanto nas existenciais como nas estativas, dado o seu caráter híbrido, como esquematizado em (82).

(80) TER [DP_{IND/-ESP}] XP

(81) [DP_{+ESP}]_i ESTAR t_i XP

(82) a. TER [DP_{IND/+ESP}] XP

b. [DP_{IND/+ESP}]_i ESTAR t_i XP

Antes do término deste capítulo, retornaremos a esse esquema para situá-lo num quadro possível dentro dos pressupostos da Morfologia Distribuída, procurando combinar as vantagens das duas hipóteses aqui discutidas. No capítulo 2, vamos sugerir que apenas após *Spell-Out*, quando a estrutura formada pela computação sintática bifurca para os componentes fonético e semântico, é que o sistema vai decidir qual verbo será inserido nos nós disponibilizados pela sintaxe.

1.4.2 *Ter-existencial e ser*

A comparação de existenciais e copulativas com *ser* (doravante, simplesmente copulativas), evidenciam mais claramente a generalização proposta na seção anterior. Começemos pelos casos em (83)-(85) a seguir.

(83) a. Tem vários ministros de Lula a favor das reformas.

b. Vários ministros de Lula são a favor das reformas.

(84) a. Tem algumas provas do Jairo muito fáceis.

b. Algumas provas do Jairo são muito fáceis.

(85) a. Tem muitos deputados do PT extremamente radicais.

b. Muitos deputados do PT são extremamente radicais.

Essas existenciais e copulativas reportam aparentemente ao mesmo significado. Nos três conjuntos, o complemento da existencial e o sujeito da copulativa dispõem de um caráter simultaneamente indefinido e específico (*vários dos ministros de Lula, algumas das provas do Jairo, muitos dos deputados do PT*), nos termos propostos na seção anterior. Que a posição de sujeito de *ser* tende a receber constituintes com interpretação de especificidade, mostram-nos os casos em (86)-(88) abaixo. Conforme apontado na seção anterior, o predicado existencial vai rejeitar DPs específicos e definidos como complemento, mas as copulativas podem aceitá-lo como sujeito, da mesma forma que as estativas.

- (86) a. * Tem o Palocci a favor das reformas.
b. O Palocci é a favor das reformas.
- (87) a. * Tem a prova do Jairo muito fácil.
b. A prova do Jairo é muito fácil.
- (88) a. * Tem os deputados do PT extremamente radicais.
b. Os deputados do PT são extremamente radicais.

Para um outro contraste, notemos as diferentes interpretações para os complementos das existenciais em (a) e dos sujeitos das copulativas em (b), em (89)-(91) a seguir.

- (89) a. Tem deputados do PT extremamente radicais.
b. Deputados do PT são extremamente radicais.
- (90) a. Tem prova do Jairo muito fácil.
b. Prova do Jairo é muito fácil.
- (91) a. Tem praias cariocas conhecidas internacionalmente.
b. Praias cariocas são conhecidas internacionalmente.

Constituintes sem qualquer índice de quantificação são interpretados existencialmente no predicado existencial. Como sujeito da copulativa, esses constituintes recebem uma interpretação aparentemente genérica. Para reforçar o contraste, podemos verificar que constituintes com quantificadores existenciais na posição de sujeito de *ser* devem receber uma interpretação partitiva, diferentemente do que ocorre com tais constituintes se ocorrerem num predicado existencial. Os casos a seguir são um exemplo.

- (92) a. Tem duas toalhas no banheiro para o Pedro se enxugar.
b. Duas toalhas no banheiro são para o Pedro se enxugar.
- (93) a. Tem muitos ônibus do Centro para Barão Geraldo na parte da manhã.
b. Muitos ônibus do Centro para Barão Geraldo são na parte da manhã.

Nas construções com *ser*, em ambos os conjuntos acima, é necessário o pressuposto de que existem outras toalhas no banheiro além das duas com as quais o Pedro deve se enxugar. Da mesma forma, é necessário pressupor a existência de ônibus para Barão Geraldo além daqueles que saem na parte da manhã. Esses pressupostos, resultantes de uma interpretação obrigatoriamente partitiva, não são obrigatórios nas existenciais.

A necessidade de leitura partitiva associada a um sujeito quantificado existencialmente para *ser* pode explicar a má formação de (95b) a seguir, face à boa formação da copulativa em (94b). Em (94), *quatro estados brasileiros* recebe uma interpretação partitiva, uma vez que existem outros estados brasileiros além dos quatro da Região Sudeste. Esse complemento existencial pode

então ser licenciado sem problemas como sujeito de *ser*. Contrariamente, a interpretação partitiva vai ser impossível para (95b), uma vez que *vinte e seis* é o número total de estados no Brasil. Sem a leitura partitiva e seu conseqüente caráter de especificidade (nos termos da seção anterior), o DP quantificado pelo cardinal não é licenciado como sujeito da cópula.

- (94) a. Tem quatro estados brasileiros na região sudeste.
 b. Quatro estados brasileiros são na região sudeste.
- (95) a. Tem vinte e seis estados no Brasil.
 b. * Vinte e seis estados são no Brasil.

Podemos, portanto, estender a generalização prevista para as construções estativas às construções copulativas, com relação às existenciais. Da mesma forma, podemos ampliar a hipótese da derivação a partir das existenciais, conforme os esquemas em (96)-(98) a seguir. DPs indefinidos estão associados à realização de uma sentença existencial; DPs específicos/definidos devem ser alçados, com o verbo *ter* transformando-se em *ser* ou *estar*; DPs indefinidos com marcação de especificidade podem permanecer *in situ*, derivando a existencial, ou podem ser alçados, derivando a estativa ou a copulativa. Há ainda, como vimos, uma quarta possibilidade, mais rara com *estar* (como discutiremos na seção 2.4.3), porém bastante freqüente com *ser*, que é a ocorrência de *bare nouns* com interpretação genérica na posição de sujeito da cópula, como apontado no esquema em (99).

- (96) TER DP_{IND / -ESP} XP
- (97) [DP_{DEF / +ESP}]_i SER/ESTAR t_i XP
- (98) a. TER DP_{IND / +ESP} XP
 b. [DP_{IND / +ESP}]_i SER/ESTAR t_i XP
- (99) [DP_{GENÉRICO}]_i SER t_i XP

1.4.3 Efeito de definitude e verbos monoargumentais

Efeitos associados à definitude são também bastante comuns em alguns verbos monoargumentais, num padrão que pode ser tomado como paralelo aos casos observados com *ter*, *ser* e *estar*. Observemos as construções em (100)-(102) abaixo. Nos termos propostos por Belletti (1988), esses verbos podem atribuir um Caso partitivo para seu único argumento, exigindo que o mesmo disponha de um caráter indefinido.

- (100) a. Ocorreu um acidente horrível na Francisco Glicério.
 b. Um acidente horrível ocorreu na Francisco Glicério.
 c. * Ocorreu o acidente horrível na Francisco Glicério.
 d. O acidente horrível ocorreu na Franscisco Glicério.
- (101) a. Vivem muitas pessoas pobres na favela da Rocinha.
 b. Muitas pessoas pobres vivem na favela da Rocinha.
 c. * Vivem aquelas pessoas pobres na favela da Rocinha.
 d. Aquelas pessoas pobres vivem na favela da Rocinha.
- (102) a. Trabalharam vários operários na construção da Ponte Rio-Niterói.
 b. Vários operários trabalharam na construção da Ponte Rio-Niterói.
 c. * Trabalharam aqueles operários na construção da Ponte Rio-Niterói.
 d. Aqueles operários trabalharam na construção da Ponte Rio-Niterói.

A diferença entre esses verbos e *ter*-existencial é que o último não licencia qualquer elemento na posição de sujeito, como nos casos em (103)-(104) a seguir.

- (103) a. Tem muitas pessoas pobres na favela da Rocinha.
 b. * Muitas pessoas pobres tem na favela da Rocinha.
 c. * Aquelas pessoas pobres tem na favela da Rocinha.
- (104) a. Teve um acidente horrível na Francisco Glicério.
 b. * Um acidente horrível teve na Francisco Glicério.
 c. * O acidente horrível teve na Francisco Glicério.

Se a hipótese de que as construções copulativas são obtidas a partir de construções existenciais estiver correta, dentro do proposto na seção anterior, podemos considerar que o verbo existencial é um representante *anômalo* daquele grupo de verbos monoargumentais, também marcando seu argumento interno com Caso partitivo. A anomalia se deve exatamente à transformação de *ter* em *ser* ou *estar* quando o DP é alçado para a posição de sujeito. Notemos, em (105) a seguir, que aqueles casos apresentados em (103c)-(104c), por exemplo, são bem formados se construídos com *ser* e *estar*, respectivamente.

- (105) a. Aquelas pessoas pobres estão na favela da Rocinha.
 b. O acidente horrível foi na Francisco Glicério.

As restrições de definitude observadas entre as existenciais consistem, portanto, num fato bastante recorrente em português entre outros padrões sentenciais. Uma determinada classe de verbos monoargumentais, na qual *ter* vai se incluir, resiste a ocorrer com um argumento definido posposto. A hipótese que vamos procurar validar é então a de que *ser* e *estar* são a versão de *ter* com o argumento anteposto. Conseqüentemente, vamos ter de encontrar uma explicação para o porquê de *ter* sofrer essa transformação. Retornamos à questão ao longo dos capítulos 2, 3 e 4.

1.4.4 Sumário

Nesta seção, vimos que a generalização proposta em estudos como os de Clark (1978) e Freeze (1992) em torno dos efeitos de definitude para a determinação de propriedades do chamado paradigma locativo se aplica ao português brasileiro. Observando construções com *ter*-existencial, *ser* e *estar*, sugerimos que esses dois últimos verbos resultam de uma “transformação” do primeiro, num sentido que ainda iremos fixar. A transformação se opera na situação em que o argumento interno da existencial, geralmente quando definido ou indefinido associado a uma marcação de especificidade, é alçado para a posição de sujeito da copulativa/estativa. Essa hipótese nos leva a assumir que os traços que permitem obter *ter*-existencial são mais primitivos que aqueles que permitem obter *ser* e *estar*. Conseqüentemente, a estrutura existencial vai ser tomada como a mais primitiva, no sentido de que toda construção copulativa e possessiva deve passar por um estágio existencial em sua geração.

1.5 Um modelo morfossintático para a obtenção de *ter*, *ser* e *estar*

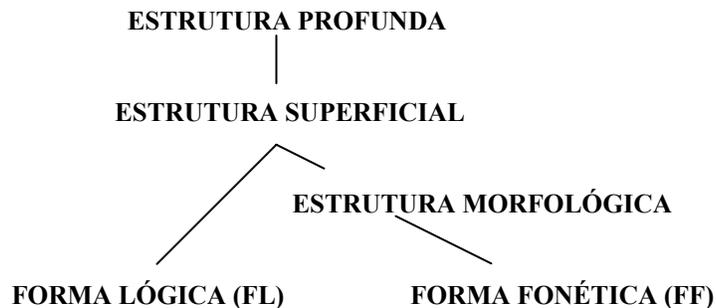
Nesta seção, vamos abordar, em linhas gerais, os pressupostos da Morfologia Distribuída (MD) que serão relevantes para o quadro que iremos desenvolver. O modelo será basicamente assumido nos termos propostos por Halle & Marantz (1993) e Harley & Noyer (2003). Mais especificamente, vamos assumir a proposta de Bobaljik (1995,1996) em torno de operações desencadeadas por condições de adjacência entre morfemas. O arcabouço teórico mais geral é o da Teoria de Princípios & Parâmetros (Chomsky & Lasnik 1993) em sua versão minimalista (Chomsky 1995). À medida em que a elaboração do quadro for se desenvolvendo ao longo da dissertação, vamos procurar explicitar alguns dispositivos de análise do Programa que nos parecerem necessários à compreensão da nossa proposta.

1.5.1 Operações morfológicas e checagem de traços

Dentro da proposta de Halle & Marantz (1993), a MD adiciona um nível morfológico – a *Estrutura Morfológica*, como em (106) adiante – às Estrutura Profunda, Estrutura Superficial, Forma Lógica e Forma Fonética, níveis de representação amplamente assumidos dentro da Teoria de Princípios e Parâmetros até meados da década de 90. A Estrutura Morfológica pode ser concebida como um componente que realiza representações sintáticas em termos fonológicos. A morfologia, contudo, não atua num único componente, estando as operações morfológicas disponíveis em qualquer ponto da derivação. A criação de núcleos complexos através de adjunção e/ou *merge* são exemplos de operações que podem ocorrer em qualquer nível. Daí

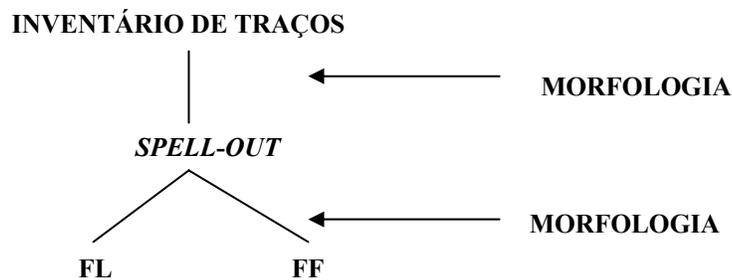
tratar-se de uma teoria que concebe a morfologia como um conjunto de processos que se **distribuem** por todo o sistema. A Estrutura Morfológica é apenas o *locus* em que a inserção de traços fonéticos aos nós terminais se efetiva.

(106)



Dentro da versão minimalista – que avoca uma economia dos níveis de representação e, assim, por motivações conceituais, a eliminação das Estruturas Profunda e Superficial – a idéia de um componente morfológico espreado por todo o sistema é alojada com tranqüilidade: uma dada operação morfológica pode se aplicar tanto na sintaxe propriamente dita como entre *Spell-Out* e Forma Fonética.¹⁷

(107)



A MD assume que os elementos terminais resultantes da sintaxe dispõem apenas de traços morfossintáticos. Os nós terminais são preenchidos com traços fonéticos numa operação morfológica após *Spell-Out*, no “caminho” para FF. Os elementos disponíveis no inventário de traços, o ponto de partida para o sistema computacional, devem portar apenas informações morfossintáticas, sem qualquer unidade lexical presente. Dessa forma, o inventário de traços (que corresponderia ao Léxico, numa visão lexicalista) não apresenta qualquer informação fonética, mas dispõe apenas de categorias abstratas a serem operadas pela sintaxe. O sistema, após *Spell-*

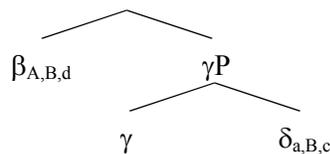
¹⁷ Halle & Marantz (1993) não falam da aplicação de operações morfológicas em Forma Lógica, embora frisem que essas operações podem ocorrer em qualquer nível de representação. Assumir ou não que essas operações se aplicam no componente semântico, contudo, não é relevante para os objetivos do presente estudo.

Out, acessa um arquivo que contém entradas com suporte tanto para as informações fonéticas a serem inseridas nos nós, como para as informações morfossintáticas que vão permitir a identificação do item vocabular a ser realizado.

Antes de exemplificarmos a derivação de uma sentença a partir dos dispositivos da MD, vamos considerar, em linhas gerais, alguns pressupostos da teoria de checagem do Programa Minimalista. As unidades que compõem o inventário de traços naquele esquema em (107) devem ser integradas por traços formais, distinguidos entre traços legíveis e traços ilegíveis. Os primeiros recebem uma interpretação nos sistemas de interface, diferentemente dos segundos. Para que uma derivação seja efetivada com sucesso (ou, em termos técnicos, para que *convirja*), traços não-interpretáveis num determinado componente não deverão estar presentes nesse nível. Conseqüentemente, traços formais ilegíveis deverão ser desativados antes de a derivação atingir FF e FL. Da mesma forma, traços semânticos não deverão entrar em FF, bem como traços fonológicos não deverão estar presentes em FL. Exemplos de traços formais legíveis são as marcas de número e pessoa no nome, os chamados traços- ϕ . Esses mesmos traços vão ser ilegíveis quando em T(empo), ao qual o verbo se associa. Dessa forma, os traços- ϕ de T deverão ser apagados para garantir a convergência da derivação, mas não os traços- ϕ do nome.

Dentro da proposta de Chomsky (1995), o mecanismo empregado pelo sistema para efetivar o apagamento do traço não-interpretável é fazer com que um outro traço da mesma natureza entre no domínio desse traço não-interpretável. Efetivada essa condição, o traço é apagado. Operações de checagem de traços serão, portanto, procedimentos que permitem emparelhar dois traços de uma mesma natureza e resultam no apagamento de, pelo menos, um desses traços. Para exemplificar, consideremos uma estrutura genérica como a que segue. Os índices subscritos em maiúsculo vão corresponder a traços não-interpretáveis associados a uma determinada categoria; em minúsculo, os traços interpretáveis.

(108)

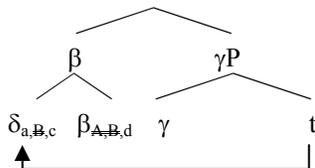


β é conectado à estrutura portando dois traços não-interpretáveis – A e B , que devem ser eliminados antes que a derivação atinja as interfaces. Notemos que a categoria δ porta dois traços idênticos aos de β , com a diferença de que um deles é interpretável – o traço a ; o traço B em δ também deverá ser apagado para permitir a convergência da derivação. A saída a que o sistema

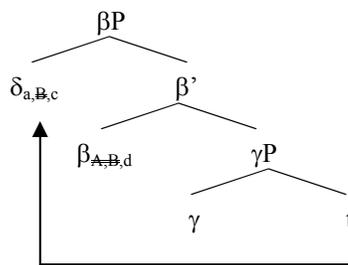
recorre é mover δ , com seu feixe de traços, para os domínios de β . A operação pode ser feita como (109a-b) a seguir, com δ se adjungindo a β ou sendo conectado como seu especificador, respectivamente. Seguindo Chomsky (1995) e Nunes (2004), vamos assumir que o vestígio deixado por δ consiste, na verdade, numa cópia dos seus traços, que deverão ser posteriormente apagados.

(109)

a.



b.

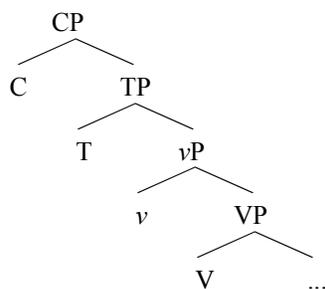


Em ambas as condições, vamos dizer que β estabelece uma relação de checagem com δ . Essa relação permite que traços não-interpretáveis presentes nas duas categorias sejam apagados.

Uma outra distinção formal diz respeito à *força* de um determinado traço: um traço não-interpretável pode ser forte, quando desencadeia um movimento em sintaxe aberta, o que vai se refletir na realização da sentença em FF; se fraco, a sua checagem é adiada para sintaxe coberta (um conjunto de operações no caminho para FL), após a aplicação de *Spell-Out*. Nesse caso, os efeitos do movimento não terão reflexo na realização fonética da sentença. Em particular, o EPP (Princípio da Projeção Estendida), que requer que toda a oração tenha um sujeito, é reinterpretado no modelo minimalista como uma propriedade lexical: a categoria T(empo) entra na derivação com um traço D-forte, o que atrai um DP para seu domínio.

Sobre as categorias funcionais que vão compor a estrutura, vamos assumir com Chomsky (1995) os núcleos T(empo), C(omplementizador) e D(eterminante), além de v , denominado *verbo leve*, associado à expressão do papel causativo ou agentivo para o argumento externo, no caso de estruturas transitivas. Os argumentos internos são instanciados dentro da projeção de VP, selecionada por v e nucleada por um verbo pleno. A configuração genérica de uma sentença vai ser, então, determinada como em (110) adiante.

(110)



Considerando o quadro minimalista juntamente com os pressupostos da MD, vamos acompanhar a derivação de uma sentença como em (111) a seguir.

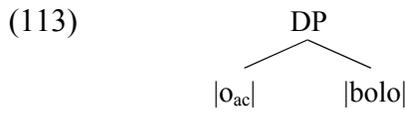
(111) O rapaz comeu o bolo.

A computação deve ser ativada com os elementos presentes no inventário de traços, que vamos assumir ser um arranjo de traços abstratos condensados em unidades discretas (Harley & Noyer 2003; ver também seção 3.4). Devemos, por exemplo, ter uma unidade com traços formais associados a |bolo|. No componente morfológico, essas informações devem acessar a entrada vocabular com informações que vão permitir a realização do vocábulo associado a esses traços. Vamos considerar, dessa forma, que o inventário subjacente à construção é dada como se segue.

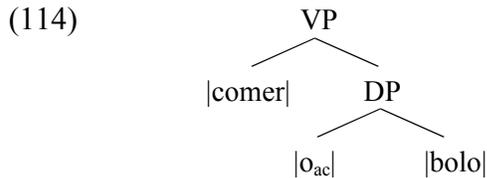
(112) $\{|o_{nom}|, |rapaz|, |T_{D,nom,\varphi,v}|, |v_V|, |comer|, |o_{ac}|, |bolo|\}$

Em símbolos subscritos, vamos representar os traços formais não-interpretáveis, que devem ser checados e devidamente apagados para que a derivação convirja. Então, em T temos os traços D, nom(inativo), φ (associados à marcas de concordância) e v -forte, todos não interpretáveis. Vamos considerar que o traço de Caso presente no DP está presente entre os traços do determinante que se associa a N (ver seção 2.4.2). Em (112), ocorrem dois feixes correspondentes a determinantes que vão reunir traços de Caso (o nominativo, no determinante que vai se associar a |rapaz|, e o acusativo, no que vai se associar a |bolo|).

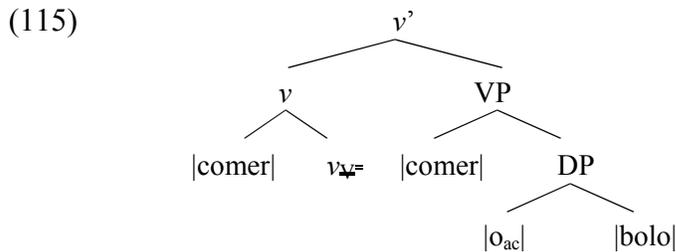
O ponto de partida vai ser a conexão do feixe de traços em $/o_{ac}/$ ao feixe em $/bolo/$, resultando numa projeção nucleada pelo morfema que reúne o primeiro feixe. Vamos intitular o objeto formado como um DP, que traduz o fato de ser uma projeção que tem como núcleo os traços que vão permitir a realização de um determinante.



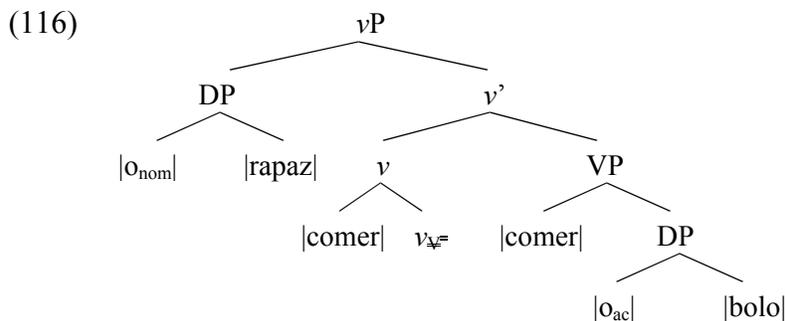
O próximo passo é a conexão do DP a |comer|, estabelecida para fins de verificação temática. Temos então a formação de um objeto como em (114).



Temos agora de conectar o VP aos traços de $|v_V|$. Como esse feixe apresenta um traço V-forte, os traços de |comer|, que são, em termos categoriais, traços de V, devem entrar nos domínios de checagem de v , permitindo o apagamento do traço não-interpretável. Os traços de |comer| são então conectados aos de v , numa configuração de adjunção, como em (115) a seguir.

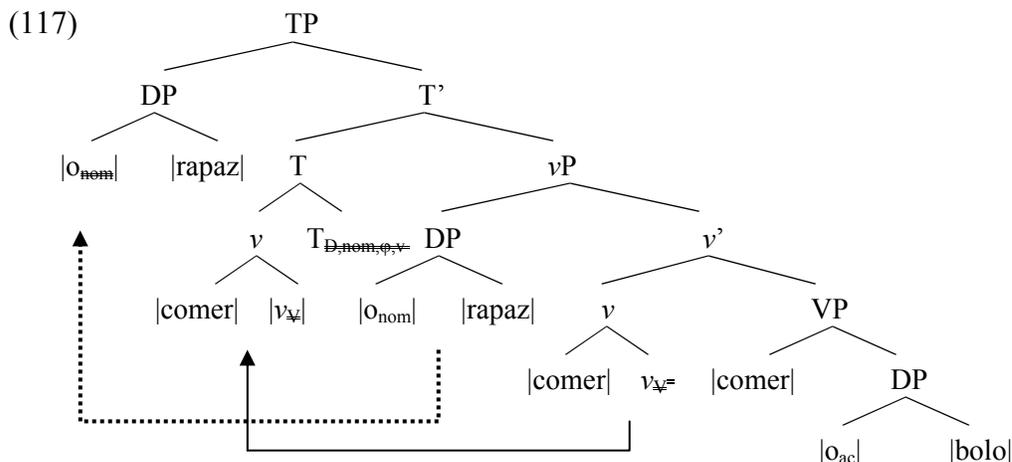


A próxima operação é a inserção do DP [|o| rapaz|] em [Spec,vP]. Nesse *locus*, o conteúdo do DP efetiva checagem temática relacionada à interpretação agentiva, função associada ao argumento externo. O objeto resultante é aquele em (116).

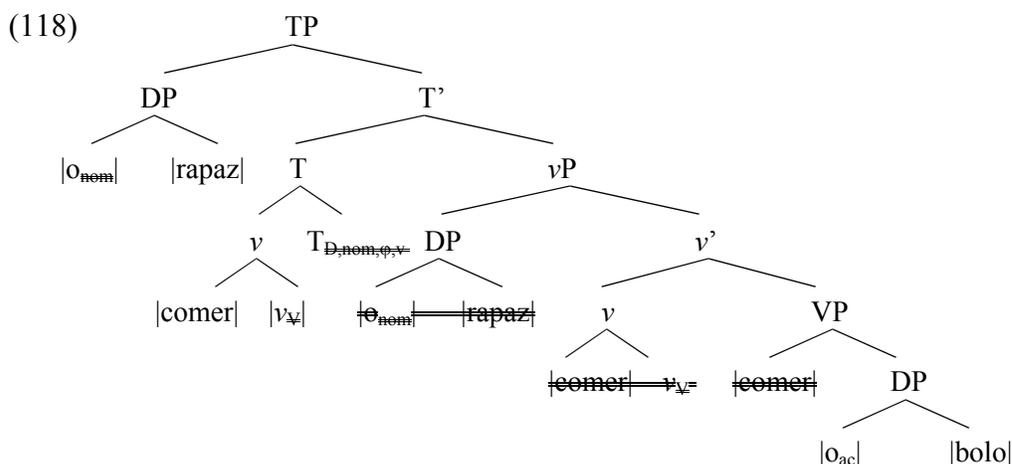


A derivação prossegue com a conexão dos traços de |T| a vP. Lembremos que |T| abarca vários traços que deverão ser checados. O traço v -forte é checado com a entrada de v em seu domínio,

sob configuração de adjunção; os traços D, nom e ϕ , pela conexão do DP [o |rapaz|] em [Spec,TP]. A estrutura resultante é aquela em (117) a seguir.



Seguindo a proposta de Chomsky (1995) para o inglês, vamos considerar que o traço de Caso acusativo em português é um traço formal fraco, que não desencadeia movimento em sintaxe aberta. A checagem desse Caso é efetivada com o movimento de [o_{ac} |bolo|] para os domínios de v , no componente semântico. Assim, com todas as unidades do inventário de traços na estrutura, e estando os traços fortes checados, o apagamento das cópias mais baixas dos elementos movidos deve ser efetuado (ver Nunes 2004). A estrutura enviada para FF após *Spell-Out* é aquela em (118) a seguir.



No componente morfológico, essa estrutura deve ser alimentada com os vocábulos correspondentes aos feixes de traços disponibilizados pela computação sintática. A operação conta com o acesso às entradas vocabulares que melhor vão corresponder aos traços presentes em cada nó. Baseando-nos em Chomsky (1995), vamos assumir que, mesmo invisíveis em FF depois

de checados, traços não-interpretáveis podem permanecer disponíveis para determinadas operações implementadas pelo componente morfológico. Por exemplo, os traços- ϕ no verbo, mesmo que tenham sido desativados ao longo da computação, vão permanecer visíveis para a escolha da entrada vocabular a ser inserida no nó. Na configuração em (118), com relação a T, por exemplo, as entradas devem reunir as informações relacionadas a |comer|, aos traços- ϕ associados à terceira pessoa do singular e à marcação de pretérito perfeito do modo indicativo, o que vai corresponder à realização em T da forma *comeu*.

Em linhas gerais, esse é o aparato teórico que vamos empregar na elaboração do quadro formal para determinar a obtenção de *ter*, *ser* e *estar* em português brasileiro. Na próxima seção, iremos nos deter em operações morfológicas desencadeadas por condições de adjacência entre feixes de traços no caminho para FF. Nesses casos, o amálgama de feixes não se dá por requerimentos de checagem, mas pela ausência de obstáculo fonético entre dois núcleos .

1.5.2 Condições de adjacência

De acordo com Bobaljik (1995,1996), a adjacência é uma das condições estruturais possíveis para a junção de dois núcleos, como a que observamos na associação de um afixo a uma raiz, definida no componente morfológico. Apenas categorias destinadas à realização fonética podem bloquear a adjacência, enquanto vestígios, projeções vazias e constituintes adjuntos não o podem. Os esquemas em (119) ilustram essas condições.

- | | |
|--|------------------------|
| (119) a. ...X [_{YP} NP [_{Y'} Y... | X,Y não são adjacentes |
| b. ...X [_{YP} t [_{Y'} Y... | X,Y são adjacentes |
| c. ...X [_{YP} <i>advérbio</i> [_{Y'} Y... | X,Y são adjacentes |

O contexto em (119b) é propício para que X e Y sofram *merge* no componente morfológico, uma vez que o elemento interveniente entre ambos não representa um obstáculo fonético.¹⁸ Em (119a), contrariamente, o NP, realizado abertamente, bloqueia a operação via adjacência. Essa noção de obstáculo fonético necessita, no escopo minimalista, ser melhor evidenciada no que diz respeito ao ponto da computação em que a detecção do obstáculo se aplica. Se se assume que vestígios

¹⁸ A noção de *merger* que vamos assumir é a proposta por Halle & Marantz (1993): a operação deve reunir dois nós terminais sob um único nó, mantendo-os independentes, o que significa que duas entradas vocabulares vão ser acessadas. *Merger* pode formar uma nova palavra a partir desses dois nós, mesmo com a condição de independência entre os dois conjuntos de feixes. É o caso que exemplificamos em (122) ainda nesta seção. Dois morfemas numa configuração resultante de *merger* podem ainda sofrer *fusion*, que vai consistir numa operação em que os dois feixes de traços vão levar ao acesso de uma única entrada vocabular. Em nossa proposta, é uma operação *merger* seguida de *fusion* que vai permitir a realização de *ter*, *ser* e *estar*. Para efeito expositivo, vamos adotar apenas a designação *merge morfológico*, mesmo nos casos em que *fusion* for desencadeado.

são cópias de constituintes movidos, essa detecção precisará ser implementada após o apagamento das cópias, sob condições específicas. Retorno à implementação desse processo, considerando a proposta de Nunes (2004), no capítulo 2.

Uma outra questão diz respeito à impossibilidade de advérbios e outros constituintes em configuração de adjunção atuarem como barreira para adjacência. Para Bobaljik (1996), isto se deve ao fato de constituintes adjungidos não alterarem relações estruturais, embora o autor reconheça ser pouco precisa a noção de *alteração hierárquica*, no que diz respeito a questões de organização estrutural (p. 17). O autor ressalta que a assunção permite derivar uma série de fatos morfossintáticos em várias línguas. Nestes termos, vamos assumir a idéia de que advérbios, bem como outros constituintes instanciados como adjuntos, não interferem no estabelecimento de adjacência.

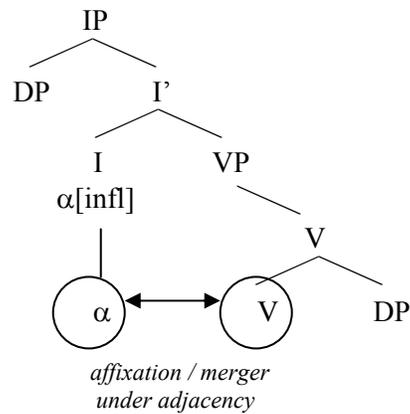
Uma aplicação simples para a proposta de adjacência diz respeito ao comportamento exibido por verbos auxiliares e principais em inglês, quando em co-ocorrência com a forma de negação. São casos como os que seguem, em torno dos quais autores como Pollock (1989) assumem uma operação que permite o abaixamento do afixo de concordância até o ponto em que o verbo se encontra.

- (120) a. I have **not** eaten your smoked fish.
 b. * I **not** have eaten your smoked fish.
 c. * Sam eats **not** green eggs and ham.
- (121) a. * Sam **not** eats horseradish.
 b. Sam does **not** eat horseradish.

Os auxiliares em inglês devem preceder o marcador negativo *not*, como verificamos em (120a)-(121b), o que não ocorre com os verbos plenos, como em (120c). Os fatos em (121) mostram que, com o marcador negativo, os verbos plenos devem ser pospostos ao marcador, não devendo apresentar qualquer índice flexional. Nesses casos, o verbo leve *do* deve ser inserido e demonstrar a flexão.

Empregando os dispositivos da Morfologia Distribuída, Halle & Marantz (1993) e Bobaljik (1995,1996) consideram que afixos e verbos podem sofrer *merge* morfológico quando adjacentes, para dar conta dos fatos em (120)-(121). Em frases declarativas do inglês, os afixos flexionais e os traços do verbo vão se encontrar adjacentes, como indicado em (122) a seguir. Em (123), temos os passos que permitem obter a forma *likes*: os traços de passado e 3^a. pessoa do singular, condensados em α , entram em adjacência com os traços correspondentes ao verbo, permitindo a realização do item.

(122)



(123) a. Sam α [-past,3s] like green eggs and ham



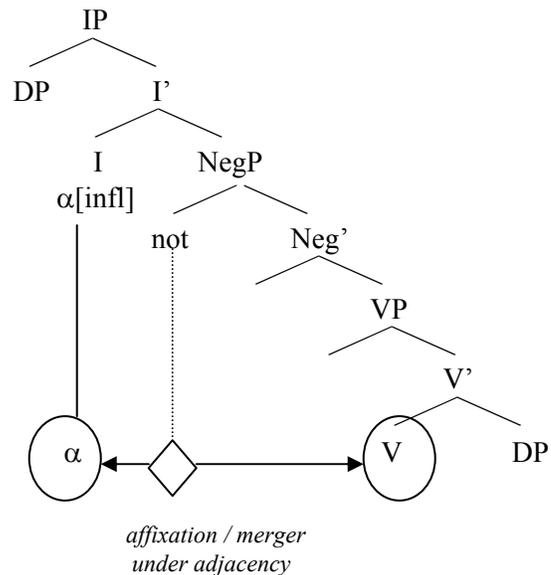
b. Sam { α [-past,3s] , like} green eggs and ham



c. Sam like+s green eggs and ham

Nos casos em que o marcador de negação está presente, a configuração será como em (124). A adjacência entre os traços de concordância e tempo e os traços do verbo será interrompida pela presença de um elemento relevante em NegP. Com a ruptura de adjacência, os traços do afixo, associados ao item *do*, e os traços do verbo vão ser realizados independentemente. Temos então os passos em (125), que culmina na ocorrência de I e V dissociados.

(124)

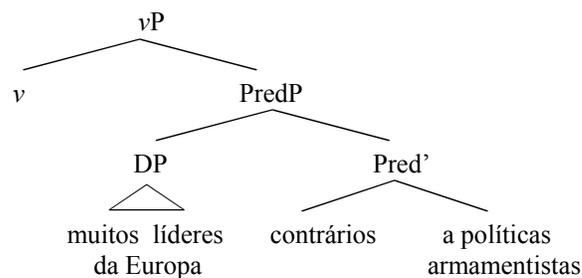


relevante um item vocabular cuja entrada abarque informações presentes nos dois morfemas. Em nosso caso, os traços morfossintáticos associados à ocorrência de *ter*-existencial são os do morfema básico, e os de *ser*, *estar* e *ter*-possessivo são os de *ter*-existencial integrados aos de outros morfemas específicos, ou sob condições de adjacência ou a partir de condições determinadas ainda na computação sintática.

Consideremos as construções em (127) a seguir, que apresentam um paralelismo temático para seus constituintes nominais instanciados (ver seção 1.2). Vamos propor que a configuração em (128) é um estágio comum na derivação dessas quatro construções. Por ora, tomemos PredP como uma projeção em que se efetiva a relação temática entre *muitos líderes da Europa* e o adjetivo *contrários*. Em 1.5.1, vimos que, no Programa Minimalista, *v* é tomado como uma categoria funcional que toma um VP, nucleado por uma forma verbal plena, como complemento. Partindo de propostas como as de Hale & Keyser (1993) e Harley (2001) (ver seção 1.3.3), vamos assumir que *v*, na verdade, pode tomar como complemento qualquer instância predicativa. Em nosso modelo, essa instância corresponde a PredP, no interior da qual uma relação temática relevante vai se estabelecer. Ressaltemos que a força temática da sentença é determinada no interior da projeção de Pred, uma vez que *v* não suporta traços semânticos capazes de marcar satisfatoriamente um elemento em termos temáticos.

- (127) a. Tem muitos líderes da Europa contrários a políticas armamentistas.
 b. Muitos líderes da Europa são contrários a políticas armamentistas.
 c. Muitos líderes da Europa estão contrários a políticas armamentistas.
 d. A Europa tem muitos líderes contrários a políticas armamentistas.

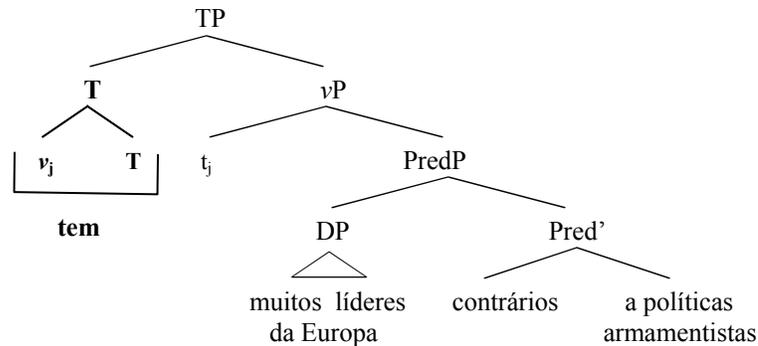
(128)



O próximo passo é a conexão dos traços correspondentes a T à projeção de *vP*. Como vimos em 1.5.1, T deve portar um traço *v*-forte, que atrai o feixe de traços em *v* para seu domínio de checagem. Adotando a proposta de Viotti (1999), vamos considerar que a presença do traço D e do traço de Caso nominativo entre as informações condensadas em T é optativa no português brasileiro (ver seção 2.4.1). Na composição das existenciais, T não vai portar então qualquer traço D-forte e de nominativo, de modo que a posição de [Spec,TP] não precisará ser projetada

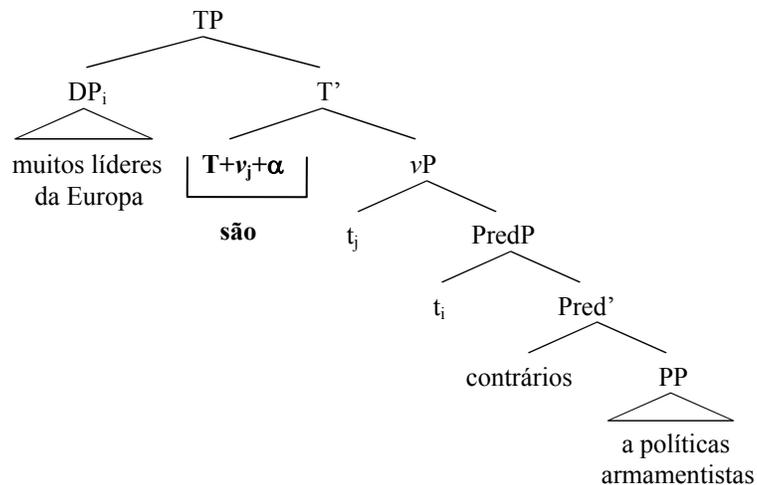
entre essas sentenças. Temos então uma configuração como a que segue. Vamos assumir que, no componente morfológico, o complexo $v+T$ acessa a entrada vocabular que disponibiliza informações para *ter*, o nosso verbo existencial canônico.

(129)

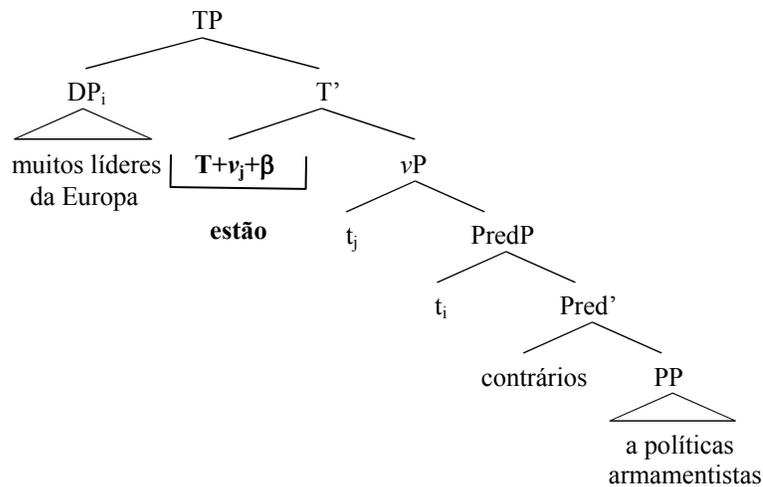


Consideremos agora aquelas construções com *ser* e *estar*, em (127b-c), respectivamente. Para configurar essas sentenças a partir da estrutura em (128), o DP *muitos líderes da Europa* deverá ser alçado para [Spec,TP]. Digamos que a operação envolve a presença de traços presentes na configuração, respectivamente condensados em α e β , que vão ser responsáveis pela ocorrência de um ou outro verbo. Digamos que, se os traços em α estiverem associados a $v+T$ no componente morfológico, seja por operações que tenham sido realizadas no componente sintático, seja por *merge* efetivada no caminho para FF, a entrada vocabular acessada é a que porta informações para a obtenção de *ser*. Se, por uma dessas mesmas razões, os traços em β estiverem em $v+T$, a entrada acessada é a de *estar*. Em um e outro caso, vamos considerar a presença de traço D-forte e de Caso nominativo em T, o que atrai o DP para seu domínio de checagem. Temos então as configurações em (130)-(131) a seguir, correspondentes às construções com *ser* e *estar*, respectivamente.

(130)



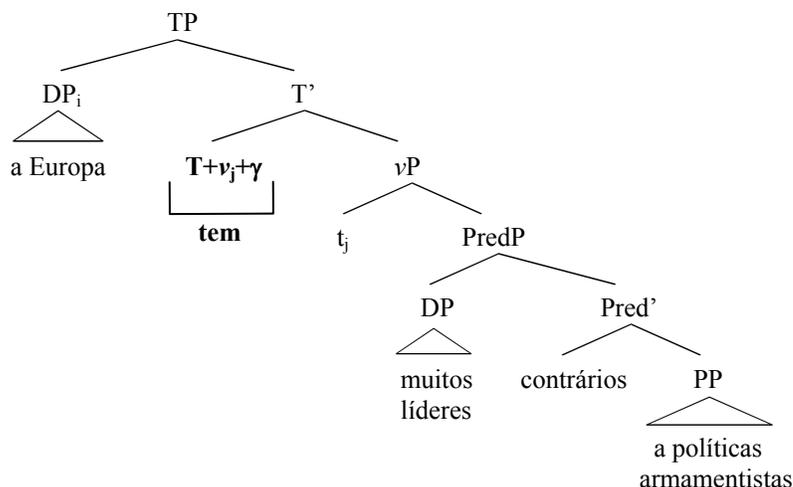
(131)



De alguma forma, α em (130) deve codificar informações que resultam numa leitura *individual level*, típica das sentenças com *ser*. Já os traços condensados em β , em (131), devem portar informações que tendem a produzir uma interpretação *stage level*, bastante comum entre as construções com *estar*. No capítulo 2, vamos defender que, entre as construções com *estar*, β consiste no traço D, que vai estar ausente entre as existenciais. Esse traço poderá entrar na derivação ou consistir na própria categoria que nucleia o DP, que vai ser associada a $v+T$ sob condições de adjacência. Entre as construções com *ser*, vamos defender, no capítulo 4, que α condensa um feixe de traços que permite predicalizar um DP.

Consideremos agora aquela possessiva em (127d), em que *a Europa*, internamente associada a *muitos líderes*, ocorre na posição de sujeito. Digamos que essa possibilidade está atrelada à presença de um núcleo γ , que no caminho para FF vai se encontrar associado a $v+T$. Esse núcleo deve condensar os traços que permitem derivar a interpretação possessiva. Uma vez que o complexo $v+T+\gamma$ é formado, como em (132) a seguir, o sistema acessa a entrada vocabular de *ter*, uma forma idêntica à do complexo $v+T$, que permite acessar o verbo existencial em português brasileiro. No capítulo 3, vamos mostrar que a presença de γ em $v+T$ se dá sob condições de adjacência, e que os seus traços também vão estar presentes na formação de preposições como *com* e *de*, em construções nominais como *o rapaz com nariz grande* e *o rapaz de nariz grande*.

(132)



O estabelecimento desse quadro deverá explicitar adequadamente o desencadeamento de operações que parecem, em parte, motivadas pelo caráter de definitude de um DP interno ao vP . As sentenças existenciais do português brasileiro licenciam (preferencialmente) um DP indefinido na posição pós-verbal, condição que tem sido atribuída a requerimentos em torno de Caso partitivo (Belletti 1988; Lasnik 1995), hipótese que também iremos assumir nesta dissertação. Se for definido, o DP não poderá checar o traço de Caso partitivo do verbo, o que o obriga a ser alçado para uma posição em que seu Caso possa ser checado. Vimos na seção 1.4 que o alçamento do DP definido ou de certos tipos de indefinidos vai resultar na realização de *ser* ou *estar*. De alguma forma, portanto, a ocorrência das categorias α e β , responsáveis respectivamente pelo acesso à entrada vocabular desses dois verbos, deverá se refletir na natureza do DP, no que diz respeito a sua definitude.

A nossa principal indagação será em torno da natureza de α , β e γ , os átomos morfológicos que estamos assumindo na composição de *ser*, *estar* e *ter*-possessivo, respectivamente, bem como no efeito semântico de sua inserção na estrutura. Esses átomos deverão ser especificados de modo a permitir que o paralelismo temático entre construções existenciais, copulativas e possessivas seja possível, ao mesmo tempo em que explicita algumas singularidades semânticas implicadas em cada tipo de sentença. Por exemplo, como já frisamos, as copulativas com *ser* reportam a propriedades mais intrínsecas de um indivíduo, fixando uma interpretação *individual level*; as copulativas e locativas com *estar* tendem a apresentar propriedades ou atributos como adquiridos ou mais transitórios, remetendo mais à interpretação *stage level*; como vamos propor no capítulo 3, as possessivas sentencializam relações como POSSUIDOR-POSSUÍDO, PARTE-TODO, CONTROLADOR-CONTROLADO, e outras correlatas, originadas no interior de um DP. O que se espera é que o quadro formal a ser proposto seja capaz de determinar a funcionalidade de cada

sentença, sem que o paralelismo temático visível entre os padrões sentenciais deixe de ser capturado.

1.6 Sumário

Neste capítulo, observamos que fatos demonstrados por construções copulativas, possessivas e existenciais no plano interlingüístico justificam a elaboração de um quadro unificado para caracterizar esses tipos sentenciais. Autores como Freeze (1992), Kayne (1993,1994) e Harley (2001) assumem a existência de uma categoria abstrata que, quando incorporada à cópula, permite derivar o verbo possessivo. Uriagereka (2002) deriva paralelismos semânticos entre DPs, sentenças possessivas e sentenças copulativas, os quais seriam determinados, em última instância, pela existência de uma estrutura subjacente comum entre os três tipos de construções. Também apresentamos alguns fatos do português brasileiro que demonstram a generalização apontada por Freeze para a determinação das construções do chamado paradigma locativo: constituintes indefinidos tendem a permanecer *in situ*, enquanto os definidos são alçados para a posição de sujeito, o que permite derivar diferentes tipos sentenciais. Nessa língua, a presença de um constituinte indefinido em sua suposta posição de base resulta na ocorrência de uma existencial, enquanto o alçamento desse indefinido ou a ocorrência de um definido (que é obrigatoriamente alçado) resulta numa copulativa, numa possessiva ou no que se costuma chamar de locativa. A hipótese que vamos explorar é a de que a ocorrência desses tipos sentenciais, com paralelismo temático entre si, depende da instanciação de categorias funcionais que, se associadas aos traços do verbo existencial ($v+T$), derivam diferentes tipos de verbo: o complexo $v+T+\alpha$ é realizado como *ser*; $v+T+\beta$, como *estar*; e $v+T+\gamma$, como *ter*. Nos capítulos que seguem, vamos estabelecer a natureza dessas categorias, considerando certas propriedades sintático-semânticas manifestadas pelas construções com tais verbos. Da mesma forma, partindo do modelo morfossintático que assumimos na seção 1.5, iremos explorar as condições que permitem associar as informações condensadas em α , β e γ a $v+T$, resultando no acesso de diferentes entradas vocabulares no componente morfológico.

SENTENÇAS EXISTENCIAIS E PARÁFRASES ESTATIVAS

2.1 Introdução

Na seção 1.4, propusemos que a estrutura existencial é a base de geração para as construções copulativas e possessivas em português brasileiro. Para a relação entre existenciais e copulativas, em particular, apresentamos a hipótese de que *ter*, *ser* e *estar* são três versões morfológicas para um mesmo conjunto de traços abstratos com propriedades seletivas semelhantes às que observamos com alguns verbos monoargumentais, no que diz respeito a restrições de definitude. *Ser* e *estar* seriam realizados em vez de *ter* toda vez que o complemento do verbo existencial fosse alçado para a posição de sujeito. O objetivo deste capítulo é estabelecer uma arquitetura para as construções existenciais através da qual possamos validar formalmente essa proposta.

As restrições de definitude sobre o complemento existencial estão, certamente, entre as propriedades mais discutidas dessas sentenças, talvez por ser aparentemente uma característica de incidência universal (Freeze 1992). A condição tem sido abordada dentro de diferentes quadros teóricos, desde o âmbito discursivo-pragmático àqueles de natureza mais formal. Para Viotti (2002:129), que focaliza essa propriedade em português brasileiro, nenhuma abordagem até aqui se mostrou satisfatória na tentativa de elucidar a natureza do efeito, principalmente porque os vários casos em que DPs definidos ocorrem em posição pós-verbal seriam acomodados dentro de modelos que procuram bloquear essa condição. A autora assevera que, pelo menos em português brasileiro, restrições de definitude entre existenciais não podem ser pensadas apenas em termos de aceitabilidade ou inaceitabilidade, face à boa formação de frases como em (1b) a seguir entre os chamados contextos de lista, ou, sobretudo, de construções como em (2), em que aparentemente nenhum contexto de lista precisa ser considerado para licenciar o complemento definido.²⁰

²⁰ Recorrendo aos pressupostos de Heim (1982), Viotti (2002) argumenta que sintagmas nominais indefinidos são esperados nas sentenças existenciais por não violarem o que se pode denominar de *condição de novidade-familiaridade*. Os sintagmas definidos, contrariamente, violam essa condição, mas tal pode ser remediada por um sistema de *conexões cruzadas* entre informação nova e informação velha. Dessa forma, uma sentença existencial com um pós-verbal definido como aquela apontada em (1b) poderia ocorrer como resposta a uma pergunta do tipo *tem alguém para me ajudar a trocar a lâmpada?*, apoiado no respectivo sistema de conexões cruzadas. Para os casos em (2) acima, o próprio DP pós-verbal forneceria o conjunto compartilhado entre o falante e o ouvinte para autorizar o DP definido. A necessidade de um conjunto compartilhado seria derivada da própria estruturação sintática demonstrada pelas existenciais: como não exibem um elemento na posição de sujeito, essas construções provocariam uma ruptura na continuidade do discurso anterior, que deve atuar como conhecimento compartilhado no

- (1) a. Tem um homem no jardim.
b. # Tem o homem no jardim.
- (2) a. Tem o contorno de um rosto humano por trás dessa pintura.
b. Tem o homem perfeito para a Ciça na minha turma de pós-graduação.
c. Tinha o ator de que a Ana gosta naquele filme.
d. Tinha as mesmas pessoas de sempre na minha festa. (In Viotti 2002: p. 146)

Em linhas gerais, vamos associar as restrições de definitude observadas entre as existenciais do português brasileiro à possibilidade de o traço de Caso partitivo estar codificado entre o feixe de traços correspondente ao verbo existencial. Nos termos de Belletti (1988), essa condição obriga que o DP pós-verbal entre as existenciais seja um indefinido. Contudo não vamos nos deter nos chamados contextos de lista, e nem em casos como os de (2) acima, entre os quais há um evidente afrouxamento sobre as restrições para a ocorrência de um constituinte definido.²¹ Particularmente para casos como aqueles em (2), é importante ressaltar que, em muitas construções em que o afrouxamento se verifica, o artigo definido pode ser substituído pelo indefinido sem aparente prejuízo ou alteração de significado. Nas construções em questão, por exemplo, com exceção daquela em (2d), o DP pós-verbal pode ser substituído por um indefinido nessas condições, como observamos em (3) a seguir.

- (3) a. Tem um contorno de um rosto humano por trás dessa figura.
b. Tem um homem perfeito para a Ciça na minha turma de pós-graduação.
c. Tinha um ator de que a Ana gosta naquele filme.

Portanto os DPs pós-verbais em (2) podem não estar sendo nucleados por um “verdadeiro” artigo definido, já que as informações por ele codificadas podem ser capturadas sem problemas por um indefinido, por razões que, por ora, nos escapam (ver também nota 53, no capítulo 3, para uma outra possibilidade de explicação).

Um outro ponto que é preciso considerar na descrição das existenciais é a ocorrência obrigatória do que se convencionou chamar de *coda*, a partir da proposta de Milsark (1974,1977).

estabelecimento da referência de um DP. Dada a ruptura, se não houver elementos inerentes à significação do DP definido capaz de efetivar o compartilhamento, a sentença resultante vai ser inaceitável.

²¹ Pode ser que, em português brasileiro, o licenciamento de constituintes definidos em contextos de lista esteja associado à realização de um constituinte indefinido elipsado, o qual toma o constituinte definido como um aposto. Consideremos o contexto citado no parágrafo anterior, permeado pela indagação de algo como *tem alguém para me ajudar a trocar a lâmpada?*. A resposta poderia ser algo como em (ia) abaixo. A realização da existencial em (ib) contaria, então, com o constituinte elipsado *alguém*, realizado na pergunta. A elipse seria licenciada pela possibilidade de esse constituinte ser interpretado sem ser foneticamente realizado. Tais questões não vão caber, infelizmente, no debate que encaminhamos dentro desta tese.

- (i) a. Tem alguém sim: o homem no jardim.
b. Tem o homem no jardim.

Construções existenciais não podem ocorrer apenas com o seu DP complemento, mas precisam de um outro constituinte suporte para sustentar sua boa formação, como demonstrado nos contrastes a seguir.²²

- (4) a. Tinha um menino *(em pé ali no portão).
b. Tem muitas universidades *(que não têm curso de lingüística).
b. Tem vários livros da biblioteca *(emprestados com a Ana).

Costuma-se atribuir a necessidade da coda à leveza semântica do verbo existencial.²³ No caso do português brasileiro, vamos então considerar que *ter*-existencial é defectivo no que diz respeito à atribuição temática, o que obriga o sistema a recorrer a uma categoria com potencial predicativo para demarcar um papel semântico ao seu complemento.

Também neste capítulo vamos abordar a relação entre as copulativas estativas e as existenciais, apontadas na seção 1.4.1. O ponto de partida para a abordagem será a formalização, no âmbito sintático, da diferença entre DPs indefinidos com leitura específica, com a sua ocorrência podendo determinar a seleção de *estar* no componente morfológico. O quadro formal procurará estabelecer os efeitos dessa diferença na arquitetura das existenciais, considerando as assunções gerais da teoria de checagem, um dos construtos centrais do Programa Minimalista. A ocorrência de *estar*, diferentemente da de *ter*-existencial, deverá estar atrelada à presença de certos traços no complexo reunindo $v+T$, quando este atingir o ponto de inserção das informações fonéticas nos nós disponibilizados pela sintaxe. Para o estabelecimento desses traços, vamos

²² Viotti (1999) reúne as categorias que podem integrar a coda em português brasileiro, localizando-as internamente ao DP complemento. O caso à parte na proposta da autora seriam os constituintes locativos e temporais, que vão consistir num argumento *sombreado* do verbo. A proposta de Viotti será abordada com mais detalhes na seção 2.2.

²³ Da mesma forma que o verbo existencial, alguns verbos monoargumentais e os ditos *transitivos ergativizados* do português brasileiro exigem a instanciação de uma seqüência locativa quando o seu único argumento se encontra internamente instanciado. Aparentemente, a relação é a mesma estabelecida entre os elementos da coda na construção existencial.

- (i) a. Trabalham vários amigos meus *(no shopping Iguatemi).
b. Dormiu um rapaz *(na casa da Ana).
c. Vende muito carro *(naquela concessionária).

Esse comportamento não pode ser atribuído à leveza semântica de verbos como *trabalhar*, *dormir* e *vender*, dado serem formas verbais com forte suprimento temático. Ao que saibamos, não há maiores explicações para esses fatos em português brasileiro. Analisando casos do hebraico com verbos do tipo *trabalhar* e *dormir*, Borer (2003) propõe que constituintes locativos em tais condições podem funcionar como um argumento do verbo monoargumental. A mesma proposta, inclusive, é estendida para as sentenças existenciais pela autora. Parece-nos, contudo, que não se trata do mesmo fenômeno observado entre as existenciais, uma vez que a segundo elemento da coda, naqueles casos como em (i), deverá sempre ser um locativo, o que não é o caso das construções impessoais com *ter*. Abordaremos questões dessa mesma natureza na seção 2.2.2.

seguir a análise de Viotti (1999) acerca da combinação de traços não-interpretáveis presentes em T no português brasileiro.

Antes de passar à próxima etapa, é importante ressaltar que qualquer tratamento fornecido às existenciais do português brasileiro deve considerar a possibilidade de inserção de *você* com interpretação genérica na posição de sujeito, como em (5)-(7) abaixo. Estudos recentes, como os de Duarte (1999) e Avelar & Callou (2000), vêm classificando esse *você* genérico como uma forma expletiva, que passaria a ser licenciado na posição de sujeito das existenciais pelo fato de o português brasileiro estar se afastando do padrão *pro-drop* (Duarte 1995). Existem, contudo, contextos existenciais que bloqueiam a inserção do pronome, como aqueles em (8)-(10), o que, em princípio, é um obstáculo à análise da forma como um expletivo.

- (5) a. Tem muitas praias legais no Ceará.
b. Você tem muitas praias legais no Ceará.
- (6) a. Tem poucos cursos mal-avaliados pela Capes na Unicamp.
b. Você tem poucos cursos mal-avaliados pela Capes na Unicamp.
- (7) a. Tinha muitas igrejas antigas no centro do Rio.
b. Você tinha muitas igrejas antigas no centro do Rio.
- (8) a. Tem uma camisa do Pedro em cima da cadeira.
b. * Você tem uma camisa do Pedro em cima da cadeira.
- (9) a. Tem um aluno procurando pelo Jairo.
b. * Você tem um aluno procurando pelo Jairo.
- (10) a. Não tem necessidade de o Brasil renovar o acordo com o FMI.
b. * Você não tem necessidade de o Brasil renovar o acordo com o FMI.

Esses autores argumentam que a realização de uma forma pronominal genérica entre as existenciais parece ser recente no sistema do português brasileiro. Estudos variacionistas desenvolvidos por Avelar & Callou, em tempo real e aparente, demonstram um acréscimo de 19% da década de 70 para a década de 90 entre as existenciais da modalidade oral. Poderia se tratar, portanto, de uma mudança em progresso encaixada em um fato mais amplo do português brasileiro, provavelmente a perda do *status pro-drop*. Discutiremos esse tipo estrutural no capítulo 3, juntamente com o aparato que vamos fornecer para as construções possessivas.

2.2 O constituinte locativo

2.2.1 O *status* do constituinte locativo no interior da coda

Viotti (1999), dentro de uma abordagem lexicalista, assume que as diferentes versões de *ter* correspondem a um mesmo item lexical.²⁴ Não haveria, portanto, um *ter* existencial, um *ter* possessivo ou um *ter* locativo, mas a realização de um mesmo verbo que, a depender da composição de sentidos resultante dos constituintes da sentença, vai ser realizado com a acepção de existência, posse ou locação. Para o caso específico das construções existenciais, Viotti assume que elementos de natureza locativo-temporal, bastante recorrentes nas existenciais, consistem no argumento externo de *ter*. Durante a derivação, esse argumento deve ser *sombreado* e realizado como um constituinte preposicionado ou um advérbio, adjunto à projeção verbal; os outros tipos de constituintes que podem aparecer na coda seriam estabelecidos como adjuntos ao DP complemento. O DP e a outra parte da coda, desde que de natureza não locativa, formariam então um constituinte.

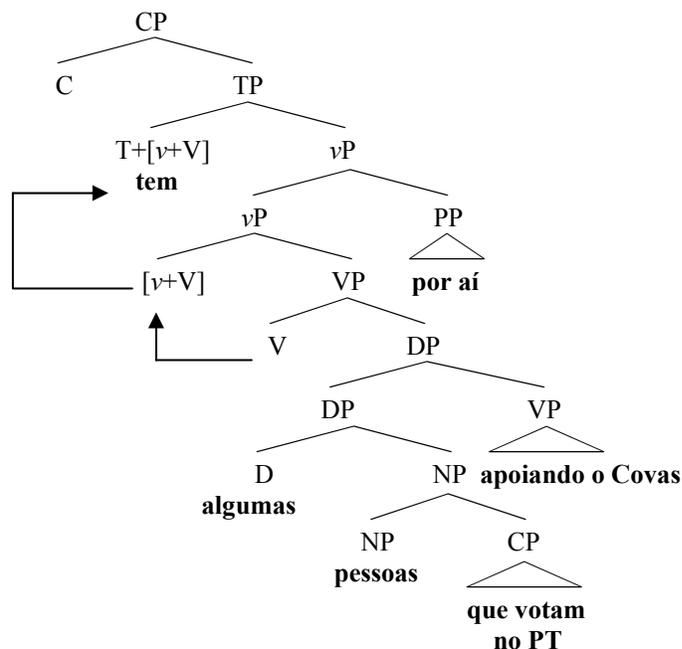
Um dos principais argumentos apresentados por Viotti para validar essa idéia é o fato de a coda poder ocupar posições tradicionalmente associadas à ocorrência de constituintes nominais. Por exemplo, a coda das existenciais em (11a)-(13a) pode ocorrer como sujeito das construções em (11b)-(13b). A única exceção seria o daqueles casos em que um dos elementos vai consistir numa expressão locativa ou temporal. A impossibilidade da coda na construção em (14a) ser licenciada como sujeito daquela em (14b) resultaria de o sintagma locativo *naquela floricultura nova* não formar um constituinte com o DP complemento. Sem a seqüência locativa, a coda passaria a ser aceita em posição de sujeito, como em (14c). Esse contraste indicaria uma descontinuidade estrutural entre o DP pós-verbal e o sintagma locativo.

²⁴ São dois os pilares teóricos sobre os quais Viotti (1999) desenvolve sua análise: a teoria da predicação de Carlos Franchi e o modelo de semântica lexical proposto por Pustejovsky, conhecido como Léxico Gerativo. Com relação ao primeiro pilar, o conceito relevante é o de composicionalidade. O que explicaria os vários sentidos de *ter* seria um processo de composição de sentidos, cujo resultado é determinado pelos valores dos argumentos e adjuntos integrantes da construção. Da proposta de Pustejovsky, Viotti explora a idéia de o léxico ser “altamente estruturado” e suas estruturas manterem uma inter-relação “por mecanismos capazes de gerar sentidos a partir de um número limitado de sentidos” (Viotti 2003:238). Aplicando esse quadro às propriedades demonstradas por *ter* em português brasileiro, a autora defende que esse verbo apresenta a sua estrutura argumental definida pela possibilidade de ocorrência de “dois argumentos semanticamente subespecificados”, com qualquer item lexical podendo ser tomado como seu argumento, independentemente de sua denotação. O caminho que Viotti (1999,2003) percorre pode, de uma certa forma, ser considerado o oposto ao que estamos desenvolvendo nesta dissertação, sobretudo em função do pano-de-fundo teórico empregado em uma e outra análise: na abordagem de Viotti, assume-se um léxico que parece determinar muitos procedimentos regedores da sintaxe; na abordagem que ora apresentamos, a sintaxe opera apenas com traços abstratos, sem qualquer exigência associada a um item lexical (que, a rigor, nem vai existir antes do componente fonológico) interferindo nos procedimentos computacionais da sintaxe.

- (11) a. Tem vários alunos que são meus amigos trabalhando com semântica formal.
 b. Vários alunos que são meus amigos trabalhando com semântica formal decidiram pedir mais verbais para a universidade. (Viotti 1999:Ex. 83c-d)
- (12) a. Tem algumas provas de lingüística fáceis.
 b. Provas de lingüística fáceis só são dadas por professores iniciantes. (Viotti 1999:Ex. 82a-b)
- (13) a. Tinha um cara interessante com todas as qualificações necessárias.
 b. Um cara interessante com todas as qualificações necessárias vai preencher o relatório. (Viotti 1999:Ex. 81a-b)
- (14) a. Tem várias flores que eu adoro que você pode me dar de presente naquela floricultura nova.
 b. * Várias flores que eu adoro que você pode me dar de presente, naquela floricultura nova, não custam tão caro quanto você imagina.
 c. Várias flores que eu adoro que você pode me dar de presente não custam tão caro quanto você imagina. (Viotti 1999:Exs. 84a-b e 85)

Com tal resultado, Viotti fortalece sua proposta de que o sintagma locativo é, na verdade, um argumento sombreado de *ter*, daí um *status* hierárquico diferenciado com relação a outros constituintes. A construção existencial seria, dentro dessa visão, a mesma construção possessiva, com a diferença de que o argumento externo potencial de *ter* não é realizado como seu sujeito. A estrutura de uma construção como aquela em (15a) a seguir seria dada pela representação em (15b). Os constituintes *que votam no PT* e *apoiando o Covas* seriam realizados internamente ao complemento de *ter*, ambos como adjuntos. A expressão locativa *por aí*, o argumento externo sombreado de *ter*, consistiria num adjunto de *vP*.

- (15) a. Tem algumas pessoas que votam no PT apoiando o Covas por aí.
 b.



O único movimento aberto que a derivação vai exibir é o de adjunção de V a *v*, e o de [V+*v*] para T, para a checagem do traço V-forte e *v*-forte de *v* e T, respectivamente. A posição de especificador de TP nem chegaria a ser projetada, uma vez que a categoria funcional T que entra na derivação das sentenças existenciais não vai demonstrar, segundo a autora, traços D-forte e de Caso nominativo (ver seção 2.4.1). Essa singularidade de T em português brasileiro levaria à dispensa do expletivo nulo na posição de sujeito dessas sentenças.

Algumas propriedades gerais demonstradas pela construção existencial nos parecem um complicador para a proposta elaborada por Viotti, especificamente no que diz respeito à ocorrência do locativo como um argumento sombreado. Por exemplo, certas construções não exibem qualquer elemento de natureza locativa em sua coda. É o caso das construções em (16)-(19) a seguir, em que nem mesmo é necessário pressupor um constituinte locativo apagado para a sua ancoragem contextual, ou até de construções apresentadas pela autora, como a que citamos anteriormente em (12), repetida em (19). A única das três sentenças que demonstram uma possessiva semanticamente paralela é aquela em (18); contudo, no caso, o sujeito de *ter* não consiste num elemento locativo, mas numa espécie de possuidor.

- (16) Tem muitos políticos que só procuram os eleitores em época de eleição.
- (17) Tem universidades brasileiras investindo alto em nanotecnologia.
- (18) a. Tem alguns orientandos do Jairo bons em fonética.
b. O Jairo tem alguns orientando bons em fonética.
- (19) Tem algumas provas de lingüística fáceis.

Para Viotti, esses casos poderiam ser explicados pela consideração de que o *mundo real*, num certo sentido, pode consistir no argumento de *ter*. Sempre estaria implícito que o conteúdo da coda é uma composição do real, situado num espaço-tempo específico. Nos casos em (16)-(19) acima, esse *locus* universal, mesmo sem realização fonológica, estaria na base da composição de uma construção de existência, como um dos seus argumentos. O problema que vemos nessa assunção é que qualquer sentença da língua precisa remeter a uma condição ancorada no mundo real, numa localização espaço-temporal específica. A arquitetura de qualquer sentença deveria prever, então, a instanciação de um índice locativo, ainda que apagado. Contudo, diante da sua generalidade, esse índice pouco contribui para singularizar formalmente uma construção existencial com relação a outros padrões sentenciais da língua, uma vez que sempre poderemos recorrer à idéia de que o mundo se encontra abstratamente representado ou pressuposto na composição do sentido de uma sentença. Notemos também que, em muitos casos,

a ocorrência de um índice locativo é obrigatório para a formação da sentença, seja entre as existenciais, seja entre outros tipos sentenciais, como em (20)-(21) a seguir. Essa condição sugere que não podemos tomar o locativo como um índice *default*, caso contrário a sua realização poderia ser dispensada para determinar a boa formação de qualquer sentença que o exija em sua composição.

- (20) a. Tem vários amigos meus *(na casa da Ana).
b. Ficaram vários amigos meus *(na casa da Ana).
c. Dormiram vários amigos meus *(na casa da Ana).
- (21) a. Tinha carro *(naquela concessionária).
b. Vende carro *(naquela concessionária).

Outra propriedade das existenciais que atua como um complicador é a relação que se estabelece entre a categoria nominal do complemento de *ter* e o constituinte locativo, que parece ser mais “íntima” que a prevista por Viotti. Se as construções em (22)-(25) a seguir forem derivadas via extração a partir de uma posição interna a *vP*, a configuração das sentenças existenciais não pode ser como aquela estabelecida em (15b), proposta pela autora.

- (22) Político incompetente nos Ministérios, o Lula reconhece que tem.
- (23) Boas praias na Zona Sul, o Pedro me garantiu que tem.
- (24) Refrigerante no Bandeirão, a Simone disse que nunca teve.
- (25) Docinho à vontade na festa do Jairo, a Mary me falou que não tinha.

Que esses constituintes topicalizados são obtidos por meio de movimento pode ser confirmado pelas restrições de extração a partir de diferentes tipos de ilha. Os testes apresentados em (26)-(30) abaixo se referem à existencial encaixada naquela construção em (21); os mesmos efeitos são observados para os casos em (23)-(25). Constituintes locativos em predicados existenciais não podem, portanto, ser tratados exclusivamente como adjuntos a *vP* ou *VP*, mas devem estabelecer com o complemento do verbo uma relação mais fechada, com ambos instanciados numa estrutura que demonstre uma continuidade hierárquica (ver a seção 2.2.3).

- (26) a. O jornalista perguntou ao Presidente por que que tem políticos incompetentes nos Ministérios.
b. * Políticos incompetentes nos Ministérios, o jornalista perguntou ao presidente porque que tem.
- (27) a. Eu conheço o jornalista que disse ter políticos incompetentes no Ministério.
b. * Políticos incompetentes nos Ministérios, eu conheço o jornalista que disse ter.
- (28) a. O jornalista foi demitido porque disse ter políticos incompetentes nos Ministérios.
b. * Políticos incompetentes no Ministério, o jornalista foi demitido porque disse ter.

- (29) a. O jornalista não assumiu a declaração de que tem políticos incompetentes nos Ministérios.
 b. * Políticos incompetentes nos Ministérios, o jornalista não assumiu a declaração de que tem.
- (30) a. O jornalista dizer que tem políticos incompetentes nos Ministérios foi uma declaração perigosa.
 b. ?? Políticos incompetentes nos Ministérios, o jornalista dizer que tem foi uma atitude perigosa.

É provável que o obstáculo para a ocorrência da coda completa daquele caso em (14) na posição de sujeito é a própria extensão da seqüência. Se extrairmos uma das orações relativas, com em (31) ou (32) a seguir, a seqüência passa a ser aceita como sujeito sem qualquer restrição.

- (31) a. Tem várias flores que eu adoro naquela floricultura nova.
 b. Várias flores que eu adoro naquela floricultura nova não custam tão caro quanto você imagina.
- (32) a. Tem várias flores que você pode me dar de presente naquela floricultura nova.
 b. Várias flores que você pode me dar de presente naquela floricultura nova não custam tão caro quanto você imagina.

Vamos nos afastar, dessa forma, da proposta de Viotti (1999) no que diz respeito à idéia de que o constituinte locativo consiste num argumento de *ter* entre as existenciais. Nas seções 2.2.3 e 2.2.4, vamos formalizar a idéia de que esses constituintes são instanciados internamente ao DP, como todos os outros constituintes da coda, condição que vai explicar fatos como os observados em (22)-(30).

2.2.2 *Ter-existencial e ter-possessivo*

Um outro ponto que merece ser discutido é a suposta identidade lexical entre *ter-existencial* (*ter_{ex}*) e *ter-possessivo* (*ter_{poss}*). Conforme apontado anteriormente, Viotti (1999) assume que as duas versões de *ter* correspondem a um mesmo verbo. Haveria, em português brasileiro, uma única entrada lexical para os verbos de posse e existência, cujo sentido seria depreendido composicionalmente, a partir de outros constituintes na construção. Retornemos à questão do paralelismo temático para mensurar os efeitos da proposta de Viotti, dentro do quadro que iremos propor, considerando inicialmente a equivalência de sentido entre possessivas e existenciais nas construções em (33)-(36) a seguir.

- (33) a. Tem vários alunos da Unicamp se recusando a participar do provão.
 b. A Unicamp tem vários alunos se recusando a participar do provão.
- (34) a. Tem dois filhos da Ana estudando na Europa.
 b. A Ana tem dois filhos estudando na Europa.
- (35) a. Tem políticos do PT contrários às reformas.
 b. O PT tem políticos contrários às reformas.

- (36) a. Tem praias belíssimas no Rio de Janeiro.
b. O Rio de Janeiro tem praias belíssimas.

Em (33), por exemplo, *a Unicamp* ocorre com o mesmo papel em (a) e (b), embora apareça em posições estruturais distintas (pela classificação tradicional, como um adjunto do nome em (a) e como um sujeito em (b)); condições similares são verificadas para as construções em (34)-(36). Esse conjunto fortaleceria, à primeira vista, a proposta de Viotti para a identidade lexical entre *ter_{poss}* e *ter_{ex}*. A diferença entre a existencial e a possessiva seria apenas de ordem estrutural, com a posição de sujeito da segunda sendo preenchida por um elemento do interior da primeira. Essas construções sugerem ainda uma outra possível propriedade de *ter*: o verbo parece não atribuir papel temático para a sua posição de sujeito, caso contrário haveria alteração de significado nas sentenças em (b).²⁵

Há, contudo, um problema técnico para validar essa análise: qual a disposição configuracional requerida para que o sujeito de sentenças possessivas adquira a sua função semântica? Consideramos essa uma questão crucial para a nossa proposta, uma vez que, no quadro teórico que estamos considerando (ver seção 1.5), relações temáticas estão fortemente associadas a condições de localidade, as quais são relevantes na determinação de certos processos morfológicos. Por exemplo, a checagem temática seria efetivada na posição de argumento externo do verbo ou numa outra posição? Numa proposta em que *ter_{poss}* é caracterizado como um verbo leve, talvez seja necessário assumir algum mecanismo que permita ao sujeito receber/checar papel temático estando longe do elemento atribuidor. Lembremos que o atribuidor temático, nesses casos, não poderia ser o próprio verbo, uma vez que Viotti o toma como semanticamente vazio, mas talvez o complexo reunindo o verbo e seu complemento, este supostamente o responsável por parte do conteúdo nocional dentro do predicado. Nesse caso, o caminho mais simples seria o de considerar todo o VP, com *ter* associado ao seu complemento, como uma categoria atribuidora complexa; contudo esse ponto compromete a idéia de que *ter_{poss}* e *ter_{ex}* consistem num mesmo verbo. Uma vez que a posição de sujeito de *ter_{ex}* é vazia, o VP não deve descarregar papel temático para a posição de sujeito, caso contrário as sentenças existenciais seriam sempre consideradas agramaticais, dada a não-saturação de sua grade temática. Se *ter_{poss}* e

²⁵ A idéia de que *ter* não atribui papel temático ao seu sujeito é também desejável na explicação dos vários tipos de posse observadas nas sentenças com esse verbo. Em vez de considerar *ter* um verbo polissêmico, como muitas descrições o fazem (Avelar & Callou 2000,2001), os diferentes tipos de posse veiculados seriam derivados não de uma propriedade lexical de *ter*, mas da natureza do seu complemento, que estabelece com o constituinte na posição de sujeito relações de ordens diversas (ver seção 3.1).

ter_{ex} vão dispor de uma mesma entrada lexical, isto necessariamente implica que a composição de um e outro com seus complementos produzam os mesmos requerimentos sobre a posição de sujeito, o que não ocorre. Em outras palavras, se ambos constituem uma mesma entrada lexical, como explicar que ora a presença do sujeito é obrigatória, como em (37) a seguir, ora é facultativa, como em (38), ora não há qualquer elemento disponível para a posição, como em (39).

- (37) a. O Pedro tem uma casa.
 b. * Tem uma casa.
- (38) a. O Rio de Janeiro tem muitas praias.
 b. Tem muitas praias no Rio de Janeiro.
- (39) a. Tem muita mulher que odeia homem mal-educado.

Uma forma de resolver essa questão poderia passar pela abordagem de Franchi, Negrão & Viotti (FNV 1998) em torno do paralelo entre as construções existenciais e certas sentenças impessoais em português brasileiro. Os autores observam que alguns verbos intransitivos dessa língua podem sofrer um processo de detematização do agente ou de impessoalização. A estrutura argumental dessas construções, bem como os verbos nelas empregados, demonstrariam pelo menos duas peculiaridades, a saber:

- (40) *a. trata-se de verbos que podem selecionar um argumento externo não-animado, designativo de lugar/tempo, seja porque sua diátese verbal o autoriza, seja porque sua diátese transitivo-causativa se reduz por um processo de ergativização:*
 V: <Locação,Tema>
- b. o Locativo (não o tema!) é deslocado para (engendrado na base em) uma posição periférica como um sintagma preposicionado (aparentemente incidindo sobre ambos, tema e locação, o foco apresentativo):*
 $[SN]_{\text{lugar}} [V SN] \leftrightarrow [0 [[V SN] S_{\text{prep}}]_{\text{locativo}}]$

(FNV 1998:121-122)

Essa formalização traduz a possibilidade de certos verbos transitivos ocorrerem com o mesmo padrão sintático demonstrado por verbos ergativos-intransitivos, particularmente para aqueles casos em que constituintes ergativos podem ocorrer como argumento externo. Para FNV, as existenciais com *ter* podem ser sintaticamente incluídas nesse grupo de orações impessoalizadas, visto existirem construções em que esse verbo admite um argumento externo, locativo ou não: as construções possessivas. Dentro dessa abordagem, em que se passa a considerar um fenômeno mais amplo do português brasileiro, a idéia de que *ter_{ex}* e *ter_{poss}* consistem num mesmo item

lexical, defendida por Viotti (1999), ganha força, mesmo diante das questões técnicas que já salientamos.

Observemos mais de perto os argumentos apontados por FNV na tentativa de fundamentar a caracterização das existenciais como uma sentença ergativizada/impessoalizada. O caso que os autores tomam como ponto de partida é o do verbo *dar*, em construções como a que segue.

- (41) a. A minha chácara dá umas nanicas enormes.
b. Dá umas nanicas enormes na minha chácara. (FNV 1998:120)

Na construção em (41b), o verbo *dar* é impessoalizado, e seu argumento externo passa a ser realizado como um locativo preposicionado. O fenômeno não se restringe apenas a esse verbo, como observamos nos casos em (42)-(52) a seguir, apresentados pelos autores (pp. 120-121).

- (42) Você viu se está gravando direito aí [nesse gravador]? (SP, 343)
(43) Tá fazendo aquele barulhinho esquisito no motor que você disse que ouviu ontem?
(44) Foi bom que você não foi. Só enche o saco nessas reuniões do departamento pra discutir o currículo.
(45) Molhou tudo os quartos em casa na tempestade de ontem.
(46) Tá cheirando queimado na cozinha!
(47) – Num tá escrevendo nada nessa lousa. – Ela tá úmida!
(48) a. Encheram as estantes de livro que a gente não lê.
b. As estantes se encheram de livros que a gente não lê.
c. Já encheu de livro nas estantes que a gente não lê.
(49) a. Cuidado que as formigas estão cobrindo essa grama.
b. Cuidado que essa grama está coberta de formigas.
c. Cuidado que tá coberto de formiga nessa grama.
(50) Se você cava sem Schield, desaba tudo, que está cheio de prédio em cima, né? (SP,343)
(51) Você também percebe: em São Paulo, é muito mais cultivado do que em Minas. (RJ, 158)
(52) No interior, está mais próximo de passado que de futuro. (SP, 343)

Em (42)-(47), temos construções com verbos tipicamente transitivos, mas numa condição intransitivizada, com a manutenção da relação temática entre o verbo e o argumento interno, quanto este subsiste. Em (48)-(49), são apresentados verbos transitivos-causativos, que sofrem igualmente um processo de intransitivização; observemos que, nas transitivas em (48b)-(49b), o locativo pode ocorrer como sujeito. Em (50)-(52), são apresentadas construções predicativo-estativas com a mesma propriedade de impessoalização.

As existenciais com *ter* do português brasileiro seriam obtidas pelo mesmo processo de ergativização. De acordo com os autores, “o emprego locacional com o verbo *ter* (e de *haver*, em um dado período histórico) favoreceu a extensão da seleção categorial do sujeito a entidades animadas, abstratas, inclusive locativos” (p. 122). Daí as existenciais em (b) a seguir poderem

ser tratadas como resultado de impessoalização da sentença possessiva com o mesmo verbo. Nos termos de Viotti (1999), o processo pode corresponder ao sombreamento do argumento externo de *ter*.

- (53) a. A zona de Ituberá, Valença, por aí, tem muitas plantações.
b. Tem muitas plantações na zona de Ituberá, Valença, por aí. (BA,95)
- (54) a. A cidade pequena não tem esses problemas, não é? (SP,343)
b. Na cidade pequena, não tem esse problemas, não é?
- (55) a. O verão tem tudo que é fruta.
b. No verão, tem tudo que é fruta. (PoA,37) (FNV 1998:123)

Assumindo as construções existenciais nestes termos, a questão técnica apontada anteriormente com respeito à proposta de que *ter_{ex}* e *ter_{poss}* consistem numa mesma entrada vocabular aparentemente desaparece: *ter_{ex}* corresponderia então ao transitivo *ter_{poss}* numa construção ergativizada. Aquela formalização proposta em (40), se não responderia por completo, pelo menos permitiria solucionar a questão dos requerimentos semânticos de *ter*, face à possibilidade de sentenças com esses itens serem realizados como construções impessoais, processo recorrente no sistema do português brasileiro.

Há, contudo, um contraste entre as existenciais com *ter* e os casos de ergativização/impessoalização que nos parece um problema para validar a proposta de FNV. Esse contraste tem a ver com algumas das observações feitas na seção anterior em torno do *status* do locativo. Argumentamos que, havendo outro constituinte nucleado por uma categoria com potencial temático, sintagmas com expressão locativa não são obrigatórios para configurar a boa formação das existenciais. Da mesma forma, abordamos a inadequação empírica em se considerar uma ancoragem espacial e/ou temporal abstrata para associar as existenciais às possessivas, uma vez que é impossível encontrar uma sentença da língua que não suporte uma ancoragem nestes termos. Todavia, contrariamente às existenciais, as construções impessoalizadas apresentadas por FNV sempre vão precisar de uma ancoragem espaço-temporal realizada, bem demarcada, ou, pelo menos, com evidência implícita na sentença. Observando os casos a seguir (ou retornando àqueles apresentados em (42)-(52)), sempre haverá a ocorrência de um constituinte locativo na impessoalização da construção transitiva, como em (53)-(55) abaixo. Lembremos que, para FNV, o mesmo processo estaria ocorrendo na composição das existenciais em (56)-(58), que resultariam assim de um processo de impessoalização da possessiva.

- (53) a. O especial do Roberto Carlos sempre toca muitas músicas.
b. Sempre toca muitas músicas no especial do Roberto Carlos.
- (54) a. A máquina de lavar da Ana lava pouca calça.
b. Lava pouca calça na máquina de lavar da Ana.
- (55) a. Campinas rouba muito carro.
b. Rouba muito carro em Campinas.
- (56) a. O especial do Roberto Carlos sempre tem muitas músicas.
b. Sempre tem muitas música no especial do Roberto Carlos.
- (57) a. A máquina de lavar da Ana tem pouca calça.
b. Tem pouca calça na máquina de lavar da Ana.
- (58) a. Tem muito carro em Campinas.
b. Campinas tem muito carro.

Contudo, os conjuntos em (59)-(61) a seguir mostram ser possível construir existenciais sem qualquer expressão locativa, o mesmo não se verificando nas transitivas ergativizadas. Nestas, se o locativo não estiver realizado, sua referência precisa estar implicitamente robusta na construção, do contrário a frase será inaceitável.

- (59) a. Tem muitas músicas que o Pedro gosta (no especial do Roberto Carlos).
b. Toca muitas músicas que o Pedro gosta *(no especial do Roberto Carlos).
- (60) a. Tem pouca calça feita de linho (na máquina de lavar da Ana).
b. Lava pouca calça feita de linho *(na máquina de lavar da Ana).
- (61) a. Tem muito carro baratinho (em Campinas).
b. Rouba muito carro baratinho ??(em Campinas).

Tomemos, por exemplo, o caso em (60). Na existencial em (a), o conteúdo remete à idéia de que é difícil encontrar calça de linho, condição que não necessita de uma ancoragem espaço-temporal explícita ou implícita para determinar a boa formação da sentença. Diferentemente, não é possível afirmar que poucas calças feitas de linho são lavadas, se não estiver especificado um *locus* onde a condição se encontra firmada.

Outra diferença, esta apontada pelos próprios autores (p. 126), é a impossibilidade de esses verbos transitivos, quando impessoalizados, apresentarem a forma *você* com referência genérica na posição de sujeito. Diferentemente, as existenciais podem licenciar mais livremente essa forma, como já destacamos na introdução deste capítulo. O contraste fica nítido na comparação entre as existenciais e as intransitivizadas, nos casos que seguem.

- (62) a. Você sempre tem muitas músicas legais no show do Roberto Carlos.
b. * Você sempre toca muitas músicas legais no show do Roberto Carlos.

- (63) a. Você tem muito carro baratinho em Campinas.
b. * Você rouba muito carro baratinho em Campinas.

No capítulo 3, vamos argumentar que o que licencia a ocorrência desse pronominal genérico na posição de sujeito das existenciais é a instanciação de uma categoria possessiva abstrata, paralela à proposta por Harley (2001) (ver seção 1.3.3), no interior do predicado existencial. Essa mesma categoria não pode ser licenciada no interior de um predicado intransitivado, por internamente não suportar o mesmo tipo de relação que a observada dentro das possessivas e das existenciais. Existem, portanto, obstáculos para associar integralmente *ter_{ex}* e *ter_{poss}* nos mesmos termos em que é possível associar um verbo transitivo e a sua versão impessoalizada. Preferimos, então, desconsiderar esse critério como uma evidência em favor de que as duas versões do verbo *ter* consistem num mesmo item.

Outro ponto que compromete a idéia de que *ter_{poss}* e *ter_{ex}* consistem num mesmo verbo são os fatos demonstrados pelas sentenças a seguir. Diferentemente das frases que apresentamos em (34)-(37), em (64)-(65) um certo caráter de controle sobre a manutenção do estado de coisas é adicionado ao sujeito da possessiva. Embora as frases de (64b)-(64e) e de (65b)-(65d) mantenham as funções semânticas observadas em (64a)-(65a), os sintagmas na posição de sujeito adquirem um novo papel (ver seção 3.3.1), o que é inesperado se *ter_{poss}* e *ter_{ex}* corresponderem realmente a um mesmo item.

- (64) a. Tem várias jóias da mãe do Pedro dentro do cofre do irmão da Ana.
b. A Ana tem várias jóias da mãe do Pedro dentro do cofre do irmão.
c. O irmão da Ana tem várias jóias da mãe do Pedro dentro do cofre.
d. O Pedro tem várias jóias da mãe dentro do cofre do irmão da Ana.
e. A mãe do Pedro tem várias jóias dentro do cofre do irmão da Ana.
- (65) a. Tinha dois pacientes do Dr. Pedro no consultório do Dr. Carlos para a enfermeira dar banho.
b. O Dr. Pedro tinha dois pacientes no consultório do Dr. Carlos para a enfermeira dar banho.
c. O Dr. Carlos tinha dois pacientes do Dr. Pedro no consultório para a enfermeira dar banho.
d. A enfermeira tinha dois pacientes do Dr. Pedro no consultório do Dr. Carlos para dar banho.

Ressaltamos ainda que paralelismos observados entre existenciais e possessivas também ocorrem naquelas línguas em que o verbo possessivo e o verbo existencial não correspondem a uma mesma forma. Hornstein *et al.* (2002) mostram construções existenciais do inglês, construídas com *be*, que podem ser parafraseadas por uma construção possessiva, efetivada com o verbo *have*, aparentemente sem qualquer prejuízo de sentido, como nos casos em (66) abaixo (ver seção 1.3.2). A relação é a mesma que a observada para o português brasileiro: o constituinte locativo da existencial pode ocorrer como sujeito da possessiva.

- (66) a. There is a Ford T engine in my Saab.
b. My Saab has a Ford T engine.

(Hornstein, Rosen & Uriageraka 2002:179)

Em comunicação pessoal, Eduardo Raposo afirmou que o português europeu, em que *ter* não dispõe de valor existencial, exibe a mesma peculiaridade. Por exemplo, nas construções em (67) a seguir, o constituinte locativo de existencial com *haver* pode ocorrer como sujeito da sentença possessiva com *ter*. O estado de coisas exibido na existencial é, portanto, integralmente abarcado na expressão de posse. Esses fatos não podem ser aventados para sugerir que, em inglês ou em português europeu, o constituinte locativo de *be*-existencial ou *haver* seja um argumento externo sombreado. No caso do português europeu, a questão é ainda mais complexa: *haver* não pode licenciar um sujeito em seu Spec, como observado em (67b). A abordagem defendida por Viotti só pode, portanto, ser aplicada às línguas em que o verbo existencial e o verbo possessivo exibem a mesma forma.

- (67) a. Há/*Tem muitos lugares bonitos em Lisboa.
b. Lisboa tem/*há muitos lugares bonitos.

Diante desses fatos, vamos nos afastar de Viotti (1999) tanto no que diz respeito ao *status* do locativo no interior da coda quanto à identidade entre *ter_{poss}* e *ter_{ex}*. A proposta que nos parece mais adequada para explicitar a natureza da coda existencial é a de que tanto o constituinte locativo quanto outros tipos de constituintes formadores da coda consistem no cerne temático da sentença. É nesse centro que o complemento existencial verifica o papel- θ para ser adequadamente interpretado no componente semântico. A necessidade de um cerne predicativo que não o verbal vai derivar da fraqueza temática de *ter*: o verbo existencial pode ser considerado sem força para verificar o papel semântico relevante. As sentenças existenciais vão exigir, portanto, a presença de uma categoria semanticamente forte para licenciar o constituinte nominal que deve ocorrer como o argumento interno. Comparemos, para atestar a deficiência temática de *ter*, os casos em (68) abaixo.

- (68) a. Tem dois cadernos com a Ana.
b. * Tem dois cadernos da Ana.
c. Tem dois cadernos da Ana com o Pedro.
d. * Tem dois cadernos.

As construções em (68b) e (68d) são agramaticais, se consideradas fora de contextos de lista ou de outros contextos pragmaticamente bem ancorados. A má-formação de ambas é devida à

ausência de um licenciador temático, diferentemente do que ocorre em (68a) e (68c). Em (68a), a seqüência *com a Ana* pode atuar como um predicado para *dois cadernos*, permitindo que o constituinte seja legível no componente semântico. Sobre o caso em (68b), podemos excluí-la pela consideração de que a preposição *de*, como em outras línguas românicas, porta um caráter mais funcional que semântico (ver, por exemplo, Kayne 1998 e Zamparelli 1998); daí *dois cadernos*, nessa construção, não ser adequadamente interpretado no componente relevante. Seguindo o mesmo raciocínio, a construção em (68d) vai ser inaceitável pela ausência de qualquer constituinte que licencie tematicamente o DP pós-verbal.

Quanto à suposta identidade entre *ter*-possessivo e *ter*-existencial, vamos propor no capítulo 3 que o verbo possessivo é obtido a partir dos traços correspondentes ao verbo existencial associados aos traços formais de uma categoria abstrata, sem realização fonética em português, nos termos de Harley (2001) (ver seção 1.3.3). Vamos apresentar evidências de que esses traços compõem não apenas os traços do verbo possessivo, mas também o feixe que realiza a preposição *com* em contextos determinados.

2.2.3 Ambigüidade estrutural

Na seção anterior, vimos que um dos problemas para a proposta de Viotti (1999) é a possível continuidade configuracional entre o constiuinte tomado como complemento do verbo existencial e a preposição locativa. Para retomar a questão, observemos o caso em (69) a seguir. A coda existencial em (69a), que conta com um constituinte locativo, deve exibir uma configuração em que *livros* estabelece uma relação tanto com o sintagma preposicionado quanto com o determinante, o que vai explicar tanto a possibilidade da construção em (69b) como aquela em (69c).

- (69) a. A Simone disse que tem poucos livros na biblioteca.
b. Livros na biblioteca, a Simone disse que tem poucos.
c. Na biblioteca_i, a Simone disse que tem poucos livros t_i.

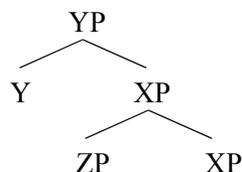
Que consistem em casos de extração, novamente o confirmam as construções em (70)-(74) a seguir. Os efeitos de extração para esses casos não são tão claros quanto os apontados para as construções em (26)-(30), na seção 2.2.1, mas não ocorre qualquer extração a partir de um contexto de ilha com aceitabilidade robusta. A aceitabilidade marginal de alguns casos em (b) pode estar associada à presença do determinante, que, de alguma forma, recupera o constituinte alçado, diferentemente dos casos apontados anteriormente, em que o N ocorria sem determinante.

Vale notar que a extração do constituinte locativo isoladamente também vai resultar em má formação, como nos casos em (c). A construção somente será aceitável se o locativo for interpretado como relacionado ao verbo principal, e não ao verbo existencial na encaixada.

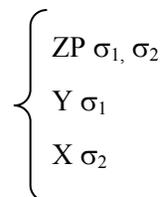
- (70) a. A Simone perguntou por que que tem poucos livros na biblioteca.
 b. ? Livros na biblioteca, a Simone perguntou por que que tem poucos.
 c. * Na biblioteca_i, a Simone perguntou por que que tem poucos livros t_i.
- (71) a. A Simone viu aquele funcionário que disse ter poucos livros na biblioteca.
 b. * Livros na biblioteca, a Simone viu aquele funcionário que disse ter poucos.
 c. * Na biblioteca_i, a Simone viu aquele funcionário que disse ter poucos livros t_i.
- (72) a. A Simone discutiu com a Jéssica porque ela disse ter poucos livros na biblioteca.
 b. ?? Livros na biblioteca, a Simone discutiu com a Jéssica porque ela disse ter poucos.
 c. * Na biblioteca_i, a Simone discutiu com a Jéssica porque ela disse ter poucos livros t_i.
- (73) a. A Simone espalhou o boato de que tem poucos livros na biblioteca.
 b. ? Livros na biblioteca, a Simone espalhou o boato de que tem poucos.
 c. ?? Na biblioteca_i, a Simone espalhou o boato de que tem poucos livros t_i.
- (74) a. A Simone disse que ter poucos livros na biblioteca mostra que a Universidade não está investindo em conhecimento.
 b. ?? Livros na biblioteca, a Simone disse que ter poucos mostra que a Universidade não está investindo em conhecimento.
 c. * Na biblioteca_i, a Simone disse que ter poucos livros t_i mostra que a Universidade não está investindo em conhecimento.

Kato & Nunes (1998) desenvolvem uma análise para configurações de adjunção que pode dar conta desses casos de ambigüidade estrutural. Os autores ressaltam que uma configuração como aquela em (75) a seguir pode atuar como uma solução ótima para as relações requeridas em (76), em que ZP precisa estabelecer uma relação σ_1 com Y e uma relação σ_2 com X, mas estes não dispõem de qualquer requerimento relacional entre si.

(75)



(76)



Partindo de (76), se ZP sofre MERGE sintático com Y, este projetando, YP fica impedido de ser conectado com XP, uma vez que não existem requerimentos a ser satisfeitos entre esses elementos. Da mesma forma, se ZP e X sofrem MERGE, XP fica impedido de ser conectado a YP. Kato & Nunes propõem então que uma configuração como em (75) impede o fracasso da derivação: a adjunção de ZP a XP permite que Y se conecte ao último sem que a derivação seja

cancelada; sob a configuração resultante, ZP vai estar no domínio mínimo tanto de X quanto de Y, satisfazendo os requerimentos relacionais em (76).

Kato & Nunes aplicam essa proposta para casos em que um constituinte, numa determinada posição, precisa estabelecer relações com dois domínios. Em (77) a seguir, os verbos *discordar* e *rir*, por um lado, e *concordar* e *conversar*, por outro, selecionam complementos preposicionados nucleados por preposições distintas. Dadas essas propriedades seletivas, não é claro se, em (78a) e (78c), os constituintes *de quem* e *com quem*, respectivamente, estão associados a *rir* e *conversar*, na oração matriz, ou a *discordar* e *concordar*, na oração encaixada.

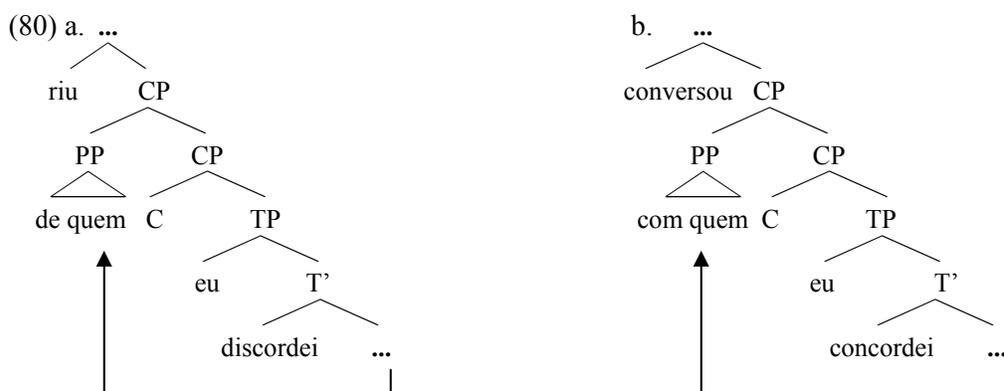
- (77) a. Eu discordei de Pedro/*com Pedro.
 b. Eu concordei com Pedro/*de Pedro.
 c. Eu ri de Pedro.
 d. Eu conversei com Pedro.
- (78) a. Pedro riu de quem eu discordei.
 b. Pedro riu *de/*com quem eu concordei
 c. Pedro conversou com quem eu concordei
 d. Pedro conversou *de/?*com quem eu discordei

Os autores se valem daquela configuração em (75) para resolver a questão. O primeiro passo é a formação de objetos sintáticos como aqueles em (79) abaixo. Os constituintes *de quem* e *com quem* são alçados da posição de complemento de *discordar* e *concordar*, respectivamente, para se adjungir ao CP, a projeção máxima característica de constituintes relativizados.

- (79) a. $[_{CP} [_{PP} \text{ de quem}]_i [_{CP} C [\text{ eu discordei } [_{PP} \text{ de quem }]_i]]$

 b. $[_{CP} [_{PP} \text{ com quem}]_i [_{CP} C [\text{ eu concordei } [_{PP} \text{ com quem }]_i]]$


Uma vez conectado ao verbo principal, o CP permite que *de quem* e *com quem* sejam instanciados no domínio mínimo desse verbo. As representações finais das duas construções devem ser aquelas em (80) a seguir. Assumindo estas configurações, não é preciso eleger o domínio ao qual o constituinte preposicionado vai estar relacionado, uma vez que ele vai poder satisfazer os requerimentos de ambos os lados.



Dentro dessa proposta, a impossibilidade das construções em (78b) e (78d) referidas anteriormente vai ser devida à ocorrência de um constituinte preposicionado incapaz de satisfazer, simultaneamente, os requerimentos do verbo da matriz e da encaixada.

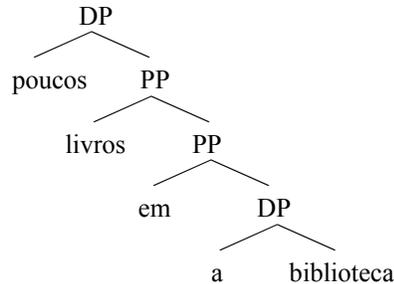
Essa abordagem pode dar conta da relação simultânea de N com o constituinte locativo e o determinante na coda existencial. Consideremos o sistema em (81) a seguir, em que NP estabelece a relação σ_1 com a preposição locativa P e a relação σ_2 com o determinante D. A relação vai poder ser satisfeita tal como em (82): estando do Domínio Mínimo de P, o NP vai poder checar o papel- θ associado ao argumento externo da preposição; estando do Domínio Mínimo de D, atende-se ao requerimento de D tomar NP como um complemento, tal como amplamente assumido nas propostas em que o constituinte nominal é uma projeção de D (ver seção 2.4.2).



Voltemos ao caso daquelas existenciais encaixadas, referidas em (69), repetidas a seguir. A estrutura da coda existencial vai ser dada em (84). *Livros* checa o papel- θ da preposição adjungindo-se a PP, tal como em (84a). A configuração resultante possibilita a conexão entre o determinante *poucos* e o PP, dado que o resultado é a inserção de NP no domínio mínimo de D, satisfazendo os requerimentos de ambas as categorias, como ilustrado em (84b).²⁶

²⁶ Naqueles casos apresentados em (21)-(24) na seção anterior, repetidos abaixo, o complemento do verbo existencial ocorre sem determinante. Juntamente com Longobardi (1994), vamos assumir a existência de D nulo, ao qual o N pode sofrer adjunção.

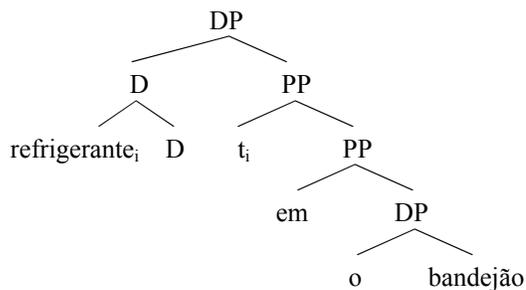
- (83) a. A Simone disse que tem poucos livros na biblioteca.
 b. Livros na biblioteca, a Simone disse que tem poucos.
 c. Na biblioteca, a Simone disse que tem poucos livros.
- (84) a. [PP [NP livros] [PP em [DP a biblioteca]]]
 b.



Notemos que, sob estas condições, o movimento do PP para uma posição mais alta implicará igualmente na presença do NP em uma posição mais alta. As estruturas das construções em (83b)-(83c) seriam aquelas em (85) a seguir, admitindo-se que o PP é adjungido a TP quando movido. Assumindo apagamento de cópias nos termos de Nunes (2004), a obtenção de (83b) será efetivada pelo apagamento de todo o PP inferior, como em (85a). Já a realização de (83c) seria implementada através de apagamento espalhado, nos termos de Cavar & Fanselow (1997): o N mais alto e o PP mais baixo são apagados, tal como em (85b).²⁷

-
- (i) Político incompetente nos Ministérios, o Lula reconhece que tem.
 (ii) Boas praias na Zona Sul, o Pedro me garantiu que tem.
 (iii) Refrigerante no Bandeirão, a Simone disse que nunca teve.
 (iv) Docinho à vontade na festa do Jairo, a Mary me falou que não tinha.

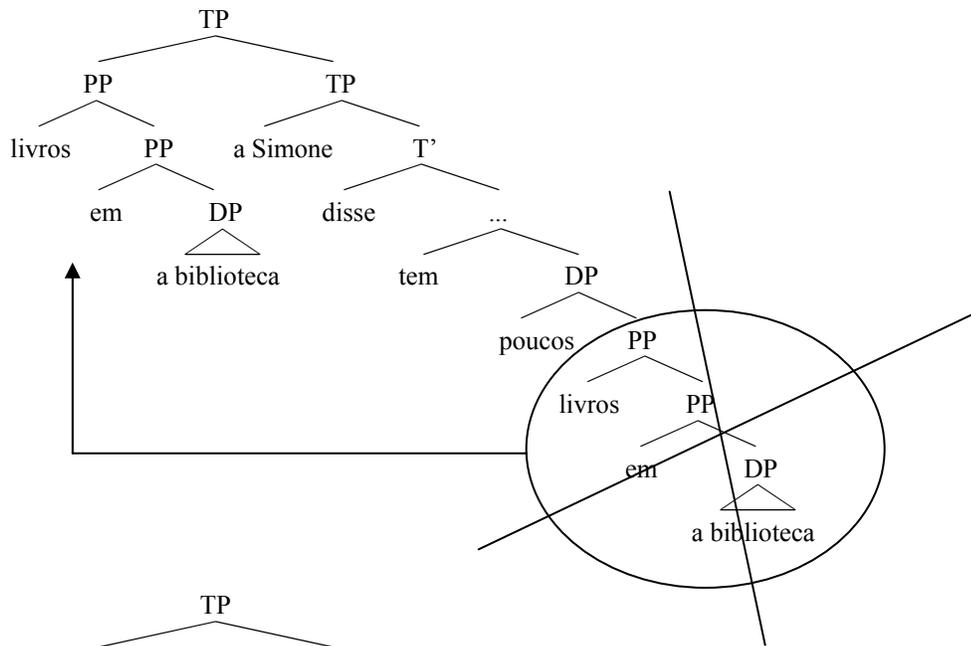
Para uma construção como aquela em (iv), por exemplo, a coda deverá ter então a seguinte estrutura:



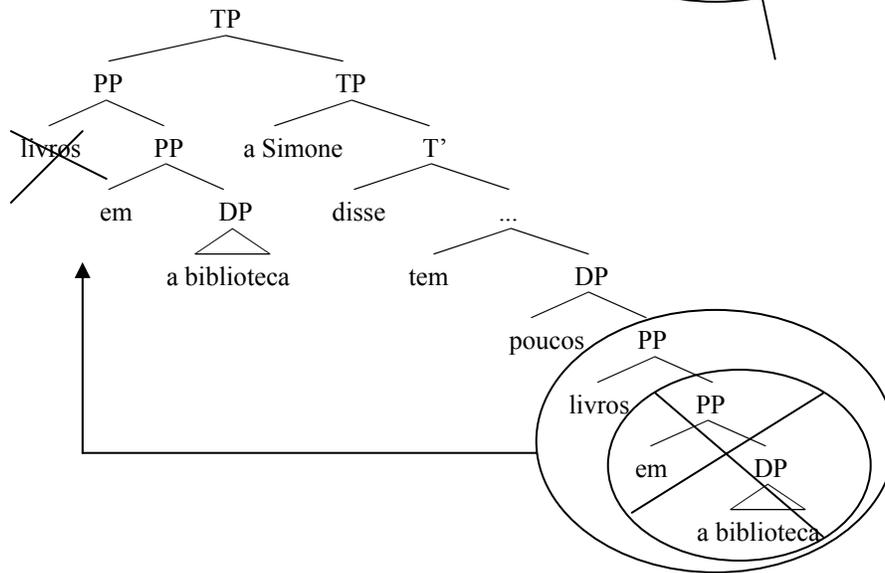
Na seção 2.4.2, vamos nos deter nas conseqüências dessa operação para a caracterização das existenciais que estamos propondo.

²⁷ Há, em princípio, um problema de economia derivacional nessa abordagem: o sistema deveria optar pela solução mais econômica, que seria não a do apagamento espalhado, mas o de apagar todo o PP mais baixo. Cavar e Fanselow (1997) argumentam, contudo, que em determinadas circunstâncias o sistema pode recorrer à deleção espalhada para satisfazer a certas condições de interface, como no estabelecimento de relações informacionais do tipo *tópico e foco*. Observemos as construções a seguir, um caso comum em croata. Os autores argumentam que o PP [na kakav krov] ‘on what-kind-of-roof’ é primeiramente copiado em uma posição de foco e, depois, para uma posição de tópico.

(85) a.



b.



- (i) Na kakav je Ivankrov bacio loptu?
 On what-kind-of-be Ivanroofthrow ball
 ‘On what kind of roof did Ivan throw the ball?’

Os traços de foco e tópico serão relevantes para a interface e, conseqüentemente, ambos deverão ser mantidos para a satisfação de requerimentos, tanto no componente semântico como no fonológico. A saída encontrada pelo sistema é o apagamento espalhado, que permite manter na estrutura elementos de um mesmo constituinte, em posições apartadas.

- (ii) a. [[pp na [kakav krov]]ⁱ je Ivan [pp na [kakav krov]]ⁱ bacio loptu [pp na [kakav krov]]ⁱ]
 b. [[pp na [kakav krov]]ⁱ je Ivan [pp na [kakav krov]]ⁱ bacio loptu [pp na [kakav krov]]ⁱ]

Para casos como os das existenciais referidos em (83b-c), podemos estar diante da mesma condição: *livros na biblioteca* é movido para uma posição em que é interpretado como tópico, mas pode se encontrar associado à interpretação de foco na posição mais baixa. O sistema recorreria então à operação de apagamento espalhado, como representado em (85b). Esses casos merecem, obviamente, uma análise bem mais aprofundada para determinar se de fato, entre as existenciais do português brasileiro, as interpretações associadas ao constituinte movido remetem às noções de tópico e foco nos termos em que costumam ser empregadas. Vamos manter, contudo, a assunção de que muitos casos como aqueles em (83) são obtidos por deleção espalhada, em condições similares às determinadas por Cavar & Fanselow. Para maior discussão sobre apagamento espalhado, ver Nunes (2004).

Para fecharmos essa proposta, precisamos estabelecer se elementos de natureza diversa da locativa, presentes na coda, vão estabelecer com o complemento existencial a mesma relação que os sintagmas preposicionados aqui analisados. Observemos os dados em (86)-(88) a seguir, com constituintes gerundivos, relativos e adjetivais dentro da coda, respectivamente.

- (86) a. O relatório da OMS confirmou que tem muitas crianças brasileiras morrendo de fome.
b. Crianças brasileiras morrendo de fome, o relatório da OMS divulgou que tem muitas.
c. * Morrendo de fome, o relatório da OMS divulgou que tem muitas crianças brasileiras.
- (87) a. Eu acho que tem várias mulheres que não vivem felizes ao lado do marido.
b. Mulheres que não vivem felizes ao lado do marido, eu acho que tem várias.
c. *? Que não vivem felizes ao lado do marido, eu acho que tem várias mulheres.
- (88) a. A Simone disse que tem muitas provas do Jairo fáceis.
b. Prova do Jairo fáceis, a Simone disse que tem muitas.
c. * Fáceis, a Simone disse que tem muitas provas do Jairo.

Os casos em (c) indiciam que constituintes gerundivos, relativos e adjetivais apenas se comportam como o locativo se a cópia mais alta de N puder ser realizada, como nas construções de (b). Vamos considerar, portanto, a idéia de que, também nessas casos, D e N vão poder ser dissociados. Contudo não vamos nos ocupar das propriedades internas à predicação com o verbo gerundivo e com o adjetivo, bem como com a estruturação da oração relativa, que podem estar impedindo o alçamento isolado dessas seqüências em (86)-(88). Esse ponto não será relevante para determinar as condições em que diferentes morfemas vão poder se incorporar a *v* para a obtenção de *ter*, *ser* e *estar*, questão central em nossa investigação. Remetemos o leitor ao capítulo 4 de Viotti (1999), em que se apresenta uma discussão detalhada em torno do comportamento de diferentes tipos de coda no predicado existencial, com destaque para a coda composta pela oração relativa. Na próxima seção, continuamos a análise das existenciais considerando a presença de constituintes locativos. No capítulo 4, quando tratamos das construções com *ser*, vou abordar casos com categorias adjetivais no interior do predicado.

2.2.4 *Small clauses* locativas

Considerando a proposta de Starke (1995) para a arquitetura interna de uma *small clause* (SC), a proposta esboçada na seção anterior pode capturar outros fatos demonstrados por constituintes locativos.²⁸ Para Starke, as SCs apresentam uma estrutura paralela à da sentença:

²⁸ Diferentemente do defendido por Stowell (1995), Starke (1995) propõe que muitas das seqüências que costumam ser tratadas como SCs não podem ser caracterizadas como *bare lexical projections*. Fatos apresentados por Starke em diversas línguas mostram que não é possível considerar SCs apenas como compostas por duas projeções – uma do constituinte predicado e outra do constituinte sujeito – dado ser comum ocorrer categorias “independentes”, em geral

consistem numa projeção máxima de uma categoria complementizadora que domina uma projeção lexical dentro da qual uma relação semântica se estabelece. De um modo geral, uma SC pode ser representada pelo esquema em (89) abaixo.

(89) [CP C⁰ ... [LexP Lex⁰ DP/PP/AP]]

Para o caso de um sintagma locativo na coda, por exemplo, Lex⁰ pode consistir numa preposição. A predicação em torno de P⁰ é feita como numa instância envolvendo V: da mesma forma que o verbo, a preposição pode licenciar um argumento interno e um argumento externo. Para uma frase como *Tem livros na estante*, por exemplo, o sistema computacional deverá obrigatoriamente gerar um objeto sintático como aquele em (90) a seguir. O constituinte *livros* entra na derivação em [Spec, *em*], com todo o PP contido numa projeção de C.

(90) [CP C⁰ [PP [livros] [P⁰ em [a estante]]]]

O fato de quase todas as preposições locativas formarem locuções com a preposição *de* pode ser apontado como um ponto em favor à idéia de que um constituinte locativo consiste na projeção máxima de uma categoria funcional. Construções como *dentro da mochila*, *em cima da mesa* e *atrás da estante* corresponderiam aos esquemas em (91)-(93) a seguir. *Dentro de*, *em cima de* e *atrás de* não ocorreriam como um único item lexical, com a locução sendo obtida por uma operação de MERGE morfológico (ver seção 1.5). Seguindo propostas como a de Bobaljik (1995), segundo a qual condições de adjacência no componente fonético possibilitam MERGE, é

preposições, entre um e outro constituinte. As construções do alemão a seguir são casos que Starke aponta como problemas para sustentar a proposta de Stowell. A idéia de que a SC consiste apenas na projeção do adjetivo é incapaz de alocar categorias *als* e *für* do alemão, ou *as* e *for* do inglês.

- (i) a. Ich betracht es als / *für / *∅ gut.
 b. Ich halt es *als / für / *∅ gut.
 c. Ich finde es *als / *für / ∅ gut.
 I consider it as / for / ∅ gut.

A proposta de Starke, nesse sentido, se aproxima da defendida por Williams (1983): a de que, em sentido estrito, não existem *small clauses*. Como portam categorias lexicais e projeções funcionais, realizando-se como uma projeção máxima de C, consistem em instâncias que podem ser tratadas não como *small*, mas como *clauses* não-verbais. Para argumentos contrários à aplicação da proposta de Stowell para a coda existencial, ver o capítulo 4 de Viotti (1999).

A proposta integral de Starke prevê ainda que Lex⁰ consiste, na verdade, no verbo BE sem realização fonética. Embora *nesta* capítulo estejamos assumindo que Lex⁰ pode ser uma preposição ou outra categoria lexical relevante presente na coda existencial, ao longo da dissertação vamos defender que o copulativo *ser* e o possessivo *ter* são obtidos pela incorporação, ao verbo existencial, de um item interno à SC. Parte dos traços referentes a esse item vão se instanciar numa categoria paralela à Lex⁰, o que aproxima os resultados que procuramos obter à proposta de Starke.

plausível supor que a preposição lexical se amalgama a *de* no componente morfológico, derivando a locução.²⁹

(91) [CP de [PP dentro [DP a mochila]]]

dentro de

(92) [CP de [PP em cima [DP a mesa]]]

em cima de

(93) [CP de [PP atrás [DP a estante]]]

atrás de

Que o item *de* pode ocorrer dissociado da forma locativa é sugerido por construções como em (94c)-(96c) a seguir, que mostram ser possível compor o sentido dos constituintes locativos em (a) sem recorrer à preposição *de*. Para todos esses casos, se considerarmos que o argumento é realizado numa posição anteposta a *por dentro*, *por fora* e *atrás* ainda dentro do PP, teremos interrupção de adjacência, impedindo que os traços em C e o da preposição sofram *merge*, como indicado em (c). Para os casos em (a), por sua vez, suas configurações em (b) mostram que a locução pode ser efetivada, uma vez que não há bloqueio da adjacência entre C e os traços da preposição em P.³⁰

(94) a. *Por dentro do casaco*, tinha forro de algodão.
 b. [CP de [PP por dentro [DP o casaco]]]

por dentro de

²⁹ Para esses casos, vou assumir que os traços em C e P sofrem *fusion*, após sofrerem *merge*, no sentido proposto por Halle & Marantz (1993): os traços condensados em ambos os morfemas são integrados e leva à inserção de um vocábulo que porte os traços de ambos. Esse vocábulo é a própria locução prepositiva. Para efeito expositivo, vamos considerar que a locução é realizada em C, e não em P, embora o contrário seja possível (ver também a nota 19, no capítulo 1).

³⁰ É necessário indagar acerca da impossibilidade de a preposição *de* ser realizada naqueles casos em (93c)-(95c). Uma consequência natural da falta de adjacência poderia ser algo como as construções em (i) a seguir, todas inaceitáveis.

- (i) a. * Do casaco por dentro, tinha forro de algodão.
 b. * Da casa por fora, não é pintado/pintada.
 c. * Do guarda-roupa atrás, estava cheio de cupim.

Uma resposta possível para explicar os fatos em (i) é que o núcleo C, que porta os traços para a realização de *de*, somente receberia conteúdo fonético quando sofresse *merge* com P. Embora crucial para fornecer uma caracterização das locuções prepositivas nos termos que estamos propondo, a questão é irrelevante para os propósitos gerais desta tese. De uma forma geral, vamos considerar que a preposição *de* não pode ser realizada sob certas circunstâncias configuracionais, como aquelas em que se dá o bloqueio de adjacência entre P e C.

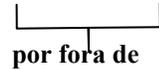
c. *O casaco por dentro* tinha forro de algodão.

d. [CP de [PP [DP o casaco] por dentro]]



(95) a. *Por fora da casa* não é pintado.

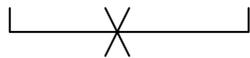
b. [CP de [PP por fora [DP a casa]]]



por fora de

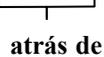
c. *A casa por fora* não é pintada.

d. [CP de [PP [DP a casa]_i por fora]]



(96) a. *Atrás do guarda roupa* estava cheio de cupim.

b. [CP de [PP atrás [DP o guarda-roupa]]]



atrás de

c. *O guarda-roupa atrás* estava cheio de cupim.

d. [CP de [PP [DP o guarda-roupa]_i atrás]]



É necessário indagar sobre formas como *em*, *sobre*, *entre* e *após*, que não ocorrem com a preposição *de*. Essas preposições suportam, talvez, uma função tanto semântica quanto funcional, daí serem incapazes de formar locução. Os casos em (97) permitem atestar o *status* complementizador desses itens: todos podem encabeçar um constituinte oracional, o que sugere serem capazes de competir pela mesma função com a preposição *de*. Seguindo Halle & Marantz (1993), é eleita a forma que comporta o maior de número de traços presentes no nó a ser preenchido. As preposições em questão são preferidas à forma *de* por suportarem tanto um conteúdo semântico, necessário para a interpretação adequada do constituinte locativo, como por apresentarem a função complementizadora. A representação da estrutura de constituintes como *na mesa* e *entre os livros* seria então como aquelas em (98)-(99), respectivamente. Os traços da preposição entram na derivação em P⁰ e, em seguida, por adjacência, sofrem MERGE morfológico com C⁰. Pelos critérios da competição nos termos acima, são impedidas de formar locução com a forma *de*.

(97) a. O Pedro pensou *em* pedir à Ana para ficar quieta.

b. *Sobre* estudar no exterior, muitos alunos de pós vem pensando nessa possibilidade.

c. *Entre* estudar e trabalhar, é melhor estudar.

d. *Após* terminar a festa, todos tiveram de colaborar na faxina.

(98) [_{CP} C [_{PP} P [_{DP} a mochila]]]

em

(99) [_{CP} C [_{PP} P [_{DP} os livros]]]

entre

Essa abordagem pode elucidar o porquê de essas preposições híbridas não funcionarem paralelamente às preposições com função exclusivamente semânticas, como naqueles casos referidos em (94c)-(96c). Se realmente os traços em P⁰ só podem se associar a C⁰ sob condições de adjacência, a má-formação de (100b)-(102b) adiante vai ser devida à ausência de configuração adequada para que os traços da forma semanticamente plena e da forma complementizadora se aloquem sob um mesmo nó e permitam adequadamente a inserção dos traços fonéticos associados à preposição híbrida. A inserção das formas *em*, *sobre* e *entre* em P⁰ é inaceitável exatamente por estarem ausentes nesse nó terminal os traços para a obtenção de uma forma complementizadora.

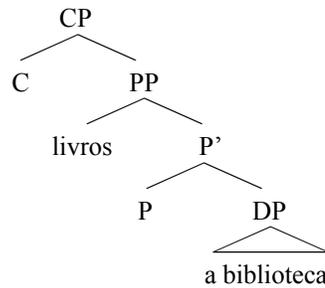
- (100) a. No casaco, tinha forro de algodão.
 b. * O casaco em, tinha forro de algodão.
- (101) a. Sobre a mesa, tinha dois livros.
 b. * A mesa sobre, tinha dois livros.
- (102) a. Entre os andaimes, está cheio de cupim.
 b. * Os andaimes entre, está cheio de cupim.

Retornando à questão das construções existenciais, a idéia que defendemos é a de que todo o cerne semântico dessas construções se concentra no interior de um constituinte locativo (ou de qualquer outro constituinte possível de ocorrer na coda), nos termos especificados até aqui. Essa assunção pode nos permitir capturar o relacionamento fechado entre o complemento existencial e a expressão locativa, destacado na seção 2.2.1. Mas, dentro do esboçado nesta seção em torno da estrutura clausal da SC locativa, vamos ter para a existencial encaixada em (103) a seguir a *small clause* locativa em (104), em que o PP locativo se encontra num CP.

(103) A Simone disse que tem poucos livros na biblioteca.

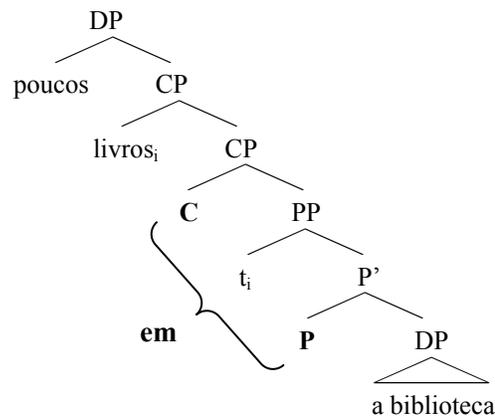
(104) a. [_{CP} C [_{PP} [_{NP} livros] [_{P'} P [_{DP} a biblioteca]]]]

b.



Para que P e C sofram *merge* morfológico nesse caso em (104), de modo a permitir a realização de *em*, é necessário que condições de adjacência sejam detectadas no componente morfológico. Para tal, a cópia do N *livros* em [Spec,PP] precisa ser apagada, o que somente ocorre se N for movido para outra posição. Para mantermos o paralelo com o proposto na seção anterior, e preservarmos as vantagens do modelo de adjunção de Kato & Nunes (1998), vamos ter de assumir o estabelecimento de uma relação sintática entre C e N, que vamos abordar mais detidamente no capítulo 3.³¹ A estrutura requerida para a coda da existencial encaixada em (103) é aquela dada em (105) a seguir.

(105)



A cópia de *livros* adjunta ao CP vai compor o domínio mínimo tanto de C quanto de *poucos*, nessa configuração. Com o apagamento de N em [Spec,PP], C e P entram em condição de adjacência, sofrendo *merge* e permitindo a inserção da preposição no nó resultante.

³¹ Essa relação pode ser pensada em termos de checagem: C possui um traço N-forte (ou D-forte), atraindo um NP ou um DP para seu domínio. Um movimento nos mesmos termos é proposto por Uriagereka (2002) (ver seção 1.3.2) na derivação das possessivas a partir de um predicado de BE: um DP é movido a partir da SC para a posição de especificador de uma categoria híbrida entre determinante e preposição. Juntamente com Kayne (1994), o autor assume que essa categoria híbrida tem função similar à de um complementizador. Para Uriagereka, especificamente, o DP movido para o seu domínio checa traços quantificacionais, que não recebe uma explanação clara em sua análise. O que estamos aqui propondo parece perfazer os mesmos percursos derivacionais propostos por Uriagereka, no que diz respeito à funcionalidade de C. Uma vez que, em nossa proposta, o NP vai entrar nos domínios de D,

existência de uma categoria funcional livre no interior da coda que, se incorporada ao verbo existencial, permite acessar a entrada vocabular do verbo estativo.

2.2.5 Sumário

Nesta seção, assumimos juntamente com Viotti (1999) que, nas existenciais, o DP pós-verbal é tematicamente licenciado junto a uma seqüência com força predicativa instanciada na coda, e não em relação a *ter*, mas nos afastamos da hipótese de que o constituinte locativo entre as existenciais consiste num argumento de *ter*. Observamos dados que demonstram uma ambigüidade estrutural no interior da coda com constituintes locativos: o NP deve estabelecer uma relação de constituição tanto com D quanto com a categoria predicativa. Adotamos então a proposta de Kato & Nunes (1998) em torno das configurações de adjunção, permitindo que NP integre os domínios tanto de D como de C, este o núcleo da projeção máxima da SC interna à coda. Também apresentamos alguns obstáculos para assumir, dentro do quadro que estamos propondo, a idéia de *ter_{ex}* e *ter_{poss}* consistem num mesmo item.

2.3 Paráfrases estativas para as construções existenciais

Na seção 1.4.1, apresentamos associações de sentido entre construções com *ter_{ex}* e aquelas com *estar*. Propusemos explorar a hipótese de que *estar* consiste num *ter* transformado quando o DP pós-verbal da existencial é alçado para a posição de sujeito. Na ocasião, deixamos de apresentar um conjunto de dados que indicia ser possível obter o verbo estativo sem que aparentemente seja preciso efetivar o movimento do DP. É o caso de sentenças como as que seguem em (109)-(112). A partir de agora, vamos empregar as aféreses *tá/tava* em lugar de *está/estava* para melhor evidenciar a aceitabilidade de algumas construções com esse verbo.

- (109) a. Tinha um aluno ali no corredor querendo falar com a Mary.
b. Tava um aluno ali no corredor querendo falar com a Mary.
- (110) a. Tem uns caras esquisitos ali no portão.
b. Tá / Tão uns caras esquisitos ali no portão.
- (111) a. Tem dois rapazes paquerando a Ana desde a hora em que ela entrou na festa.
b. Tá / Tão dois rapazes paquerando a Ana desde a hora em que ela entrou na festa.
- (112) a. Tinha dois carros buzinando lá no portão quando eu cheguei.
b. Tava / Tavam dois carros buzinando lá no portão quando eu cheguei

Se de fato existe uma categoria capaz de se associar ao verbo existencial e permitir a obtenção de *estar*, somos levados a considerar, a partir dessas construções, que não é preciso o DP ser movido

para que a associação se efetive. Em muitos casos, contudo, *estar* não é admitido nessas condições. Construções como as que seguem, por exemplo, somente podem ser efetivadas com o verbo *ter*.

- (113) a. Tem uma lagoa no Parque do Taquaral.
b. * Tá uma lagoa no Parque do Taquaral.
- (114) a. Tem muitas praias paradisíacas no Ceará.
b. * Tá / Tão muitas praias paradisíacas no Ceará.
- (115) a. Tinha muitas escolas de samba que desfilavam sem carro alegórico.
b. * Tava / Tavam muitas escolas de samba que desfilavam sem carro alegórico.
- (116) a. Tinha alguns alunos que se recusavam a fazer o provão.
b. * Tava / Tavam alguns alunos que se recusavam a fazer o provão.

Diferentemente daqueles casos em (109)-(112), o estado de coisas expresso em (113)-(116) não remete a uma condição episódica. Por exemplo, comparando (109) e (113), temos uma relação temporária, mais eventiva, na primeira (*um aluno ali no corredor*), e uma relação intrínseca, ou mais permanente, estabelecida na segunda (*uma lagoa no Parque do Taquaral*). Essa diferença pode estar associada à instanciação de alguma categoria abstrata nas paráfrases estativas que, de alguma forma, providencia ou condiciona uma leitura mais episódica para a relação.

Um outro contraste está na possibilidade daqueles casos em (109)-(112) ocorrerem com o DP na posição de sujeito, como observamos em (117) a seguir. Para aquelas referidas em (113)-(114), quando a anteposição do DP é possível, há uma diferença nítida de significado com relação à existencial, como podemos atestar em (118).

- (117) a. Um aluno tava ali no corredor querendo falar com a Mary.
b. Uns caras esquisitos tavam ali no portão.
c. Dois rapazes tão paquerando a Ana desde a hora em que ela entrou na festa.
d. Dois carros tavam buzinando lá no portão quando eu entrei.
- (118) a. # Uma lagoa tá no Parque do Taquaral.
b. # Muitas praias paradisíacas tão em Fortaleza.
c. * Muitas escolas de samba tavam que desfilavam sem carro alegórico.
d. * Alguns alunos tavam que se recusavam a fazer o provão.

Nos casos em (117), o sentido com relação à existencial é mantido. Em (118), os casos em (a)-(b) somente são possíveis se tivermos em mente um conjunto de lagoas (por exemplo, as lagoas da região metropolitana de Campinas) ou de um conjunto de praias bonitas do Brasil. Cada caso poderia então estar remetendo a algo como *Uma das lagoas da região tá no Parque do Taquaral* ou *Muitas das praias paradisíacas brasileiras tão no Ceará*.

O português brasileiro admite ainda construções impessoais com a combinação *estar com*, parafrásticas às existenciais e estativas pessoais, como nos casos a seguir.

- (119) a. Tem muito aluno bom na turma do Jairo.
b. A turma do Jairo tem muito aluno bom.
c. Tá com muito aluno bom na turma do Jairo.
d. A turma do Jairo tá com muito aluno bom.
- (120) a. Tem poucos livros de sintaxe na biblioteca.
b. A biblioteca tem poucos livros de sintaxe.
c. Tá com poucos livros de sintaxe na biblioteca.
d. A biblioteca tá com poucos livros de sintaxe.
- (121) a. Tinha um engarrafamento enorme na Glicério.
b. A Glicério tinha um engarrafamento enorme.
c. Tava com um engarrafamento enorme na Glicério.
d. A Glicério tava com um engarrafamento enorme.

Aparentemente, as existenciais em (a) reportam ao mesmo conteúdo de *estar com* em (c). É possível ainda realizar o locativo na posição de sujeito da estativa, como naqueles casos em (d), da mesma forma em que é possível instanciar o locativo da existencial como sujeito da possessiva. À primeira vista, estes fatos poderiam sugerir que tanto *ter_{poss}* quanto *ter_{ex}* correspondem à combinação de *estar a com*; ou seja, estaríamos diante de um mesmo verbo *ter*, conforme na proposta de Viotti (1999), contra a qual argumentamos na seção 3.2. Contudo *estar com* somente pode compor uma paráfrase com *ter*, seja entre as existenciais, seja entre as possessivas, se a relação expressa na sentença não for inalienável ou intrínseca, restrição que já observamos em (113)-(114) e repetimos a seguir. A correspondência de *estar com* com as duas versões de *ter* não pode ser aventada, dessa forma, para dar base à idéia de que o verbo existencial e o verbo possessivo correspondem a um mesmo item lexical.

- (122) a. Tem uma lagoa no Parque do Taquaral.
b. O Parque do Taquaral tem uma lagoa.
c. # Tá com uma lagoa no Parque do Taquaral.
d. # O Parque do Taquaral tá com uma lagoa.
- (123) a. Tem muitas praias paradisíacas no Ceará.
b. O Ceará tem muitas praias paradisíacas.
c. *? Tá com muitas praias paradisíacas no Ceará.
d. O Ceará tá com muitas praias paradisíacas.

Os casos em (122c-d) somente podem ser aceitáveis se a lagoa tiver sido construída recentemente, situação em que, até então, não podia ser interpretada como parte integrante do parque. Já o caso em (123c) nos parece extremamente marginal, talvez com uma aceitabilidade

plausível numa circunstância em que as praias do Ceará tenham sofrido recentes modificações de infra-estrutura que as tenham tornado praias paradisíacas. Notemos que essa pode ser, sem qualquer problema, uma interpretação para (123d). Como vamos sugerir na seção 3.4, quando nos detivermos em paralelos entre *ter_{poss}* e *estar com*, a combinação entre o verbo e a preposição deve compor relações interpretadas como adquiridas ou transitórias, daí o estranhamento de sua inserção em (122c-d) e (123c).

A partir da próxima seção, vamos procurar formalizar esses paralelos entre *ter_{ex}* e *estar* dentro dos pressupostos da teoria de checagem minimalista, considerando alguns dispositivos da Morfologia Distribuída. Um ponto crucial para implementar a formalização será a observação de propriedades do português brasileiro, no que diz respeito a sua posição de sujeito, e das restrições de interpretação demonstradas pelo DP pós-verbal entre as existenciais e as estativas. O nosso intento é encontrar a categoria abstrata que, uma vez associada aos traços do verbo existencial, resulta no acesso à entrada vocabular de *estar*.

2.4 A posição de sujeito e as possibilidades de configuração da coda

Até aqui, temos evitado certas questões associadas à implementação técnica internas ao modelo minimalista. Há dois pontos relevantes de que iremos precisar tratar: a natureza do Caso checado pelo DP pós-verbal e as propriedades da posição de sujeito das existenciais. No que diz respeito ao primeiro ponto, o estudo de Viotti (1999) defende que o DP pós-verbal apresenta um traço de Caso acusativo, o que vai se aplicar tanto às existenciais quanto às possessivas. Com isso, a autora mantém um elo entre a tese de que *ter_{poss}* e *ter_{ex}* sejam um mesmo item e os requerimentos formais associados ao argumento interno de ambos. Diferentemente, vamos aqui assumir que o complexo de traços correspondentes ao verbo existencial pode portar um traço de Caso partitivo, nos termos propostos por Belletti (1988). Por ser um traço de Caso inerente, o partitivo deverá ser checado juntamente com a verificação de uma relação semântica, na mesma instância em que o requerimento seletional do verbo existencial é satisfeito (ver seção 1.4.3). Nesse sentido, vamos considerar que, embora defectivo quanto a sua força temática, *v* é capaz de checar um papel temático do DP ao qual se associa.³²

Cabe aqui a pergunta se não seria mais conveniente, em termos empíricos, assumir que o Caso envolvido entre as existenciais é o acusativo, seguindo Viotti (1999). Se optássemos por essa assunção, estaríamos livres da tentativa de determinar condições para que o verbo *ter*,

³² Juntamente com Hornstein (2001), estamos assumindo que papel temático consiste num traço formal e, dessa forma, que movimento para posição temática é uma operação legítima.

tematicamente defectivo, se torne um portador de Caso inerente. Perderíamos, contudo, a oportunidade de fazer a sintaxe atuar na instauração das restrições de definitude. Parece-nos que o que está em jogo na determinação do efeito de definitude não consiste exclusivamente em condições associadas à função discursiva das construções existenciais. Línguas como o catalão e o japonês, por exemplo, não exibem o efeito entre essas construções.³³ Para esses dois sistemas,

³³ Os casos em (i) do catalão, apresentados adiante, com o existencial tomando um complemento definido, não causam, segundo Longa, Lorenzo & Rigau (LLR 1998), o estranhamento típico provocado pelas restrições de definitude.

- (i) a. Hi havia el flequer.
CL had the baker
'The baker was there'
- b. A MIT, hi ha en Chomsky.
at MIT CL has the Chomsky
'Chomsky is at MIT'
- c. Hi ha el meu pare.
CL has the my father
'My father is there'
- (LLR 1998:128)

À primeira vista, esse fato do catalão derruba a generalização proposta por Freeze (1992) de que, se o constituinte tomado como tema for definido, a estrutura existencial não pode se manter, devendo resultar no alçamento do definido para uma posição diversa à que foi inserida. No caso do catalão, a estrutura existencial pode se manter, sem que qualquer impedimento provocado por restrições de definitude se manifeste. LLR defendem então que, contrariamente às outras línguas românicas, em que o verbo existencial sempre porta Caso partitivo, *haver* em catalão vai poder apresentar Caso acusativo, o que explicaria a ocorrência de nominais definidos entre as existenciais. A evidência apresentada pelos autores para a particularidade do Caso em catalão é a ocorrência de *haver* em contextos nos quais o verbo vai demonstrar uma significação plena, como naqueles casos em (ii). Como outros verbos transitivos da língua, o existencial deve portar, então, Caso acusativo.

- (ii) a. A veure que l'haurà, aquesta placa.
let's-see who CL(ACC) will-get, this position
'Let's see who will get this position.'
- b. Quan no les pot haver, diu que són verdes.
When not CL(ACC) can get, says that are green
'If s/he cannot get them, s/he says that they are not ripe.'
- c. Ara te'l tiraré: a veure si l'heus.
Now CL(DAT) CL(ACC) will-throw: let's-see if CL(ACC)-have
'I will throw it to you now: let's see if you catch it.'

As existenciais do japonês também não demonstram restrições de definitude, como vemos em (iii) a seguir. Nessa língua, são as sentenças possessivas que rejeitam DPs definidos como complementos (Kishimoto 2000), como podemos observar em (iv).

- (iii) a. Koko-ni-wa hotondo-no / subete-no / korera-no hon-ga aru.
Here-DAT-TOP most-GEN / all-GEN / those-GEN book-NOM be-IN
- b. Koko-ni-wa takusan-no / ikuraka-no / san-satu-no hon-ga aru.
here-DAT-TOP many-GEN / some-GEN / three-CL-GEN book-NOM be-IN
- (iv) a. * Taroo-ni sono / hotondo-no / subete-no / kare-no kyoodai-ga aru.
Taroo-DAT that most-GEN / all-GEN he-GEN brother-NOM have-IN
'Taroo has that/most/all/his brother(s).'
- b. Taroo-ni takusan-no / futa-ri-no / nan-nin-ka-no kyoodai-ga aru.
Taroo-DAT many-GEN / two-CL-GEN / some-CL-GEN brother-NOM have-in
'Taroo has many/two/some brothers.'

respectivamente, Longa, Lorenzo & Rigau (1998) e Kishimoto (2000) argumentam convincentemente que o verbo existencial vai apresentar Caso acusativo, o que possibilita a ocorrência de complementos definidos, contrariamente ao observado para a maioria das línguas. Em japonês, interessantemente, são as possessivas que vão exibir restrições de definitude. Diante dessa propriedade pouco observada entre as línguas naturais, Kishimoto (p. 73) destaca que

(124)

There are a number of proposals, syntactic or semantic, which are advanced in the literature to account for the definiteness effect, but it must be noted here that semantic accounts fall short of explaining the relevant facts with full generality. To take just one example, Barwise and Cooper (1982) claim that the definiteness effect comes from the strong determiners' incompatibility with an existential meaning. However, this type of account cannot be carried over into Japanese possessive sentences, since there is no obvious sense in which strong determiners should be incompatible with possessive meanings. In addition, the absence of the definiteness effect in locative-existential constructions would come as surprise if its effect derives from incompatibility with an existential meaning.

Até agora, parece-nos então que o melhor dispositivo teórico para explicar o efeito de definitude entre as existenciais, numa dimensão interlingüística, é a hipótese do Caso partitivo, que endereça a questão, nos termos que estamos propondo, para o feixe de traços condensados no *v* existencial disponibilizado por um dado sistema. Na ausência do traço partitivo em *v*, ou na presença de acusativo, uma língua está livre das restrições quanto à demarcação de (in)definitude no predicado locativo-existencial (ver também nota 53, no capítulo 3).

O outro ponto em que precisamos nos deter diz respeito à posição de sujeito das existenciais. Na próxima seção, seguiremos Viotti (1999) na proposta de que T, em português brasileiro, dispõe de traço D e traço de Caso opcionais. Não será preciso, dessa forma, postular um *pro*-expletivo em [Spec,TP] entre as existenciais para amparar a convergência da derivação. Também vamos abrir um parêntese para apresentar as conseqüências de alguns pressupostos assumidos em torno da configuração do DP sobre a caracterização da coda. Num terceiro

Kishimoto atrela o contraste à presença de Caso partitivo entre as possessivas, mas não entre as existenciais-locativas, contrariamente ao que ocorreria em sistemas como os do inglês e do francês. Para o autor, esses fatos são um contra-argumento à proposta de que as restrições de definitude têm origem na natureza da relação semântica estabelecida entre o verbo existencial e seu complemento.

momento, vamos aliar as assunções em torno da posição de sujeito e da arquitetura da coda para dar conta da distribuição de *ter* e *estar* em casos como os apresentados na seção anterior.

2.4.1 A posição de sujeito nas existenciais

Autores como Boskovic (2001) e Martin (1999) levantam questões acerca da necessidade de assumir o EPP como uma condição geral para a boa formação de sentenças. Esses teóricos demonstram convincentemente que muitos fatos do inglês podem ser explicados por outros dispositivos de análise já bem acomodados no interior do modelo minimalista. Propostas para a eliminação do EPP, ou pelo menos, para um afrouxamento da sua obrigatoriedade, são obviamente bem-vindas na descrição e caracterização do português, bem como de outras línguas que contam com a possibilidade de sujeito nulo em seu sistema.³⁴

Neste estudo, vamos adotar a proposta de Viotti (1999) para os requerimentos de checagem relacionados à posição de sujeito. A autora não chega a propor a eliminação do EPP de dentro da gramática, mas defende o afrouxamento do princípio em português brasileiro, procurando manter de pé alguns efeitos do construto. De acordo com a proposta, o português brasileiro vai se incluir entre um padrão de línguas em que o traço D-forte em T é opcional; conseqüentemente, a projeção de [Spec,TP] vai depender da presença ou ausência desse traço. As construções com *ter_{ex}* vão corresponder a casos em que T não porta o traço-D, o que implica a dispensa do epletivo nulo como um recurso para satisfazer requerimentos de checagem.

Viotti recorre a questões internas do Programa Minimalista (Chomsky 1995) para elaborar sua argumentação em favor da opcionalidade de D. Por exemplo, a idéia de que é a presença ou ausência de traços fortes em categorias funcionais um dos fatores responsáveis pela variação lingüística. Além disso, para Chomsky (1995:368), como Viotti destaca,

(125)

...T and *v* may (optionally) have a strong [nominal-] feature, which is also – Interpretable. [...] Optional features are chosen when needed for convergence, as little as possible, in accordance with the economy condition (76).

³⁴ Estudos recentes para caracterizar a posição de sujeito em português brasileiro, como os de Galves (2001) e Kato (2003a), têm tratado o EPP mais como um epifenômeno que como a causa de certos processos sintáticos. Galves, mais especificamente, para dar conta da relação entre a colocação de clíticos e a legitimação de sujeitos ao longo da evolução do português, assume Agr como um traço formal e o associa ao traço D em T, proposto por Chomsky (1995). Seria a presença de Agr numa determinada categoria funcional que forçaria a projeção de sua posição de especificador. Contrariamente ao português europeu, Galves propõe que o português brasileiro apresenta o traço Agr em T, o que explicaria, dentre outras propriedades, a possibilidade nessa língua de construções como *As revistas já xerocaram*, em que um elemento topicalizado pode concordar com o verbo.

E, de acordo com essa condição de economia, “ α enters the numeration only if it has an effect on output” (p. 294). Temos em mãos, dessa forma, pressupostos internos ao modelo para fazer valer a idéia de que o português é uma língua em que T pode ou não apresentar o traço D-forte.³⁵

Para a dispensa definitiva do expletivo entre as existenciais, é preciso, da mesma forma, tratar o traço de Caso nominativo em T como opcional. Para Viotti, diferentemente do inglês, o português apresenta uma certa correlação entre EPP e Caso: a presença de um traço D-forte em T automaticamente requer a presença de traço de Caso em T. Conseqüentemente, a ausência desse traço em T vai implicar que qualquer outra checagem de Caso que deva ser feita na sentença seja efetivada na projeção de *v* (p. 257). Observemos, em linhas gerais, os fatos observados pela autora que a conduziram nessa tese. Viotti explora o paradigma em (126) para dar base à proposta.

- (126) a. Sentenças impessoais: [- traço D-forte] e [- traço de Caso] em T
b. Sentenças com sujeito em [Spec,TP]: [+ traço D-forte] e [+ traço de Caso] em T
c. Sentenças com sujeito posposto: [- traço D-forte] e [- traço de Caso nominativo]

As sentenças impessoais incluem tanto as existenciais como aquelas com verbos transitivos impessoalizados, que observamos na seção 2.2.2. Construções como as que seguem não apresentariam traço D-forte em T, resultando em que nenhum DP precise ser alçado até [Spec,TP] para fins de checagem.³⁶

³⁵ Vale aqui destacar a nota 11 do capítulo 5 de Viotti (1999), que atenta para o seguinte:

(i) *A noção de traço opcional não é nítida no Programa Minimalista. Em alguns casos, parece que a idéia de opcionalidade está ligada ao valor que um determinado traço vai tomar em uma Numeração [que corresponde ao que estamos chamando de inventário de traços] em particular. Esse é o caso de traços opcionais em nomes e verbos. Em outras situações, a opcionalidade está ligada à própria presença ou ausência de um determinado traço no feixe de traços de uma certa categoria. Esse é o caso da opcionalidade de um traço nominal forte em T e v. (p. 240)*

³⁶ Lembremos que, na seção 2.2.2, nos posicionamos contra o tratamento de *ter_{ex}* como uma versão impessoalizada de *ter_{poss}*. Isso que não quer dizer, contudo, que não possamos assumir uma identificação entre a categoria T arregimentada nas impessoais (entre as quais se incluem as existenciais) e nas transitivas impessoalizadas. Não são exclusivamente as propriedades do verbo que estão contando para determinar a ausência de sujeito, mas também a possibilidade de T, nessa língua, ocorrer dissociado do traço D. Sobre este ponto, Avelar & Callou (2003) propõem que os traços do verbo existencial passaram a se associar às informações morfológicas para a obtenção de *ter* através de mudanças associadas à posição de sujeito em português brasileiro. Essas mudanças, argumentam os autores, estão associadas a propriedades de T. Considerando o parâmetro proposto por Viotti (1999), o fato analisado por Avelar e Callou pode ter o traço D envolvido: o português falado no Brasil pode ter saído de uma condição em que T portava um traço D obrigatório para uma condição que sua presença tenha se tornado optativa. Uma conseqüência foi possivelmente a associação de possessivas com sujeito nulo às construções existenciais, fazendo com que *ter* fosse associado ao mesmo feixe de traços que permitiam acessar *haver*, o nosso antigo verbo existencial. O que deve ficar desta nota é que, embora as construções existenciais e possessivas não possam, a nosso ver, serem associadas da mesma forma que as transitivas e suas versões impessoalizadas, o processo que levou *ter* a ser analisado como um

- (127) a. Tinha prédios muito bonitos em São Paulo.
b. Faz uns barulhos muito chatos no motor do meu carro.
c. Grava os menores ruídos naquele gravador digital.
d. Dá umas pitangas bem gostosas na chácara de Ibiúna. (Viotti 1999:252)

T também não deve apresentar traços de Caso nominativo nessas construções. Os DPs pós-verbais vão portar traço de Caso acusativo, cuja checagem será efetivada contra os traços do verbo, nos domínios de v .³⁷

O segundo tipo de sentenças, o daquelas com sujeito em [Spec,TP], corresponde à maioria das construções declarativas com verbo transitivo e aquelas com verbos monoargumentais com sujeito anteposto. São casos como os que seguem.

- (128) a. O Marcos comprou um computador novo.
b. Umas cartas chegaram hoje cedo.
c. Algumas pessoas telefonaram para o João.
d. Novas ruínas romanas foram descobertas em Paris. (In Viotti 1999:253)

Em (128a), o DP *o Marcos* porta traços de Caso nominativo, que precisa ser checado e apagado. T, dessa vez, porta o traço D-forte e, igualmente, os traços- ϕ e de Caso nominativo. O DP é então atraído para o domínio de checagem de T, permitindo a deleção do traço D presente neste. O traço de Caso tanto em T como no DP, bem como os traços- ϕ em T, também são checados na mesma instanciação. A explicação para os casos em (128b)-(128d) é a mesma: T tem traço D-forte, atraindo o DP para seu domínio. Há um complicador óbvio para essa abordagem, que é a possibilidade de construções com esses verbos ocorrerem com o sujeito posposto, como nas construções a seguir. Para dar conta desses casos, Viotti discute três possibilidades para (126c), que listamos em (130).

verbo existencial é o mesmo que passou a licenciar as transitivas impessoalizadas: o traço D ter se tornado opcional em T no português brasileiro. Essa hipótese talvez seja o *elo perdido* entre a nossa visão e o tratamento fornecido por Viotti ao verbo *ter*.

³⁷ Viotti (1999) vincula a opcionalidade dos traços em T às motivações que permitem derivar uma sentença apresentativa. Para a autora, que assume o Léxico Gerativo de Pustejovsky, “operações que levam à construção de uma sentença apresentativa (...), e que acabam por regular a opcionalidade de traços D-forte e de Caso em T, são operações que têm origem em certas possibilidades abertas na própria estrutura lexical dos verbos (e, eventualmente, também de outras categorias)” (p. 262). Dessa forma, dado “que a escolha dos itens lexicais sobre os quais a sintaxe vai operar não é casual (...), nada mais natural do que se supor que a incorporação ao item lexical de certos traços opcionais relevantes esteja atrelada às mesmas razões que levaram à escolha de itens lexicais propriamente ditos”. (pp. 267-268). Conforme veremos até o final desta seção, vamos recorrer a uma visão bastante similar, sob uma visão não lexicalista, para justificar alguns contrastes entre sentenças com *ter_{ex}* e *estar*.

- (129) a. Chegaram umas cartas hoje cedo.
b. Telefonaram algumas pessoas para o João.
c. Foram descobertas novas ruínas romanas em Paris.
- (130) a. T pode não ter traço D-forte, mas apresentar traço de Caso nominativo.
b. T pode tanto ter o traço D-forte quanto o traço de Caso nominativo.
c. T pode não ter nem traço D-forte, nem traço de Caso nominativo.

Viotti assume a possibilidade em (130c), por considerá-la a que melhor captura a intuição de que os sujeitos pospostos do português brasileiro correspondem, na verdade, a objetos diretos. Sendo o sujeito posposto o irmão de V, naqueles casos em (129), ele checará Caso (para Viotti, o acusativo) dentro do domínio de checagem do verbo. T, nesse caso, não vai apresentar nem traço D-forte, nem traço de Caso nominativo. Se esta abordagem estiver correta, o traço D e o traço de Caso nominativo em T podem estar intrinsecamente relacionados. Viotti propõe então que o traço D é associado a T juntamente com o traço de Caso, propriedade que afastaria o português de sistemas como os do inglês.³⁸

A proposta de Viotti quanto à posição de sujeito em português brasileiro será integralmente assumida nesta dissertação. Além da simplicidade com que permite abarcar os fatos dessa língua à luz dos pressupostos minimalistas, a idéia de um traço D opcional em T vai-nos permitir explicitar formalmente algumas correlações demonstradas entre as existenciais e as estativas, apresentadas na seção 2.3. A única exceção será quanto ao Caso checado pelo DP pós-verbal, que estamos assumindo ser o partitivo, e não o acusativo.

2.4.2 Sobre a arquitetura do DP

Nos termos de Abney (1987) e Szabolcsi (1994), como se tem amplamente assumido nos estudos gerativistas a partir do final da década de 80, estamos adotando uma visão sentencial para o constituinte nominal. Assim como a sentença, o constituinte nominal vai consistir na projeção máxima de um núcleo funcional: D está para o nome assim como T (ou C) está para o verbo. A partir de propostas como as de Ritter (1991), tem sido comum instanciar entre D e N uma categoria que codifica informações associadas à quantificação existencial. Uma configuração possível para os constituintes nominais vai ser então aquela em (131a) a seguir: trata-se de uma projeção máxima de D(eterminante), que pode instanciar, em seu interior, as categorias Num(ero) e N(ome), esta sendo obrigatória. A representação de um constituinte como *aqueles vários livros* vai ser então aquela em (131b).

³⁸ Contudo, ver Ferreira (2000), para quem T, em português brasileiro, pode portar traço D-forte sem apresentar traço de Caso nominativo.



Essa possibilidade de configuração é a que vamos, em geral, assumir para o DP. Como veremos mais adiante, ela traz conseqüências vantajosas para a arquitetura que estamos propondo na caracterização da coda existencial, bem como permite formalizar uma série de fatos associados às construções possessivas, que abordaremos no capítulo 3.

Muitos estudos vêm se detendo em associar D e Num (bem como outros núcleos possíveis) à codificação de certas informações semânticas, dentre eles os de Longobardi (1994), Zamparelli (1998), Alexiadou (2001), Vangsnes (2001) e Ntelitheos (2002). Embora haja diferenças entre essas abordagens, a tendência é considerar que D, quando realizado foneticamente, codifica informações associadas à definitude ou referencialidade. Vangsnes, em particular, baseando-se na elaboração de Longobardi (1994) em torno do movimento de N para D, argumenta que D sempre se encontra instanciado na projeção nominal; se não demonstrar realização fonética, Num e N poderão ser adjungidos ao seu núcleo.³⁹ Por exemplo, os sujeitos das sentenças em (132) a seguir vão ter as representações em (133), respectivamente.⁴⁰

- (132) a. *Caderno* custa baratinho.
 b. *Vários cadernos* ficaram na casa do Roberto.

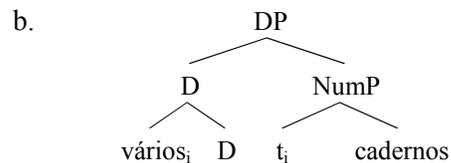
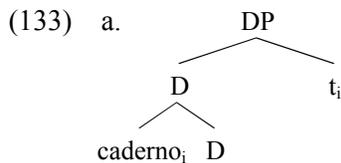
³⁹ Na verdade, Vangsnes (2001) assume a existência da projeção KP, acima da de D. K vai receber os quantificadores universais, bem como o suporte do traço de Caso para o todo o sintagma. O constituinte nominal seria, dessa forma, uma projeção de K, e não de D. Conseqüentemente, T vai portar não traços D-forte, mas traços K-forte, que atraem o KP para o seu domínio de checagem. Embora estejamos tangenciando a proposta de Vangsnes no que diz respeito ao movimento de N para a categoria funcional mais alta, vamos manter o símbolo D para designar essa categoria. É irrelevante, para os nossos propósitos, tomarmos um núcleo receptor de quantificadores universais como a categoria necessária no interior da projeção nominal.

⁴⁰ Munn & Schmitt (2003) argumentam que *bare nouns* no singular não precisam trazer uma especificação para número em português brasileiro, em determinadas construções. Os autores mostram que, em interpretações genéricas e existenciais, um *bare singular* pode anteceder um pronome no singular ou no plural, como nos contextos que seguem.

- (34) *Eu vi criança na sala.*
E ela estava / elas estavam ouvindo.
 (35) a. *Coelho vê o mundo de outra maneira porque é muito pequeno.*
 b. *Coelho vê o mundo de outra maneira porque eles são muito pequenos.*

(Munn & Schmitt 2003: Exs. (34)-(35))

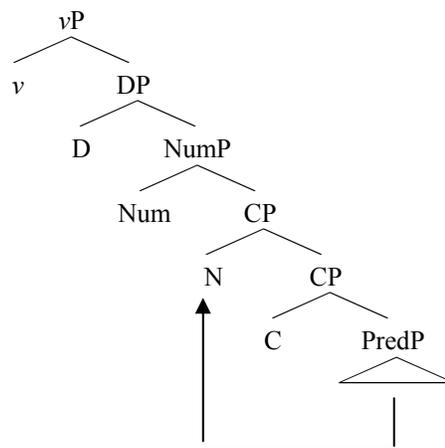
Para os autores, as duas possibilidades indicam que, em português brasileiro, a ocorrência de uma categoria Num interna ao DP não é obrigatória. Para efeito expositivo, vamos então considerar que a categoria Num não vai estar presente em *bare nouns* no singular.

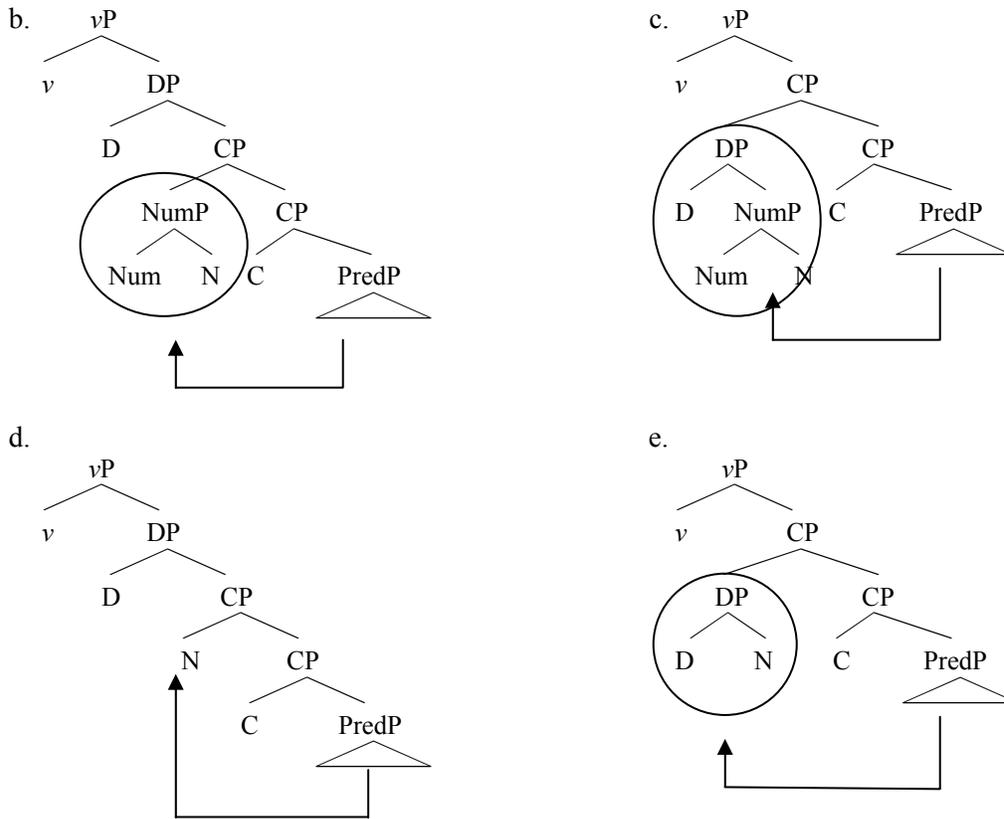


Em (133a), *caderno* é inicialmente conectado a D, como seu complemento, e depois é adjungido a esse núcleo; em (133b), o elemento adjungido a D é o núcleo de NumP. As razões que se costumam assumir para esses movimentos são, em geral, associadas a requerimento de checagem, da mesma forma que se costuma assumir para o movimento de V para T, no âmbito da sentença (ver Longobardi 1994). A natureza dos traços, contudo, não tem recebido uma explicação muito clara. Embora reconhecendo que tal operação merece um embasamento teórico mais sólido, vamos assumir que, em português brasileiro, se D não estiver destinado à realização fonética, o núcleo mais próximo a ser realizado (para nós, Num ou N) é a ele adjungido.

Essa forma de caracterizar o DP traz algumas conseqüências para a análise que estamos oferecendo à coda das existenciais. Lembremos que o verbo existencial tem de estabelecer uma relação sintática com um DP, tomando-o como complemento. Uma vez que assumimos a configuração de adjunção proposta por Kato & Nunes (1998), vão existir várias possibilidades de essa relação ser satisfeita, desde que, em todas elas, o DP entre no domínio mínimo do verbo existencial para efetivar a relação relevante. Consideremos, então, as configurações a seguir, todas legitimadas dentro do assumido para a arquitetura do DP. O ponto comum entre elas é a presença de um DP no domínio mínimo do verbo existencial, mesmo naqueles casos em que *v* se encontra conectado a um CP, como em (134c) e (134e).

(134) a.





Precisamos determinar se o sistema recorre às cinco configurações ou se apenas uma delas é empregada. Se for o caso de o sistema eleger apenas uma delas, a opção aparentemente mais rentável para a nossa proposta é aquela em (134a), que corresponde à estrutura que obtivemos na seção 2.2.3 e que nos permitiu estabelecer, no interior da coda, uma relação simultânea do nome com o determinante e com a instância que o licencia tematicamente. O problema seria explicitar o porquê de o sistema deixar de lado as outras quatro configurações à sua disposição. Contrariamente, podemos explorar a idéia de que o sistema recorre a todas as possibilidades. Nesse caso, vamos ter de determinar em que circunstâncias as diferentes configurações são formadas. Nossa opção é pela segunda hipótese. A tentativa será a de associar diferenças tanto morfossintáticas como semânticas manifestadas pela combinação dos elementos na coda àquelas configuração dispostas em (134).

2.4.3 A derivação das estativas a partir das existenciais

Na seção 2.3, apresentamos construções com *estar* parafrásticas às existenciais com *ter*. Apresentamos também restrições para a ocorrência dessas parafrases: elas não são bem formadas se a relação exibida no interior da coda não demonstrar um caráter episódico, o que vai ser

comum em relações PARTE-TODO, por exemplo. Daí provavelmente o contraste entre os dados em (135) e (136) a seguir.

- (135) a. Tem um aluno ali no corredor querendo falar com a Mary.
b. Ta um aluno ali no corredor querendo falar com a Mary.
- (136) a. Tem uma praia muito legal na região oceânica de Niterói.
b. * Tá uma praia muito legal na região oceânica de Niterói.

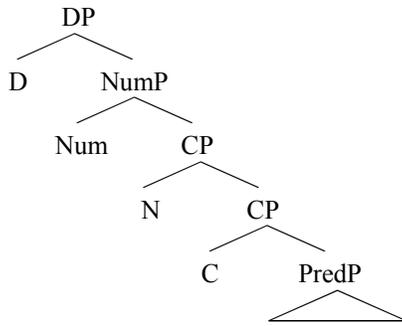
Nesta seção, vamos conciliar os fatos em torno da posição de sujeito em português brasileiro às possibilidades de configuração da coda, para determinar formalmente as relações entre as estativas e as existenciais. Como ponto de partida, consideremos as construções seguintes.

- (137) a. Tinha dois cadernos em cima da mesa.
b. Dois cadernos tavam em cima da mesa.

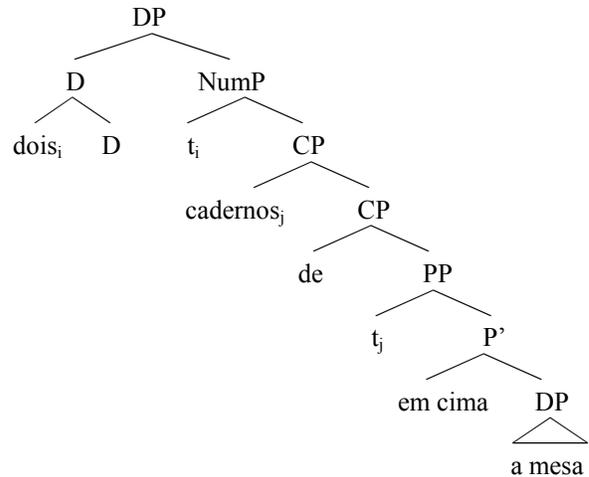
A existencial em (137a) é ambígua. O constituinte *dois cadernos* pode corresponder a uma quantificação sobre elementos pertencentes a um conjunto especificado no contexto ou pode reportar a uma quantificação mais genérica. No primeiro caso, vamos ter uma leitura similar a *dois daqueles cadernos*, em que se quantifica sobre um conjunto de cadernos pré-determinado. No segundo caso, o que se está a afirmar é a presença de *cadernos em cima da mesa*, sendo que esses cadernos, em número de dois, não pertencem a qualquer grupo previamente especificado. Vamos referir à primeira leitura como *específica* [+ESP], e a segunda leitura como *não específica* [-ESP]. Já a estativa em (137b) não nos parece ambígua. Aparentemente, a única leitura possível é aquela em que *dois cadernos* porta um caráter [+ESP]. Vamos nos concentrar inicialmente nas existenciais para verificar se é possível associar uma e outra leitura a diferentes configurações na coda.

A estrutura que propusemos em 2.2.4 para as existenciais se encaixa às condições da leitura [-ESP]: inicialmente, o N *cadernos* é conectado ao objeto [em cima da mesa], para posteriormente entrar no domínio de checagem de Num. A coda, nesse caso, vai corresponder àquela configuração em (134a), que repetimos em (138a) a seguir. A representação de [_{DP} dois cadernos em cima da mesa] com leitura [-ESP] é aquela em (138b). Lembremos que, nos termos de Vangsnes (2001), estamos assumindo a adjunção de Num a D, se D não estiver destinado à realização fonética.

(138) a.

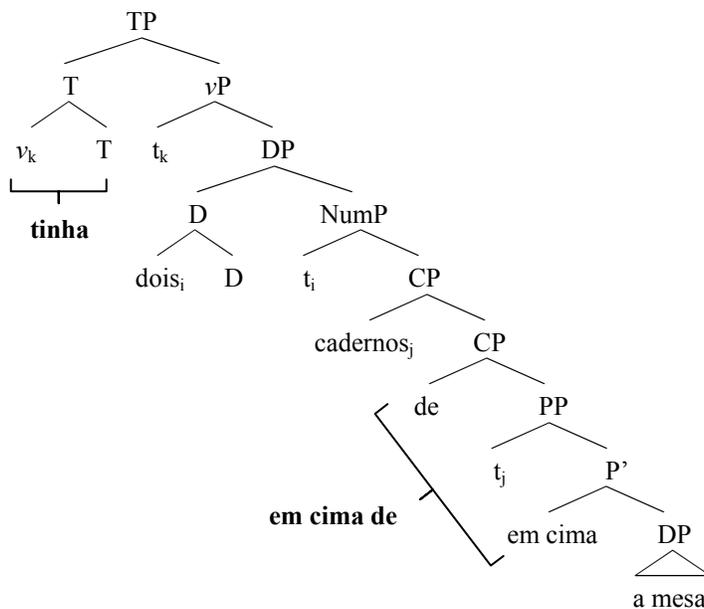


b.



A derivação segue com a conexão do DP a v . O verbo existencial checa o seu traço de Caso partitivo contra o do DP e então tem seus traços movidos para T. O complexo $v+T$ formado não porta um traço-D, de modo que [Spec,TP] não vai precisar ser projetado. No componente morfológico, $v+T$ acessa a entrada vocabular com informações para a realização de *ter*. A representação final é aquela em (139) a seguir.

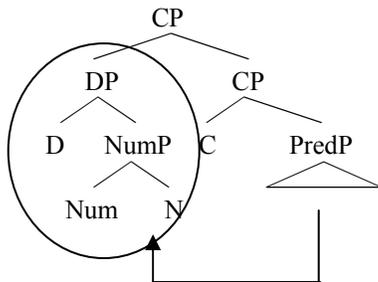
(139)



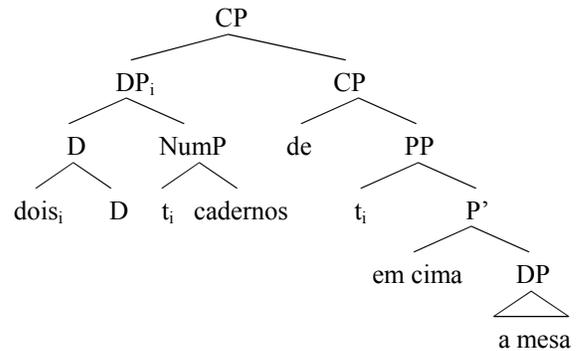
Passemos agora à existencial com leitura [+ESP]. Vamos considerar que, nesse caso, o nome é inserido na projeção da preposição locativa juntamente com D e Num. Tal consideração é bastante plausível, uma vez que, nessa leitura, já existe um conjunto de cadernos pré-determinado, delimitado *a priori*, que estabelece a relação com a expressão locativa; podemos explorar a idéia de que essa condição é expressa pela entrada de D e Num junto com NP no cerne

predicativo. A configuração da coda vai ser então aquela em (134c), repetida em (140a) a seguir. O DP *dois cadernos* entra na estrutura como o argumento externo da preposição e é então movido e adjungido ao CP, como representado em (140b).

(140) a.

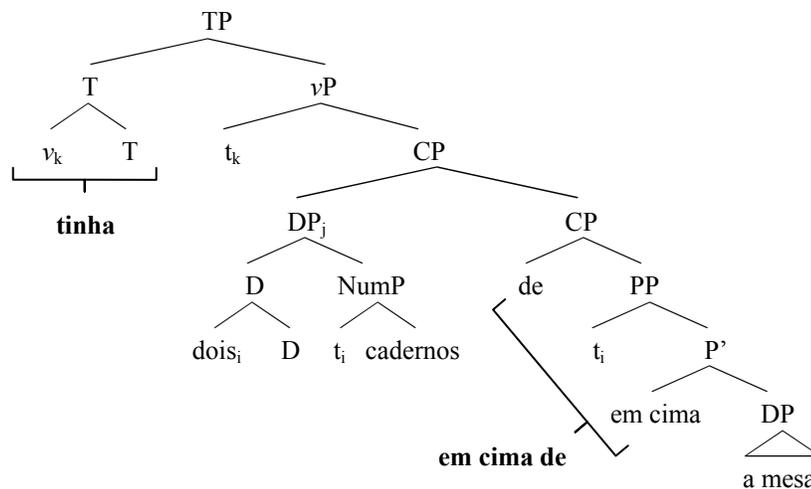


b.



Nos termos de Kato & Nunes (1998), essa configuração vai permitir que o DP entre nos domínios de v , satisfazendo os requerimentos do seu feixe de traços, como na configuração que segue. A derivação prossegue, com v se adjungindo a T, e o complexo $v+T$ acessando a entrada vocabular do verbo existencial no componente fonológico.

(141)



À primeira vista, considerando o que elaboramos na seção 2.2, existe um problema na estrutura em (141). Lembremos que o argumento diretivo para determinar a estrutura da coda era a possibilidade de D e N serem dissociados, numa construção como a que segue.

(142) Cadernos em cima da mesa, tinha dois.

A estrutura que apresentamos em (139) para a coda [-ESP] fornece essa possibilidade, mas não aquela que apresentamos para [+ESP] em (141). Observemos que, em (141), *cadernos* e *em cima da mesa* não formam um constituinte contínuo, sendo impossível a dissociação de N e Num para formar a construção de (142).

Temos, contudo, uma evidência para essa análise: as construções em que Num e N ocorrem dissociados parecem não demonstrar a leitura [+ESP] para a coda. Construções como as que seguem em (143) tendem a ser enunciadas sem que o falante tome como pressuposto um conjunto fechado, bem especificado no contexto, de elementos sobre os quais a quantificação recai.

- (143) a. Canetas na mochila do Roberto, eu acho que tinha algumas.
b. Calças no varal, tinha duas quando começou a chover.
c. CDs na casa do Roberto, parece que tem vários.
d. Bancas de jornal em Barão, a Ana disse que só tem três.

É importante destacar que a leitura [-ESP] não é exatamente incompatível com a existência de um conjunto bem delimitado. Por *bem delimitado*, entenda-se um conjunto para o qual se saibam quais são os seus elementos. A sentença em (143a) acima, por exemplo, pode ser realizada em um contexto em que um conjunto de dez canetas foi roubado. Alguém poderia suspeitar do Roberto e se lembrar de ter visto canetas em sua mochila. Embora, nesse caso, haja um conjunto bem delimitado de canetas, a quantificação de *algumas* sobre *canetas* na construção em (143) não recai sobre o conjunto desaparecido, mas sobre *canetas* genéricas vistas na bolsa do Roberto. Mais sutil é a diferença em (143b): obviamente, é possível que o dono das calças tenha outras além das que se encontram no varal. Contudo, essa leitura não é necessária, e a informação sobre a existência ou não de outras calças vai ser irrelevante para determinar a quantidade de calças no varal na hora da chuva.

Para tornar mais nítido o contraste, observemos as construções em (144)-(146) a seguir, em que o DP indefinido/partitivo na coda somente pode reportar à leitura [+ESP]. É impossível uma construção bem formada nos casos de extração em (b), se quisermos manter a leitura em (a).⁴¹

- (144) a. Tinha [dois daqueles cadernos] em cima da mesa.
b. # Daqueles cadernos em cima da mesa, tinha dois.
(145) a. Eu acho que tinha [algumas daquelas canetas] na mochila do Roberto.
b. # Daquelas canetas na mochila do Pedro, eu acho que tinha algumas.

⁴¹ Discutiremos a configuração de constituintes como *dois daqueles cadernos* no capítulo 3, à luz da proposta de Zamparelli (1998). Por ora, vamos assumir que o DP inteiro é instanciado em [Spec,PP] e posteriormente conectado ao CP.

- (146) a. A lavadeira disse que tinha [duas daquelas calças no varal], na hora da chuva.
b. # Daquelas calças no varal, a lavadeira disse que tinha duas na hora da chuva.

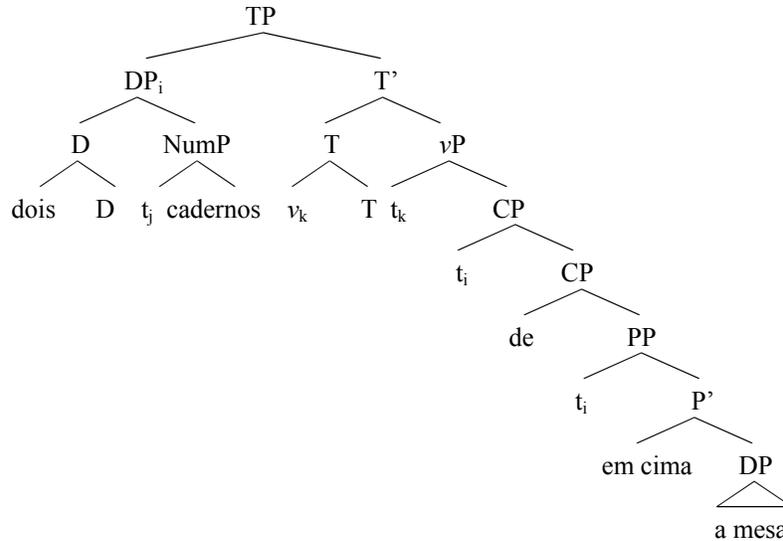
Diferentemente do observado naqueles casos em (142)-(143), a quantificação nesses casos não recai sobre qualquer elemento associado à expressão locativa. Por exemplo, para que a construção em (144b) seja bem formada, o numeral *dois* não pode quantificar sobre elementos que se encontram na mesa, contrariamente ao verificado em (144a). Temos de situar a interpretação numa construção que remeta a algo como *Daqueles cadernos em cima da mesa, tinha dois com a Ana*, em que *dois* não é a quantidade de cadernos sobre a mesa. De uma forma geral, esses fatos demonstram que a dissociação de constituintes [+ESP] não produz sentenças bem-formadas, sendo necessário um juízo sob coerção para que a interpretação seja apreendida. Existe então um correlato estrutural para a diferença de interpretação entre codas [+ESP] e [-ESP]: a configuração das primeiras, tal como em (140), impede que N e Num sejam dissociados, enquanto a configuração das segundas, como em (139), permite a dissociação.

Vamos nos deter agora na derivação da estativa em (137b), que repetimos a seguir. Nessa construção, o DP *dois cadernos* vai ser interpretado como [+ESP].

- (147) Dois cadernos tavam em cima da mesa.

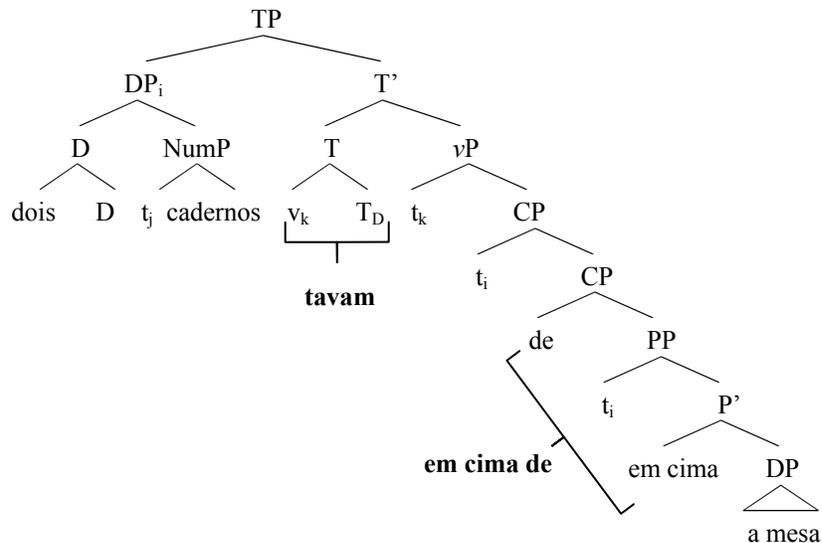
Sendo este o caso, esta construção deve contar, num dado ponto de sua derivação, com um objeto como aquele em (140b), que propusemos para a coda [+ESP] da existencial. A diferença é que o feixe de traços do verbo existencial, que se conecta à coda, não vai portar o traço de Caso partitivo. Lembremos que, juntamente com Belletti (1988), estamos assumindo esse Caso como um traço opcional. Da mesma forma, o DP não deverá portar Caso partitivo, uma vez que esse traço não poderá ser checado. Ele deve então entrar na derivação com Caso nominativo, a ser checado em [Spec,TP]. O núcleo T, por sua vez, deverá portar o traço D-forte, que atrai o DP indefinido para o seu domínio de checagem. Seguindo Viotti (1999), estamos considerando que a presença do traço D-forte em T implica um suporte de Caso nominativo por esta categoria. Terminados os procedimentos computacionais na sintaxe, a representação deve ser aquela em (148) a seguir.

(148)



Precisamos determinar o que leva, neste caso, à inserção de *estar*, e não de *ter*, no componente morfológico. Observemos que o único elemento distinto no feixe de traços em T é o traço D-forte. Mesmo deletado, esse elemento continua visível no componente morfológico (Chomsky 1995:280). Podemos ter então duas entradas distintas: uma correspondente a $v+T$, e outra, a $v+T_D$. Já assumimos que a primeira contém as informações fonéticas para a realização de *ter*; quanto às segundas, vamos explorar a possibilidade de que a entrada vocabular acessada é a que permite a realização de *estar*. A representação final da estativa é então aquela em (149) a seguir.

(149)



Considerando essa análise, por ora sem maiores discussões, vamos procurar determinar o que possibilita a inserção de *estar* na construção seguinte.

(150) Tava/tavam dois cadernos em cima da mesa.

Essa sentença é ambígua, tal como a existencial. Em princípio, poderíamos ter uma configuração associada à leitura [-ESP], e outra, à [+ESP]. Contudo essa sentença não permite dissociar Num de N, como seria de se esperar para o caso da configuração [-ESP].

(151) *? Cadernos em cima da mesa, a Ana disse que tava/tavam dois.

Dessa forma, para o caso da coda com leitura com [-ESP], não poderemos atribuir a mesma configuração fornecida para as existenciais. Vamos explorar a hipótese de que a ambigüidade, na paráfrase estativa, esteja atrelada a um outro fator. Ela pode estar relacionada não com a existência de diferentes configurações para cada leitura, mas a uma configuração que não determina necessariamente o caráter da leitura sobre o DP indefinido, deixando em aberto o valor de [ESP]. Já vimos que uma diferença entre estativas como aquela em (150) e a existencial é que a primeira deve necessariamente reportar a uma relação mais transitória ou de recente mudança de estado, dado o seu caráter episódico, enquanto a segunda não é marcada quanto a essa propriedade. Comparemos as realizações de uma estativa e de uma existencial em (152) adiante.

(152) a. Antigamente, na minha casa, tinha dois cadernos em cima da mesa para a gente anotar recados.
b. ?* Antigamente, na minha casa, tava dois cadernos em cima da mesa para a gente anotar recados.

O estranhamento da frase em (152b) se deve ao fato de a ocorrência de *estar* implicar que a relação locativa seja transitória, o que contraria o conteúdo de *antigamente, na minha casa*, que instaura uma condição mais permansiva. A construção com *ter*, por sua vez, não é marcada: a existencial pode tanto reportar a uma relação mais permanente, quanto a uma mais transitória ou adquirida. Esse contraste também marca os casos em (153)-(154) a seguir.

(153) a. Tem um cachorro na varanda da Ana que começa a latir quando gente passa.
b. # Ta um cachorro na varanda da Ana que começa a latir quando a gente passa.

(154) a. Tinha uma cristaleira velha na casa da Ana.
b. # Tava uma cristaleira velha na casa da Ana.

A construção em (153b) somente pode ser realizada se o falante souber que, no momento da enunciação, existe um cachorro na varanda da Ana. Já a existencial em (153a) pode tanto ser construída nessa condição como no caso de a varanda ser o local em que o cachorro costuma ser encontrado. A mesma explicação vale para as sentenças em (154): na existencial em (a), a relação entre a *cristaleira* e a *casa da Ana* pode ser marcada ou como permanente ou como temporária, enquanto na estativa em (b), não é possível depreender se a cristaleira tenha permanecido na casa da Ana por muito tempo. A frase pode estar apontando para algo como *Na semana passada, quando eu passei lá, tava uma cristaleira velha na casa da Ana*.

O contraste é ainda mais evidenciado quando alocamos constituintes gerundivos e relativizados na coda. Nos casos a seguir, a diferença entre a existencial em (155a) e a estativa em (156a) é que, nesta segunda, a leitura preferencial é a de que o rapaz esteja na praça vendendo pipoca no instante da enunciação; na primeira, a presença do rapaz no instante determinado não é necessária.

- (155) a. Tem um rapaz vendendo pipoca ali na praça.
b. Tem um rapaz [que vende pipoca ali na praça].
c. Tem um rapaz [que vende pipoca] ali na praça.
- (156) a. Tá um rapaz vendendo pipoca ali na praça.
b. * Tá um rapaz [que vende pipoca ali na praça].
c. Tá um rapaz [que vende pipoca] ali na praça.

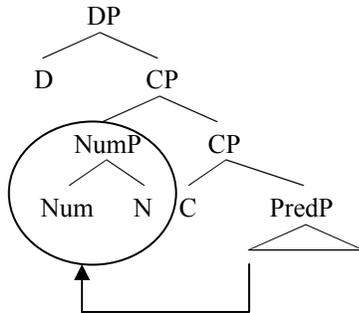
Os casos em (b)-(c), com um constituinte relativizado, mostram que a realização de *estar* somente pode ser dada se a coda evidenciar uma relação episódica, condição para a qual *ter* é insensível. Nas codas em (b), o constituinte relativizado abarca o locativo, de modo que a leitura é a de que existe um rapaz que trabalha na praça vendendo pipoca. Não se pressupõe, nesse caso, qualquer relação episódica entre o rapaz e a praça, o que bloqueia o emprego de *estar*. Na coda em (c), o locativo não integra a oração relativa. Trata-se de uma sentença que pode ser parafraseada por uma construção em que o locativo antecede a oração relativa, como em *Tem / Tá um rapaz ali na praça que vende pipoca*. A leitura pode, portanto, ser a de que um rapaz que vende pipoca se encontra na praça, independentemente de naquele momento ele se encontrar ou não vendendo pipoca. Nesse caso, o verbo estativo é licenciado, com o estabelecimento de uma relação nitidamente episódica.

Esses fatos sugerem que o tratamento ideal para distinguir as estruturas da construção em (157a) a seguir está não entre [+ESP] e [-ESP], mas na demarcação de um caráter mais episódico obrigatório na paráfrase com *estar*.

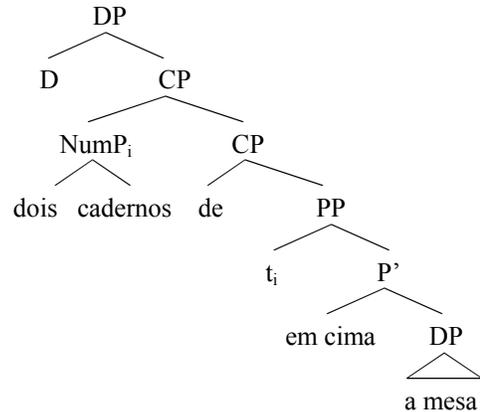
- (157) a. Tava / Tavam dois cadernos em cima da mesa.
 b. Tem dois cadernos em cima da mesa.

Assumamos que a estrutura da coda com a leitura episódica é aquela indicada em (134b), repetida em (158a) seguir. Mais à frente, vamos apresentar uma motivação para essa assunção. O DP *dois cadernos em cima da mesa*, nesse caso, vai ser representado como em (158b): NumP é inserido na projeção locativa e então adjungido ao CP, podendo integrar o domínio mínimo de D.

(158) a.

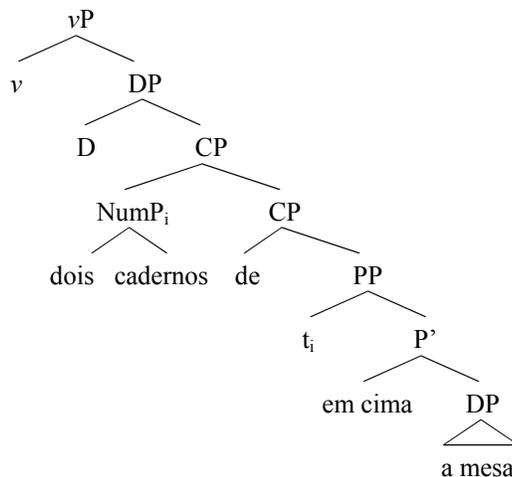


b.



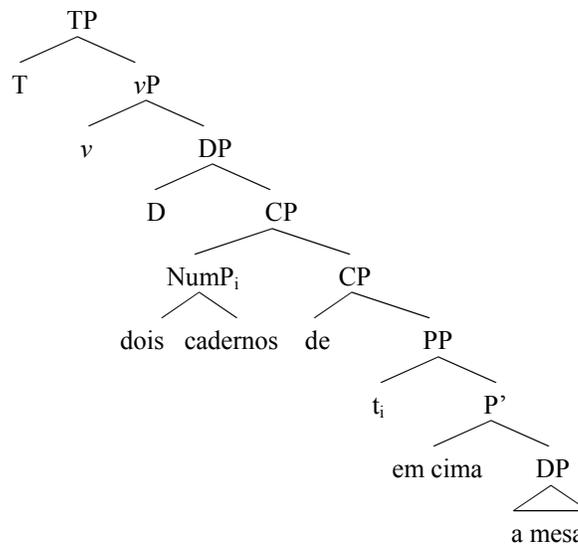
Desta vez, não existem categorias disponíveis para serem incorporadas a D. Notemos que Num se encontra numa configuração que não lhe permite um movimento sem que N o acompanhe: D, por ser uma categoria nuclear, não pode ser adjungido a todo o NumP, um projeção máxima. Dentro do quadro da Morfologia Distribuída que estamos assumindo, a operação somente seria possível se Num e N pudessem sofrer *merge* morfológico e serem realizados como uma única palavra, o que não é verificado em tais casos. O DP é então conectado ao verbo existencial com seu núcleo dissociado de Num, tal como em (159).

(159)



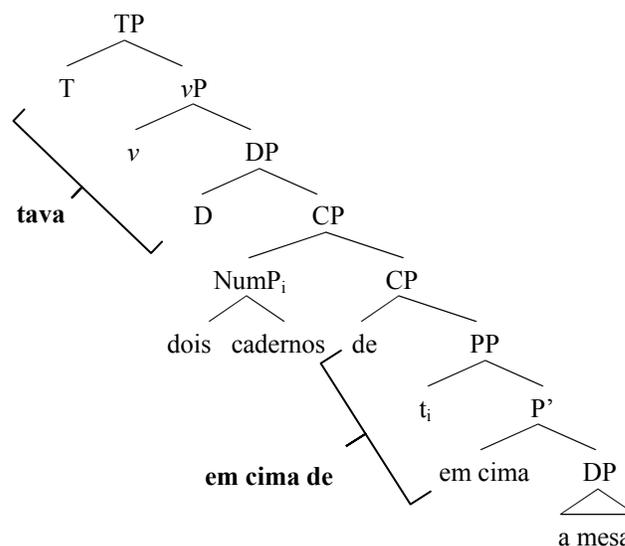
Para mantermos o DP interno a vP, temos de considerar, para esse caso, a presença de Caso partitivo em v, que deve ser checado contra o mesmo traço no DP. A derivação prossegue, com a entrada de T na estrutura sem qualquer traço D, como na representação a seguir.

(160)



No componente fonológico, v+T vai se encontrar adjacente a D. Nos termos de Bobaljik (1995), isso indica que o complexo v+T+D pode ser formado (ver 1.5.2). Já vimos que v+T_D acessa *estar*; como D é o elemento que checa o traço D, vamos assumir que, para efeito de acesso às entradas vocabulares, D funciona como o traço D-forte presente em T. Conseqüentemente, v+T+D vai acessar, no componente morfológico, a mesma entrada vocabular de v+T_D, que leva à realização de *estar*. Teríamos então uma configuração final como em (161).

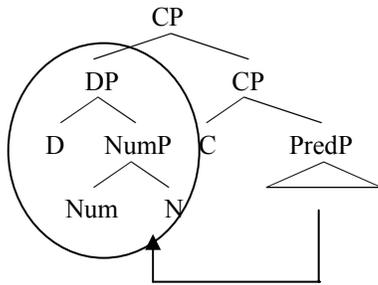
(161)



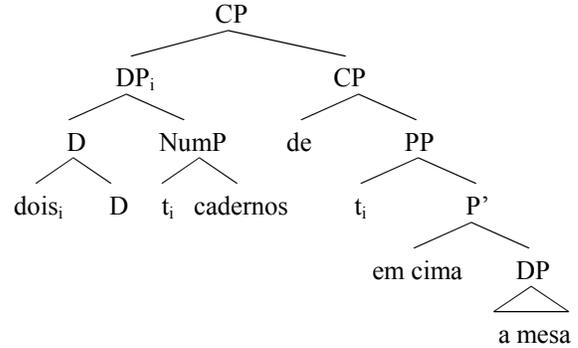
Para justificar essa abordagem, vamos nos valer do assumido por Longobardi (1994) e Vangsnes (2001) em torno da funcionalidade de D: essa categoria pode codificar informações associadas à referencialidade ou especificidade, no que diz respeito à interpretação do NP (ou do NumP, para Vangsnes) que toma como complemento. Podemos considerar que essa mesma função é exercida por D quando ele nucleia a projeção máxima em que a coda é realizada. Vimos que uma diferença entre *tinha um caderno em cima da mesa* e *tava um caderno em cima da mesa* (ver os casos em (152)) é uma leitura mais episódica para a paráfrase estativa. Uma vez que D codifica traços de referencialidade, sua função ao nuclear a projeção da coda seria a de permitir que o seu conteúdo demonstre um caráter mais referencial, no sentido de remeter a uma leitura mais eventiva e/ou menos estativa. No caso da coda em (161), a função de D como um portador de traços de referencialidade, dissociado de Num ou N, nucleando a projeção da coda, é então a de reportar a uma interpretação mais episódica.

Há um problema aparente em assumirmos esta análise: vimos que a coda com a leitura [-ESP] em construções com *ter* também vai consistir numa projeção máxima de D, como naqueles casos em (138). Deveríamos, então, ter uma leitura episódica obrigatória para essas construções, o que já vimos não ser o caso. Notemos, contudo, que D e Num vão se encontrar adjungidos nesse caso, e não dissociados. Dentro da proposta de Vangsnes (2001), uma vez que as informações sobre quantificação existencial são realizadas em D, necessariamente não vai haver informações acerca de referencialidade sendo codificadas nesse núcleo. Nesses casos, a presença de D é apenas funcional (no dizer de Longobardi (1994), uma categoria expletiva): D apenas porta o traço de Caso a ser checado e licencia o constituinte nominal como argumento, não apresentando qualquer marca associada a dêixis ou referencialidade. No que diz respeito à interpretação [+ESP], como no padrão em (140), repetido a seguir, notemos que D não nucleia a projeção em que a coda vai estar contida, mas apenas o DP instanciado em [Spec,PP] e posteriormente tomado como complemento de *v*. Conforme o previsto, isso obriga a que a coda reporte a uma condição episódica.

(162) a.



b.



Se esta linha de raciocínio estiver correta, vamos ter como formalizar a inaceitabilidade de paráfrases estativas com relações do tipo PARTE-TODO, como as que apresentamos a seguir.

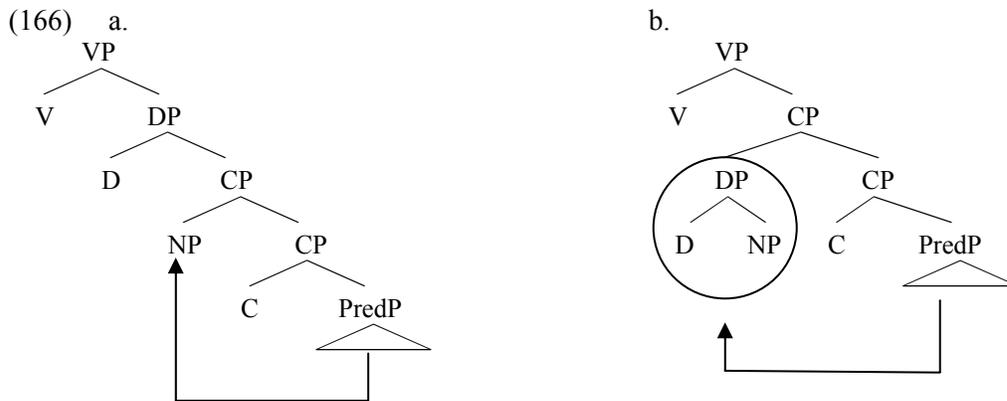
- (163) a. Tem muitas praias boas na região oceânica de Niterói.
b. * Tá / Tão muitas praias boas na região oceânica de Niterói.
- (164) a. Tem vários prédios antigos em São Paulo.
b. * Tá / Tão vários prédios antigos em São Paulo.

O estado de coisas indicado na coda locativa em (163)-(164) não remete a uma condição episódica. Em termos configuracionais, isso quer dizer que não há qualquer D livre para sofrer *merge* morfológico com $v+T$. Conseqüentemente, não há como acessar a entrada vocabular para *estar*, o que explica a má-formação dos casos em (b). Contudo, é possível realizar essa mesma relação com o verbo *estar*, desde que o DP indefinido seja [+ESP] e ocorra em [Spec,TP], como nos casos que seguem.

- (165) a. # Muitas praias boas tão na região oceânica de Niterói.
b. # Vários prédios antigos tão em São Paulo.

As duas frases são aceitáveis se houver um conjunto bem especificado de *praias boas* e *prédios antigos* no contexto, e parte dessas praias e desses prédios compuserem, respectivamente, *a região oceânica de Niterói* e *a cidade de São Paulo*. Como assumimos anteriormente, D deverá estar junto de Num+N quando estes forem inseridos na projeção da preposição locativa, tal como naquela estrutura em (162a). Como a categoria D, nesses casos, não nucleia a coda, a leitura não será episódica, o que vai ser compatível com a relação entre *vários prédios antigos* e *São Paulo*, por exemplo.

Retornando agora àquelas configurações em (134), apresentadas em 3.4.2, precisamos destinar as possibilidades em (134d) e (134e), que repetimos a seguir.

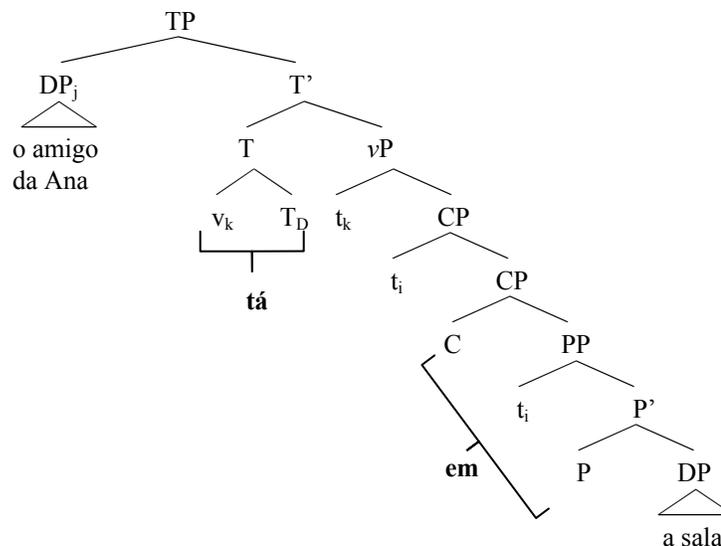


O ponto em comum entre as duas vai ser a ausência da categoria Num (ver, contudo, a nota 40). Vamos abordar inicialmente o caso em (166b), em que D não toma escopo sobre o conteúdo da coda, mas apenas sobre N. Consideremos as construções em (167) a seguir.

- (167) a. * Tem o amigo da Ana na sala.
 b. * Tá o amigo da Ana na sala.
 c. O amigo da Ana tá na sala.

A existencial em (167a) vai ser bloqueada porque o DP *o amigo da Ana*, por ser definido, não pode checar o caso partitivo de *v*. A construção somente poderia ser licenciada em contexto de lista, condição cuja explicação, por ora, nos escapa (ver seção 2.1). A paráfrase estativa em (167b) será igualmente bloqueada pela mesma impossibilidade de checagem do partitivo, mesmo com o estado de coisas expresso sendo episódico. O caso em (167c) pode ser derivado pelo alçamento do DP para [Spec,TP], tal como em (168) a seguir. Como T nesse caso vai portar traço D, a entrada vocabular é a de *estar*.

(168)

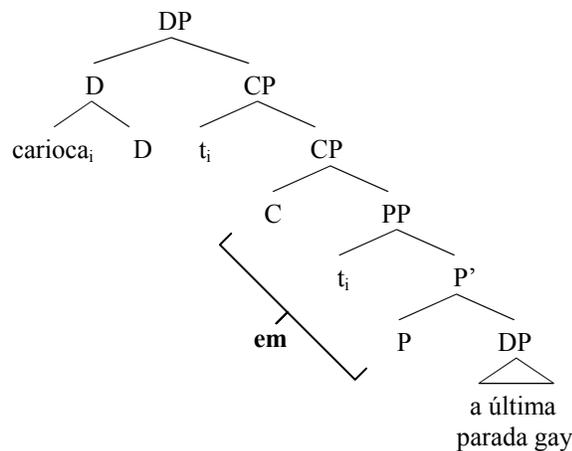


Vamos nos deter agora naqueles casos em que o DP pós-verbal das existenciais ocorre sem qualquer determinante realizado. São casos como os que seguem, em que aparentemente é impossível uma leitura [+ESP] para o DP, nos termos que estamos assumindo.

- (169) a. Tem livro na estante.
 b. Tinha carioca na última parada gay da Av. Paulista.
 c. Tem aluno chateado com a nota da prova.

Vamos assumir a configuração apresentada em (166a) para determinar a coda dessas existenciais. D vai se encontrar dissociado, mas, nesse caso, os traços de N vão poder se adjungir a D, nos termos que assumimos em 2.2.2. A coda da construção em (169b), por exemplo, vai ser dada como em (170) a seguir. A derivação deve prosseguir da mesma forma que para as outras existenciais.

(170)

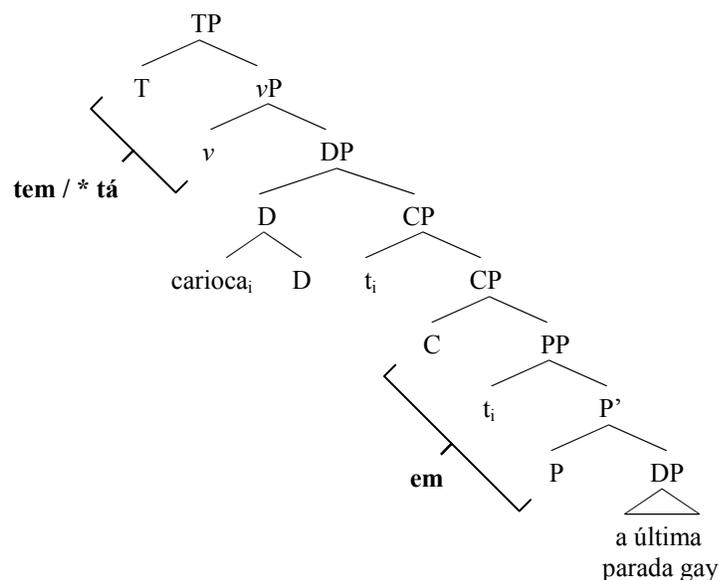


Essas existenciais com o DP pós-verbal sem determinante não admitem uma paráfrase estativa bem formada, como observamos a seguir em (171a)-(173a). A impossibilidade deve, de alguma forma, resultar da não realização de Num, uma vez que construções como (171b)-(173b), em que Num é realizado, são bem formadas com a leitura episódica.

- (171) a. * Tá livro naquela estante.
 b. Tá (com) muito livro naquela estante.
 (172) a. * Tava carioca na última parada gay da Paulista.
 b. Tava (com) pouco carioca na última parada gay da Paulista.
 (173) a. * Tava aluno chateado com a nota da prova.
 b. Tava vários alunos chateados com a nota da prova.

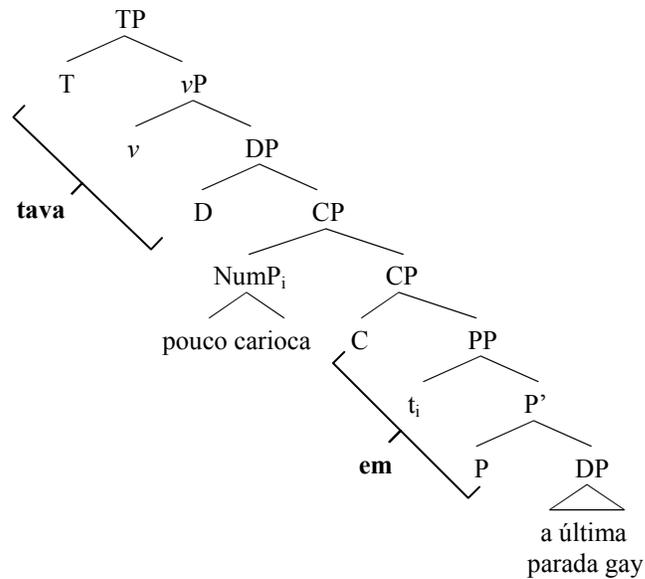
A representação disponível para a coda das construções em (a) acima é a mesma que a apresentada em (170). O N deve se incorporar a D, que não está destinado à realização fonética. Conseqüentemente, D não estabelece adjacência com o complexo $v+T$, como observamos na representação a seguir, correspondente a (169b)/(172a). No componente morfológico, a entrada que deve ser acessada é a de $v+T$, correspondente a *ter*.

(174)



A impossibilidade das paráfrases estativas em (171a)-(173a) se deve, então, à impossibilidade de o complexo $v+T+D$, associado à entrada vocabular de *estar*, ser formado. E quanto àquelas construções em (171b)-(173b), que admitem *estar*? Esses casos são paralelos àquele em (160): a configuração de NumP impede que qualquer categoria se adjunja a D, como observado em (175) a seguir, o que deixa os traços correspondentes ao determinante livres para se combinar a $v+T$ em no componente morfológico.

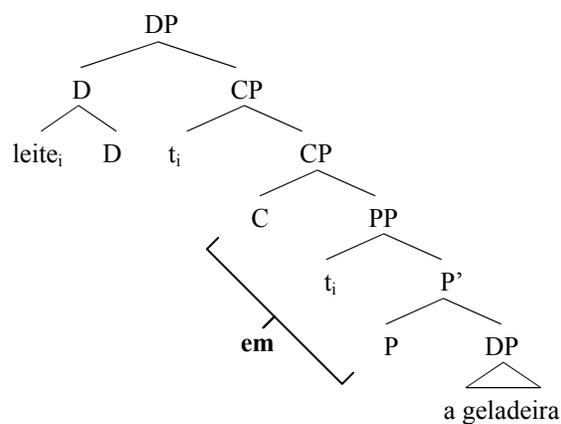
(175)



Observemos ainda os casos em (176) a seguir. Notemos que DPs sem determinante podem ser realizados em sentenças com *estar*, desde que ocorram na posição de sujeito. Consideremos a construção em (176b). A configuração da sua coda deve ser aquela em (177): o N entra na derivação na projeção de PP e, posteriormente, se incorpora a D.

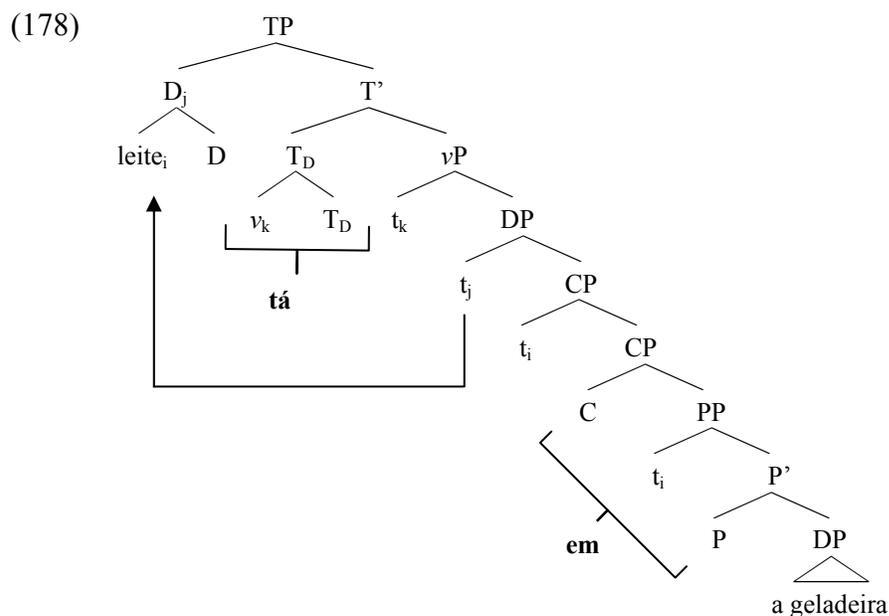
- (176) a. Carioca tá sempre na praia.
b. Leite tá na geladeira.
c. Livro novo tá na prateleira esquerda da estante.

(177)



Se a categoria T que entra na estrutura não portar traço D, o resultado final é a geração da existencial *Tem leite na geladeira*. A paráfrase estativa **Tá leite na geladeira* é bloqueada pela impossibilidade de v+T+D, complexo correspondente a *estar*, ser formado. De outra forma, se T portar traço D-forte, algum elemento deve ser alçado para [Spec,TP] para eliminar esse traço. A

saída é o alçamento do núcleo D da coda, que leva junto consigo o N *leite* adjungido. A representação final é aquela em (178), com a realização de *estar*.



É importante destacar que nem todo DP sem determinante é licenciado tranqüilamente na posição de sujeito de *estar*, embora pareça não haver qualquer restrição de ocorrência desses DPs entre as existenciais, como observamos a seguir (ver também a seção 1.4.1).

- (179) a. Tem praça em Campinas.
 b. *Praça tá em Campinas.
- (180) a. Tem litoral no estado do Piauí.
 b. *Litoral tá no estado do Piauí.
- (181) a. Hoje tem nuvem no céu.
 b. *Hoje nuvem tá no céu.

É provável que a má-formação das estativas acima se deva a restrições exclusivamente semânticas. DPs sem determinante foneticamente realizado na posição de sujeito de *estar* tendem a ser interpretados genericamente. Notemos que a interpretação genérica para os DPs *praça*, *litoral* e *nuvem* em associação com os constituintes locativos dessas construções não resulta numa leitura feliz. Em (179b), por exemplo, a leitura seria positiva se a maioria das praças de uma determinada região (digamos, do estado de São Paulo), fosse localizada em Campinas. O mesmo se pode afirmar para (180b), cuja aceitabilidade somente seria possível se a maior parte do litoral brasileiro estivesse localizada no Piauí. De outra forma, se estivéssemos observando a expansão

litorânea apenas com relação a este estado, uma frase como aquela em (182) não soaria tão estranha.

(182) Litoral tá no extremo norte do estado.

Neste mesmo raciocínio, aquela estativa em (181b) não causaria estranhamento se nuvens alternassem entre estar no céu ou estar na terra ou, ainda, se em algum momento da história as nuvens ainda não tivessem atingido o céu (o que, obviamente, é uma condição absurda). Para exemplificar algo nesse segundo sentido, podemos ter o caso em (183) a seguir, que pode ser enunciado num contexto em que se contraste o passado com os dias atuais.

(183) Hoje, avião tá no céu. No século XIX, eles ainda não tavam.

Vamos, portanto, considerar que a impossibilidade de DPs sem determinante aberto na posição de sujeito das estativas se deve a restrições de interpretação. Diferentemente, DPs sem determinante na posição pós-verbal de construções com *estar* são excluídos categoricamente, por impossibilidades de implementação do próprio sistema

Nesta seção, associamos as cinco possibilidades de configuração da coda, propostas em (134), a condições sobre a derivação de sentenças existenciais e estativas. Defendemos que a escolha de *ter* ou *estar* vai depender da disposição em que certas categorias vão se encontrar após *Spell-Out*. A previsão é a de que, se D estiver associado ao complexo $v+T$, seja como um traço em T, seja pelo estabelecimento de condições de adjacência, a entrada vocabular é a de *estar*; de outra forma, $v+T$ conduz o sistema ao acesso da entrada vocabular com informações para a obtenção de *ter*.

2.4.4 Inversão locativa

A análise que estamos fornecendo para as estativas permite encaminhar uma formalização bastante vantajosa para as chamadas inversões locativas, como naqueles casos em (184)-(187) a seguir, em que o locativo e o DP ocorrem superficialmente em posições alternadas. Bresnan (1994) defende que o locativo, nesses casos, ocorre na posição de sujeito, o que explicaria a impossibilidade de (c), em que o DP e o locativo estariam disputando a mesma posição.

- (184) a. Aquele caderno da Ana tá em cima da mesa.
b. Em cima da mesa tá aquele caderno da Ana.
c. * Em cima da mesa, o caderno da Ana tá.

- (185) a. O monte mais alto do mundo tá no Himalaia.
 b. No Himalaia, tá o monte mais alto do mundo.
 c. * No Himalaia, o monte mais alto do mundo tá.
- (186) a. As grandes escolas de samba do Rio tavam em Madureira.
 b. Em Madureira tavam as grandes escolas de samba do Rio.
 c. * Em Madureira, as grandes escolas de samba do Rio tavam.
- (187) a. A Torre Eiffel, o principal cartão-postal da Europa, tá em Paris.
 b. Em Paris tá a Torre Eiffel, o principal cartão-postal da Europa.
 c. * Em Paris, a Torre Eiffel, o principal cartão-postal da Europa, tá.

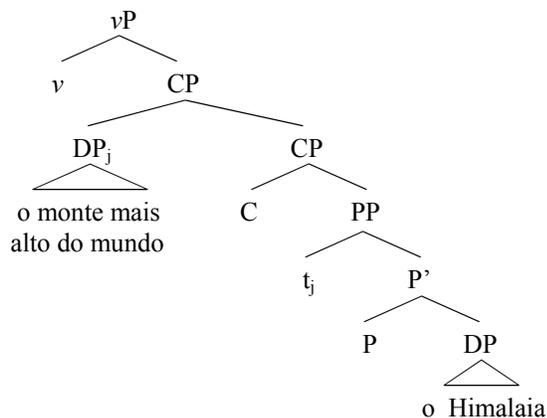
Considerando a teoria de checagem minimalista, a proposta de que o constituinte locativo se encontra em [Spec,TP] traz alguns problemas. Primeiro, vamos ter de assumir que o PP locativo vai portar um traço D capaz de eliminar o traço D-forte em T. Vamos ter também de explicar como o DP na posição pós-verbal checa o seu traço de Caso. Esse traço não pode ser o do partitivo, uma vez que os DPs, nessas construções em (184)-(187), são todos definidos. Vale destacar que essas sentenças exibem restrições de definitude quando o locativo é realizado internamente, como podemos observar a seguir.

- (188) a. *? Tá o caderno da Ana em cima da mesa.
 b. *? Tá o monte mais alto do mundo no Himalaia.
 c. *? Tavam as grandes escolas de samba em Madureira.
 d. *? Tá a Torre Eiffel, o principal cartão-postal da Europa, em Paris.

Além disso, lembremos que, nos termos de Viotti (1999), a presença de traço D em T, em português brasileiro, está vinculada à presença de Caso nominativo. Isso quer dizer que, se o PP na posição de sujeito puder checar o traço D-forte, o traço de nominativo em T também deverá ser checado. Não é tranqüila, contudo, a idéia de que o PP locativo esteja portando Caso nominativo para permitir o apagamento do mesmo traço em T.

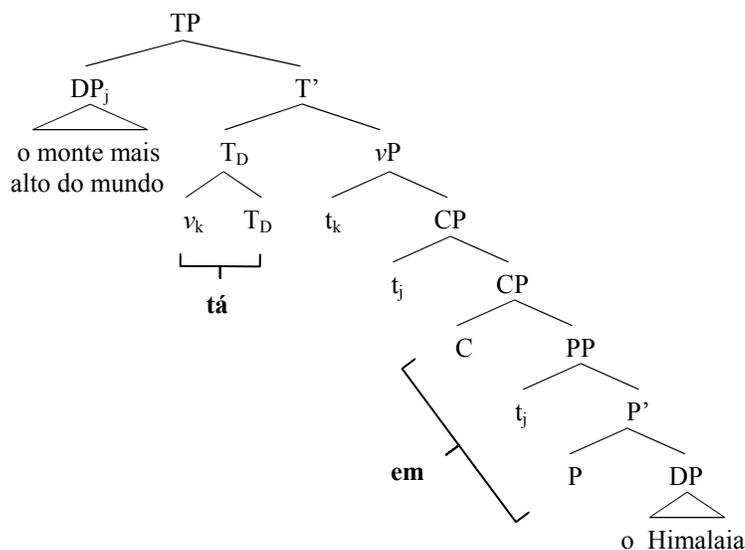
Se a abordagem desenvolvida na seção 2.4.3 estiver correta, a presença do constituinte locativo em [Spec,TP] vai implicar a existência de uma cópia do DP pós-verbal nos domínios de checagem de T. Tomemos, por exemplo, aquelas construções em (185), que deverão contar com o objeto abaixo num dado ponto da derivação.

(189)



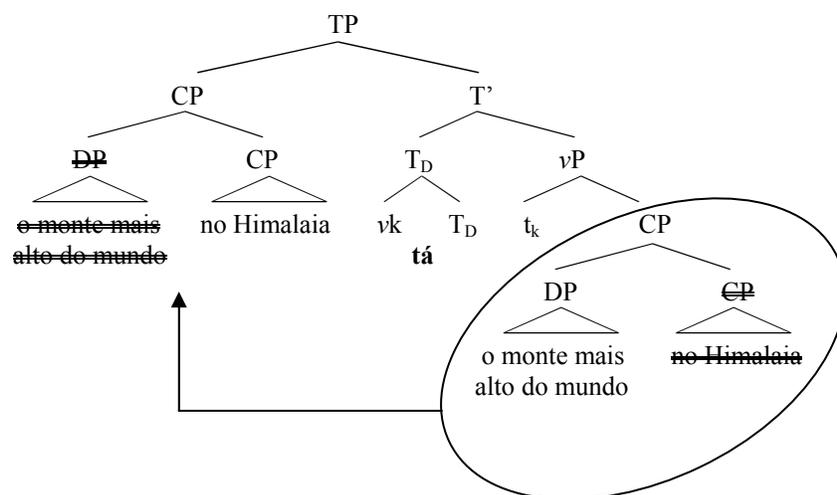
O DP *o monte mais alto do mundo* é inicialmente inserido em [Spec,PP] e, depois, adjungido ao CP. Ao se conectar a *v*, o CP permite que o DP entre nos domínios de checagem dessa categoria, que satisfaz, nessa condição, os seus requerimentos seletivos. Devemos atentar para a impossibilidade de Caso partitivo nessa configuração, uma vez que o DP é definido. A derivação então prossegue com a conexão de T à estrutura, portando o traço D e o de Caso nominativo. Uma possibilidade vai ser a subida do DP definido para [Spec,TP], com os requerimentos de checagem associados a T se efetivando, como na representação em (190).

(190)



Uma outra possibilidade é a de toda a coda, que consiste na projeção máxima de CP, ser alçada para a posição de [Spec,TP], como em (191) a seguir. Observemos que, na configuração resultante, uma cópia do DP *o monte mais alto do mundo* vai se encontrar nos domínios de checagem de T, nos termos propostos por Kato & Nunes (1998) (ver 2.2.3).

(191)



Essa configuração permite que os traços não interpretáveis em T sejam checados contra os do DP. As razões para a cópia mais alta ser a apagada, e não a mais baixa, podem estar atreladas às mesmas condições sugeridas por Cavar & Fanselow (1997) para a determinação de apagamento espalhado (ver nota 27, neste capítulo). Na seção 2.2.3, tangenciamos essa mesma proposta para encaminhar uma explicação à possibilidade de Num e N ocorrerem ora dissociados, ora adjacentes, nas sentenças existenciais. Num primeiro momento, as operações de apagamento espalhado como em (191) acima violam princípios de economia derivacional. Cavar & Fanselow argumentam, contudo, que o apagamento espalhado pode ser efetivado para satisfazer requerimentos do componente fonológico associados, por exemplo, a oposições do tipo TÓPICO-FOCO.

Com essa explanação, podemos manter a hipótese de Bresnan (1994) de que o constituinte locativo se encontra na posição de sujeito, sem que seja preciso associar qualquer traço D ou de Caso nominativo ao PP. Dada a configuração proposta para a coda, o movimento da projeção locativa vai implicar o movimento da constituinte nominal, disponível nessas condições para satisfazer os requerimentos de checagem da categoria T.

2.5 Sumário

Neste capítulo, associamos derivacionalmente as sentenças existenciais do português brasileiro, realizadas com *ter*, às construções com o verbo *estar*. A proposta defendida foi a de que o verbo estativo consiste no feixe de traços do verbo existencial em associação com traços relativos a D, seja intrinsecamente em T, seja como os traços condensados na categoria que nucleia a projeção da coda. Junto com Viotti (1999) assumimos que o verbo existencial é uma forma semanticamente leve, mas ainda assim capaz de marcar tematicamente um DP, mesmo que

de forma defectiva. Junto com essa marcação temática, o Caso partitivo é checado, o que obriga ao DP pós-verbal ser um constituinte indefinido. A defectividade semântica de *v* vai exigir que uma projeção com força predicativa seja instanciada na sentença, capaz de marcar satisfatoriamente o DP, em termos temáticos. Também assumimos com Viotti a opcionalidade do traço D-forte em T no português brasileiro, o que nos permitiu dispensar o expletivo em [Spec,TP] entre as existenciais. A assunção também nos forneceu a base para associar a ocorrência de *estar* à presença do traço D-forte em T. Identificamos esse traço com a categoria que ocorre como núcleo da coda com leitura necessariamente episódica. Nos casos em que as construções com *estar* ocorrem com um DP em [Spec,TP], o traço D em $v+T_D$ se encontra disponível no componente morfológico para permitir o acesso à entrada de *estar*. Nas construções em que *estar* ocorre sem sujeito, paralelamente às sentenças existenciais com *ter*, a presença de D junto a $v+T$ é determinada por condições de adjacência, estabelecida entre o complexo e a categoria na projeção da coda.

SENTENÇAS POSSESSIVAS

3.1 Introdução

Estabelecer um conceito para aquelas construções que, na tradição dos estudos lingüísticos, se convencionou denominar como *possessivas*, não é formalmente simples, tanto do ponto de vista sintático quanto do semântico. Em termos estritos, seria aqui interessante uma definição que capturasse, nesses dois níveis de análise, a natureza das construções em que *ter* ocorre com um argumento interno e um argumento externo. No plano sintático, à primeira vista, sentenças possessivas podem ser tomadas como construções transitivas, cuja estrutura segue o padrão de verbos agentivos demarcadores de papel temático para dois argumentos, um deles o de agente. Um obstáculo para esse tratamento é a impossibilidade de *ter* licenciar voz passiva, uma propriedade das formas transitivas em geral, conforme se observa em (1)-(2) a seguir.⁴²

- (1) a. O Pedro tem vários CDs.
b. * Vários CDs são tidos pelo Pedro.
- (2) a. O Pedro tinha dois carros.
b. * Dois carros eram tidos pelo Pedro.

Ter não pode, então, ser tratado como um verbo transitivo canônico. A idéia de que os constituintes associados a esse verbo sejam realmente seus argumentos precisa, no nível relevante de análise, ser devidamente medida. A má-formação de passivas indicia estarmos diante de construções cuja organização interna difere daquelas que se costuma assumir para os *transitivos* típicos. A definição sintática para as possessivas deve, pelo menos, relativizar o suposto *status* transitivo desse verbo.

⁴² Contudo construções como aquelas em (ia) e (iia) podem sofrer passivização, como demonstram os casos em (b). Diferentemente do que ocorre em (1)-(2) acima, o papel de *possuído* recai sobre uma opinião contida numa instância que é aparentemente estruturada da mesma forma que as *small clauses* em predicções de verbos como *julgar* e *considerar*.

- (i) a. Alguns historiadores têm a democracia americana como um modelo a ser seguido.
b. A democracia americana é tida como um modelo a ser seguido por alguns historiadores.
- (ii) a. O Pedro tem o dinheiro como algo essencial para a sua felicidade.
b. O dinheiro é tido pelo Pedro como algo essencial para a sua felicidade.

Harley (1998) destaca casos do inglês em que *have* também pode ser passivizado. Segundo a autora, trata-se de usos em que esse verbo demonstra eventualidade, como na construção que segue.

- (iii) a. The hero had heroine before the movie was half over!
b. The heroine was had by her leading man before the movie was half over. (Harley 1998:ex. 7-8)

Para a autora, em casos desse tipo a forma *have/ter* não vai corresponder à entrada vocabular do verbo inerentemente possessivo. Dada a particularidade desses dados, vamos deixá-los de fora da nossa análise.

No plano semântico, o estabelecimento da noção de posse é ainda mais complexo. Depreender um conteúdo nocional uniforme veiculado pelas possessivas parece inviável, dado o caráter difuso das relações estabelecidas entre as entidades expressas nas sentenças com *ter*. Enquanto construções como *o Pedro tem um livro* podem ser tomadas como inerentemente possessivas, *o Pedro tem professor* ou *o Pedro teve o braço amputado* são sentenças nas quais a relação entre o sujeito e um dado objeto não é do mesmo tipo que a estabelecida entre o sujeito e *um livro*. Dentre outras razões, esse caráter semântico pouco delineado atua como o principal argumento para considerar *ter* um verbo leve. Para dar conta da abrangência da noção, a natureza da posse costuma ser referida em diversos tipos: posse material, imaterial, intrínseca, inerente, locativa, temporal, psicológica, estativa etc. A depender do conteúdo endereçado, *ter* pode ser substituído por uma forma verbal plena, capaz de capturar o sentido da predicação, como nos casos em (3)-(10) a seguir. Notemos que os verbos substitutos de *ter* não são substituíveis entre si, o que mostra o caráter difuso tanto do que se tenta definir semanticamente como *posse* como do significado veiculado por *ter*.

- (3) O governo **teve** a maioria dos votos na Câmara. (conseguiu/obteve)
- (4) A Ana **tem** asma desde pequenininha. (sofre de)
- (5) Os terráqueos nunca **terão** contato com seres de outros planetas. (estabelecerão/farão)
- (6) O vôo foi cancelado porque o motor do avião **teve** problemas. (apresentou)
- (7) A Ana **tinha** duas calças do Pedro no armário. (guardava/mantinha/deixava)
- (8) As aulas daquele professor **têm** em média quatro horas. (duram/chegam a)
- (9) O Pedro **tem** três carros novos. (possui)
- (10) O Pedro **terá** muito incentivo dos seus pais para estudar no exterior. (receberá).

Conforme ressaltamos na seção 2.2, Viotti (1999) argumenta que *ter* em português brasileiro não fornece qualquer contribuição para a composição de sentido da sentença, sendo o conteúdo nocional do verbo dependente dos constituintes que toma como argumentos. Diante de construções como em (3)-(10), é inquestionável a defectividade de *ter* no que diz respeito ao seu potencial de atribuição temática ou em estabelecer um conteúdo uniforme para o conjunto das possessivas. Mas, mesmo diante das evidências, há algumas questões que precisam ser elucidadas para assumirmos o verbo *ter* como tal. A própria Viotti ressalta o que poderia ser um problema para a defesa do caráter leve do verbo possessivo: o copulativo *ser* é também classificado como um verbo semanticamente esvaziado, cujo valor do predicado vai depender inteiramente do item não verbal que o integra (ver também a seção 1.2); como estamos diante de dois itens esvaziados,

não deveria haver diferença de significado entre (11a) e (11b) abaixo. Da mesma forma, as construções em (12b) e (13a) teriam de ser bem-formadas. Sendo semanticamente neutros, *ter* e *ser* deveriam remeter ao mesmo conteúdo semântico em contextos idênticos, o que o paradigma abaixo mostra ser impossível.

- (11) a. O Pedro é um excelente professor de física.
b. O Pedro tem um excelente professor de física.
- (12) a. O Pedro é feliz.
b. * O Pedro tem feliz.
- (13) a. * O Pedro é dois carros na garagem.
b. O Pedro tem dois carros na garagem.

Se *ter* e *ser* são itens leves, é preciso especificar o porquê de essa leveza não ser suficiente para anular os contrastes em (11)-(13) acima. Ao mesmo tempo, explicar esse porquê exige considerar que sentenças copulativas e possessivas podem ser tematicamente idênticas, desde que não se mantenha o paralelo estrutural entre uma e outra. Notemos, por exemplo, as sentenças em (14)-(16) a seguir, que demonstram um paralelismo temático entre as construções com os dois verbos. Vale lembrar que esse mesmo fato, na seção 1.2, foi tomado como um dos motes para justificarmos uma análise unificada para os dois tipos de construção.

- (14) a. O PT tem muitos políticos simpáticos à causa do MST.
b. Muitos políticos do PT são simpáticos à causa do MST.
- (15) a. O Jairo tem alguns orientandos cariocas.
b. Alguns orientandos do Jairo são cariocas.
- (16) a. Muitas pessoas foram assassinadas durante o regime de Saddam.
b. O regime de Saddam teve muitas pessoas assassinadas.

À primeira vista, a descrição de sistemas como os do russo e do finlandês estaria livre desse comportamento aparentemente incongruente das possessivas e copulativas, visto que uma mesma forma verbal é empregada para as duas expressões. Observando as construções em (10)-(11) do capítulo 1, repetidas a seguir, destacamos que o predicado de existência pode, nessas línguas, realizar as outras duas construções. Nesses casos, o valor do verbo é identificado ou pela disposição dos constituintes na estrutura ou pela manifestação de determinados índices morfológicos.

- (17) a. kniga **byla** na stole.
book.NOM.FEM was on table.LOC
‘The book was on the table’

b. na stole **byla** kniga.
 on table.LOC was book.NOM.FEM
 ‘There was a book on the table’

c. u menja **byla** sestra.
 at 1sg.GEN was sister.NOM
 ‘I had sister’

(Freeze 1992:553-554)

(18) a. mies **on** huonee-ssa.
 man.NOM is room.INESSIVE
 ‘The man is in the room’

b. huonne-ssa **on** mies.
 room.INESSIVE is man.NOM
 ‘There is a man in the room’

c. Lūsa-lla **on** mies.
 Lisa.ADESSIVE COP MAN
 ‘Lisa tem um marido’

(Freeze 1992:556-577)

Em russo, por exemplo, a colocação do locativo antes ou depois do verbo contribui para definir se a construção é locativa, como em (17a), ou existencial, como em (17b); da mesma forma, a ocorrência de um índice genitivo pode marcar a construção como possessiva, conforme em (17c). Ainda assim, se por um lado o sistema dessas línguas evidencia a leveza de formas como *byla* e *on*, por outro a dificuldade para formular o conceito de posse permanece, uma vez que categorias de acepção benefactiva ou a marcação de um determinado Caso pouco especifica acerca da natureza de uma relação possessiva, em termos semânticos. Pelo contrário, o emprego de um mesmo item entre as três construções obscurece a distinção entre posse e os outros dois domínios semânticos, ou, antes, sugere que a posse consiste numa subespecificação da expressão de estado ou existência, em conformidade à exposição de Benveniste (1972).

Ainda sobre a vagueza de sentido de *ter*, cabe-nos justificar o emprego do termo *possessivo* para designar as construções que vamos focalizar neste capítulo. O termo é pouco elucidativo na tentativa de capturar a totalidade das relações que podem ser intermediadas pelo verbo *ter*. Aqueles casos em (3)-(10) são suficientes para mostrar que é apenas eventualmente que uma verdadeira relação de posse é manifestada. As expressões entre o sujeito e o complemento de *ter* não remetem apenas a uma relação POSSUIDOR-POSSUÍDO, mas também a marcações como TODO-PARTE,⁴³ CONTINENTE-CONTEÚDO, CONTROLADOR-CONTROLADO, EXPERIENCIADOR-

⁴³ Vamos distinguir relações PARTE-TODO de relações TODO-PARTE, considerando a colocação dos elementos interpretados como *todo* e *parte* no constituinte preposicionado. Dessa forma, *o cabelo do rapaz* consistirá numa relação PARTE-TODO, já que o elemento interpretado como *parte* é o anteposto, enquanto em *o rapaz de cabelo* teremos uma relação TODO-PARTE, já que o elemento anteposto é o interpretado como TODO. Como veremos na seção 3.2, essa oposição permitirá operacionalizar algumas propriedades das relações possessivas e outras afins intermediadas pelas preposições *de* e *com*.

EXPERIÊNCIA, CAUSADOR-CAUSAÇÃO, e outras correlações afins. Contudo vamos manter o termo *possessivo* ao longo da dissertação, pelas mesmas razões apresentadas na nota 1 do capítulo 1 acerca da manutenção do termo existencial para a versão impessoal de *ter*: posse/possessivo é o termo cunhado na tradição dos estudos de linguagem para designar o padrão sentencial do português sobre o qual vamos nos deter.

Do ponto de vista formal, vamos defender que o verbo possessivo consiste no feixe de traços do verbo existencial associado ao feixe de traços de uma categoria abstrata, responsável pelas diferentes possibilidades relacionais que citamos no parágrafo anterior. Seguindo Kayne (1993,1994) e Uriagereka (2002), assumimos que essa categoria abstrata pode se encontrar instanciada num DP/PP/CP tomado como complemento de *v* (ver seção 2.3). Certos procedimentos sintáticos vão permitir que *v* e os traços dessa categoria sofram *merge* no componente morfológico, permitindo o acesso à entrada vocabular do verbo a que denominamos possessivo. As diferenças de sentido exibidas por *ter* vão derivar das diferentes relações que podem ser expressas no interior da projeção desse núcleo abstrato.

Antes de passarmos à próxima etapa, retornemos ao mencionado no início da seção sobre a aparente identidade entre essas construções e aquelas com verbos transitivos. Conforme destacamos, as possessivas do português se apresentam sob um esquema superficial idêntico aos de verbos de ação, dispondo de dois argumentos. Para Heine (1997), o português se inclui entre aqueles sistemas que efetivam a predicação de posse com elementos que podem ser, de alguma forma, relacionados a um agente e a um paciente/tema (ver nota 2, no capítulo 1). Dentre outros sistemas que mostram esse comportamento, estão o inglês, o francês e línguas com exemplos em (19)-(21) a seguir, todas arregimentando verbos **aparentemente** transitivos para realizar suas possessivas.

- (19) Kxoe p ke ‘auto.as ‘uu hââ (Khoisan, Central Khoisan)
 person MASC Top car take PERFECTIVO
 ‘The man has the car’ (Heine1997:47)
- (20) wa- ndu wa- wode ma- fumu (Mochi / Bantu, Niger-Congo)
 CL.2- people CL.2- take CL.6- spear
 ‘The people have spears’ (Heine 1997:49)
- (21) ló’ó na-sheeg-a (Dullay / Eastern Cushitic / Afro-Asiatic)
 cow I- carry-1.SG.1PFV
 ‘I have a cow’ (Heine 1997:48)

Fatos da evolução do português tangenciam a tese de Heine. Antes de substituir *haver* nos contextos de posse do português antigo, *ter* ocorria como um verbo transitivo de ação, indicando

noções como *segurar*, *guardar*, *deter* etc. Foi por meio de intersecções nocionais estabelecidas com as construções de *haver* que, provavelmente, o item deu início ao seu processo de inserção entre as possessivas, como naqueles casos abaixo (Mattos e Silva 1997, Viotti 1998, Eleutério 2000). A idéia de que as possessivas do português contemporâneo guardam resquícios de um caráter transitivo, mesmo diante das restrições sobre passivização, pode então lançar alguma luz na descrição dessas estruturas.

- (22) ...e quando a no monte **teveron**... = deter, reter
“e quando a detiveram no monte”
- (23) ...a todo rey que ha de **teer** os poboos em justiça... = manter
“a todo rei que precisará manter os seus povos em justiça”
- (24) ...quen quer que **tenia** meu tesouro ou meus tesouros... = guardar (Mattos e Silva 1997: 270)
“quem quer que guarde meu tesouro ou meus tesouros”

Mas vale ressaltar que, do ponto de vista semântico, os fatos não são tranquilos para o estabelecimento de um paralelo nocional entre posse e ação. De fato, não é possível considerar que predicados como *ter medo*, *ter dinheiro* e *ter carro* expressam ação, pelo menos não no sentido que se costuma atribuir ao termo. Daí, pelo menos em parte, a impossibilidade de construções possessivas serem licenciadas na voz passiva. Sobre esse caráter pseudo-ativo das possessivas, Benveniste (1972) defende que, mesmo naquelas línguas em que o verbo possessivo e estativo apresentam formas diferenciadas, as possessivas se constituem como verdadeiras expressões estativas, reportando a um estado de coisas com o qual uma dada entidade estabelece relações específicas. O que vamos sugerir é o tratamento das possessivas tanto sob a visão de Heine como dentro da generalização de Benveniste: embora não estejamos diante de construções tipicamente ativas, o sujeito de uma expressão de posse vai, em muitos casos, demonstrar um certo caráter agentivo, detendo para si o *controle* sobre um objeto ou sobre a manutenção de um estado de coisas, num sentido que iremos precisar.

O capítulo é dividido da seguinte forma: na seção 3.2, vamos argumentar que DPs com expressão de posse podem ser formados a partir de uma categoria funcional abstrata – o núcleo Poss – para veicular uma determinada relação; na seção 3.3, vamos nos deter na derivação da sentença possessiva, a partir de paralelos observados entre estas e DPs possessivos; na seção 3.4, consideramos algumas correlações entre o emprego de *ter* e *estar com*; finalizando, na seção 3.5, tratamos da inserção de *você* genérico em sentenças que parecem reunir propriedades tanto de construções existenciais quanto de construções possessivas (ver seção 2.1).

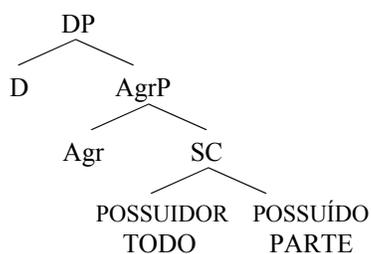
3.2 Constituintes nominais possessivos

Retornemos ao apresentado na seção 1.3.2, em que destacamos a abordagem oferecida por Uriagereka (2002) para expressões que exibem relações do tipo PARTE-TODO, como aquelas em (25) a seguir. Para o autor, *poor neighborhoods* e *city* partem de uma mesma relação estrutural para compor tanto os constituintes nominais em (a)-(b) quanto a possessiva em (c). Neste capítulo, vamos argumentar na mesma linha de Uriagereka, procurando demonstrar que uma construção com *ter_{poss}* deriva de uma estrutura não verbal dentro da qual vai se estabelecer a relação entre o constituinte interpretado como POSSUIDOR / TODO / CONTINENTE / CONTROLADOR etc. e o constituinte interpretado como POSSUÍDO / PARTE / CONTEÚDO / CONTROLADO etc.

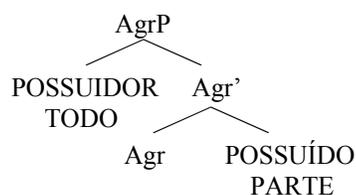
- (25) a. The poor neighborhoods of the city
 b. The city's poor neighborhoods
 c. The city has poor neighborhoods.

Por questões que vão ficar evidentes ao longo da explanação, não vamos assumir junto com Uriagereka que a relação primitiva entre o possuidor e o possuído é dada subjacentemente dentro de uma *small clause* (SC) em que as duas categorias estabelecem c-comando mútuo, como em (26) a seguir. Quanto a esse ponto, a análise vai se aproximar da oferecida por Kayne (1993,1994) e Ouhalla (1998), para os quais o possuidor é inserido no interior da projeção do elemento possuído, como em (27).⁴⁴

(26)



(27)



⁴⁴ Para Ouhalla (1998), contudo, as sentenças possessivas não derivam de construções nominais. Observando casos do amárico, do árabe marroquino, do francês e do inglês, o autor argumenta que as sentenças possessivas são configuradas a partir de certos índices semânticos operados pela sintaxe, como a demarcação de indefinitude e a presença de uma categoria (foneticamente realizada ou não) marcadora de locação. Ainda para Ouhalla, dentro de constituintes nominais o POSSUIDOR vai restringir a referência sobre o POSSUÍDO, numa configuração como aquela em (27). O primeiro vai ligar uma variável dentro do segundo, impedindo que índices referenciais, como artigos e pronomes demonstrativos, sejam instanciados junto ao POSSUÍDO. De fato, as construções possessivas do árabe marroquino, sistema no qual o autor centra sua análise, demonstram ser bastante sensíveis a propriedades como *locação* e *efeito de definitude*. Da proposta de Ouhalla, vai-nos interessar basicamente a idéia de que a função de POSSUIDOR e a de POSSUÍDO, bem como outras afins, são demarcadas numa relação com localidade específica no interior de constituintes nominais.

Em linhas gerais, vamos defender que as sentenças em (28b)-(30b) a seguir são derivadas a partir da mesma base daquelas construções nominais em (28a)-(30a).

- (28) a. meu livro
b. Eu tenho livro.
- (29) a. o livro dele
b. Ele tem livro
- (30) a. o livro da Ana
b. A Ana tem livro.

3.2.1 Preposição *de* em DPs possessivos

No capítulo anterior, assumimos que a preposição *de* desempenha para os predicados atemporais a mesma função que o complementizador *que* para os predicados temporais (ver seção 2.2.4). Na ocasião, tomamos o predicado da coda existencial como uma projeção máxima do núcleo que condensa o feixe de traços correspondentes a *de*, ou de outra preposição capaz de atuar como complementizador. Adjungido à projeção máxima de C, era instanciada uma cópia de N ou de um DP tomado como complemento do verbo existencial. Paralelamente, vamos argumentar que, em construções possessivas intermediadas pela preposição *de*, como aquelas referidas em (28)-(30), o elemento interpretado como possuído (ou também o possuidor, como veremos adiante) é instanciado nos domínios de checagem do núcleo que condensa os traços correspondentes a *de*, após ser movido a partir de uma posição interna à projeção da preposição.

Um ponto que pode ser levantado para a relação entre construções intermediadas pela preposição *de* e as sentenças possessivas é que, da mesma forma que *ter*, a preposição não dispõe de qualquer valor semanticamente bem delineado. Observemos, por exemplo, as expressões em (31a)-(37a) a seguir.

- (31) a. o caderno de arame
b. O caderno tem arame.
- (32) a. o caderno do Pedro
b. O Pedro tem caderno.
- (33) a. o caderno da capa rasgada
b. O caderno tem a capa rasgada.
- (34) a. o caderno da Gisele Bündchen (na capa)
b. O caderno tem a Gisele Bündchen (na capa).
- (35) a. o caderno de folha reciclada
b. O caderno tem folha reciclada.
- (36) a. o caderno da papelaria ali da esquina
b. A papelaria ali da esquina tem caderno.

- (37) a. o caderno de pauta dupla
b. O caderno tem pauta dupla.

A relação semântica entre *caderno* e os diversos elementos pospostos à preposição é notadamente diversa: em (31) e (35), uma relação TODO-PARTE; em (32), uma relação POSSUIDOR-POSSUÍDO; em (33), em adição a uma relação PARTE-TODO, uma condição adquirida; em (34), uma definição de especificidade (um caderno com a *Gisele Bündchen* na capa); em (36), uma relação locativa; em (37), uma relação de posse inerente. A relação contida nessas expressões é a mesma depreendida nas sentenças possessivas em (b). Notemos que essas mesmas relações podem ser efetivadas pela preposição *com* ou pela preposição *em*, de acordo com (38) a seguir.

- (38) a. o caderno com arame / o arame no caderno
b. o caderno com o Pedro
c. o caderno com a capa rasgada / a capa rasgada no caderno
d. o caderno com a Gisele Bündchen / a Gisele Bündchen no caderno
e. o caderno com folha reciclada / a folha reciclada no caderno
f. o caderno na papelaria ali da esquina
g. o caderno com pauta-dupla

Esses dados mostram uma propriedade singular das expressões com *de*: em muitos casos, elas pressupõem uma significação que pode ser veiculada por outras preposições ou até por predicadores de outra natureza. Assim, *caderno de arame* é necessariamente um *caderno com arame*, da mesma forma que *caderno de capa rasgada* é um *caderno com capa rasgada*, *caderno de escrever poesia* pressupõe um *caderno para escrever poesia* e *caderno do tempo do meu avô* remete a um *caderno no tempo do meu avô*. O mesmo se observa para as expressões em (39)-(44) a seguir. O conteúdo das relações estabelecidas à direita da seta deve estar pressuposto nas relações determinadas pela preposição *de*.

- (39) o bolo de fubá → o bolo com fubá
(40) o livro da estante → o livro na estante
(41) a menina dos cabelos compridos → a menina com os cabelos compridos
(42) a laranja de São Paulo → a laranja produzida no estado de São Paulo
(43) a toalha do banheiro → a toalha dentro do banheiro
(44) a invenção de Santos Dumont → a invenção por Santos Dumont

O contrário, contudo, nem sempre é possível. A significação expressa por uma preposição lexical pode não pressupor aquela que se depreende com a preposição *de*. Naquela relação em (39), por exemplo, um *bolo com fubá* não é necessariamente um *bolo de fubá*, assim como um *bolo com*

açúcar ou um *bolo com manteiga* não podem ser interpretados como um *bolo de açúcar* ou um *bolo de manteiga*. Da mesma forma, o *livro na estante* não pode ser necessariamente tomado como o *livro da estante*. O que esses casos parecem evidenciar é o caráter semanticamente esvaziado do item *de*, em oposição ao caráter lexical das outras preposições do sistema.

A neutralidade semântica dessa preposição também fica manifesta naquelas expressões em que a relação é preservada, independentemente da posição em que os constituintes ocorrem. É o caso, por exemplo, de muitas relações do tipo PARTE-TODO e/ou de caráter intrínseco, como em (45)-(49) a seguir, do mesmo tipo que as analisadas por Uriagereka (2002) para o espanhol e o inglês.

- (45) a. o anel de ouro
b. o ouro do anel
- (46) a. o rapaz de cabelos longos
b. os cabelos longos do rapaz
- (47) a. a calça de botão enferrujado
b. o botão enferrujado da calça
- (48) a. as praias belíssimas da cidade
b. a cidade das praias belíssimas
- (49) a. o caderno da moça bonita (na capa)
b. a moça bonita (na capa) do caderno

Outras preposições não exibem, em geral, essa propriedade, como se observa em (50)-(54) abaixo: ou a relação entre os dois elementos é alterada - (50) e (51) - ou se obtém uma relação absurda - (52)-(54). Contrariamente a *de*, as preposições *com*, *em cima de*, *em*, *para* e *fora de* remetem, provavelmente, a uma significação plena, com atribuição temática bem delineada para as posições de argumento interno e externo.

- (50) a. o rapaz com cabelos longos
b. # os cabelos longos com o rapaz
- (51) a. a mochila em cima do caderno
b. # o caderno em cima da mochila
- (52) a. o rapaz na sala
b. * a sala no rapaz
- (53) a. a festa para o Pedro
b. * o Pedro para a festa
- (54) a. o carro sem pneu
b. * o pneu sem carro

Todos esses fatos evidenciam que a preposição *de*, entre os constituintes nominais do tipo observado, não dispõe de uma função semântica, mas apenas funcional, intermediando relações

cujo conteúdo nocional é estabelecido em instâncias que não a de seu domínio mínimo. Vamos então sugerir que a preposição *de* desses constituintes exerce a mesma função que a exercida por C entre as predicções atemporais que ocorrem na coda existencial, nos termos que assumimos na seção 2.3. Na ocasião, propusemos que um determinado elemento do interior dessas predicções poderia ser adjungido a CP. Da mesma forma, nos nominais com interpretação possessiva, um dos elementos da relação vai poder ser adjungido a CP, tal como em (55) a seguir, em que o alçado é o elemento interpretado como TODO, ou em (56), em que o elemento alçado é interpretado como PARTE. O que falta é definirmos a arquitetura e as categorias da predicção dominada pelo CP dessas construções.

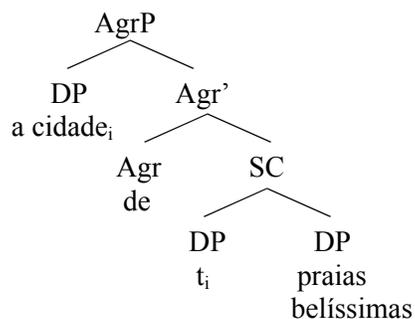
- (55) a. o livro de capa azul
 b. [_{CP} [o livro]_i [_{CP} de t_i [capa azul]]]

- (56) a. a capa azul do livro
 b. [_{CP} [a capa azul]_i [_{CP} de [o livro] t_i]]

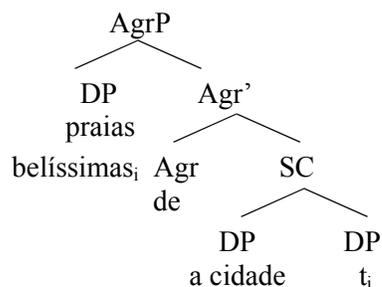
Retornemos ao apontado por Uriagereka (2002) na seção 1.3.2. De acordo com o autor, o elemento movido a partir da SC para [Spec,AgrP] nas construções PARTE-TODO deve adquirir referência, num sentido que não é muito bem precisado. Construções como aquelas em (57) teriam as representações em (58a) e (58b), respectivamente. Tanto numa como noutra, *praias belíssimas* e *idades* iniciam a derivação em relações idênticas. A diferença seria estabelecida pela escolha do elemento a checar o suposto traço referencial. Se o elemento alçado é o constituinte interpretado como TODO, o resultado é a realização de (57a)/(58a); se o alçado for o interpretado como PARTE, a resultado é (57b)/(58b).

- (57) a. a cidade das praias belíssimas
 b. as praias belíssimas da cidade

(58) a.



b.



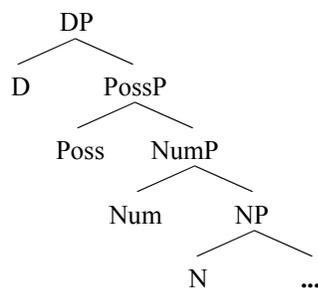
Embora essa arquitetura não seja aqui assumida, vamos explorar a idéia de que a preservação dos *pseudo-papéis* temáticos de PARTE/POSSUÍDO e TODO/POSSUIDOR em estruturas superficialmente

diferenciadas resultam de um mesmo esquema relacional. Essa idéia vai permear a análise que desenvolvemos para as possessivas nas próximas seções.

3.2.2 Pronomes possessivos

A idéia de que constituintes nominais podem dispor de uma projeção para instanciar um elemento interpretado como *possuído* e derivar a interpretação de *possuidor* para um outro elemento do DP não é nova. Schoorlemer (1998), por exemplo, cruza fatos de diversas línguas para estabelecer uma projeção cuja função é determinar na sintaxe a interpretação possessiva dentro de DPs. Essa projeção possessiva – doravante PossP – vai ser determinada até para aquelas línguas em que não ocorre uma categoria Poss foneticamente realizada. Harley (2001) também argumenta, de forma bastante convincente, que as línguas naturais podem se valer de uma categoria preposicional P_{poss}, ainda que foneticamente não manifesta, para realizar tanto suas construções possessivas com um verbo particularizado como para licenciar *double object constructions* (ver seção 1.3.3). A generalização de Harley prevê que línguas sem um verbo particularizado para as construções possessivas também não apresentam a possibilidade de duplo objeto em verbos dativos, ambos os fatos resultando da ausência de P_{poss}. Essa preposição abstrata pode corresponder ao núcleo Poss interno ao constituinte nominal. Consideremos, por exemplo, a arquitetura proposta em Schoorlemer (1998) para os nominais possessivos, apresentada a seguir.

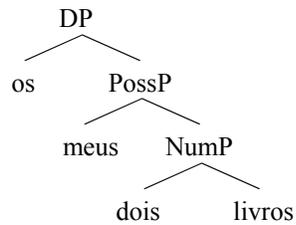
(59)



A categoria Poss é instanciada entre D e Num, e é em seus domínios de checagem que um dado constituinte vai ser interpretado como o possuidor de N. Os pronomes possessivos, segundo o autor, podem ser inseridos como Poss⁰, e expressões referenciais a serem interpretadas como possuidor, em [Spec,PossP]. Essa arquitetura captura para o português brasileiro a instanciação do pronome possessivo entre D e Num, tal como em (60a) abaixo, bem como prevê a impossibilidade das realizações de (60b)-(60c). A estrutura de (60a) pode então ser esboçada de acordo com (61).

- (60) a. os meus dois livros
 b. * os dois meus livros
 c. * dois os meus livros

(61)



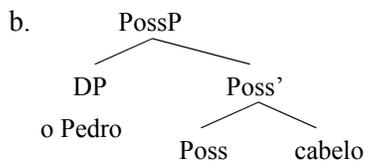
À primeira vista, contudo, a estrutura em (61) não prevê uma outra ordem igualmente possível para os nominais possessivos. No sujeito da frase em (62a) a seguir, por exemplo, *meus* é realizado em posição final. Se quisermos manter a estrutura proposta por Schoorlemmer, vamos ter de estabelecer alguma condição que permita ao constituinte interno a PossP ser alçado para uma posição acima de Poss. Se for este o caso, igualmente teremos de associar a operação à diferença de significado entre *dois livros meus* e *meus dois livros*: no primeiro caso, temos uma leitura necessariamente partitiva, com a inferência de que existem mais *livros meus* além dos *dois* referidos; no segundo caso, essa mesma leitura não é necessária.

- (62) a. *Dois livros meus* ficaram no quarto do Pedro.
 b. *Meus dois livros* ficaram no quarto do Pedro.

Por ora, vamos nos concentrar na proposta de que os nominais construídos com pronomes possessivos e os que manifestam a preposição *de* dispõem de uma mesma estrutura, aquela esboçada anteriormente em (59). A estrutura correspondente a (63) a seguir será aquela em (64): o possuidor é inserido em [Spec,PossP], onde recebe a interpretação relevante, e o possuído, como complemento de Poss.

(63) o cabelo do Pedro

(64) a. [_{PossP} [_{DP} o Pedro] [_{Poss'} Poss [_{NP} cabelo]]]



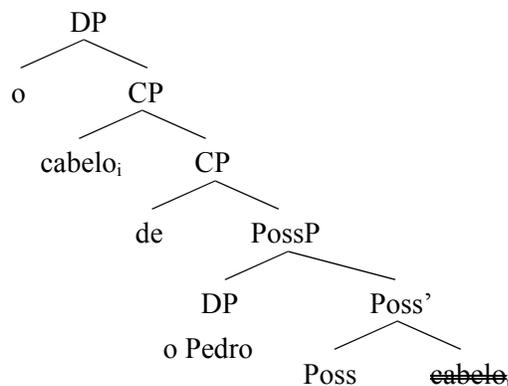
É preciso então identificar um *locus* para *de*. Podemos considerar que os constituintes nominais dispõem de uma projeção CP, na qual a preposição *de* é instanciada como núcleo. Esse ponto não é difícil de abarcar dentro do nosso modelo, dado que estamos assumindo, junto a

propostas como as de Abney (1987) e Szabolcsi (1994), que constituintes nominais dispõem de arquitetura paralela à da sentença (ver seção 2.4.2). Nesse sentido, se a sentença pode ser tratada como uma projeção máxima de C, essa mesma possibilidade deve existir para os constituintes nominais.⁴⁵

Retornemos à proposta de Kato & Nunes (1998) para a configuração e funcionalidade da adjunção (ver seção 2.2.3). Como estamos assumindo que a preposição *de* é, na verdade, um complementizador, a estrutura em (65) a seguir pode ser tomada como a representação final de um constituinte nominal possessivo. De acordo com a representação, C toma como complemento a projeção PossP, dentro da qual *o Pedro* e *cabelo* são demarcados como possuidor e possuído, respectivamente; o possuído é então adjungido à projeção máxima de *de*. A categoria D, realizada como o artigo *o*, é conectada ao CP, permitindo uma leitura definida/referencial de *cabelo*.

(65) a. [DP o [CP cabelo_i [CP de [PossP [DP o Pedro] [Poss' Poss t_i]]]]]

b.

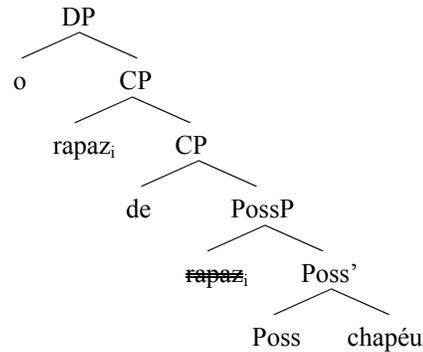


O elemento adjungido ao CP pode também ser o elemento interpretado como possuidor. Observemos os casos em (66)-(67) a seguir, que demonstram uma mesma relação entre *rapaz* e *chapéu*. A representação dos constituintes vem em (b). Em (66), *rapaz* é movido do *locus* onde é interpretado como possuidor para a posição onde recebe referência; em (67b), é o elemento interpretado como possuído o que sofre alçamento para adjunção a CP, onde se associa a D.⁴⁶

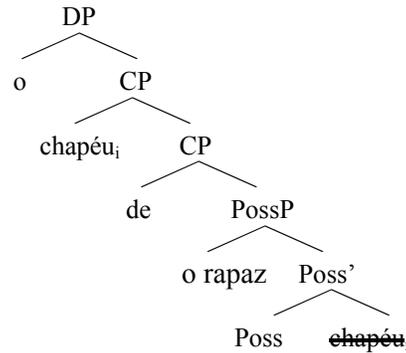
⁴⁵ Para Szabolcsi (1994), a categoria D em húngaro corresponde, na verdade, a uma categoria C.

⁴⁶ Vale lembrar que estamos assumindo uma arquitetura para os DPs que, aliada à operacionalidade da adjunção proposta por Kato & Nunes (1998), permite configurações diversas entre D, N e Num, desde que essas categorias estabeleçam entre si as relações necessárias: N como complemento de Num ou D, e Num como complemento de D (ver 2.4.2). Não vamos tentar determinar sistematicamente as diversas possibilidades de combinação entre as três categorias no interior do DP possessivo, trabalho que, por si só, demanda uma pesquisa à parte. Nossa intenção é a de mostrar ser plausível e empiricamente vantajoso fixar a relação POSSUIDOR-POSSUÍDO e outras afins diretamente entre dois constituintes nominais, numa projeção que tenha o N possuído como a sua base.

- (66) a. o rapaz de chapéu
b.



- (67) a. o chapéu do rapaz
b.



Uma questão que resulta dessa abordagem é se os nominais construídos com o pronome possessivo vão dispor de uma projeção de C. Vamos explorar uma saída dentro da Morfologia Distribuída, nos termos assumidos na seção 1.5. Consideremos que uma estrutura subjacente possível para a expressão em (68a) abaixo é aquela dada em (68b), com os traços associados à primeira pessoa inseridos em [Spec,PossP]. Se essa for a estrutura subjacente, temos de determinar o processo que transforma esses traços no possessivo *meu*.

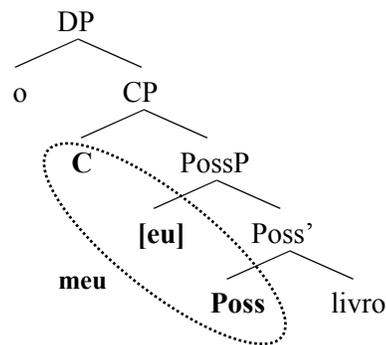
- (68) a. meu livro
b. [_{PossP} /eu/ [_{Poss'} Poss livro]]

Os pronomes possessivos em português concordam em gênero e número com o elemento possuído. Podemos assumir que as marcas de gênero e número estão instanciadas em Poss, e que a associação dessas marcas aos traços do pronome de primeira pessoa no componente morfológico, sob *merge*, permite realizar uma forma pronominal que detém uma morfologia tanto associada ao possuído como ao possuidor. Que Poss detenha marcas do elemento possuído pode ser empiricamente tomado como resultante da natureza da projeção em que esse núcleo se encontra: a categoria que PossP toma como complemento remete ao possuído. Essa relação é

semelhante à que se estabelece entre D e N (em que D porta marcas morfológicas associadas a N), o que permite considerar que Poss demonstra marcas morfológicas associadas ao NP.

Vamos então explorar a possibilidade de Poss e C sofrerem *merge* no componente morfológico, como ilustrado em (69) a seguir, desde que o resultado da operação abarque os traços presentes entre ambos, que correspondem aos traços para a realização da primeira pessoa do singular em [Spec,PossP]. O complexo C+/eu/+Poss contém tanto os traços morfológicos associados ao possuído, como aqueles associados ao possuidor em primeira pessoa. No caminho para FF, a entrada vocabular que o sistema vai identificar para dar conta do complexo resultante é a forma *meu*. O pronome possessivo seria, dentro dessa análise, a reunião de traços do complementizador, das marcas gramaticais associadas ao possuído e dos traços- ϕ correspondentes à primeira pessoa do singular.

(69)



Há um tipo de dado que pode atuar em favor dessa representação. Retornemos à construção em (62a), repetida em (70) a seguir. O constituinte nominal na posição de sujeito permite pressupor que, além dos *dois livros* que ficaram no quarto do Pedro, existem outros livros que pertencem ao falante. Em (71), essa inferência não é necessária. A diferença está certamente associada à distinção na realização de *dois livros* como uma seqüência posposta ou anteposta ao pronome. Se quisermos manter a proposta de Schoorlemmer (1998) para a estrutura dos nominais possessivos, que apresentamos em (58), vamos ter de considerar que tanto (70) quanto (71) devem ser derivados sob o mesmo esquema estrutural.

(70) a. *Dois livros meus* ficaram no quarto do Pedro.

(71) b. *Meus dois livros* ficaram no quarto do Pedro.

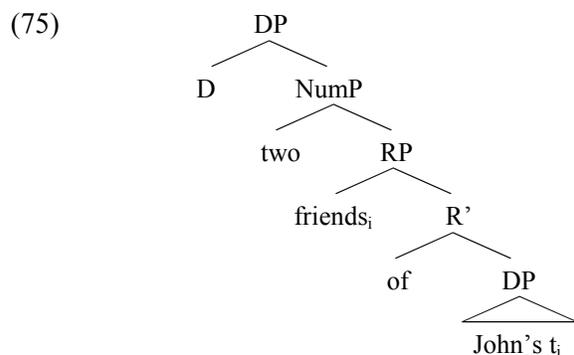
Vamos abrir um parêntese para analisar um tipo de constituinte nominal cujo comportamento semântico pode elucidar o comportamento dessas possessivas, no que diz respeito ao pressuposto sobre a existência de outros livros. A inferência resultante de *dois livros*

meus é idêntica à que resulta da interpretação de sintagmas nominais partitivos realizados com a preposição *de*, como os sujeitos das construções em (72)-(73) a seguir. Ou seja, no contexto relevante, existem mais carros além dos que foram vendidos, para o caso de (72), bem como existem mais livros na mesa além daqueles que são do Roberto, para (73).

- (72) a. *Alguns daqueles carros* já foram vendidos.
 b. *Alguns carros daqueles* já foram vendidos.
- (73) a. *Cinco daqueles livros na mesa* são do Roberto.
 b. *Cinco livros daqueles na mesa* são do Roberto.

De acordo com Zamparelli (1998), é a instanciação de uma categoria funcional que contribui para efetivar leituras partitivas desse tipo. O autor mostra que línguas como o italiano e o inglês podem recorrer ao que define como um *operador residual* – que corresponde ao *of* do inglês – interno ao DP. O operador projeta uma instância RP (*Residual Phrase*) e participa, dentre outras funções, da atribuição de caráter partitivo e de operações em torno dos nominais genitivos. Para o caso de construções como em (74) a seguir, *friends* pode ser movido em sintaxe aberta para a posição de [Spec,of], derivando a leitura partitiva. Se não o faz em sintaxe aberta, a operação deve ser obrigatoriamente aplicada em Forma Lógica, o que explica a identidade de significado entre (a) e (b). A estrutura resultante seria similar àquela esboçada em (75), com um vestígio de *friends* numa posição interna a RP. A leitura partitiva não vai derivar exclusivamente da instanciação de N em [Spec,RP], mas se completa pela inserção de Num como núcleo de uma projeção que vai conter o RP.

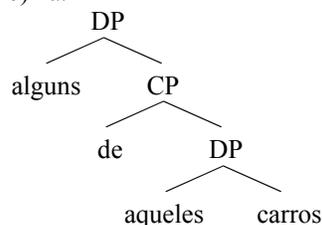
- (74) a. Two of John's friends
 b. Two friends of John's



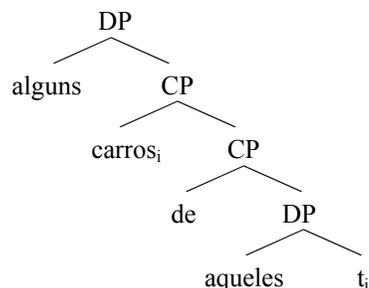
Esses fatos podem ser aplicados para os nominais partitivos do português. Para o caso do sujeito daquela construção em (72), por exemplo, *alguns daqueles carros* e *alguns carros daqueles* vão dispor das representações em (76) a seguir, respectivamente. Associando o RP de

Zamparelli ao nosso CP atemporal, e considerando as implicações de adjunção segundo Kato & Nunes (1998), *carros* pode ser adjungido ao CP em sintaxe aberta, como em (76b), ou ser realizado *in situ*, sofrendo o movimento apenas em sintaxe coberta, como na representação em (76a). A leitura partitiva, paralelamente ao assumido por Zamparelli, vai ser especificada tanto pela instanciação de N em adjunção ao CP como pela arregimentação de um determinante quantificador em D, c-comandando todo o CP.

(76) a.



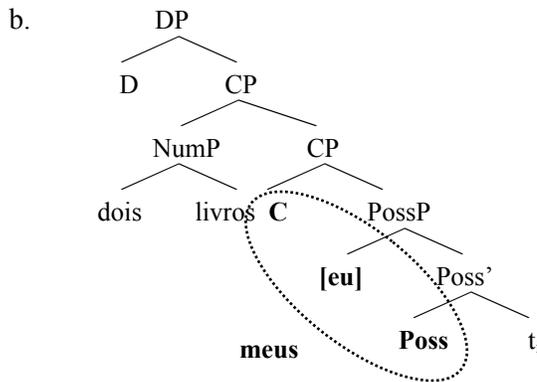
b.



Retornemos então ao caso dos pronomes possessivos em português brasileiro, tendo em mente essa abordagem para os partitivos. O que queremos defender é a caracterização das formas *meu* e *seu* como resultantes de um complexo composto pelos traços do complementizador *de*, pelos traços de Poss e pelos traços presentes em [Spec,PossP], estes associados à primeira ou segunda pessoa do discurso.⁴⁷ Se a abordagem estiver correta, vamos ter como explicar a leitura partitiva derivada da expressão em (77a) adiante. Na representação em (77b) correspondente, o NumP com o N interpretado como possuído é movido a partir de uma posição interna a PossP para se adjungir ao CP. Em seguida, o CP é conectado a D, permitindo que esta categoria tenha o NumP em seu domínio de checagem, condição necessária para a arquitetura que estamos assumindo para o DP.

⁴⁷ Dado que o português brasileiro parece não mais dispor de um pronome possessivo de 3^a. pessoa, vamos desconsiderar, sem maior discussão, casos de *merge* que possam envolver traços de 3^a. pessoa em [Spec,PossP]. Para uma discussão sobre a perda do pronome possessivo de terceira pessoa em português brasileiro, ver o estudo de Cerqueira (1996).

(77) a. dois livros meus



No componente morfológico, o complexo C+/eu/+Poss é formado, sob condições de adjacência, e acessa a entrada vocabular para a realização do pronome possessivo *meus*. Contrariamente, para o caso em que o elemento possuído é realizado pospostamente ao possuidor, teríamos uma derivação em conformidade com (69), já referido. No caso, *livro* permanece *in situ* tanto no componente aberto como em Forma Lógica, o que explica a ausência de leitura partitiva, obtida nos domínios de checagem do complementizador. Uma resposta para essa diferença pode radicar no fato de que, tanto no caso dos DPs partitivos como no dos DPs possessivos com interpretação partitiva, vamos ter instanciada a categoria C, que entre os primeiros se realiza como *de*, e entre os segundos se associa a Poss e aos traços- ϕ para derivar a forma possessiva.

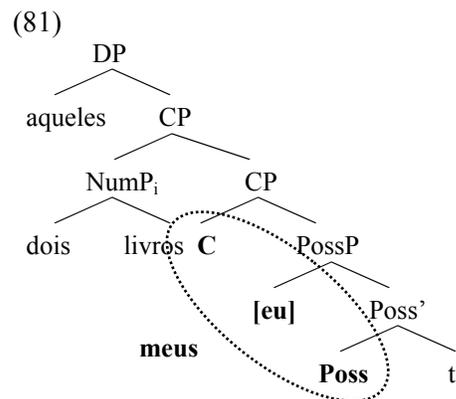
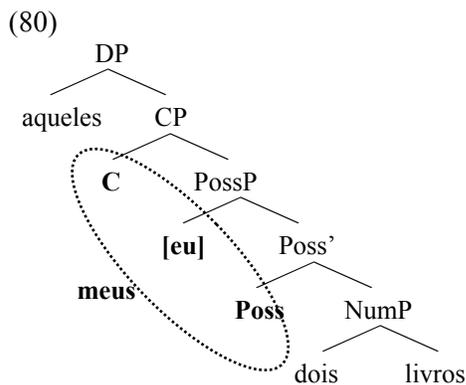
Esse tratamento formaliza a idéia de que nominais possessivos intermediados pela preposição *de* vão ser construídos a partir da mesma estrutura interna dos DPs construídos com o pronome possessivo. Para validá-la integralmente, contudo, há pelo menos uma questão a ser resolvida, para a qual, até agora, não obtivemos uma resposta clara. Observemos o contraste em (78) a seguir: dada a existência dos traços de *de* no pronome possessivo, como explicar a impossibilidade de (a)-(b), face à boa formação de (c)-(d)? Ou seja: por que as construções em (a)-(b) não podem ser realizadas para expressar uma leitura do tipo *dos meus seis livros, três ficaram na casa do Pedro*? Sendo o pronome possessivo derivado de um complexo com os traços de uma categoria que licencia a leitura partitiva, a obtenção de (78a) ou (78b) deveria, em princípio, estar prevista no sistema.⁴⁸

⁴⁸ Uma saída possível é considerar que apenas a categoria R proposta por Zamparelli, que estamos assumindo ser uma possibilidade de realização de C, pode ser tomada como complemento de Num. Diferentemente, Num não vai poder tomar como complemento outras realizações de CP, como a formada na composição de um constituinte nominal possessivo. Dentro dessa visão, a má-formação de (78a) vai ser devida ao *merge* sintático entre Num e o CP possessivo, que não seria licenciada pelo sistema. Já aquela construção em (78b), por outro lado, pode estar sendo excluída por razões semânticas: não há como atribuir cardinalidades diferentes a um mesmo conjunto, a não ser que criemos um subconjunto, função que cabe exatamente à categoria R proposta por Zamparelli (1998). Uma vez que a

- (78) a. * três meus seis livros
 b. * três livros_i meus seis t_i
 c. três daqueles seis livros
 d. três livros_i daqueles seis t_i

Em termos configuracionais, a única forma que temos para bloquear esses casos é, até agora, considerar que Num está obrigatoriamente associado a N já no início da derivação, o que foge à proposta original de Zamparelli, para quem o fato de Num estar dissociado de N, como naqueles casos apresentados em (75)-(76), garante a leitura partitiva. Embora não possamos prover, no momento, maiores explicações para essa forma de instanciar Num e N entre os nominais possessivos, a assunção é bem-vinda para determinar a estrutura de construções como aquelas em (79) a seguir. Como podemos observar, o possessivo pode ocorrer entre o demonstrativo e o numeral ou na posição final, sem aparente alteração de sentido, mas não pode ocorrer acima do demonstrativo e nem abaixo do numeral. A impossibilidade de (79c-d) é prevista pela configuração de Shoorlehmer, que já apresentamos em (58). As estruturas de (79a-b) seriam as apresentadas em (80) e (81), respectivamente.

- (79) a. aqueles meus dois livros
 b. aqueles dois livros meus
 c. * meus aqueles dois livros
 d. * aqueles dois meus livros



Na segunda, *dois livros* é movido abertamente de uma posição interna a Poss para se adjungir ao CP, o qual vai ser conectado ao demonstrativo. Essa mesma operação deve ocorrer em Forma Lógica para a estrutura em (80), sem o quê o núcleo D, realizado pelo demonstrativo, não estabeleceria a relação relevante com NumP, nos termos que assumimos em 2.4.2. Evidência a

categoria C instanciada entre as construções possessivas não consiste no R, esse subconjunto não pode ser formado, o que resulta na má formação de uma expressão como **três livros meus seis*.

favor dessa análise é a ausência de diferenças na leitura entre (79a) e (79b), que portam aparentemente, em ambos os casos, uma leitura partitiva.

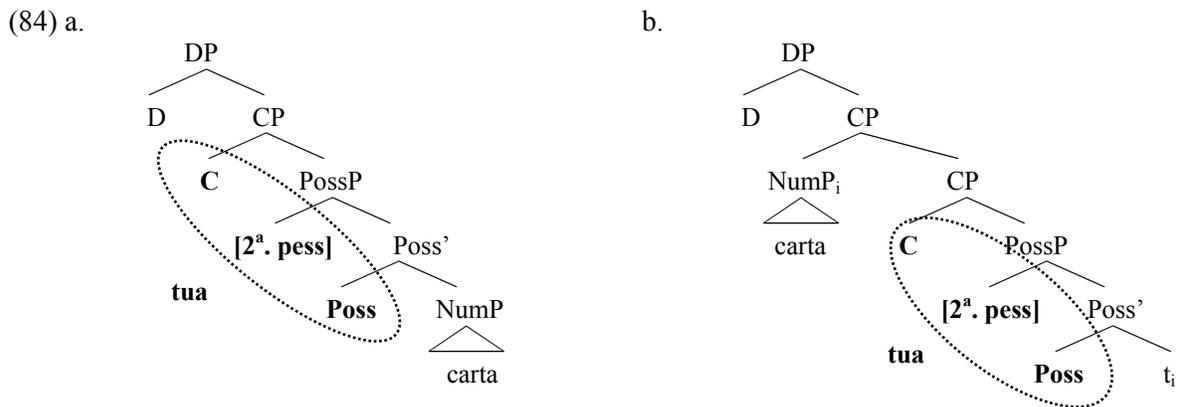
Ainda sobre os possíveis efeitos do movimento do N interpretado como possuído para uma posição acima da do pronome possessivo, vale a pena observar alguns fatos apresentados por Borges Neto (1986), que nota uma distinção semântica, com marcação na sintaxe, envolvendo o uso dessas formas pronominais. Observemos os casos a seguir.

(82) a. Espero tua carta.
 b. Espero carta tua. (Borges Neto 1986:Exs. 1-2)

(83) a. Meu filho não vai estudar Letras.
 b. Filho meu não vai estudar Letras. (Borges Neto 1986:Exs. 6-7)

Borges Neto ressalta que os casos em (a) apontam para um uso referencial do possessivo, com a pressuposição de que *a carta* e *o filho* existem. Já para os casos em (b), em que o possessivo exibe um emprego atributivo, o pressuposto de existência não é necessário. Parece-nos possível formalizar esses casos dentro da abordagem que estamos propondo para o DP possessivo.

Considerando os casos em (82), por exemplo, as duas estruturas para os possessivos seriam aquelas em (84), respectivamente.



Em (84a), temos uma única cópia de *carta* na posição mais baixa; em [Spec,PossP], temos os traços associados à segunda pessoa, que demarca referencialmente o N tomado como complemento de Poss e obriga a leitura em que a existência da carta é necessariamente pressuposta.⁴⁹ Em (b), temos duas realizações de *carta*: além da cópia mais baixa, temos o N em

⁴⁹ Dentro do que temos assumido até aqui, também em (84a) deve haver movimento de *carta* em Forma Lógica. Contudo os efeitos desse movimento são diferenciados, dado que apenas os traços formais relevantes para D (os de Num, e não os de N) vão sofrer movimento nesse componente, nos termos de Chomsky (1995).

adjunção a CP, livre da marcação de referencialidade do possuidor. A existência de duas cópias captura a ambigüidade: se, em Forma Lógica, a cópia interpretada for a mais baixa, a leitura é referencial, dado esta cópia permanecer sob o escopo do pronome possessivo, inerentemente referencial; se a cópia mais alta for a escolhida para a interpretação, ocorre a leitura em que não se estabelece qualquer referência sobre *carta*, que está fora do escopo de qualquer categoria referencial, daí a pressuposição de sua existência não precisar ser obrigatória. Lembremos que, nas propostas de Longobardi (1994) e Vangsnes (2001) assumidas no capítulo anterior, a categoria D pode ter uma função meramente expletiva, sem qualquer traço dêitico ou referencial a ela associada. Nessa situação, uma vez em seu domínio na posição mais alta, *carta* não precisará dispor de uma leitura referencial.

A associação de pronomes possessivos a um complexo formado por C, Poss e traços- φ associados a um possuidor de 1^a. e 2^a. pessoas permitem, portanto, elaborar uma mesma configuração para DPs como *o meu livro*, *o livro dele* e *o livro da Ana*, que remetem a um mesmo tipo de relação.⁵⁰ Vamos assumir então que relações possessivas são determinadas no interior de um CP que abarca uma categoria abstrata Poss, responsável pela demarcação de funções como POSSUIDOR-POSSUÍDO, TODO-PARTE e outras afins.

3.2.3 Sobre a preposição *com*

Até aqui, temos destacado que os traços correspondentes à preposição *de* pode intermediar relações possessivas no interior de constituintes nominais. Da mesma forma, a preposição *com* pode relacionar constituintes dentro das mesmas interpretações exibidas pelas sentenças com *ter*. Os casos abaixo evidenciam essa possibilidade.

⁵⁰ Há ausência de paralelismo entre o emprego de formas como *meu*, *seu* e *teu*, por um lado, e *dele* e *dela*, por outro. Notemos os exemplos em (i) a seguir.

- (i) a. *meu* livro
b. * *dele* livro

Um vez que o pronome *meu* é realizado a partir dos mesmos traços que permitem realizar o pronome e a preposição *de*, deveríamos esperar que a anteposição de *dele* a *livro* em (ib) fosse aceitável, como na relação entre *meu* e *livro* em (ia). Podemos recorrer à proposta de Ouhalla (1998) para explicar o contraste (ver nota 46). Segundo o autor, o elemento interpretado como *possuidor* demarca referencialmente o *possuído*, se associado a Poss (que o autor trata em termos de Agr). Em inglês, por exemplo, o marcador genitivo 's ocorre associado a uma expressão referencial, como *John's book*, marcando referencialmente o possuído. Em português brasileiro, dentro da análise que estamos oferecendo, apenas os traços pronominais de primeira e segunda pessoa vão poder sofrer *merge* morfológico com Poss, resultando nos pronomes possessivos. Diferentemente, os traços correspondentes a *ele*, *ela* e outras expressões referenciais em [Spec,PossP] não vão poder sofrer *merge*, dadas as particularidades do arquivo vocabular dessa língua. Lembremos que o português brasileiro, diferentemente de línguas como o inglês, não possui uma realização fonética para Poss, além de não mais apresentar os pronomes possessivos em 3^a. pessoa. Nos termos de Ouhalla, isso significa que formas como o pronome *ele* não vão exercer qualquer função referencial sobre o NP, que em tais

- (85) a. Aquele orientando tem uma quantidade enorme de livros.
b. Aquele orientando com uma quantidade enorme de livros podia doar alguns para a biblioteca.
- (86) a. Vários países asiáticos têm aliados na América Latina.
b. Vários países asiáticos com aliados na América Latina dialogam pouco com a região.
- (87) a. Aquela moça tem um carro novinho.
b. Aquela moça com um carro novinho é amiga do Paulo.
- (88) a. Algumas capitais nordestinas têm uma vida noturna super agitada.
b. Algumas capitais nordestinas com uma vida noturna super agitada recebem mais turistas que as capitais do sul.

Seria rentável, dessa forma, se pudéssemos alocar a preposição *com* em nosso constituinte possessivo. Se optarmos por esse caminho, vamos ter de estar atentos não apenas para as similaridades, mas também para as diferenças entre o emprego desta preposição e o da categoria funcional *de*, cujos traços também estamos assumindo como parte desse constituinte. As expressões que seguem evidenciam uma dessas diferenças (ver também 3.2.1).

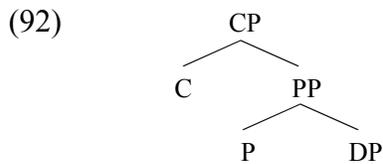
- (89) a. o caderno de arame / o caderno com arame
b. o arame do caderno / * o arame com o caderno
- (90) a. a camisa de botão / a camisa com botão
b. o botão da camisa / * o botão com a camisa
- (91) a. o rapaz de nariz grande / o rapaz com nariz grande
b. o nariz grande do rapaz / * o nariz grande com o rapaz

Nos casos em (a), em que o elemento interpretado como TODO/CONTINENTE/POSSUIDOR é anteposto, as relações com *de* e *com* remetem ao mesmo significado. Diferentemente, nos casos em (b), com a anteposição de PARTE/CONTEÚDO/POSSUÍDO, a expressão com a forma *com* não pode remeter à mesma relação que a exibida por *de*. A relação intermediada por *com*, nestes casos, só é aceitável se reportar a um valor locativo, e não possessivo. Tomemos aquele caso em (91b): a relação com *com* somente pode ser bem formada se *o rapaz*, por exemplo, for um palhaço e tiver um nariz grande de plástico como um dos seus ornamentos. Vamos então considerar, internamente ao sistema, duas entradas vocabulares com informações fonéticas para a obtenção de *com*: uma, com traços associados à interpretação possessiva, e outra, à interpretação locativa. A interpretação possessiva é a que vai nos interessar nesta seção.

Na seção 2.2.4, quando tratamos de *small clauses*, propusemos que certas preposições semanticamente plenas são obtidas a partir de um feixe de traços incorporados a um morfema

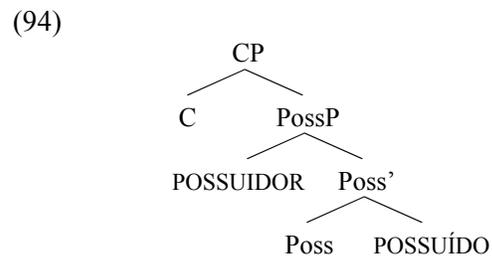
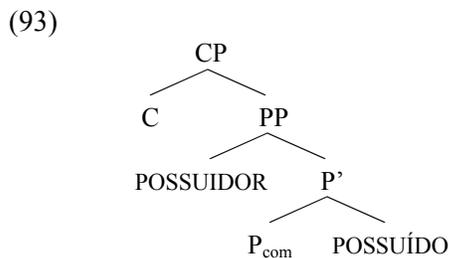
condições precisará ser adjungido a CP, uma posição mais alta, para cair no domínio de D, posição em que as informações acerca de referencialidade serão verificadas.

funcional. Esse morfema, isoladamente, corresponde aos traços que permitem obter a preposição *de*. Vamos ter então, para a projeção da preposição, uma configuração como a que segue. P é o núcleo que porta os traços com informação semântica, enquanto C, os traços que podem corresponder a *de*.



Locuções prepositivas como *dentro de*, *acima de* e *depois de* vão ser obtidas no componente morfológico por *merge* entre P e C, sob condições de adjacência. Preposições individuais como *sobre* e *em* também vão ser obtidas pelo complexo P+C, e a diferença destas para as locuções prepositivas é que suas entradas vocabulares já portam os traços correspondentes a *de*, daí a impossibilidade de **sobre de* e **em de*.

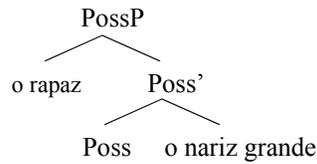
Vamos tratar a preposição *com* em sua versão possessiva desta mesma forma. Ela vai instanciar como seus argumentos externo e interno um possuidor ou um possuído, bem como outros elementos em correlações afins, tal como na configuração em (93) a seguir. Como podemos notar, pela configuração em (94), estamos diante de uma projeção funcionalmente idêntica à que estamos propondo para PossP: há não somente um paralelo estrutural, mas também semântico, entre Poss e P_{com}. Isso nos abre espaço para considerar que a categoria possessiva abstrata, quando foneticamente realizada, pode corresponder à preposição *com*. Explorando essa proposta, *com* será tomado como resultado da incorporação de C a Poss, no componente morfológico.



Há vantagens em assumir tal posição. Consideremos, por exemplo, aquelas expressões em (91), que repetimos a seguir. Essas expressões devem contar com uma projeção PossP, em que os elementos interpretados como possuidor e possuído são instanciados como em (96).

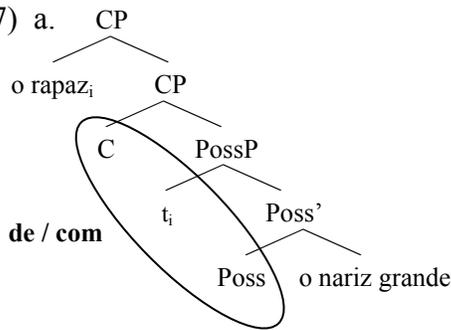
- (95) a. o rapaz de nariz grande / o nariz grande do rapaz
 b. o rapaz com o nariz grande / *o nariz grande com o rapaz

(96)

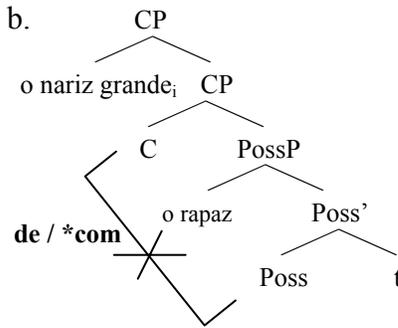


PossP é então conectado a C, que atrai para seu domínio de checagem ou o possuidor, como em (97a), ou o possuído, como em (97b).

(97) a.



b.



Em (97a), C e Poss vão se encontrar adjacentes no componente morfológico, podendo resultar no complexo C+Poss. O sistema tem à sua disposição duas possibilidades: ou acessa a entrada vocabular correspondente a *de*, que, como vimos em 3.2.1, é capaz de satisfazer a acepções semânticas diversas, ou insere a entrada vocabular de C+Poss, que estamos assumindo ser a que possui as informações para a realização de *com*. Conseqüentemente, vamos poder ter tanto a realização de *o rapaz do nariz grande* como de *o rapaz com o nariz grande* para um mesmo conteúdo (ver, contudo, a nota 51). Para aquela configuração em (97b), C e Poss não vão se encontrar adjacentes no componente morfológico. O complexo C+Poss, que acessa a entrada vocabular de *com*, não vai poder ser formada, daí a inaceitabilidade de **o nariz grande com o rapaz*, portando um sentido possessivo. Nessa configuração, o sistema tem somente acesso à entrada vocabular de C, que permite inserir no nó a preposição funcional *de*. O núcleo Poss, por sua vez, embora realize uma função relacional de caráter semântico, não vai dispor em português brasileiro de uma entrada vocabular própria. A única forma de seus traços apresentarem um correlato fonológico é sofrendo *merge* morfológico com C, impossível na condição em (97b).

Vamos assumir essa análise em torno da projeção possessiva ao longo deste capítulo. Antes de passarmos à próxima etapa, vale chamar a atenção para uma conseqüência que nos parece bem-vinda. Se assumirmos que *com* (ou o feixe de traços condensados em Poss/P_{com}) é um checador de Caso oblíquo, podemos assumir que o constituinte que permanece interno a PossP

pode checar esse traço contra os dessa preposição. Consideremos que o traço de Caso se encontra em Poss, e que um DP com Caso oblíquo, ao entrar no domínio dessa categoria, tem esse traço checado. Se o DP oblíquo for o possuidor, o DP disponível para o alçamento é o possuído, como naquela representação em (97b); se, contrariamente, o que portar o Caso oblíquo for o possuído, somente o possuidor pode ser alçado, como em (97a). Vamos estender essa assunção para a derivação das possessivas, bem como aplicá-la, ainda neste capítulo, na explicação de alguns fatos envolvendo as existenciais (ver nota 53).

3.2.4 Sumário

Nesta seção, assumimos que relações como POSSUIDOR/POSSUÍDO, TODO/PARTE, CONTINENTE/CONTEÚDO e outras afins no interior de constituintes nominais são intermediadas pela categoria abstrata Poss. Os traços associados a esse núcleo vão compor tanto os pronomes possessivos como a preposição *com*, através de *merge* sob condições de adjacência no componente morfológico. Constituintes como *o teu nariz grande*, *o nariz grande dele*, *o nariz grande do rapaz* e *o rapaz com nariz grande* vão partir, de acordo com quadro proposto, de um padrão subjacente em comum, em que os traços associados ao elemento interpretado como POSSUIDOR são inseridos em [Spec,PossP], e ao interpretado como POSSUÍDO, como complemento de Poss.

3.3 As sentenças possessivas

Nesta seção, vamos procurar associar as construções possessivas com *ter* aos constituintes possessivos, conforme caracterizados na seção anterior. Na seção 3.2.1, mostramos a ausência de delineamento semântico entre DPs integrados pela preposição *de*: não existe um valor pré-estabelecido para esses nominais, o que também é observado entre as construções com *ter*. Um outro argumento que se pode levantar para associar os dois tipos estruturais são os efeitos de definitude manifestados para o argumento interno de *ter*, em casos como os apresentados em (98)-(99) a seguir.

- (98) a. a bolsa de couro / A bolsa tem couro.
b. * a bolsa do couro / * A bolsa tem o couro.
c. A bolsa do couro curtido / A bolsa tem o couro curtido.
- (99) a. o rapaz de cabelo / O rapaz tinha cabelo.
b. * o rapaz do cabelo / * O rapaz tinha o cabelo.
c. o rapaz do cabelo comprido / O rapaz tinha o cabelo comprido.

Da mesma forma que nos nominais possessivos, o elemento interpretado como PARTE, se realizado como argumento interno, não pode estar associado a um índice referencial, como nos casos em (b). Se o argumento interno de *ter* ocorrer associado a um modificador, o índice referencial passa a ser aceito, da mesma forma que nos nominais, como observamos em (c). O que vamos procurar demonstrar, então, é que construções possessivas com *ter* são derivadas a partir de uma forma verbal básica, correspondente ao feixe traços responsável pela realização do verbo existencial, que toma um constituinte nucleado pelos traços correspondentes a *de*, dentro do qual a projeção da relação possessiva se encontra instanciada como complemento.

3.3.1 Possessivas e referenciação

Concentremo-nos nas sentenças em (100) a seguir, já referidas no capítulo 2. Na ocasião, apresentamos esses casos para argumentar que *ter_{ex}* e *ter_{poss}* não podem ser tratadas como provenientes de uma mesma entrada vocabular, dentro do quadro que estamos elaborando. Há uma diferença entre a existencial em (100a) e as possessivas em (100b-e): o elemento realizado na posição de sujeito de *ter* adquire a função de controlador, que não está presente na sentença existencial.

- (100) a. Tem várias jóias da mãe do Pedro dentro do cofre do irmão da Ana.
b. A Ana tem várias jóias da mãe do Pedro dentro do cofre do irmão.
c. O irmão da Ana tem várias jóias da mãe do Pedro dentro do cofre.
d. O Pedro tem várias jóias da mãe dentro do cofre do irmão da Ana.
e. A mãe do Pedro tem várias jóias dentro do cofre do irmão da Ana.

Na existencial em (a), *o irmão da Ana* e *a mãe do Pedro* ocorrem, respectivamente, como possuidores de *várias jóias* e *cofre*. Nas sentenças em (c) e (e), embora o papel de possuidor seja mantido, esses elementos passam a atuar como controladores da condição expressa na sentença. Em (c), *o irmão da Ana* é não apenas o possuidor do cofre, como também o responsável pelo fato de *as jóias da mãe da Ana* se encontrarem no interior de um objeto que pertence a ele; em (e), *a mãe do Pedro*, além de ser interpretada como a possuidora das jóias, é a responsável pelo fato de suas jóias estarem dentro do cofre. A mesma análise pode ser feita para *a Ana* e *o Pedro* em (b) e (d), respectivamente.

Contudo é desejável mantermos para essas sentenças a mesma análise a ser oferecida para aqueles casos em que a existencial não demonstra diferenças com relação às possessivas, como em (101)-(103) a seguir. Face ao contraste entre um e outro grupo, uma forma de encaminhar a explicação é considerar que o *status* informacional diferenciado, retido nas construções

possessivas em (100), não é adquirida na posição de argumento externo, mas em outro ponto da estrutura. A ocorrência de um elemento na posição de sujeito pode ser devida não a propriedades semânticas, mas a necessidade de satisfazer requerimentos exclusivamente morfossintáticos.

- (101) a. Tem professores excelentes na Unicamp.
b. A Unicamp tem professores excelentes.
- (102) a. Tem praias belíssimas no Rio de Janeiro.
b. O Rio de Janeiro tem praias belíssimas.
- (103) a. Tem vários deputados do PFL representantes do grupo socialista.
b. O PFL tem vários deputados representantes do grupo socialista.

Antes de encaminhar a proposta, consideremos uma propriedade apresentada pelo verbo possessivo que não é generalizada entre outros verbos da língua. Tomemos os conjuntos em (104)-(105) a seguir.

- (104) a. O Alckmim teve muitos eleitores que votaram em Lula no segundo turno.
b. O Alckmim conversou com muitos eleitores que votaram em Lula no segundo turno.
c. O Alckmim esnobou muitos eleitores que votaram em Lula no segundo turno.
- (105) a. O Pedro tem dois livros emprestados com o Roberto.
b. O Pedro viu dois livros emprestados com o Roberto.
c. O Pedro rasgou dois livros emprestados com o Roberto.

Apenas nas construções com *ter*, em (a), é que *eleitores* e *livros* são obrigatoriamente interpretados como sendo *eleitores do Alckmim* e *livros do Pedro*. Nas sentenças em (b) e (c), contrariamente, essa leitura não é necessária. Isso nos permite explorar, em termos configuracionais, uma relação peculiar para os casos em (104a)-(105a): vamos considerar uma categoria vazia associada, de alguma forma, a *eleitores* e *livros*, as quais seriam co-indexadas, respectivamente, a *o Alckmim* e *o Pedro*, como apresentado abaixo em (106) e (107).

(106) [o Alckmim]_i tem muitos eleitores cv_{i/*j} que votaram em Lula

(107) [o Pedro]_i tem dois livros cv_{i/*j} emprestados com o Roberto.

A ausência desse elemento co-indexado, ou uma co-indexação disjunta ao sujeito de *ter*, promove uma leitura inaceitável. Isso pode ser facilmente observado em (108) e (109) a seguir, em que se realiza um possuidor diferente do sujeito da sentença para *muitos eleitores* e *dois livros*, respectivamente. A construção é inaceitável apenas para os casos com *ter*, mas bem formada com os demais verbos. Esses fatos sugerem, por um lado, que a arquitetura interna das sentenças com *ter* é diversa à de outros verbos transitivos; por outro, que o sujeito das construções possessivas

pode ter seu *locus* de inserção num ponto diferente de [Spec,vP]. Por enquanto, sem dispor de maiores detalhes, vamos nos limitar à sugestão de que esses fatos podem ser capturados pela alocação de uma categoria vazia, junto ao complemento verbal, co-indexada ao sujeito de *ter*.

- (108) a. [O Alckmim]_i teve muitos eleitores dele_{i/*j} que votaram em Lula no segundo turno.
b. [O Alckmim]_i conversou com muitos eleitores dele_{i/j} que votaram em Lula no segundo turno.
c. [O Alckmim]_i esnobou muitos eleitores dele_{i/j} que votaram no Lula no segundo turno.
- (109) a. [O Pedro]_i tem dois livros dele_{i/*j} emprestados com o Roberto.
b. [O Pedro]_i viu dois livros dele_{i/j} emprestados com o Roberto.
c. [O Pedro]_i achou dois livros dele_{i/j} emprestados com o Roberto.

Sobre a recorrência, no predicado possessivo, a um pronome lexicalmente realizado em co-referência ao sujeito da sentença, os fatos em (110)-(112) a seguir podem fornecer pistas interessantes. A má-formação das construções em (b) face à boa formação daquelas em (d) indica que o complemento deve ser modificado e/ou associado a um predicado para que a categoria pronominal seja licenciada.

- (110) a. O Lula tem muitos ministros.
b. * O Lula_i tem muitos ministros dele_i.
c. O Lula tem muitos ministros ligados a movimentos de esquerda.
d. O Lula_i tem muitos ministros dele_i ligados a movimentos de esquerda.
- (111) a. O Bush tem aliados.
b. * O Bush_i tem aliados dele_i.
c. O Bush tem aliados favoráveis à atuação da ONU no Iraque.
d. O Bush_i tem aliados dele_i favoráveis à atuação da ONU no Iraque.
- (112) a. A Ana tinha um filho.
b. * A Ana_i tinha um filho dela_i.
c. A Ana tinha um filho vivendo na Europa.
d. A Ana_i tinha um filho dela_i vivendo na Europa.

Em termos formais, o contraste pode ser capturado considerando que, quando o complemento ocorre sem um modificador, como naqueles casos em (110a)-(112a), o sujeito de *ter* consiste na cópia de uma categoria instanciada no predicado, apagada no componente fonológico. Teríamos então representações como aquelas esboçadas a seguir.

- (113) a. [o Lula] tem ~~[o Lula]~~ muitos ministros
b. [o Bush] tem ~~[o Bush]~~ muitos aliados
c. [a Ana] tinha ~~[a Ana]~~ um filho

Se os fatos forem estes, vamos dispor de uma explicação para a impossibilidade dos casos em (110b)-(112b), em que o pronome é instanciado: existem duas categorias funcionalmente

idênticas na construção, ou, de outra forma, dois elementos instanciados como possuidor para um único elemento interpretado como possuído. Isso quer dizer que *o Lula*, *o Bush* e *a Ana* podem estar disputando com o pronome a mesma posição sintática, aquela onde a função de possuidor é determinada.

Se esta hipótese for válida, vamos ter de determinar o que permite o licenciamento do pronome naqueles casos em (110d)-(112d). A resposta pode ter uma pista na diferença com relação à instância sobre a qual o escopo do possuidor recai. Nos casos em (c) e (d) em (110)-(112), o possuído é um estado de coisas, diferentemente do que se observa nas construções em (a). Ou seja, em (c), a posse do *Lula*, do *Bush* e da *Ana* recaem respectivamente sobre [*ministros ligados a movimentos de esquerda*], [*aliados favoráveis à atuação da ONU no Iraque*] e [*o filho vivendo na Europa*], todos constituintes que vão dispor de um certo caráter proposicional. Teríamos então as representações esboçadas em (114). Os possuidores são movidos até a posição de sujeito a partir de uma posição externa com escopo sobre toda a proposição, e não a partir de uma posição associada exclusivamente a *ministros*, *aliados* e *filho*.

- (114) a. [o Lula] tem [~~o Lula~~ [muitos ministros ligados a movimentos de esquerda]]
b. [o Bush] tem [~~o Bush~~ [aliados favoráveis à atuação da ONU no Iraque]]
c. [a Ana] tem [~~a Ana~~ [um filho vivendo na Europa]]

Tomando o caso em (114a), por exemplo, o fato é que *o Lula* é apontado como “possuidor” tanto de *muitos ministros* quanto da condição desses *ministros* como indivíduos ligados à esquerda. A derivação, portanto, vai ter de contar com a presença de duas expressões que referenciem *o Lula* para forjar essa interpretação. Em (110c), referido anteriormente, esses elementos são *o Lula* e uma categoria vazia *cv* (cuja especificação como *PRO* ou *pro* não é relevante para este ponto da investigação); em (110d), *o Lula* e o pronome *ele*. O mesmo se aplica paralelamente às construções em (111c-d) e (112c-d).

Observemos que, agora, nada impede um pronome coindexado ao elemento possuído de ser associado exclusivamente com *ministros*, *aliados* e *filho*, como nos casos que repetimos a seguir.

- (115) a. O Lula_i tem muitos ministros dele_i ligados a movimentos de esquerda.
b. O Bush_i tem aliados dele_i favoráveis à atuação da ONU no Iraque.
c. A Ana_i tinha um filho dela_i vivendo na Europa.

Primeiramente, teríamos a formação de um DP possuído intermediado pela preposição *de*, de acordo com a proposta da seção anterior. A representação desses DPs seria como aquelas em

(116a)-(118a) adiante. Num segundo momento, esses DPs seriam associados aos modificadores, compondo a expressão de um estado de coisas, como em (116b)-(119b). A expressão referencial co-indexada ao pronome entra na estrutura numa posição externa ao constituinte que abarca esse estado de coisas, como indicado em (116c)-(118c), num *locus* que precisamos especificar. A representação final é aquela esboçada em (d), com o possuidor sendo movido para a posição de sujeito, e sua cópia mais baixa sendo apagada.

- (116) a. [DP muitos [CP ministros_j [CP de [POSSP ele [POSS' ~~ministros~~]]]]]
 b. [XP [muitos ministros dele] ligados a movimentos de esquerda]
 c. [[o Lula]_i [XP [muitos ministros dele_i] ligados a movimentos de esquerda]]
 d. [o Lula]_i tem [~~o Lula~~]_i [XP [muitos ministros dele_i] ligados a movimentos de esquerda]]
- (117) a. [DP D [CP aliados_j [CP de [POSSP ele [POSS' ~~aliados~~]]]]]
 b. [XP [aliados dele] favoráveis à atuação da ONU no Iraque]
 c. [[o Bush]_i [XP [aliados dele_i] favoráveis à atuação da ONU no Iraque]]
 d. [o Bush]_i tem [~~o Bush~~]_i [XP [aliados dele_i] favoráveis à atuação da ONU no Iraque]]
- (118) a. [DP um [CP filho_j [CP de [POSSP ela [POSS' ~~filho~~]]]]]
 b. [XP [um filho dela] vivendo na Europa]
 b. [[a Ana]_i [XP [um filho dela_i] vivendo na Europa]]
 c. [a Ana]_i tem [~~a Ana~~]_i [XP [um filho dela_i] vivendo na Europa]]

Retornando àquelas sentenças em (100), repetidas a seguir, temos agora uma pista sobre o ponto da estrutura em que os sujeitos das possessivas adquirem o papel que designamos como *controlador*: *a Ana, o irmão da Ana, o Pedro e a mãe do Pedro* são cópias da categoria inserida num *locus* em que adquirem a função de controladores sobre as condições *das jóias dentro do cofre*. Já a função de possuidor para cada elemento individual é dada numa relação direta com o constituinte interpretado como possuído, por meio da alocação de uma categoria vazia ou de uma forma plena (um pronome ou uma expressão referencial).

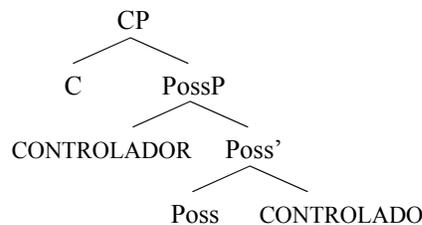
- (119) a. Tem várias jóias da mãe do Pedro dentro do cofre do irmão da Ana.
 b. A Ana tem várias jóias da mãe do Pedro dentro do cofre do irmão.
 c. O irmão da Ana tem várias jóias da mãe do Pedro dentro do cofre.
 d. O Pedro tem várias jóias da mãe dentro do cofre do irmão da Ana.
 e. A mãe do Pedro tem várias jóias dentro do cofre do irmão da Ana.
- (120) [a Ana]_i tem [~~a Ana~~]_i [XP várias jóias da mãe do Pedro dentro do cofre d[o irmão **cv_i/dela_i**]]]
- (121) [o irmão da Ana]_i tem [~~o irmão da Ana~~]_i [XP várias jóias da mãe do Pedro dentro d[o cofre **cv_i/dele_i**]]]
- (122) [o Pedro]_i tem [~~o Pedro~~]_i [XP várias jóias d[a mãe **cv_i/dele_i**]dentro do cofre do irmão da Ana]]
- (123) [a mãe do Pedro]_i tem [~~a mãe do Pedro~~]_i [XP [várias jóias **cv_i/dela_i**] dentro do cofre do irmão da Ana]]

Um ponto a se considerar é que a realização entre o controlador e o estado de coisas pode ser intermediada pela preposição *com*, como nos casos destacados a seguir.

- (124) a. A Ana, *com* várias jóias da mãe do Pedro dentro do cofre do irmão (dela), anda preocupada com a entrada de pessoas estranhas em casa.
 b. O irmão da Ana, *com* várias jóias da mãe do Pedro dentro do cofre (dele), anda...
 c. O Pedro, *com* várias jóias da mãe (dele) dentro do cofre do irmão da Ana, anda...
 d. A mãe do Pedro, *com* várias jóias (dela) dentro do cofre do irmão da Ana, anda...

Dentro do que propusemos na seção 3.2.3, as possibilidades em (124) indiciam que a relação entre o controlador e o estado de coisas controlado é dado numa projeção de PossP. Lembremos que a preposição *com*, no uso apontado acima, deve corresponder aos traços de Poss incorporados aos de C. A configuração seria algo como em (125) a seguir. O elemento interpretado como controlador se encontra em [Spec,PossP], e o constituinte que abarca o estado de coisas é tomado como complemento de Poss.

(125)



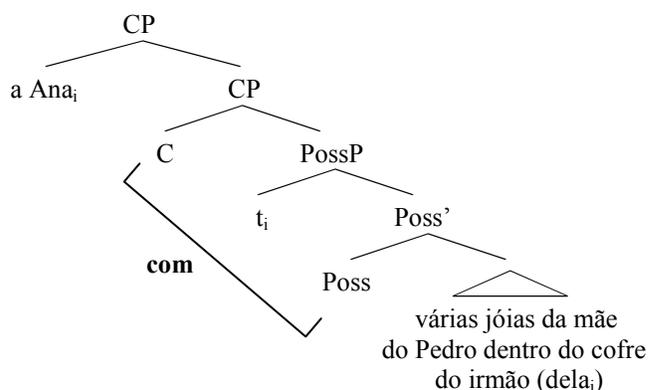
Dessa forma, aquela relação em (124a) vai ser dada como em (126) adiante: *a Ana* é instanciada em [Spec,PossP], e, depois, movida para se adjungir ao CP. O estado de coisas controlado pela Ana é o complemento de Poss. No componente morfológico, C e Poss se encontram em condições de adjacência e sofrem *merge*, o que leva o acesso à entrada vocabular de *com*.⁵¹

⁵¹ O quadro que propusemos em 3.2 prevê a possibilidade de inserção de *de*, correspondente à entrada vocabular dos traços em C, e não apenas a inserção de *com*. Contudo a inserção de *de* é inaceitável no caso considerado, como vemos abaixo.

- (i) A Ana com / *de várias jóias da mãe do Pedro ...

Podemos especular que essa impossibilidade deriva da ausência de informações semânticas associadas a interpretação de *controle* na entrada vocabular de *de*. A contribuição dos traços em C, nesses casos, seria exclusivamente funcional.

(126)

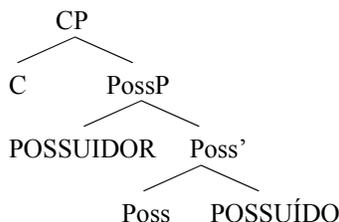


Na próxima seção, vamos explorar essa dinâmica para derivar as sentenças possessivas em português brasileiro.

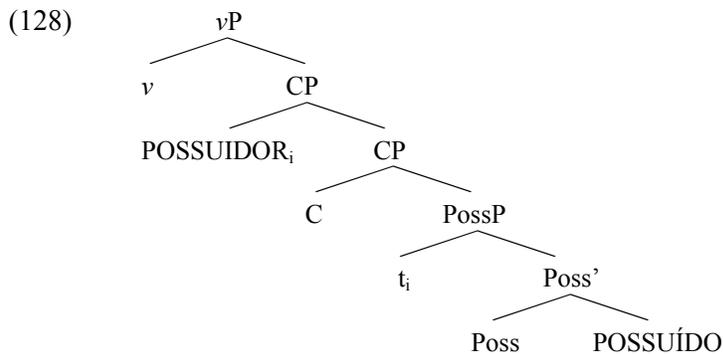
3.3.2 Adjacência entre ν e Poss

Para integrar a análise das possessivas ao quadro elaborado para as existenciais e estativas, vamos propor que ν , portando o feixe dos traços associados ao verbo existencial, pode tomar como complemento o CP com a relação possessiva. Nos termos assumidos até aqui, a categoria Poss vai poder intermediar relações do tipo POSSUIDOR-POSSUÍDO, TODO-PARTE, CONTROLADOR-CONTROLADO, EXPERENCIADOR-EXPERIÊNCIA, CAUSADOR-CAUSAÇÃO e outras afins, identificadas nas sentenças que estamos chamando de possessivas. O POSSUIDOR, ou um correlato, é inserido em [Spec,PossP]; o POSSUÍDO, ou um correlato, como complemento de Poss. A projeção possessiva que deve se conectar ao verbo existencial vai ser, então, algo como em (127) a seguir.

(127)

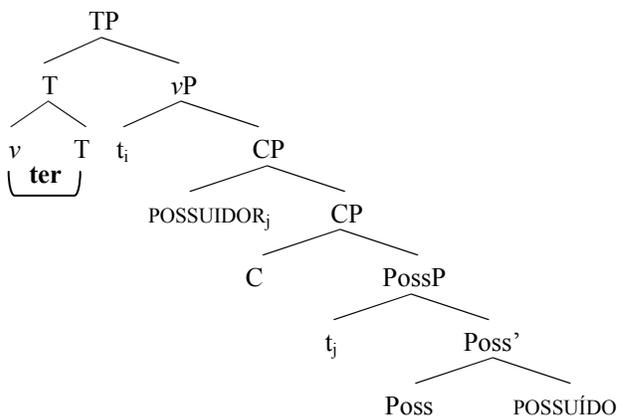


A derivação deve prosseguir com o constituinte em [Spec,PossP] entrando no domínio de ν , dentro do mesmo procedimento que assumimos para a derivação das existenciais: o POSSUIDOR é adjungido a CP; ao ser conectado a ν , como em (128) a seguir, o CP permite que esse elemento entre no domínio mínimo do verbo, satisfazendo os traços selecionais deste.

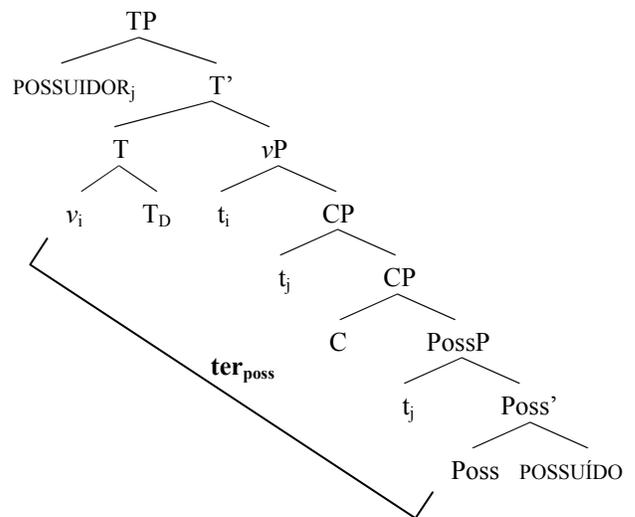


Se *v* portar o traço de Caso partitivo, e o POSSUIDOR puder satisfazer esse requerimento, a derivação deve prosseguir com a entrada de T na estrutura sem qualquer traço D e de nominativo associado. A configuração resultante é aquela em (129a), que vai corresponder à representação de uma sentença existencial. Diferentemente, se *v* não portar traço partitivo, o T inserido deverá portar traço D e de Caso nominativo, atraindo o POSSUIDOR para o seu domínio de checagem. Como em (129b), a configuração resultante deixa o complexo *v*+T_D adjacentes a C e Poss no componente morfológico, permitindo a formação do complexo T_D+*v*+C+Poss, que acessa a entrada vocabular correspondente ao verbo possessivo, realizado em português brasileiro como *ter*.

(129) a.



b.

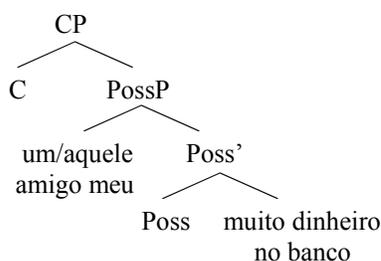


Consideremos as sentenças em (130) a seguir, que consistem, respectivamente, numa existencial, numa possessiva e numa estativa.

- (130) a. Tem um amigo meu com muito dinheiro no banco.
 b. Aquele/Um amigo meu tem muito dinheiro no banco.
 c. Aquele/Um amigo meu tá com muito dinheiro no banco.

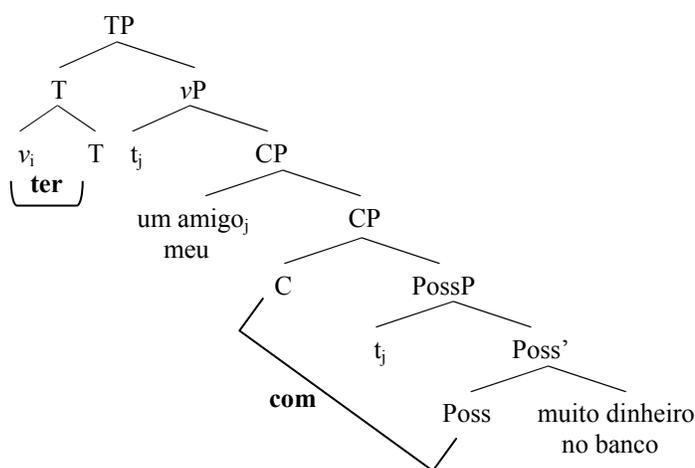
Essas construções devem começar com um objeto como o que segue. O POSSUIDOR *aquele/um amigo meu* é inserido em [Spec,PossP], e o DP *muito dinheiro no banco*, como complemento de Poss.

(131)



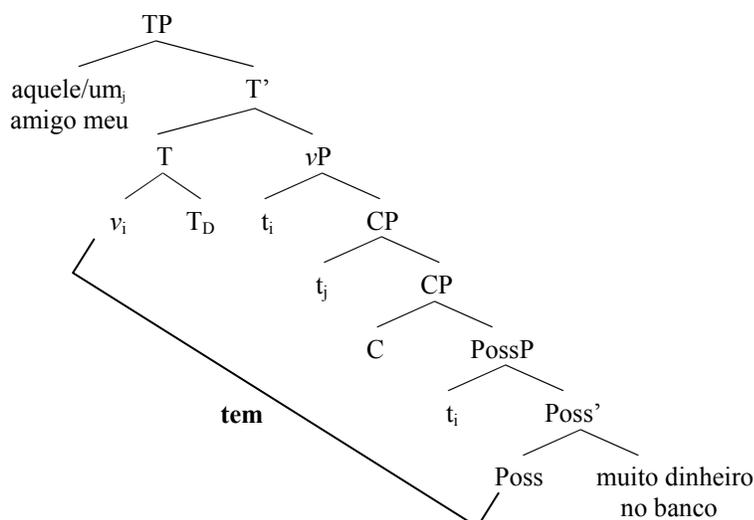
Consideremos primeiramente a derivação da existencial. Como em (132) a seguir, o possuidor remetido pelo DP indefinido deve ser adjungido a CP. Com a conexão de CP a v , o indefinido checa os traços de Caso partitivo do verbo existencial. A derivação deve prosseguir com a conexão de T a vP , e o acesso à entrada vocabular de *ter*, correspondente ao complexo $v+T$. Notemos que C e Poss se encontram adjacentes, permitindo que as informações fonéticas para a obtenção de *com* entrem na estrutura.

(132)



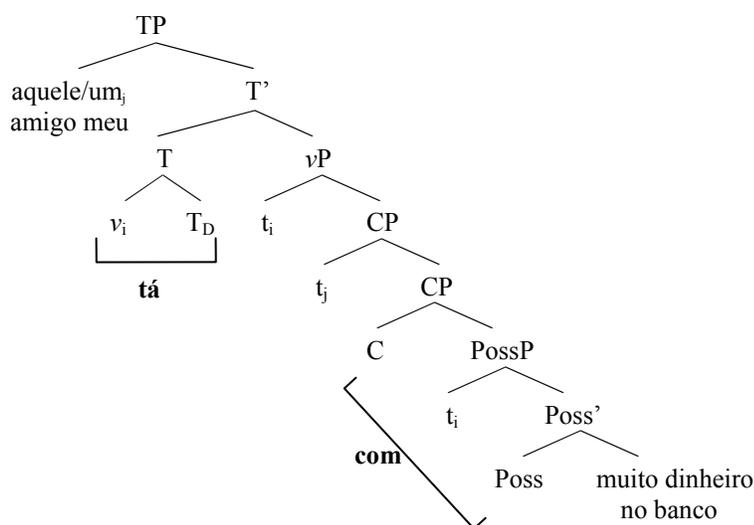
Passemos agora à derivação daquela possessiva em (130b). Assim como na existencial, o possuidor deve ser adjungido a CP e estabelecer uma relação categorial com v . A diferença é que, agora, não entra em jogo qualquer traço de Caso partitivo. O T conectado ao vP vai portar traços D-forte e de Caso nominativo, atraindo o POSSUÍDO para [Spec,TP]. A derivação final vai ser aquela em (133). No componente morfológico, o complexo $T_D+v+Poss$ é formado sob condições de adjacência, permitindo a inserção de *ter_{poss}* na sentença.

(133)



Consideremos, por fim, aquela estativa em (128c). A estrutura vai ser a mesma que a da possessiva, com a diferença de que Poss, em vez de se associar a $v+T_D$ no componente morfológico, é associado apenas a C, o que resulta na formação do complexo C+Poss e no acesso da entrada vocabular da preposição *com*; para $v+T_D$, é acessada a entrada de *estar*, resultando na estrutura em (134).

(134)



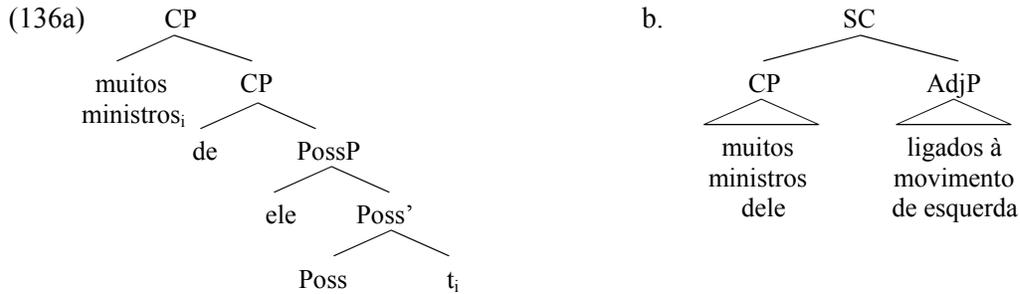
O quadro que estamos propondo permite, portanto, associar derivacionalmente as construções com *ter_{poss}*, *ter_{ex}* e *estar com*, que demonstram entre si um paralelismo temático (ver seção 1.2).

Vamos agora nos deter no contraste a seguir, que foi discutido na seção anterior. Vimos que determinadas construções não admitem um pronome resumptivo interno a vP coindexado ao elemento que aparece na posição de sujeito de *ter*.

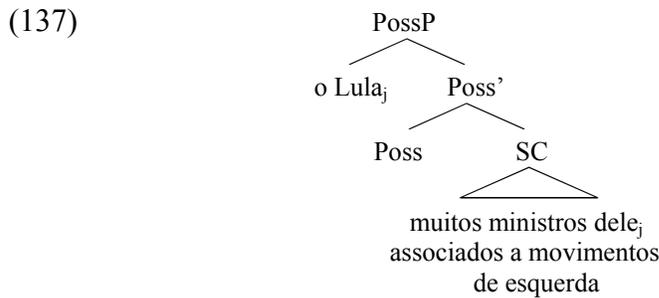
(135) a. O Lula_i tem muitos ministros (*dele_i).

b. O Lula_i tem muitos ministros dele_i ligados a movimento de esquerda.

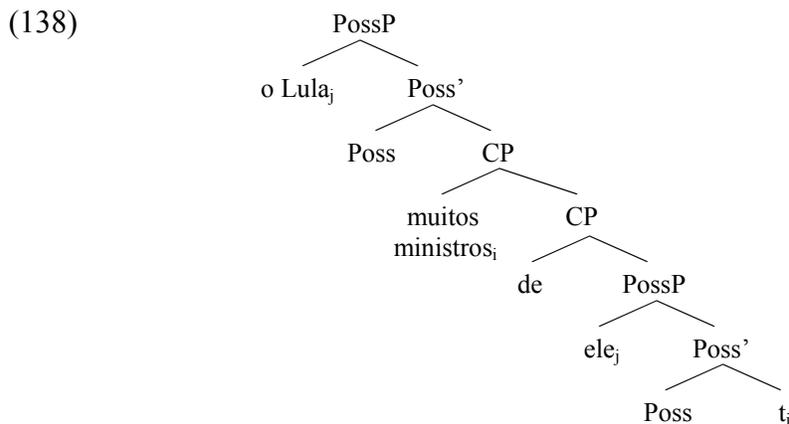
A composição de algo como *muitos ministros dele* deve ser dada como em (136a) a seguir. Para efetivar a relação desse constituinte com o predicado *ligados a movimento de esquerda*, tal como em (135b) acima, vamos ter a configuração em (136b), que associa o CP em (136a) a uma predicação adjetival.



O próximo passo deve ser a inserção de *o Lula* na estrutura. No caso em (136b), a derivação prossegue sem problemas: um outro núcleo Poss pode ser arregimentado, ao qual a SC vai ser conectada como complemento, como em (137) a seguir. O DP *o Lula* vai ser inserido em [Spec,PossP], onde passa a ser interpretado como um CONTROLADOR ou EXPERIENCIADOR, a depender da natureza da relação estabelecida.



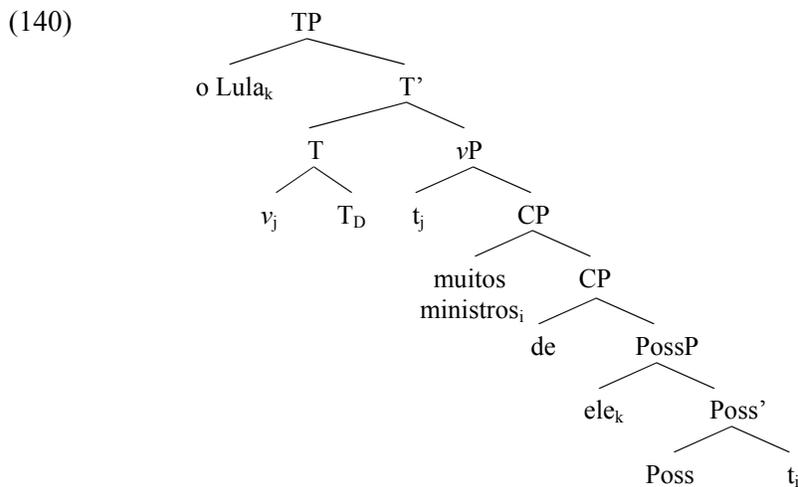
Para (136a), podemos explorar um procedimento paralelo. *O Lula* é inserido em [Spec,PossP], enquanto *muitos ministros dele* é tomado como complemento de Poss, como em (138) a seguir.



O que parece ser um problema em (138), diferentemente de (137), é que estamos levando o sistema a realizar dois procedimentos com efeitos idênticos para a interface conceptual-intencional. Uma vez que o pronome *ele* se encontra coindexado a *o Lula*, a função de possuidor sobre *muitos ministros* está sendo efetivada tanto no Poss mais alto quanto no Poss mais baixo. As razões que vão bloquear essa operação redundante são as mesmas que vão impedir a ocorrência de construções como as que seguem em (139). Nesses casos, o conteúdo da relativa remete ao mesmo conteúdo da principal, o que explica a estranheza de sua geração pelo sistema.

- (139) a. * A Ana_i namora um rapaz que namora com ela_i.
 b. * O Lula_i demitiu vários ministros que foram demitidos por ele_i.
 c. * O Pedro_i beijou aquela mulher_j que ele_i a_j beijou.

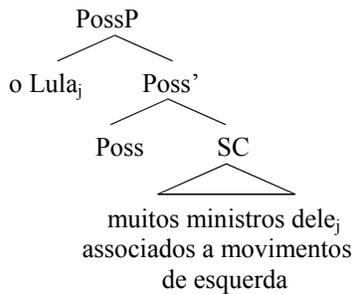
Uma outra possibilidade seria instanciar *o Lula* em [Spec,TP], numa representação como a que segue. Neste caso, evitando a inserção de um segundo Poss, estaríamos evitando que o sistema venha a incorrer no mesmo procedimento de redundância.



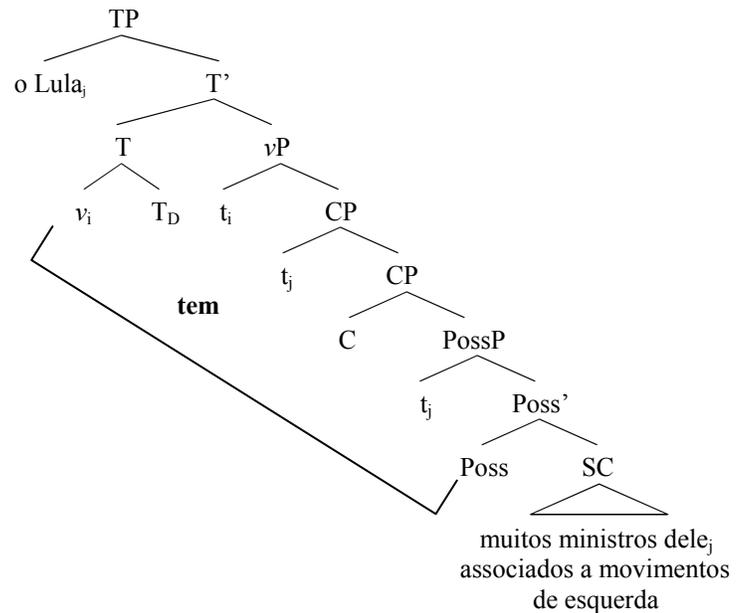
O problema é que, nessa estrutura, $v+T_D$ não vai se encontrar adjacente a $C+Poss$ e, conseqüentemente, a entrada vocabular de ter_{poss} não vai poder ser acessada. Lembremos, contudo, que o complexo $v+T_D$ deve permitir o acesso à entrada vocabular de *estar*. Nesse caso, o sistema deveria produzir algo como **O Lula está muitos ministros dele*, que é uma construção inaceitável. O problema deve residir então no fato de *O Lula* entrar na derivação diretamente conectado em [Spec,TP], o que não permite a esse constituinte verificar a função de *possuidor* ou outra afim, a ser checada em [Spec,PossP]. Ocorre assim uma violação do critério temático, sendo impossível que (140) se configure como uma estrutura bem formada. O nosso modelo prevê, portanto, a má-formação de **O Lula tem muitos ministros dele*.

Já aquela derivação iniciada em (137), que repetimos em (141a) a seguir, prossegue sem problemas. Nesse caso, o sistema não incorre em redundância ao instanciar outra categoria Poss. A relação entre *Lula* e os seus ministros é uma relação diferente daquela entre *Lula* e uma situação específica envolvendo esses ministros. O DP no [Spec,PossP] mais alto é agora um CONTROLADOR ou em EXPERIENCIADOR face a essa situação. Não estamos diante, portanto, de um caso em que os papéis se repetem, mas na determinação de dois papéis para *o Lula*.

(141) a.



b.



Se esta abordagem estiver no caminho correto, devemos indagar acerca do porquê de o sistema licenciar construções como as destacadas na seqüência em (142) a seguir. Os casos parecem ser redundantes quanto à marcação de posse, da mesma forma que em **Lula_i tem muitos ministros dele_i*.

(142) Na minha casa, ninguém usa a toalha de ninguém: *a minha mãe tem a toalha dela, o Pedro tem a toalha dele, a Aline também tem a toalha dela...*

O que parece estar acontecendo nesses casos é que o segundo núcleo Poss instanciado marca para *a minha mãe, o Pedro* e *a Aline* não a função de POSSUIDOR, mas a de algo como CONTROLADOR ou RESPONSÁVEL. Notemos, para divisar a diferença, ser possível construções como as que seguem, em que o CONTROLADOR não funciona como o POSSUIDOR de um objeto indicado no interior de vP.

- (143) a. O Pedro tem *o carro do Roberto* para viajar para onde quiser.
 b. A Eliana tem *o dinheiro do Cláudio* todo contadinho.
 c. O Dirceu tem *alguns ministros do Lula* sob o seu comando.

Da mesma forma, o que se está a dizer em (142) é que cada pessoa tem o controle da toalha que lhe pertence. Aliás, se ancorarmos a relação entre *Lula e seus ministros* num contexto apropriado, uma dupla instanciação de Poss passa a ser possível, como observamos a seguir.

- (144) Não é preciso recorrer ao Senado para resolver os problemas do Executivo, porque o Lula_i já tem os ministros dele_i.

Em suma, formalizamos nesta seção a obtenção das construções possessivas a partir das existenciais, considerando que *v* pode tomar uma projeção possessiva como complemento. Essa projeção deve conter um núcleo Poss, que, ao se associar com $v+T_D$ no componente morfológico, leva ao acesso da entrada vocabular de *ter_{poss}*. Argumentamos também que uma dupla instanciação de Poss pelo sistema somente pode ser licenciada para satisfazer funções semânticas que não sejam idênticas. Nas próximas seções, vamos explorar esse quadro para dar conta de algumas similaridades envolvendo as sentenças possessivas e existenciais.

3.4 Paralelos entre *ter* e *estar com*

Uma das conseqüências do modelo que estamos propondo é que o verbo possessivo sempre será constituído pelos traços que determinam o acesso à entrada de *estar*. Vimos que, se o sistema efetuar *merge* entre C e Poss e acessar a preposição *com*, é o composto *estar com*, e não o verbo *ter*, que vai ser realizado. Essa possibilidade é bem-vinda para explicar o paralelo semântico entre construções como as que seguem.

- (145) a. O Pedro tem duas calças da Ana no guarda-roupa dele.
 b. O Pedro tá com duas calças da Ana no guarda-roupa dele.
 (146) a. O Pedro tinha um maço de cigarro no bolso.
 b. O Pedro tava com um maço de cigarro no bolso.
 (147) a. O Pedro tem aquele carro parado na garagem há mais de dez anos.
 b. O Pedro tá com aquele carro parado na garagem há mais de dez anos.

Essa hipótese, contudo, encontra um complicador naqueles casos em (148)-(150) a seguir, nos quais o emprego de *ter* e *estar com* não resulta numa mesma leitura. As sentenças em (a), construídas com *ter*, remetem a uma propriedade de caráter mais permanente que aquela em (b). Em (148)-(149), *ter dificuldade* e *ter depressão* correspondem a uma condição que pode ser

identificada como inerente ao sujeito. *Estar com dificuldade* e *estar com depressão*, ao contrário, não exibem necessariamente essa correspondência, remetendo apenas a uma condição do Pedro interpretada como transitória.

- (148) a. O Pedro tem dificuldade para entender matemática.
b. O Pedro tá com dificuldade para entender matemática.
- (149) a. O Pedro tem depressão.
b. O Pedro tá com depressão.
- (150) a. * O Pedro tem dengue.
b. O Pedro tá com dengue.

Mais problemática é a sentença em (150), em que *ter* não pode ser empregado para designar o estado indicado. Uma pista de ordem semântica para elucidar o contraste estaria em que *ter* não pode ser associado a estados mais transitórios, contrariamente ao atestado para *estar*, mas a condições que exibem uma certa imanência. *Dengue*, que não pode ser tomado como uma condição imanente, bloquearia a ocorrência de *ter*, cujo uso parece estar condicionado a estados de efeito mais permansivo que o que se costuma especificar para a doença. Se observarmos a co-ocorrência de *ter* com outras designações de doença, como em (151)-(156) a seguir, é possível depreender um certo padrão no licenciamento de um e outro verbo.

- (151) a. O Pedro tem aids.
b. O Pedro tá com aids.
- (152) a. O Pedro tem mal de Alzheimer.
b. O Pedro tá com mal de Alzheimer.
- (153) a. * O Pedro tem gripe.
b. O Pedro tá com gripe.
- (154) a. * O Pedro tem conjuntivite.
b. O Pedro tá com conjuntivite.
- (155) a. O Pedro tem síndrome de Down.
b. ?? O Pedro tá com síndrome de Down.
- (156) a. O Pedro tem epilepsia.
b. ?? O Pedro tá com epilepsia.

Em (151) e (152), doenças que podem ser caracterizadas como adquiridas, mas não passageiras, são realizadas tanto com *ter* como com *estar com*. Em (153)-(154), diferentemente, *gripe* e *conjuntivite* são doenças adquiridas, mas ambas transitórias, o que parece bloquear a ocorrência de *ter*. Em (155)-(156), ocorrem doenças ditas congênitas, interpretadas (pelo menos em termos laicos) como não adquiridas e não transitórias; são casos que dificultam a ocorrência de *estar*

com. O caráter adquirido parece, portanto, ser o que licencia o estativo seguido da preposição em tais casos. Já a presença de *ter* parece associada a um caráter mais permansivo ou intrínseco. Ressalte-se, por exemplo, que se alguém pedir uma descrição do *Pedro*, é possível inserir dentre as características informações como *ele tem aids* ou *ele tem mal de Alzheimer*, mas nunca a informação de que o mesmo *esteja com gripe* ou *dengue*.

Notemos que a inserção de uma expressão freqüentativa junto a *gripe* ou *conjuntivite* abre espaço para o licenciamento de *ter*. Contrariamente, é a ocorrência de *estar com* que pode ser dificultada nesses casos.⁵²

- (157) a. O Pedro sempre tem / tá com gripe.
b. O Pedro todo ano tem / ? tá com gripe.
c. O Pedro tem / * tá com gripe toda vez que viaja para o sul.

Nesses casos, *gripe* passa a ser apontada como uma doença recorrente, talvez no sentido de uma condição relacionada à natureza do Pedro, ou à qual o mesmo se encontra submetido quando em determinada situação.

Podemos indagar se esses contrastes não estão sendo provocados por propriedades codificadas pela preposição *com*. A ocorrência da preposição poderia ser um fator que associa um determinado indivíduo a uma condição que não lhe é própria. Se for este o caso, o assumido até aqui em torno de *com* consiste num equívoco. Na seção 3.2, defendemos que o item abarca os traços em Poss, a categoria que deve se incorporar a $v+T_D$ para determinar a ocorrência do verbo possessivo. Vai ser inesperado, portanto, que *com* venha a veicular, nesses contextos, relações diversas às observadas entre as sentenças com *ter*. Parece, contudo, que a preposição não impõe restrições para uma relação mais ou menos permanente ou própria de um elemento com uma condição qualquer. Os casos abaixo mostram que a forma pode intermediar tanto relações mais intrínsecas quanto aquelas mais passageiras ou adquiridas.

- (158) a. O Pedro, com gripe/conjuntivite, não vai poder vir trabalhar amanhã.
b. O Pedro, com gripe/conjuntivite toda vez que vai para o sul, está quase desistindo de fazer a viagem para Porto Alegre.
- (159) a. Aquela criança com síndrome de Down vai integrar o elenco da próxima novela.
b. Aquele rapaz com depressão precisa voltar a fazer terapia.

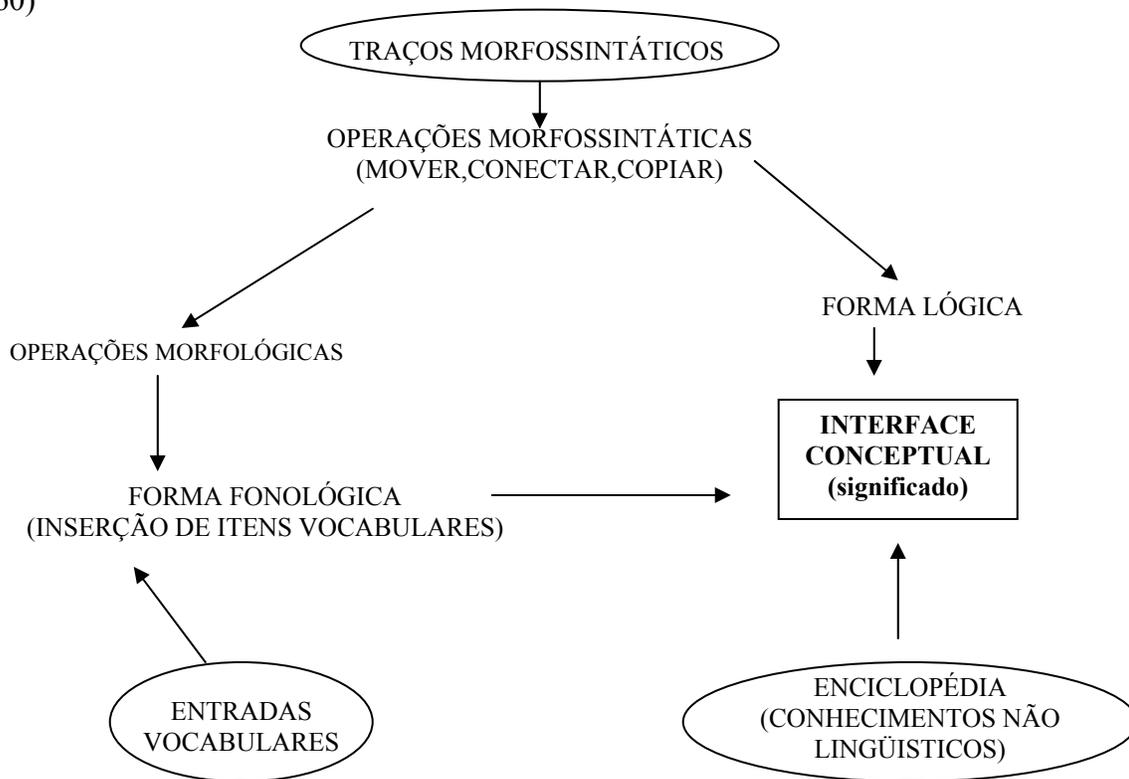
⁵² O caso em (157c) é licenciado com *estar com* desde que a leitura seja a de que *o Pedro* esteja com gripe antes de sua ida para o sul. A interpretação requerida para a nossa análise é a de que o Pedro adquira a gripe quando está no sul, o que não vai ser possível de ser expressa com *estar com*, mas apenas com *ter*, na construção em questão.

Através desses casos, verificamos que *com* não determina um caráter mais ou menos intrínseco para a condição a ser associada a um indivíduo. Em (158), por exemplo, *com* se associa a *gripe* e *conjuntivite* como uma condição adquirida e/ou transitória, mesmo no caso de leitura frequentativa. Em (159a), a relação recupera aquelas duas condições que apresentamos em (149): *o rapaz* pode estar sofrendo de depressão no momento em que a sentença é enunciada, ou pode ser um portador da doença, sem que esteja em crise no momento da enunciação. Esses fatos nos levam a crer que Poss, ou a preposição que porta os seus traços, não interfere no caráter mais ou menos permanente da condição a que se associa.

Somos então obrigados a jogar a responsabilidade sobre os verbos, o que é, da mesma forma, um complicador. Tanto a sentença com *ter* como aquela com *estar com* vão contar com as mesmas categorias funcionais na sua organização: *v*, *T_D*, *C* e Poss. A diferença entre uma e outra vai recair sobre procedimentos aplicados no componente morfológico: como vimos, se C+Poss apresentam realização independente, é gerada uma construção com *estar com*; se C+Poss e *v*+*T_D* efetivam *merge* morfológico, a construção gerada é com o verbo *ter*. A questão, nesses termos, é saber se um ou outro procedimento implica diferenças sobre condições de interpretação para o complemento de Poss.

Se considerarmos o exposto em Harley & Noyer (2003), a resposta pode ser positiva. Os autores defendem uma estrutura para a gramática na qual o sistema, após o acesso às entradas vocabulares e o preenchimento dos nós com os itens lexicais, contacta a interface conceptual, responsável pela interpretação da sentença. Essa interface é associada à *Enciclopédia*, que abarca conhecimentos não lingüísticos, em torno das entidades remetidas na sentença gerada. Esse percurso lingüístico vai ser determinado como na representação em (160) a seguir.

(160)



Uma vez que os resultados do componente fonológico ainda estabelecem uma relação com a interface conceitual, é de se esperar que determinadas operações morfológicas, cruciais para a escolha das entradas vocabulares, tenham efeitos nessa interface. Vamos considerar que a formação do complexo $v+T_D+C+Poss$ está atrelada a uma interpretação mais permanente ou intrínseca para o conteúdo da condição tomada como complemento de Poss. De outra forma, a ausência de $C+Poss$ em $v+T_D$ define a leitura de uma condição adquirida ou transitória. Digamos, por exemplo, que o sistema compoña $C+Poss+v+T_D$ numa configuração em que *gripe* é o conteúdo do complemento de Poss. Nada impede o sistema, em termos computacionais, de gerar uma estrutura para *o Pedro tem gripe*. Contudo, quando esta estrutura for acessada pela interface conceitual, a Enciclopédia ativa informações sobre *gripe*. Dentre as informações, está a de que se trata de uma condição transitória, não podendo, como tal, ser tomada como uma característica própria de um indivíduo. A construção será, dessa forma, bloqueada na interface conceitual, uma vez que a morfologia implementou operações cujo efeito é contrário ao requisitado ou esperado por esse setor. Para que a construção fosse aceita, a condição deveria vir atrelada a informações como *todo ano*, *sempre*, *toda vez que vai ao sul*, que permitiriam à Enciclopédia relacionar o conhecimento de mundo sobre a gripe a situações que a tornariam uma condição recorrente, ainda que transitória e/ou adquirida.

Dentro deste quadro, podemos então manter a idéia de que *ter_{poss}* e *estar com* correspondem ao mesmo conjunto de traços, organizados de forma diferenciada pela morfologia, com diferentes conseqüências para a interpretação na interface conceptual.⁵³

⁵³ Este quadro também permite esboçar uma solução para os casos em que as restrições de definitude entre existenciais são afrouxadas, como nas construções a seguir, apontadas na seção 2.1.

- (i) a. Tem o contorno de um rosto humano por trás dessa pintura.
b. Tem o homem perfeito para a Ciça na minha turma de pós-graduação.
c. Tinha o ator de que a Ana gosta naquele filme.
d. Tinha as mesmas pessoas de sempre na minha festa. (Viotti 2002:146)
- (ii) Tem a coleção completa do Tarallo na biblioteca do IEL.
- (iii) Vai ter aquele cara engraçado no programa do Jô.
- (iv) Tinha o ultimo filme do Scorsese em promoção na locadora.

Essas construções trazem, à primeira vista, um complicador para a hipótese do Caso partitivo em *v*. Seguindo a proposta de Belletti (1988), a presença desse traço requer que o DP pós-verbal das existenciais seja um constituinte indefinido. Considerando que o partitivo é optativo, poderíamos assumir que os traços condensados em *v*, em tais construções, não trazem dentre eles o Caso inerente. Passaríamos então ao problema de determinar o traço de Caso presente no DP; uma vez que T não porta D e nem nominativo, não é possível marcar o DP com algum traço não-interpretável que tenha de ser checado em [Spec,TP]. Uma outra saída seria seguir a proposta de Longa, Lorenzo & Rigau (1998) para o catalão: segundo os autores, a ausência de restrições de definitude nessa língua entre as existências se deve ao fato de o verbo *haver* portar o Caso acusativo (ver nota 33, no capítulo 2). Contudo o português brasileiro exhibe restrições de definitude bastante robustas entre a maior parte de suas existenciais, diferentemente do observado para a língua ibérica. O afrouxamento apontado por Viotti (2002) está longe de ser generalizado, de modo que a explicação não deve passar pela presença de Caso acusativo em *v*.

Uma particularidade da maior parte daquelas construções em (i)-(iv) é a possibilidade de serem parafraseadas por construções com *estar com* (ver também seção 2.3), como nos casos que seguem.

- (v) a. Ta com o contorno de um rosto humano por trás dessa pintura.
b. Ta com o homem perfeito para a Ciça na minha turma de pós-graduação.
c. ? Tava com o ator de que a Ana gosta naquele filme.
d. Tava com as mesmas pessoas de sempre na minha festa.
e. Ta com a coleção completa do Tarallo na biblioteca do IEL.
f. ? Vai tar com aquele cara engraçado no programa do Jô logo mais.
g. Tava com o ultimo filme de Scorsese em promoção na locadora.

Se *estar* corresponde a *v+T+D*, e a preposição *com* a *C+Poss*, a combinação *estar com* nos casos em (v) deve estar envolvendo tanto o primeiro quanto o segundo complexo de traços. Se os dois complexos sofrerem *merge* no componente morfológico, temos a formação de *v+T+D+C+Poss*, que corresponde ao mesmo conjunto de traços que permite acessar a entrada vocabular do verbo possessivo. É possível, então, que o verbo nas construções em (i)-(iv) acima não seja obtido pelo acesso à entrada de *ter*-existencial, mas de *ter*-possessivo. Se esta análise estiver correta, nenhum traço de Caso partitivo entraria em jogo: o DP definido checaria o seu traço contra os da preposição *com*, que seria um Caso oblíquo. Isso explicaria o afrouxamento das restrições de definitude em (i)-(iv). Um ponto em favor dessa análise é que construções sem o afrouxamento da restrição de definitude não podem ser parafraseadas pela estativa. Esses casos somente seriam licenciados se produzidos em um contexto de lista.

- (vi) a. * Tem o cara esquisito ali na praça.
b. * Ta com o cara esquisito ali na praça.
- (vii) a. * Tinha o carro buzinando lá no portão.
b. * Tava com o carro buzinando lá no portão
- (viii) a. * Tem a Ana na sala.
b. * Ta com a Ana na sala.
- (ix) a. * Tem o carro da Ferrari que custa mais de cem mil dólares.
b. * Ta com o carro da Ferrari que custa mais de cem mil dólares.

3.5 Possessivas, existenciais e indeterminação

3.5.1 *Você* genérico

Em português brasileiro, sentenças existenciais com o verbo *ter* podem apresentar uma construção semanticamente paralela, em que a posição de sujeito aparece preenchida pela forma pronominal *você* com referência genérica (Duarte 1999; Avelar & Callou 2000). As construções em (161)-(163) a seguir mostram essa possibilidade.

- (161) a. Tem muitos mendigos pelas ruas de São Paulo
b. Você tem muitos mendigos pelas ruas de São Paulo.
- (162) a. Tem lojas excelentes no centro de Campinas.
b. Você tem lojas excelentes no centro de Campinas.
- (163) a. Não tinha candidato forte contra Lula na última eleição.
b. Você não tinha candidato forte contra Lula na última eleição.

Algumas construções, entretanto, bloqueiam a inserção desse *você* genérico. É o caso, por exemplo, de sentenças em que *ter*, seguido de um nome abstrato, ocorre com um complemento infinitivo, como em (164)-(165), ou daqueles contextos que apresentam uma expressão de posse, como em (166)-(167).⁵⁴

- (164) a. Não tem necessidade de Pedro comprar todos aqueles remédios.
b. * Você não tem necessidade de Pedro comprar todos aqueles remédios.
- (165) a. Tem muitas chances de Luciana ser aprovada no vestibular deste ano.
b. * Você tem muitas chances de Luciana ser aprovada no vestibular deste ano.
- (166) a. Tem uma jóia da Maria escondida naquele cofre.
b. ?? Você tem uma jóia de Maria escondida naquele cofre.
- (167) a. No armário, tem algumas calças do Pedro para serem lavadas.
b. ?? No armário, você tem algumas calças de Pedro para serem lavadas.

Sentenças existenciais com um constituinte gerundivo em sua coda apresentam um comportamento a parte quanto à inserção do pronome: ao lado de construções como (168)-(169),

A validação dessa hipótese depende, pelo menos, de resposta para duas questões: (a) se a preposição *com* estiver sendo obtida a partir dos traços em Poss, naqueles casos em (v), que elemento será instanciado em [Spec,PossP]? (b) como a categoria D, que permite a obtenção de *estar*, é instanciada nessa estrutura? Por ora, não temos resposta para essas questões. Uma saída possível seria considerar um indeterminador nulo em [Spec,PossP], cujos traços poderiam estar adjacentes a *v* no componente morfológico para permitir a obtenção de *estar*. Na seção 3.5, vamos nos deter na ocorrência do que nos parece ser uma forma de indeterminação entre construções possessivas (o pronome *você* com referência genérica), cujas restrições de ocorrência são bastante próximas às observadas para as construções impessoais com *estar com*.

⁵⁴As sentenças em (166b) e (167b) são aceitáveis com a forma *você* apresentando referência definida, o que poderá ser o caso de outras sentenças destacadas neste trabalho. Mas ressaltamos que todas as ocorrências desse pronome entre os dados que estaremos considerando são de referência genérica/indeterminada. Daqui em diante, passamos a denominá-lo simplesmente como “*você* genérico”.

que trazem o gerúndio e licenciam *você* genérico, ocorrem aquelas em (170)-(171), que também trazem uma seqüência gerundiva e não são bem-formadas com o pronome na posição do sujeito.

- (168) a. Tem quatro candidatos disputando as eleições ao governo do Rio de Janeiro.
b. Você tem quatro candidatos disputando as eleições ao governo do Rio de Janeiro.
- (169) a. Tem várias velhinhas pedindo esmola pelas ruas de Fortaleza.
b. Você tem várias velhinhas pedindo esmola pelas ruas de Fortaleza.
- (170) a. Tem um carro buzinando lá no portão.
b. * Você tem um carro buzinando lá no portão.
- (171) a. Tem uma coisa estranha se mexendo ali no mato.
b. * Você tem uma coisa estranha se mexendo ali no mato.

Nesta seção, procuramos analisar essas restrições dentro do quadro apresentado até aqui para as existenciais e possessivas. Vamos argumentar que o licenciamento de *você* genérico depende de a estrutura existencial abarcar a projeção PossP e/ou de restrições impostas por essa projeção, caracterizadora das expressões possessivas. Para melhor efeito expositivo, focalizamos inicialmente as existenciais com expressões gerundivas, por evidenciarem mais claramente os fatos que queremos elucidar. Ao longo da seção, vamos abarcar outros tipos estruturais.

3.5.2 Caráter episódico

As construções com *ter_{ex}* (bem como outros tipos sentenciais) podem ser classificadas quanto ao caráter episódico do estado de coisas veiculado pela coda, como apontamos na seção 2.4. Construções como (172)-(173) abaixo vão então ser marcadas como [+EPISÓDICAS], enquanto aquelas em (174)-(175), como [-EPISÓDICAS] – doravante [+E] e [-E], respectivamente. A distinção que queremos captar entre os dois tipos diz respeito à possibilidade de inserção de *você* genérico: enquanto construções [+E] bloqueiam o pronome, como em (172b)-(173b), nas [-E] *você* genérico é licenciado, como em (174b)-(175b).

- (172) a. Tem um carro buzinando lá no portão.
b. * Você tem um carro buzinando lá no portão.
- (173) a. Tem uma criança tentando subir naquela árvore.
b. * Você tem uma criança tentando subir naquela árvore.
- (174) a. No Afeganistão, ainda tem algumas mulheres se recusando a largar a burca.
b. No Afeganistão, você ainda tem algumas mulheres se recusando a largar a burca.
- (175) a. Este ano, tem o vestibular da Unicamp acontecendo em dezembro.
b. Este ano, você tem o vestibular da Unicamp acontecendo em dezembro.

Observando (176)-(177) a seguir, podemos notar que a mudança de [+E] para [-E], com a colocação de expressões temporais freqüentativas como as sublinhadas, “autoriza” a inserção de

you genérico. Observemos ainda a sentença em (178), que pode receber tanto uma interpretação [+E] quanto [-E]. Será [+E], por exemplo, se o falante estiver diante de crianças que brincam em um parque, e quiser apontar ao ouvinte essa situação; será [-E], por outro lado, se o falante estiver tecendo comentários sobre crianças brincando ou sobre um parque específico, independentemente de estar visualizando e/ou querendo apontar essa situação. Novamente, a inserção de *you* só é possível para o caso [-E].

- (176) a. Toda noite tem um carro buzinando lá no portão.
b. Toda noite você tem um carro buzinando lá no portão.
- (177) a. Quase sempre, tem uma criança tentando subir naquela árvore.
b. Quase sempre, você tem uma criança tentando subir naquela árvore.
- (178) a. Tem poucas crianças brincando no parque a essa hora. [+/- E]
b. Você tem poucas crianças brincando no parque a essa hora. [-E]
c. * Você tem poucas crianças brincando no parque a essa hora. [+E]

Contextos como os apontados em (179) adiante também evidenciam a relação entre caráter episódico e inserção de *you* genérico. Por exemplo, as mesmas construções empregadas para descrever o que se observa numa fotografia – construções [-E], portanto – podem ser realizadas como [+E], apontando para uma situação diante da qual o falante se encontra. No primeiro caso, *you* genérico é permitido; no segundo, como observamos em (180)-(182), a inserção não é possível.

- (179) - O que tem nesta fotografia?
a. - Nesta fotografia, tem um cara correndo na praia, tem uma criança subindo na árvore, tem um ônibus passando do outro lado da rua...
b. - Nessa fotografia, você tem um cara correndo na praia, você tem um velho tirando coco da árvore, você tem um ônibus passando...
- (180) a. Olha! Tem um cara correndo na praia. [+E]
b. * Olha! Você tem um cara correndo na praia.
- (181) a. Olha! Tem um velho tirando coco da árvore. [+E]
b. * Olha! Você tem um velho tirando coco da árvore.
- (182) a. Olha! Tem um ônibus passando do outro lado da rua. [+E]
b. * Olha! Você tem um ônibus passando do outro lado da rua.

A observação desses casos sugere, num primeiro momento, que o licenciamento ou bloqueio de *you* genérico independe de marcas estruturais. A impossibilidade de inserção estaria relacionada a fatores de natureza discursiva/pragmática, no caso, o falante enunciar uma condição que presencia ou teria presenciado. Entretanto vamos apontar alguns fatos que remetem a

possíveis diferenças estruturais entre sentenças existenciais [+E] e [-E] e mostrar que, se de fato existirem, essas diferenças podem definir o licenciamento/bloqueio do pronome.

3.5.3 Sujeitos locativos

Além de *você* genérico, sentenças [-E] admitem expressões locativas na posição de sujeito, como em (183c)-(185c) a seguir. Diferentemente, de acordo com (186)-(188), sentenças [+E] tendem a rejeitar o locativo na mesma posição. O comportamento sugere que o impedimento ao pronome genérico não está relacionado a marcas intrínsecas dessa categoria, mas a propriedades específicas de sentenças [+E].

- (183) a. Tem vários países da América Latina contrariando as decisões do FMI.
b. Você tem vários países da América Latina contrariando as decisões do FMI.
c. A América Latina tem vários países contrariando as decisões do FMI.
- (184) a. Tem ônibus saindo da rodoviária de Campinas para o Rio todos os dias.
b. Você tem ônibus saindo da rodoviária de Campinas para o Rio todos os dias.
c. A rodoviária de Campinas tem ônibus saindo para o Rio todos os dias.
- (185) a. Tem alguns alunos do IEL aguardando resposta da FAPESP sobre bolsa de pesquisa.
b. Você tem alguns alunos do IEL aguardando resposta da FAPESP sobre bolsa de pesquisa.
c. O IEL tem alguns alunos aguardando resposta da FAPESP sobre bolsa de pesquisa.
- (186) a. Tem uma criança tentando subir naquela árvore. [+E]
b. * Você tem uma criança tentando subir naquela árvore.
c. ?* Aquela árvore tem uma criança tentando subir.
- (187) a. Tem um aluno brigando com o diretor lá na secretaria do IEL. [+E]
b. * Você tem um aluno brigando com o diretor lá na secretaria do IEL.
c. ?* A secretaria do IEL tem um aluno brigando com o diretor.
- (188) a. Olha! Tem um rapaz assaltando uma velhinha ali na praça. [+E]
b. * Olha! Você tem um rapaz assaltando uma velhinha ali na praça.
c. * Olha! A praça tem um rapaz assaltando uma velhinha.

As construções em (186b)-(188b) somente serão aceitáveis se a intenção do falante não for a de apontar um fato episódico, o que podemos verificar se introduzirmos uma expressão temporal que altere a sentença para [-E]. Nesse caso, tanto *você* genérico quanto o locativo vão poder ocorrer na posição de sujeito, conforme evidenciado em (189)-(191) a seguir.

- (189) a. Todo dia tem uma criança tentando subir naquela árvore.
b. Todo dia você tem uma criança tentando subir naquela árvore.
c. Aquela árvore, todo dia, tem uma criança tentando subir (nela).
- (190) a. Sempre tem um aluno brigando com o diretor lá na secretária do IEL.
b. Você sempre tem um aluno brigando com o diretor lá na secretaria do IEL.
c. A secretaria do IEL sempre tem um aluno brigando com o diretor.
- (191) a. Todo fim de semana, tem um rapaz assaltando velhinhas aqui nessa praça.
b. Todo fim de semana, você tem um rapaz assaltando velhinhas aqui nessa praça.
c. Todo fim de semana, essa praça aqui tem um rapaz assaltando velhinhas.

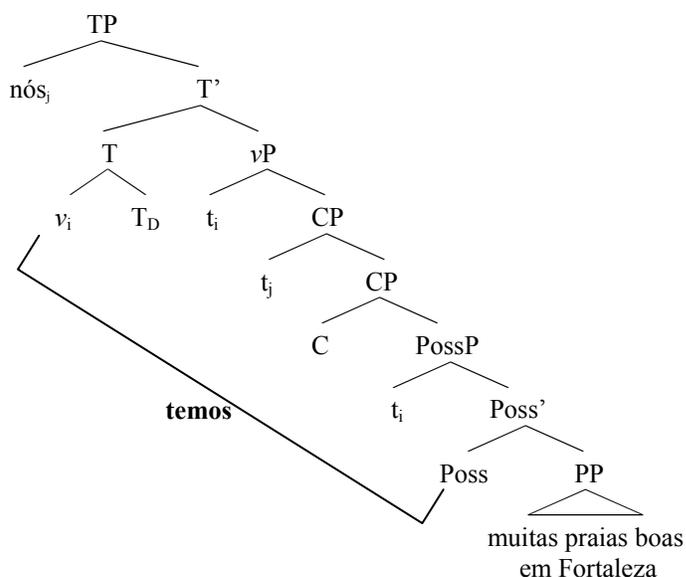
3.5.4 Indeterminação do sujeito

Consideremos a ocorrência de outros pronomes na posição de sujeito de *ter*, dentro de condições bastante próximas às verificadas para *você* genérico. A frase em (192a) a seguir, por exemplo, remete ao mesmo estado de coisas que aquela em (192b), sendo que a primeira, em termos pragmáticos, é somente licenciada se produzida por alguém que tenha uma relação específica com o estado do Ceará, como um morador da região ou alguém em visita a sua capital. A construção não seria pragmaticamente licenciada se produzida, por exemplo, por um gaúcho ou carioca, a não ser que os mesmos estivessem a comparar as praias brasileiras com as de outras regiões do mundo. O mesmo se pode afirmar para as duas sentenças em (193): a construção em (a) só pode ser enunciada por um morador de Cambuí ou por alguém que faz compras naquele bairro. Da mesma forma, a frase em (194a) só faz sentido se pronunciado por um membro do PT, ou, pelo menos, por algum simpatizante do partido.

- (192) a. Nós temos muitas praias boas em Fortaleza.
b. Tem muitas praias boas em Fortaleza.
- (193) a. Eu tenho poucos supermercados no Cambuí para fazer compra.
b. Tem poucos supermercados no Cambuí para fazer compra.
- (194) a. A gente tinha alguns deputados competentes no PT.
b. Tinha alguns deputados competentes no PT.

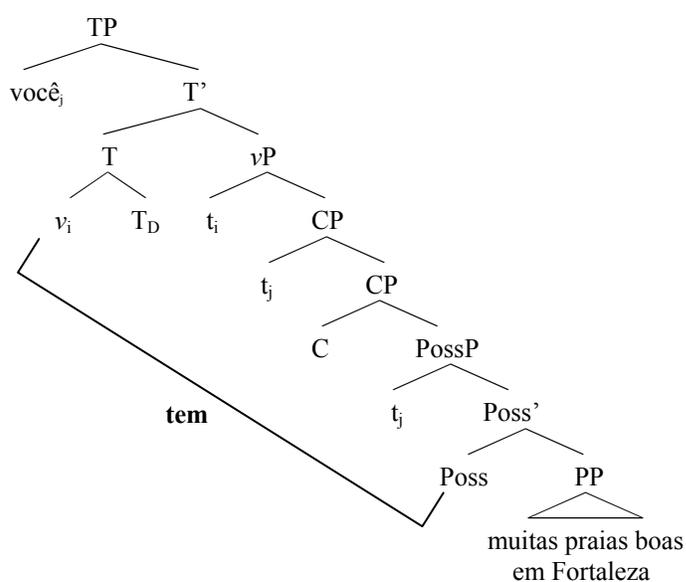
Uma construção como em (192) vai dispor de uma configuração como a que segue. O pronome *nós*, um elemento que refere os habitantes do Ceará, é instanciado em [Spec,PossP], atuando como possuidor/experienciador de *muitas praias boas em Fortaleza*. A derivação prossegue com a entrada desse pronome no domínio de *v* e o seu alçamento para [Spec,TP]. A adjacência entre C+Poss e *v*+T_D permite acessar a entrada do verbo possessivo. Vale notar que, se C+Poss fosse realizado independentemente, teríamos a realização de algo como *Nós estamos com muitas praias boas em Fortaleza*. Esta construção parece nos remeter a uma mudança de estado, dentro das condições do sistema que propomos com base em Harley & Noyer (2003), que vimos na seção anterior. Sua realização estaria associada, por exemplo, a uma situação em que as praias de Fortaleza não apresentavam infra-estrutura para receber turistas, e, a partir de um determinado momento, elas passaram a apresentar.

(195)



Vamos sugerir que *você* genérico exerce entre as possessivas o mesmo papel que *nós*, *eu* e *a gente* nas construções em (192)-(194), com a diferença recaindo sobre o alcance de referencialidade demonstrada pelo pronome. Se *nós* reporta apenas aos habitantes do Ceará, *você* vai indicar que qualquer pessoa pode encontrar no Ceará as praias belíssimas que existem em Fortaleza. A estrutura de uma sentença com *você* genérico seria então como em (196): o pronome indeterminador é inserido em [Spec,PossP], onde checa a função que vai estabelecer com o conteúdo do constituinte tomado como complemento de Poss.

(196)



Para essa abordagem, contrariamente ao defendido por Duarte (1999) e Avelar & Callou (2000), temos de assumir que o pronome não exerce uma função expletiva. Uma explicação

possível é a de que essas ocorrências de *você* consistem, em português brasileiro, numa estratégia de indeterminação do sujeito. Estudos como os de Cavalcante (1999), por exemplo, revelam que a estratégia vem sendo cada vez mais recorrente, ao lado de índices indeterminadores mais clássicos, como a terceira pessoa do singular e a partícula *se*. De fato, conforme em (197)-(199) adiante, as possessivas/existenciais com *você* apresentam a mesma leitura que construções com *ver* ou *encontrar*, que realizam a indeterminação com *você*.

- (197) a. Você vê/encontra muitos mendigos pelas ruas do Rio.
b. Você tem muitos mendigos pelas ruas do Rio.
- (198) a. Hoje em dia, você vê/encontra poucos blocos tradicionais em Madureira.
b. Hoje em dia, você tem poucos blocos tradicionais em Madureira.
- (199) a. Você ainda vai ver vários xiitas se revoltando contra a presença americana no Iraque.
b. Você ainda vai ter vários xiitas se revoltando contra a presença americana no Iraque.

Ao inserir *você* em [Spec,PossP], a idéia que se quer veicular é a de que qualquer pessoa pode estabelecer uma relação com o estado de coisas tomado como o complemento de Poss, numa interpretação similar para a que observamos com *ver* e *encontrar* nesses casos em (197)-(199). *Você* genérico deve, nestes termos, remeter a virtuais possuidores, controladores e experienciadores, dentre outras designações, do estado de coisas expresso nessa instância e, portanto, ser legitimado na posição em questão.

Conforme mostrado na seção 3.5.2, as sentenças episódicas restringem a inserção desse pronome, como em (200b)-(201b) a seguir. Contudo, se a condição [+E] for alterada para [-E], pela inserção de constituintes adverbiais freqüentativos, *você* genérico passa a ser permitido, como nos casos em (202)-(203).

- (200) a. Tem um carro buzinando lá no portão.
b. * Você tem um carro buzinando lá no portão.
- (201) a. Tem um homem parado ali na praça.
b. * Você tem um homem parado ali na praça.
- (202) a. Todas as noites, tem um carro buzinando lá no portão.
b. Todas as noites, você tem um carro buzinando lá no portão.
- (203) a. Quase sempre tem um policial parado ali na praça.
b. Quase sempre você tem um policial parado ali na praça.

Essas restrições parecem depender de uma propriedade associada a Poss: é necessário haver uma compatibilidade entre o elemento inserido em [Spec,PossP] e o elemento ou estado de coisas tomado como complemento de Poss. Por exemplo, considerando aquela construção em (193), a relação entre *eu* e *poucos supermercados no Cambuí* somente pode ser efetivada se o elemento

em [Spec,PossP] remeter ao possuidor de alguns supermercados ou a um morador do Cambuí. Em condições similares, um estado de coisas tomado como episódico apresenta restrições para ser estabelecido com um possuidor, experienciador ou controlador. Fatos como *um carro buzinando no portão* ou *um homem parado ali na praça* são, em princípio, eventos independentes quando compõem uma enunciação que se constrói no instante em que ocorrem. Se tomado como complemento de Poss, essa categoria não terá condições de instanciar em seu Spec um elemento que estabeleça uma relação relevante com o estado de coisas. A inserção de *você* resulta numa expressão má formada, então, pelas restrições para se determinar um controlador, possuidor ou experienciador virtual de uma condição [+E].

E o que dizer para os casos em que o caráter [+E] é anulado, pela instanciação, por exemplo, de adjuntos adverbiais freqüentativos, como naqueles casos em (202)-(203), repetidos a seguir.

- (204) a. Todas as noites, tem um carro buzinando lá no portão.
b. Todas as noites, você tem um carro buzinando lá no portão.
- (205) a. Quase sempre tem um policial parado ali na praça.
b. Quase sempre você tem um policial parado ali na praça.

A resposta pode estar em que, quando deixa de ser apresentado como episódico, um estado de coisas pode ser encarado como uma experiência ou como um fato sobre o qual se pode exercer um controle. Conseqüentemente, é possível associar a esse estado um controlador ou um experienciador, por intermédio de Poss. Nesse sentido, podemos considerar que Poss nem chega a ser instanciado em construções com conteúdo [+E], não havendo, portanto, *locus* de inserção nem para pronomes, nem para qualquer outro tipo de sujeito em tais construções. Os casos de restrição a *você* genérico não derivam, então, de qualquer propriedade associada a esse pronome, mas de restrições impostas pelo sistema para licenciar uma projeção para Poss.

Mas lembremos que as construções [+E] não são as únicas que restringem a ocorrência de *você*. Como vimos no início desta seção, frases em que *ter* ocorre seguido de um nome abstrato com complemento infinitivo ou em contextos com DPs possessivos bloqueiam o pronome, conforme nas construções que seguem.

- (206) a. Não tem necessidade de Pedro comprar todos aqueles remédios.
b. * Você não tem necessidade de Pedro comprar todos aqueles remédios.
- (207) a. Tem muitas chances de Luciana ser aprovada no vestibular deste ano.
b. * Você tem muitas chances de Luciana ser aprovada no vestibular deste ano.
- (208) a. Tem uma jóia da Maria escondida naquele cofre.
b. ?? Você tem uma jóia de Maria escondida naquele cofre.

- (209) a. No armário, tem algumas calças do Pedro para serem lavadas.
b. ?? No armário, você tem algumas calças de Pedro para serem lavadas.

Consideremos o caso em (206). Para que (206b) seja possível, Poss deverá tomar o constituinte introduzido por *necessidade* como complemento. Nesse caso, o elemento instanciado em [Spec,PossP] seria tomado como experienciador, assumindo que o termo *necessidade* remete a uma experiência. No caso da sentença em questão, *você* genérico, uma vez em [Spec,PossP], seria interpretado como o experienciador da *necessidade de Pedro comprar todos aqueles remédios*. Ou seja, estaríamos a dizer que qualquer pessoa pode ter como experiência uma necessidade vivenciada pelo Pedro. Obviamente, trata-se de uma condição absurda: o único elemento que pode ser instanciado em [Spec,PossP] é *o Pedro*, dono de sua experiência. A construção em (206b) é, então, bloqueada no componente conceptual. Notemos que um outro indivíduo que não *o Pedro* poderia ser o experienciador dessa necessidade, desde que integrado ao estado de coisas tomado como complemento de Poss, como em (210) a seguir.

(210) A Ana_i não tem necessidade do Pedro comprar todos aqueles remédios para o filho dela_i.

Nesse caso, *a Ana*, em [Spec,PossP], integra o estado de coisas que compõe a necessidade e pode, portanto, ser interpretada como experienciadora. A mesma explicação vale para o caso em (207): apenas *Luciana* pode deter a *chance de ser aprovada no vestibular*, não cabendo, em termos pragmáticos, a qualquer outro indivíduo ser o experienciador da condição.

Aqueles casos em (208)-(209) são bloqueados pela natureza da relação presente no DP possessivo. A ocorrência de *você* genérico somente será licenciada se *ter* reportar ao sentido de *encontrar*, como naqueles casos em (197)-(199). No caso em (208), por exemplo, a idéia seria a de que qualquer um que venha a ter acesso ao cofre irá encontrar em seu interior uma jóia da Maria. Fora este sentido, somente um sujeito interpretado como o controlador da condição das jóias da Maria é que poderia ser licenciado. Nesse caso, *você* genérico é bloqueado porque se estaria a afirmar que qualquer pessoa é a responsável pela jóias da Maria no cofre, o que, pragmaticamente, configura uma situação bem pouco convencional.

Concluimos, dessa forma, que o licenciamento de *você* genérico está atrelado às condições impostas pelo núcleo Poss. Para que o pronome indeterminador seja autorizado, os seus referentes virtuais precisam participar da condição que é tomada como complemento desse núcleo abstrato. Vale ainda considerar que, se de fato a preposição *com* porta os traços de Poss, como argumentamos em seções anteriores, vai haver uma relação entre a ocorrência do pronome

genérico e o conteúdo do estado de coisas que a preposição toma como complemento. É o que observamos, de fato, nas construções que seguem.

- (211) a. (Você) tem praias maravilhosas no Brasil.
b. (Você), com praias maravilhosas no Brasil, não precisa viajar para o Caribe.
- (212) a. (Você) tem muito político corrupto em Brasília.
b. Você, com muito político corrupto em Brasília, não consegue fazer o dinheiro chegar aos órgãos públicos.
- (213) a. (*Você) tem possibilidade da Ana conseguir aquele emprego.
b. (*Você), com a possibilidade de a Ana conseguir aquele emprego, será possível reformar a casa.
- (214) a. (*Você) tem um carro buzinando lá no portão.
b. (?*Você) com um carro buzinando lá no portão, vai acordar a casa toda.

A restrição em (213) se deve, pelo menos, à impossibilidade de o conteúdo interno a *com* impedir que um indivíduo diferente da *Ana* seja o controlador ou o experienciador da possibilidade. Em (214b), a inserção de *você* somente será possível se não estivermos enunciando um fato episódico. Portanto as restrições à inserção de *você* genérico, bem como de qualquer outro elemento como sujeito para a sentença possessiva, está sujeito aos requerimentos semânticos de Poss na determinação do conteúdo que essa categoria abstrata toma como complemento.

Uma consequência dessa análise é que o *ter* que ocorre com *você* genérico é obtido pelos traços correspondentes ao verbo possessivo, e não apenas os traços do verbo existencial. Afastamo-nos então das propostas de Duarte (1999) e Avelar & Callou (2000), que tratam as sentenças com *você* genérico como contextos existenciais, e não possessivos.

3.6 Sumário

Neste capítulo, argumentamos que as sentenças possessivas são obtidas a partir de uma base existencial, pela conexão de *v* a uma projeção que instancia uma relação possessiva (ou correlata) em seu interior. A relação é intermediada por Poss, que identificamos como a categoria abstrata que permite obter, entre as línguas naturais, o verbo inerentemente possessivo (Freeze 1992; Harley 2001). O núcleo Poss instancia em sua posição de especificador um constituinte interpretado como *possuidor, controlador, experienciador, todo etc.*, funções determinadas pelo conteúdo do complemento de Poss, que indica uma posse, um estado de coisas controlado, uma experiência, um elemento interpretado como parte de algo *etc.* Um vez que os traços de Poss entram em adjacência a *v+T* no componente morfológico, a entrada do verbo possessivo é acessada. Vimos que muitas relações observadas entre as construções com *ter* também são

intermediadas no interior de constituintes nominais pelas preposições *de* e *com*, esta em particular sendo obtida pela associação de Poss a C. Considerando essa análise, procuramos estabelecer a natureza das restrições a *você* genérico em sentenças com *ter*. Concluímos que, naqueles casos em que Poss não pode ser instanciado, como entre as construções com um conteúdo episódico, *você* igualmente não poderá ser licenciado, o que nos levou a concluir que esse pronome não consiste numa forma expletiva entre as existenciais, mas é melhor caracterizado como um índice de indeterminação. Também nos ocupamos de paralelos entre *ter* e *estar com*, argumentando que, em ambos os casos, os traços de $v+T_D$ e de C+Poss entram em jogo, mas que a associação do segundo complexo ao primeiro no componente morfológico, permitindo a inserção de *ter*, implica uma interpretação mais permansiva para a relação expressa. Dessa forma, frases como *o Pedro tem gripe* vão ser bloqueadas no componente conceptual por incompatibilidade com as informações disponibilizadas pelo conhecimento enciclopédico (Harley 2001): *gripe* vai reportar a uma condição adquirida e/ou transitória, enquanto a obtenção do verbo *ter* resulta numa interpretação mais permansiva ou intrínseca para a condição.

SENTENÇAS COPULATIVAS

4.1 Introdução

O contraste mais salientado entre construções com *ser* e *estar* costuma recair sobre a oposição entre atributo permanente e atributo transitório, depreendida pela comparação de predicados com um e outro verbo, respectivamente. O predicado com *ser* é tipicamente associado a propriedades intrínsecas, interpretadas como imanentes ou, pelo menos, a atributos com efeito mais permansivo. Aqueles com *estar* são caracterizados como suporte de uma atribuição adquirida e/ou como uma expressão que remete a condições mais passageiras que as veiculadas pelas construções com *ser*. *Grosso modo*, ambos podem corresponder respectivamente às construções *individual level* e *stage level* em seu estado puro, dentro do concebido por trabalhos como os de Kratzer (1995) para essas noções. Schmitt (1996), por exemplo, encerra a diferença entre as expressões com os dois verbos em termos temporais, considerando que a categoria de aspecto é ausente entre as construções *individual level*. Argumentando que papéis temáticos não podem ser assinalados na ausência de marcação aspectual, a autora trata o predicado de *ser* como uma instância predicativa “pura”, sem qualquer relação temática envolvida, enquanto aquelas com *estar* efetivam relações desse tipo.

Uma exceção a tratamentos de base semântica é a abordagem de Raposo & Uriagereka (R&U 2002) em torno de *small clauses* que demonstram similaridades com predicados copulativos. Para os autores, diferenças como permanente/transitório ou aquelas remetidas pela oposição *individual/stage level* estão radicadas menos em propriedades semânticas que em condições operadas pela sintaxe, com traços morfológicos específicos sendo os responsáveis pelo efeito da polarização. Tomando a abordagem de Kuroda (1972) em torno das noções de tético e categórico, R&U destacam casos como os do irlandês, em que a marcação de um Caso *default* na sentença (nessa língua, o acusativo) define o estado como categórico, como em (1) a seguir, enquanto qualquer outro Caso vai marcar a predicação como tética, como em (2).

- (1) a. Is fhear e.
é homem ele-AC
“Ele é um homem”
- (2) b. Ta se ina fhear.
está ele-NOM em-seu homem
“Ele está um homem”

(Uriagereka & Raposo 2002:263)

A diferença de significado entre as duas estruturas do irlandês seria demarcada em termos de morfologia de traços, num esquema que em geral vai corresponder àqueles em (3)-(4) abaixo. O Caso *default* assinala um traço categórico, presente na instanciação de C-agr. A-*case*, codificado nas predicções téticas, pode ser realizado de diversas formas. Em (2) acima, o irlandês emprega o nominativo para marcar o sujeito da predicação, mas outro Caso poderia servir para o estabelecimento do caráter tético. R&U defendem que este pode ser um comportamento geral entre as línguas para definir a oposição.

- (3) [agrP ____ [C-agr [XP NP [XP Pred]]]]] (PREDICAÇÃO CATEGÓRICA)
- (4) [agrP ____ [A-AGR [XP NP [XP Pred]]]]] (PREDICAÇÃO TÉTICA)

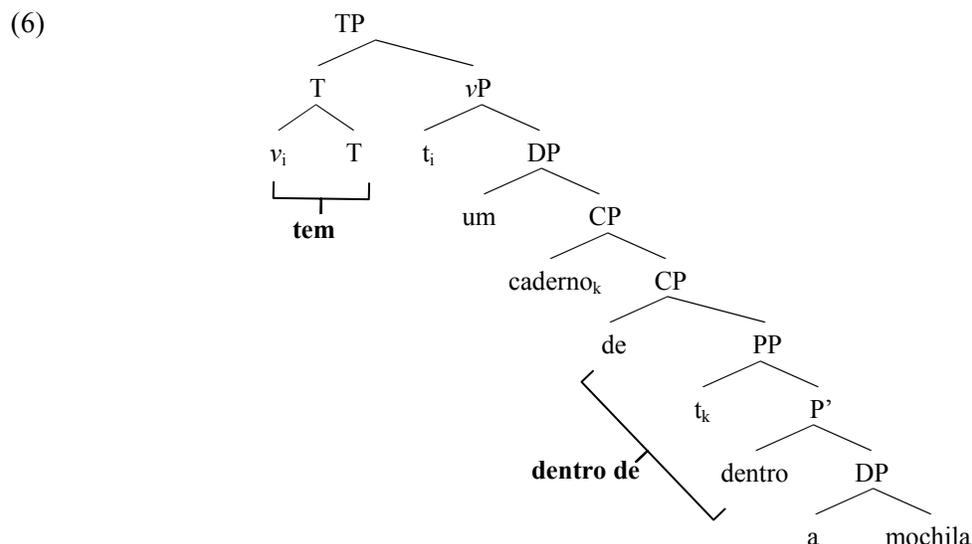
Similarmente à proposta de R&U, vamos defender que abordagens exclusivamente semânticas, como as baseadas na oposição *individual/stage level*, não capturam por si só o comportamento das sentenças com *ser* e *estar* em português brasileiro. As diferenças entre uma e outra podem ser melhor caracterizadas se concebidas em termos de ausência ou presença de categorias funcionais específicas na derivação. Polarizações do tipo permanente-transitório vão se estabelecer então dentro de determinadas condições computacionais, sem atuar por si só como um requerimento semântico para a escolha de *ser* ou *estar*.

De acordo com o proposto no capítulo 2, as construções com *estar* vão ser obtidas a partir de *v*, com o sujeito da instância predicativa consistindo, geralmente, num DP com leitura [+ESP]. Esse sujeito é tomado como complemento do verbo existencial, porém requerimentos de checagem levam o sistema a alçá-lo para [Spec,TP]. Relembremos o processo descrito na seção 2.4.3, considerando as sentenças a seguir.

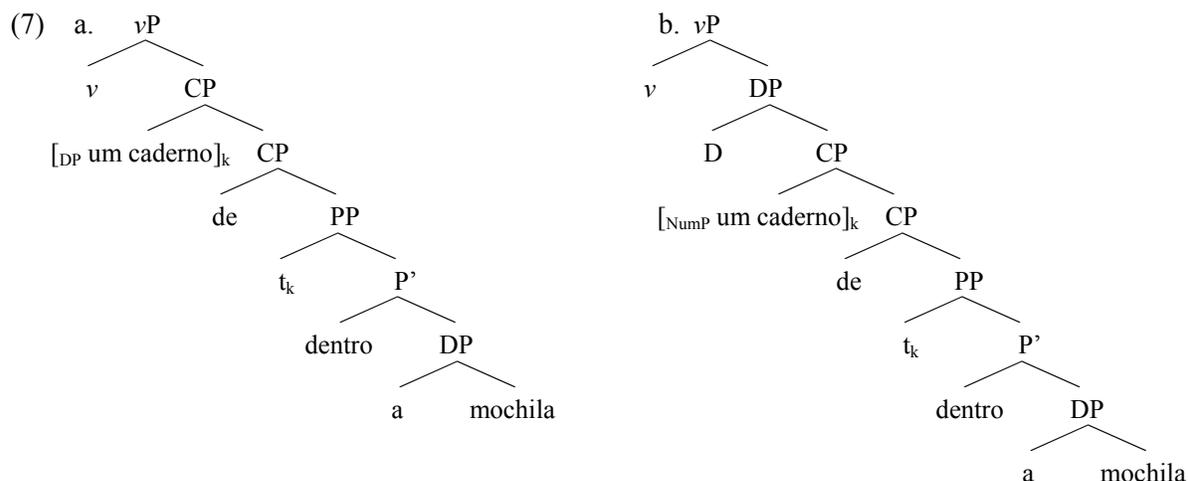
- (5) a. Tem um caderno dentro da mochila.
 b. Tá um caderno dentro da mochila.
 c. * Tem o caderno dentro da mochila.
 d. O caderno tá dentro da mochila.

A construção em (5a) vai dispor de duas leituras, a depender do caráter de especificidade atribuído a *um caderno*. Sob uma interpretação [-ESP], o N *caderno* entra na derivação instanciado em PP e só posteriormente, adjungindo-se a CP, ele estabelece a relação com *um*, que se encontra em D⁰. O DP é então tomado como complemento do verbo existencial, checando o seu traço de Caso partitivo contra o mesmo traço em *v*. A representação final é aquela dada em (6) abaixo. Lembremos que a evidência demonstrada para a configuração proposta foi a

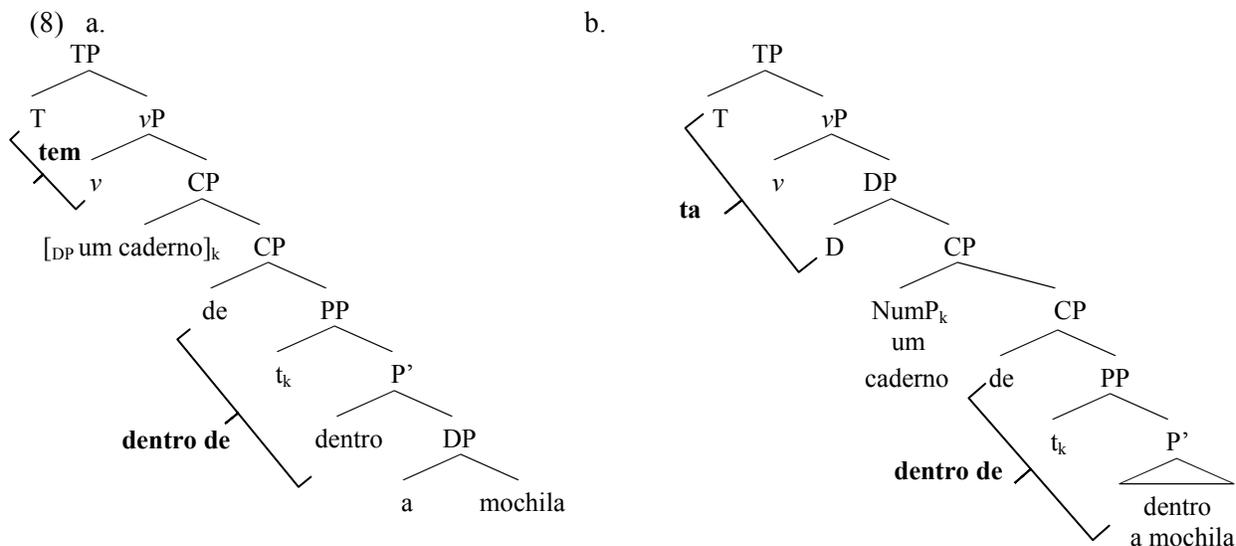
possibilidade de D e N serem dissociados, em construções como *Caderno dentro da mochila, a Ana disse que tem um.*



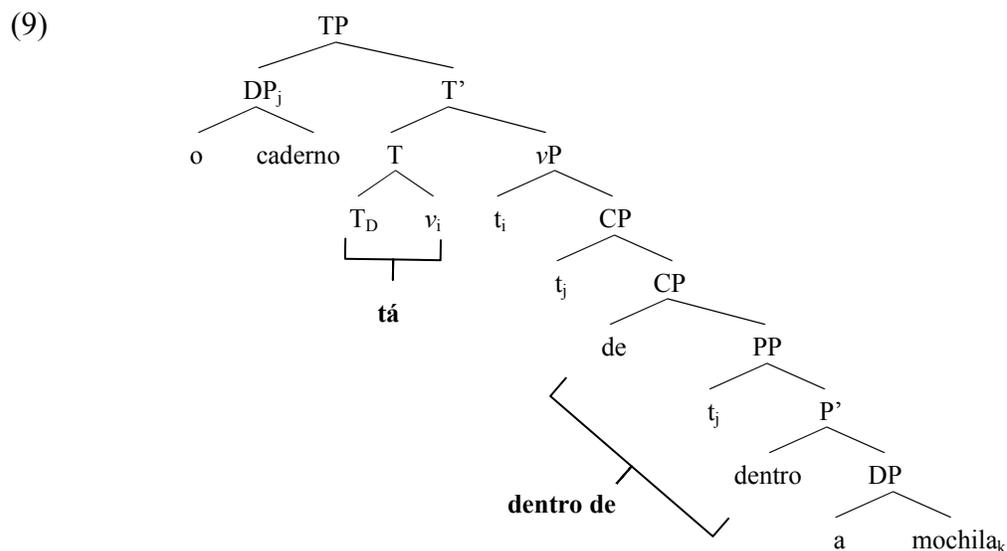
Considerando a interpretação [+ESP] do DP *um caderno*, D+N é instanciado em [Spec,PP], diferentemente do verificado em (6), em que apenas N entra nessa configuração. O sistema deve então contar com as duas possibilidades apontadas em (7), respectivamente: ou *um caderno* se associa diretamente a *v*, ou estabelece uma relação com um núcleo D, cuja projeção máxima é que vai se conectar ao verbo existencial.



A representação em (8a) a seguir é o resultado final das aplicações em (7a), correspondendo a uma sentença existencial cujo DP pós-verbal vai ser interpretado com uma leitura específica. A representação em (8b) é o resultado sobre (7b), com a associação de D a *v* no componente morfológico conduzindo ao acesso às informações fonéticas para a obtenção de *estar*.



Aquela sentença em (5c) somente vai poder ser licenciada se o DP definido for interpretado num contexto de lista. Não sendo a esta a condição, o definido não vai poder satisfazer aos requerimentos de checagem de Caso partitivo associados ao verbo existencial. A derivação poderá convergir com a inserção de T associado a um traço D-forte, atraindo *o caderno* para seu domínio de checagem, como em (9) a seguir. No componente morfológico, o complexo $v+T_D$, tal como naquele caso em (8b), acessa a entrada vocabular de *estar*.



O objetivo deste capítulo é encaminhar a derivação das sentenças com *ser*, num caminho paralelo ao fixado para as copulativas com *estar*. O ponto nevrálgico dessa parte será identificar a categoria funcional que se incorpora a *v* para derivar a cópula clássica. O estabelecimento dessa categoria funcional deve, de alguma forma, explicitar os contrastes entre as duas formas

copulativas do português. Se a proposta oferecida para as estruturas com *estar* estiver correta, a relação que parece ser relevante para definir a natureza semântica das copulativas com *ser* nos mesmos termos é a instanciação do DP num *locus* temático/predicativo interno à coda. No caso destacado em (8b) e (9), com *estar*, a instanciação é no interior de uma projeção preposicionada, nas mesmas condições observadas para as sentenças existenciais. Para a convergência da análise, vamos fixar a proposta oferecida às construções com *ser* igualmente no domínio da predicação existencial. Lembremos que, no capítulo 1, levantamos correlações semânticas relevantes entre as construções com *ser* e *ter*-existencial, a maioria delas paralela ao apontado para o verbo existencial e *estar*.

4.2 Cópula e predicação

Nesta seção, vamos apresentar, em linhas gerais, a proposta de Heggie (1988) para a estrutura sintática das copulativas do inglês. Elegemos tal proposta como ponto de partida por corresponder, ao que nos parece, a uma tentativa bem sucedida de fornecer uma abordagem unificada para construções copulativas que costumam receber abordagens dissociadas. Por exemplo, Williams (1984) propõe a existência de duas cópulas com interpretação *individual level*, uma relacionada a construções predicativas, e outra, a construções equativas. Corresponderiam, respectivamente, a casos como os apresentados em (10)-(11) a seguir.

- (10) a. O Pedro é um médico excelente.
b. O Pedro é feliz.
- (11) a. Aquele rapaz de azul é o Pedro.
b. A estrela d'alva é o planeta Vênus.

Para o autor, a cópula das construções em (11) se diferencia daquela empregada em (10) por ser atribuidora de papel temático. Os dois DPs das construções em (11) seriam constituintes argumentais; essa ocorrência da cópula demonstraria, então, um funcionamento paralelo ao de verbos transitivos. Já na cópula predicativa, a relação temática seria estabelecida ou a partir de um DP indefinido (caso em (10a)) ou de uma projeção inerentemente predicativa (caso em (10b)), numa relação SUJEITO-PREDICADO. Nesse caso, a cópula seria apenas portadora de traços flexionais, não dispondo de qualquer função semântica. De alguma forma, essa diferença entre as duas cópulas estaria relacionada aos fatos observados em (12)-(13) a seguir. As construções em (12) somente poderiam ser licenciadas em contextos que requerem um efeito contrastivo,

produzindo algo como *um médico excelente é o Pedro, e não o Roberto*. Já as inversões em (13) não precisam de qualquer ancoragem contrastiva para seu licenciamento.

- (12) a. * Um médico excelente é o Pedro.
b. * Feliz é a Ana.
- (13) a. O Pedro é aquele rapaz de azul.
b. O planeta Vênus é a estrela d'alva.

A impossibilidade de o constituinte indefinido ser anteposto ao verbo, nos casos em (12), se explicaria por sua natureza predicativa, ou, de outra forma, pelo seu caráter não-argumental. Contrariamente, a alternância dos DPs em (13), com relação àqueles casos em (11), seria licenciada porque nenhum deles ocorre como predicado, mas como argumentos da cópula equativa.

Afastando-se dessa proposta, Heggie (1988) fornece uma abordagem que pode ser mais vantajosa para os objetivos da nossa análise: em um e outro tipo de construção copulativa, o que se verifica é uma relação predicativa que não passa por qualquer funcionalidade semântica da cópula. A predicação sempre vai ser estabelecida entre os dois DPs; conseqüentemente, o sistema vai contar apenas com um único verbo copulativo para realizar tanto as supostamente predicativas como as equativas. Um dos esforços de Heggie é o de determinar a direção da predicação no interior da sentença equativa. O problema, obviamente, vai estar na existência de dois DPs definidos, ambos aparentemente com força referencial e aptos para atuarem como argumentos, e não como predicados. Acompanharemos alguns passos da argumentação de Heggie na tentativa de validar uma abordagem unificada para a cópula.

4.2.1 A cópula como um verbo de alçamento

Seguindo abordagens como as de Stowell (1978) e Burzio (1986), Heggie (1988) assume a cópula como um verbo de alçamento, que seleciona uma *small clause* e licencia o seu sujeito no especificador de T/Infl. O principal argumento para essa proposta deriva de fatos associados às existenciais de línguas como o inglês e o italiano, em que a mesma forma verbal da construção copulativa é empregada. *Grosso modo*, esses autores defendem que as existenciais e as copulativas dispõem de uma mesma base derivacional, com as primeiras tendo acesso a uma categoria expletiva (*there* em inglês e *ci* em italiano) para a posição de sujeito.

Sistemas como os do português brasileiro são um obstáculo para validar essa análise, uma vez que suas existenciais são construídas, pelo menos superficialmente, com um verbo

morfologicamente diverso à cópula. Na seção 1.4.2, contudo, mostramos alguns paralelos entre existenciais e copulativas, como os que repetimos em (14)-(16) a seguir. Na ocasião, sugerimos que a condição resultava do fato de o existencial ser um verbo de alçamento. Essa proposta apenas vai poder ser validada se conseguirmos desenvolver um quadro que permita ao verbo existencial ser realizado com uma forma diferenciada quando o alçamento de um DP interno ao *vP* é efetivado. A saída técnica que nos dispomos a implementar é idêntica à que desenvolvemos para *ter*-possessivo no capítulo 3: o componente morfológico detecta adjacência entre núcleos, o que deve permitir acessar as informações para a realização de *ser*.

- (14) a. Tem deputados do PT extremamente radicais.
 b. Deputados do PT são extremamente radicais.
- (15) a. Tem prova do Jairo muito fácil.
 b. Prova do Jairo é muito fácil.
- (16) a. Tem praias cariocas conhecidas internacionalmente.
 b. Praias cariocas são conhecidas internacionalmente.

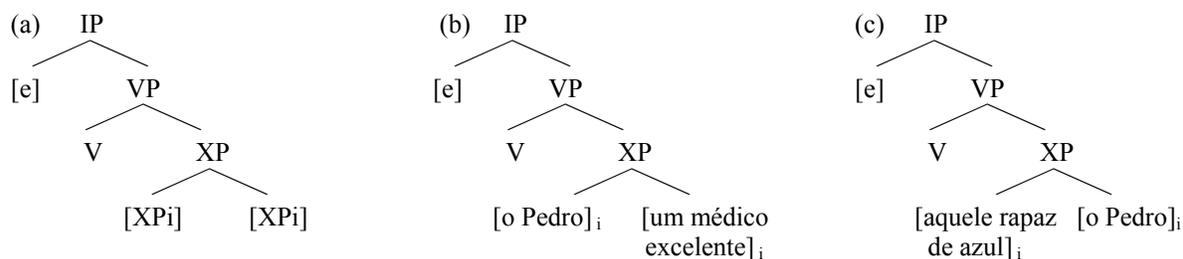
Na proposta de Heggie, uma construção como *John is tall* vai ter como estrutura-D a representação esboçada em (17) adiante: o sujeito é adjunto à projeção máxima do predicado, um AP, que vai ser tomado como complemento de *be*.⁵⁵

⁵⁵ Heggie (1988) se vale de uma hipótese lexicalista na caracterização do item copular, diferentemente da abordagem que estamos propondo. Para a autora, a cópula é um elemento funcional, e não temático, seja em seu uso predicativo, seja no equativo. Como não dispõe de uma grade temática, *be* não deve restringir o tipo de SC que toma como complemento. A cópula seria listada no léxico como um elemento verbal que deve co-indexar um constituinte e autorizá-lo como predicado, tal como abaixo.

- (i) be: [-i XP_i]

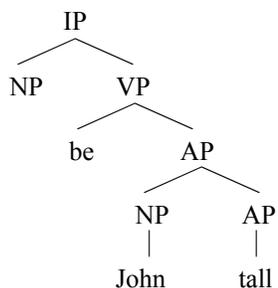
O sujeito da cópula será sempre determinado por XP. Via predicação, esse XP vai ter o seu índice espreado para o sujeito. A estrutura geral para a construção copulativa vai corresponder àquela em (iia) adiante. A cópula toma XP como argumento e atribui um índice para um dos seus elementos, transformando-o num predicado. Sentenças como aquelas apresentadas em (10a) e (11a) que apresentamos anteriormente teriam uma estrutura-D correspondente àquelas em (iib) e (iic), respectivamente.

- (ii)



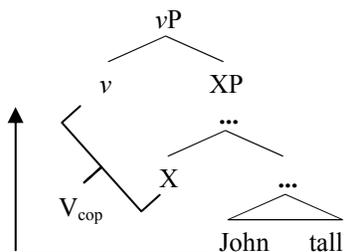
Procurando validar essa estrutura, Heggie vai argumentar em favor de uma relação sujeito-predicado inerente a qualquer tipo de sentença copulativa. Nas equativas, para determinar o constituinte predicativo, a autora vai propor

(17)



O que estamos procurando para o complemento do verbo existencial, no caminho para a derivação das copulativas, é igualmente uma *small clause* (SC). Os nossos pressupostos em torno da estrutura da SC vão ser, contudo, diversos ao assumido por Heggie. No capítulo 2, assumimos juntamente com Starke (1995) que as SCs não se constituem como *bare projections*, mas como projeções máximas de um núcleo funcional. A estrutura que estamos procurando para a copulativa deve ser, então, algo como a configuração esboçada em (18) a seguir: a SC vai consistir num XP, projeção que abarca em seu interior a relação observada entre os constituintes da sentença copulativa.

(18)



A condição empírica ideal vai ser aquela em que X e *v* podem sofrer merge no componente morfológico para a realização da cópula. De alguma forma, X deverá refletir semanticamente a natureza da relação estabelecida entre *John* e *tall* no interior da predicação. Por exemplo, esse reflexo pode se dar no sentido de capturar uma relação *individual level*, que caracteriza a significação das copulativas com *ser*.

4.2.2 Argumentos, predicados e referencialidade

Na caracterização das equativas, o critério empregado por Heggie (1988) para determinar o constituinte que funciona como predicado é o caráter referencial demonstrado pelo NP/DP. A

uma hierarquia de referencialidade: determinados tipos de DPs são menos referenciais que outros e vão ter a preferência da cópula para operarem como predicados. Vamos nos ocupar de alguns dos critérios para o estabelecimento dessa hierarquia nas seções que seguem.

autora vai reunir esses tipos de cópula em dois grupos: um grupo é o das construções pseudo-equativas (PEq), em que, apesar de os dois constituintes nominais serem definidos, apenas um vai demonstrar referencialidade; o outro grupo é o das equativas propriamente ditas (Eq), em que os dois nominais definidos são detentores potenciais de referencialidade.

No grupo das PEqs, são incluídas construções como as que seguem em (19). Independentemente de aparecerem na posição pré ou pós-copular, os nomes *o Pedro*, *o Sílvio Santos* e *a USP* são sujeitos, e *o professor da Ana*, *o dono do SBT* e *a maior universidade paulista* são constituintes com função predicativa. Esses últimos não vão portar referencialidade, ao contrário do que possa aparentar à primeira vista.

- (19) a. O Pedro é o professor da Ana. / O professor da Ana é o Pedro.
b. O Sílvio Santos é o dono do SBT. / O dono do SBT é o Sílvio Santos.
c. A USP é a maior universidade paulista. / A maior universidade paulista é a USP.

As evidências apresentadas por Heggie para determinar a ausência de referencialidade para um dos constituintes repousam sobre fatos do inglês, do francês e do italiano, com alguns deles podendo ser testados para o português. Uma dessas evidências é a impossibilidade de clíticos referenciais ocorrerem em estruturas pseudo-equativas do francês, como nos casos a seguir.

- (20) a. Jean et Marie sont les parents de Christine.
‘John and Mary are the parents of Christine’
b. * Jean et Marie **les** sont.
‘John and Mary them-are’
c. Jean et Marie **le** sont.
‘John and Mary it-are’

(Heggie 1988:69)

O clítico que deve corresponder a *Jean e Marie* em francês é *les* ‘os’. Porém apenas um clítico como *le*, sem referencialidade, pode remeter a *les parents de Christine* na posição pós-copular, o que demonstra ser este constituinte um NP/DP não referencial e, como tal, um candidato à função de predicado. O mesmo observamos para os casos em (21) adiante, em que *ma meilleure amie* na posição pós-copular em (a) não pode ser remetido por *la*, um pronome referencial, mas apenas por *le*. Esses dados indiciam que a posição posposta à cópula em casos como os supracitados não corresponde a uma posição argumental. *Les parents de Christine* e *ma meilleure amie* vão ocorrer como predicados, que atribuem a *Jean et Marie* e *Marie*, respectivamente, um papel temático.

- (21) a. Marie sera ma meilleure amie.
‘Mary will be my best friend.’

- b. * Marie la sera.
 ‘Mary her-will be’
- c. Marie le sera.
 ‘Mary it-will be’

(Heggie 1988:70)

Um teste que aparentemente demonstra o mesmo efeito em português é a substituição do nominal pós-copular por um pronome demonstrativo. Como podemos observar em (22), não há nada inerente a constituintes como *o professor da Ana, o dono do SBT e a maior universidade paulista* que os impeça de serem recuperados por demonstrativos.

- (22) a. O professor da Ana, aquele não quer saber mais de dar aula.
 b. O dono do SBT, esse tá podre de rico.
 c. A maior universidade paulista, essa promoveu vários concursos em 2003.

Diferentemente, não conseguimos repetir o mesmo processo em construções copulativas, como observamos em (23)-(25) a seguir. Se a impossibilidade não resulta de qualquer propriedade intrínseca aos constituintes topicalizados, é provável que resida na funcionalidade desses constituintes dentro da estrutura copulativa, que os impede de serem remetidos por pronomes com função referencial.

- (23) a. * O professor da Ana, o Pedro é aquele.
 b. * O professor da Ana, aquele é o Pedro.
- (24) a. * O dono do SBT, o Sílvio Santos é esse.
 b. * O dono do SBT, esse é o Sílvio Santos.
- (25) a. * A maior universidade paulista, a USP é essa.
 b. * A maior universidade paulista, essa é a USP.

Outra evidência apontada por Heggie diz respeito à ocorrência de reflexivos intensivos no inglês. Conforme em (26) a seguir, um reflexivo intensivo pode se associar somente a um argumento definido.

- (26) The/*an organizer of our group *himself* will have to do it. (Heggie 1988:72)

Entre as copulativas PEq, reflexivos intensivos podem se associar ao nome, mas não ao outro constituinte, como observamos a seguir. Isto sugere que, embora *the organizer of our group* apareça na posição pré-copular, ele não funciona como um argumento sujeito e deve, portanto, ser um predicado. Para o caso em (27b), em que o reflexivo ocorre adjacente ao predicado,

Heggie argumenta que ele é nitidamente um modificador apartado de *John*, e não do constituinte pós-copular.

- (27) a. John *himself* is the organizer of our group.
b. John is the organizer of our group *himself*.
c. * The organizer of our group *himself* is John.
d. The organizer of our group is John *himself*.

Uma evidência paralela é atestada em dados do português brasileiro. Observemos os casos em (28)-(29) a seguir. O uso do intensificador *mesmo* em ambos os conjuntos provoca, por exemplo, um efeito de surpresa frente ao fato de o apresentador do Jornal Nacional ser o seu próprio editor e de o ministro da Casa Civil estar à frente de uma reforma ministerial, e não o Presidente da República. As construções em (28c)-(29c) são possíveis somente com um sentido adjetival para *mesmo*, remetendo a leituras como *o verdadeiro editor do Jornal Nacional* e *o verdadeiro negociador das reformas ministeriais*, mas essa leitura adjetival, contudo, não é incompatível com a ausência de referencialidade. Como no inglês, a forma *mesmo* como um intensificador reflexivo somente pode se associar a um dos constituintes em cada caso – *William Bonner* e *Zé Dirceu* –, o que sugere estarem os outros constituintes – *o editor-chefe do Jornal Nacional* e *o negociador das reformas ministeriais* – esvaziados de referencialidade.

- (28) a. O William Bonner mesmo é o editor-chefe do Jornal Nacional.
b. * O William Bonner é o editor-chefe do Jornal Nacional mesmo.
c. * O editor-chefe do Jornal Nacional mesmo é o William Bonner.
d. O editor-chefe do Jornal Nacional é o William Bonner mesmo.
- (29) a. O Zé Dirceu mesmo é o negociador das reformas ministeriais.
b. * O Zé Dirceu é o negociador das reformas ministeriais mesmo.
c. * O negociador das reformas ministeriais mesmo é o Zé Dirceu.
d. O negociador das reformas ministeriais é o Zé Dirceu mesmo.

Uma outra evidência diz respeito àqueles casos em que um dos constituintes da cópula PEq não pode remeter a um referente do discurso, externo à sentença. Observando os casos em (30) a seguir, não há qualquer impedimento a constituintes como *son meilleur ami d'enfance* ser correferente a *il* numa construção independente que o siga. Contudo, quando realizado numa copulativa PEq, o constituinte fica impedido de referenciar nestes termos, como observamos em (31). Novamente, essa propriedade sugere que tais constituintes, na estrutura copulativa, não funcionam como argumentos, mas como um predicado, dada a nulidade de sua força referencial.

- (30) a. [Son meilleur ami d'enfance]_i; adore les enfants. Il_i est marrant.
 b. [His best friend from childhood]_i; loves children. He_i's neat.
- (31) a. * [Son meilleur ami]_i; est maintenant Jean-Jacques, mais il y a trois ans il_i était Michel.
 b. * [His best friend]_i; is now Jean-Jacques, but three years ago he_i was Michel.

Sobre esses mesmos fatos em português brasileiro, há uma diferença nítida quando comparamos as construções em (32) e (33) abaixo: entre as primeiras, não há qualquer dúvida sobre a possibilidade de o pronome poder ser correferente ao sujeito da oração anterior; já entre as segundas, em que ocorrem PEqs, o juízo de aceitabilidade varia entre o duvidoso e o inaceitável. Essa é outra evidência de que um dos constituintes definidos da PEq também em português brasileiro não funciona como argumento, mas como predicado.

- (32) a. O seu melhor amigo adora crianças. Ele é um brincalhão.
 b. O Ministro da Fazenda não palpita no Legislativo. Ele é membro do Executivo.
 c. O regente brasileiro na segunda metade do século XIX adorava fotografias. Ele era menor quando o pai renunciou ao trono.
- (33) a. ? O seu melhor amigo é hoje o João, mas há três anos atrás ele era o Pedro.
 b. *? O Ministro da Fazenda é hoje o Palocci, mas ele era o Armínio Fraga no governo FHC.
 c. * O regente brasileiro na segunda metade do século XIX era D. Pedro II, mas ele foi o Padre Antônio Feijó quando o imperador era ainda menor.

Outra evidência apontada por Heggie é um fato demonstrado pelas PEqs no interior de construções com verbos de controle. A má-formação de (35) a seguir, por exemplo, resultaria da impossibilidade de PRO, uma categoria vazia coindexada a *our teacher*, atribuir papéis temáticos e, em tal condição, não poder tomar *John* como argumento. Conforme observamos em (36)-(37), as PEqs do português brasileiro demonstram o mesmo comportamento quando em construções de controle.

- (34) a. John tried to be our teacher.
 b. John tried [PRO_i to be [t_i [our teacher]]]
- (35) a. * Our teacher tried to be John.
 b. * Our teacher tried [PRO_i to be [John [t_i]]]
- (36) a. O Romário tentou ser o artilheiro do campeonato.
 b. * O artilheiro do campeonato tentou ser o Romário.
- (37) a. O Rio de Janeiro quer ser a sede das olimpíadas.
 b. * A sede das olimpíadas quer ser o Rio de Janeiro.

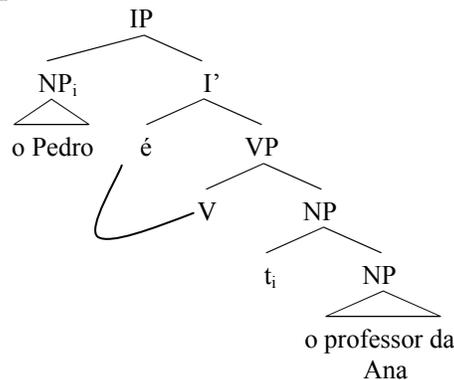
À luz da proposta de Hornstein (2001), para quem movimento para posição temática é uma operação legítima, podemos considerar que a má-formação se deve ao fato de um constituinte tomado como predicado estar atuando como um receptor de papel temático. Em (36b)-(37b), por

exemplo, os constituintes *artilheiro do campeonato* e *a sede das Olimpíadas* se encontram conectados ao verbo principal numa posição de checagem temática, o que é incompatível com a função de predicado que desempenham no interior da cópula. Construções cuja posição de sujeito não estão associadas à checagem temática não trazem problemas para a inversão, como nos casos que seguem, o que corrobora a nossa análise.

- (38) a. O Romário parece ser o artilheiro do campeonato.
 b. O artilheiro do campeonato parece ser o Romário.
- (39) a. O Rio de Janeiro dá para ser a sede das Olimpíadas.
 b. A sede das Olimpíadas dá para ser o Rio de Janeiro.

Uma vez que, independentemente da posição em que ocorrem, os constituintes das PEsq vão manter a função de sujeito e predicado, é preciso determinar qual é a estrutura daqueles casos em que o predicado ocorre na posição pré-copular. Para o caso em que o sujeito é o elemento pré-copular, como em (40a) a seguir, Heggie (1988) propõe a estrutura em (40b).

- (40) a. O Pedro é o professor da Ana.
 b.

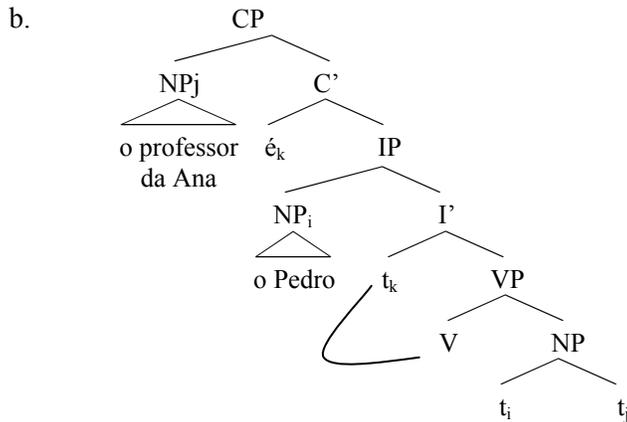


Para o caso em que o predicado é o constituinte pré-copular, a estrutura vai ser aquela em (41b): o sujeito da *small clause* tomada como complemento da cópula é igualmente movido para [Spec,IP]; a diferença está no movimento do predicado para [Spec,CP], onde, para Heggie, adquire uma interpretação de foco. O verbo também se move para C, resultando no efeito superficial de o constituinte predicativo estar na posição de sujeito.⁵⁶

⁵⁶ Um ponto apontado por Heggie para justificar a configuração em (41) resulta de diagnósticos de clivagem. Consideramos os casos em (i)-(ii) a seguir. A autora argumenta que a impossibilidade de (ic) e (iib-c) é devida à arquitetura demonstrada pela estrutura das copulativas PEsq. A estrutura-S proposta por Heggie para as construções de clivagem são aquelas em (iii).

- (i) a. John Smith is my doctor.
 b. It's John Smith that is my doctor.
 c. * It's my doctor that John Smith is.

(41) a. O professor da Ana é o Pedro.



Considerando esses fatos, vamos assumir junto com a autora que as copulativas PEqs exibem uma relação predicativa entre os dois nominais. Contudo a estrutura que vamos explorar para a SC é diversa à de Heggie, com o intuito de estabelecer a relação entre as construções de cópula e existência, questão central deste capítulo. Também não vamos assumir que o predicado frontado se encontra em [Spec,CP], por razões que vão ficar evidentes mais adiante. Por ora, vamos nos deter na proposta que a autora fornece para as construções equativas, que vão se diferenciar das pseudo-equativas por apresentar dois constituintes com marcas de referencialidade.

- (ii) a. My doctor is John Smith.
 b. * It's my doctor that is John Smith.
 c. * It's John Smith that my doctor is.
- (iii) a. It is [_{CP} John_i [_{CP} [_{OP}_i+that] [_{IP} [_{IP} t_i is [_{NP} t_i [_{NP} my doctor]]]]]]
 b. * It is [_{CP} my doctor_j [_{CP} [_{OP}_j+that] [_{IP} John_i is [_{NP} t_i [_{NP} t_j]]]]]]
 c. * It is [_{CP} my doctor_j [_{CP} [_{OP}_j+that+is_k] [_{IP} John_i t_k [_{NP} t_i [_{NP} t_j]]]]]]
 d. * It is [_{CP} John_i [_{CP} [_{OP}_i+that-mydoctor_j-is_k] [_{IP} t_i t_k [_{NP} t_i [_{NP} t_j]]]]]]

A estrutura em (iiia) corresponde à construção referida em (ib). Nessa configuração, uma cadeia-A' é formada a partir da posição de sujeito da SC no interior da PEq, *locus* em que *John* recebe seu papel temático de *my doctor*; não se verifica, nessa estrutura, qualquer impropriedade que impeça a sua boa-formação. Em (iiib)-(iiic), correspondentes respectivamente às construções em (ic) e (ib), a má-formação é devida ao fato de o operador nulo se originar em uma posição de predicado, condição na qual se torna impossível, dentro dos pressupostos assumidos por Heggie, demarcar um papel temático para o sujeito. Em (iiid), a violação vai se dever, pelo menos, ao Filtro de Duplo Preenchimento em Comp: observemos que tanto o operador nulo e o predicado *my doctor* disputam uma mesma posição em Comp, resultando em má-formação.

4.2.4 Cópula, dêixis e indefinitude

Heggie (1988) argumenta que as construções abaixo se diferenciam das PEqs por apresentar dois constituintes referenciais. Essas construções serão, portanto, verdadeiramente equativas, mas, ainda assim, deverão exibir uma relação predicativa entre seus NPs/DPs. O problema na tentativa de unificar as Eqs às demais copulativas é óbvio: como determinar qual dos dois constituintes vai suportar uma função predicativa, face ao caráter referencial demonstrado por ambos?

- (42) a. Aquele rapaz de azul é o Carlos.
b. O Carlos é aquele rapaz de azul.
- (43) a. Aquela moça linda desfilando é a Gisele Bündchen.
b. A Gisele Bündchen é aquela moça linda desfilando.

O diagnóstico de clivagem (para o qual, na proposta de Heggie, apenas o sujeito da cópula pode ser clivado) indicam que, em construções desse tipo, é o nome próprio que tende a funcionar como predicado (ver nota 56). Se a explicação oferecida por Heggie para as PEqs na seção anterior estiver correta, é possível afirmar que o constituinte com marcação dêitica, em (44a)-(45a) a seguir, é o instanciado como sujeito dentro da SC que vai ser tomada como complemento da cópula.

- (44) a. That man over there is Jack Jones.
b. It's that man over there that is Jack Jones.
c.* It's Jack Jones that that man over there is.
- (45) a. Jack Jones is that man over there.
b. * It's Jack Jones that is that man over there.
c. * It's that man over there that Jack Jones is.

Há uma condição incômoda para explorar a possibilidade de essas construções exibirem uma relação predicativa entre os dois nominais definidos, nos mesmos termos explorados para as PEqs. Lembremos que o fato de um dos constituintes nominais não portar referencialidade entre as PEqs foi tomado como diretivo para sustentar a idéia de que o mesmo funcionava como predicado. Todavia, para o caso das Eqs, a autora assevera que, se aplicarmos os testes que permitem detectar a ausência de referencialidade, como os apresentados na seção anterior, acabaremos por concluir que os nomes próprios são portadores de referencialidade, o que consiste, obviamente, num resultado indesejado. A autora prefere encampar o que os testes de clivagem apontam em (44)-(45), assumindo o nome próprio como um predicado, mas

reconhecendo que, nas sentenças Eqs, esses constituintes demonstram uma propriedade inconveniente para o modelo que propõe.

Para solucionar o impasse, Heggie destaca que existe uma diferença nítida entre um nome próprio e um constituinte dêitico, quanto a uma espécie de *predisposição* para denotar. Nomes próprios são rótulos que apontam para um indivíduo, mas esse potencial de denotação precisa estar associado a um conhecimento apriorístico. O rótulo, contudo, existe desde antes de denotar; por exemplo, podemos saber que o Pedro existe, mas, se não soubermos quem ele é, podemos passar por ele numa festa, desconhecendo que a pessoa em quem esbarramos é a etiquetada como Pedro. Constituintes dêiticos, por sua vez, denotam automaticamente. Ao dizermos *aquele rapaz*, estamos apontando para um elemento demarcado no tempo ou no espaço, tanto para o falante quanto para o ouvinte, sem que qualquer conhecimento *a priori* precise ser determinado para definir o rapaz de quem estamos falando: o dêitico *aquele* assume esse papel de denotador automático. Nesse sentido, Heggie argumenta que constituintes dêiticos são mais referenciais que os nomes próprios. Sendo a força referencial um dos critérios de que se vale para determinar a função argumental ou predicativa de um constituinte da cópula, a autora conclui que tanto em *Aquele rapaz é o Pedro* como *O Pedro é aquele rapaz*, o sintagma dêitico é o candidato natural à função de sujeito, e o nome próprio, à de predicado.

Uma das conseqüências desse desdobramento defendido por Heggie é a fixação de uma hierarquia sobre a referencialidade de NPs/DPs à qual a cópula deverá ser sensível para determinar o predicado. Considerando as construções em (46) a seguir, o constituinte dêitico, se estiver presente, será sempre o sujeito da SC, independentemente de o outro termo ser um nome, um NP definido ou um NP indefinido, como em (46a), (46d) e (46e), respectivamente.

- (46) a. Aquele homem de azul é o Pedro. / O Pedro é aquele homem de azul.
b. O Pedro é o pai da Ana. / O pai da Ana é o Pedro.
c. O pai da Ana é um pobretão. / * Um pobretão é o pai da Ana.
d. Aquele homem de azul é o pai da Ana. / O pai da Ana é aquele homem de azul.
e. Aquele homem de azul é um pobretão. / * Um pobretão é aquele homem de azul.
f. O Pedro é um pobretão. / * Um pobretão é o Pedro.

Já a condição de *o Pedro* ou *o pai da Ana* será determinada pelas propriedades do outro termo da sentença. Diferentemente do que observamos em (46a), numa relação com um constituinte definido ou indefinido, o nome será sempre o sujeito; o definido somente será o sujeito numa relação com o indefinido, que atuará como um predicado diante de qualquer outro tipo de NP/DP. É possível então fixar uma hierarquia como a que segue, sugerindo uma direção para determinar

a relação SUJEITO-PREDICADO em construções copulativas: os elementos mais à direita teriam preferência sobre os demais para serem determinados como predicado.

(47) DÊITICOS < NOMES PRÓPRIOS < DEFINIDOS < INDEFINIDOS

Se esta abordagem estiver correta, será preciso resolver o caso de sentenças como aquelas que seguem em (48)-(50). Os constituintes integrados à cópula nos três casos são de um mesmo tipo, o que impede a hierarquia acima de ser aplicada. Heggie sugere que é preciso recorrer a informações semântico-discursivas para, em muitos casos, depreender o papel desses constituintes como sujeito ou predicado. As condições de determinação apontadas pela autora contam com fatores diversos, mas todos são perpassados pela pressuposição do falante acerca da natureza de uma informação como nova ou dada, ou ainda por outras condições pragmáticas.⁵⁷

(48) a. Aquele rapaz de azul é aquele rapaz que beijou a Ana.
b. Aquele rapaz que beijou a Ana é aquele rapaz de azul.

(49) a. O Roberto é o Pedro.
b. O Pedro é o Roberto.

(50) a. O pai da Ana é o tio de Roberto.
b. O tio do Roberto é o pai da Ana.

No caso em (48), por exemplo, se mantivermos a idéia de que o elemento mais referencial é o preferido para a função de sujeito, somos levados a analisar *aquele rapaz de azul* como o

⁵⁷ No caso em (i) a seguir, em que dois constituintes indefinidos são associados à cópula, a determinação da função de um ou outro parece depender de polarizações como causa-conseqüência (ver também Moro (1995,2000)): o constituinte que remete à conseqüência funciona como sujeito, a à causa, como predicado.

- (i) a. Um homem egoísta é um homem infeliz.
b. Um homem infeliz é um homem egoísta.

Para estabelecer um elemento como sujeito ou predicado vamos ter de saber, *a priori*, a interpretação atribuída à frase. Se estivermos considerando que alguém é infeliz por ser egoísta, vamos ter uma copulativa na ordem canônica em (ib), e uma copulativa invertida em (ia), com o predicado ocupando a posição pré-copular. E vice-versa.

A dinâmica pode ser mais bem observada nos casos em que a relação de causa e efeito somente pode se dar numa direção. Nas duas construções em (ii) a seguir, a leitura plausível é aquela em que os cuidados da mulher com o seu corpo resultam em seu envelhecimento. Notemos em (iii) que há apenas uma construção de clivagem possível: aquela prevista pela ocorrência de *uma mulher sempre bonita* como predicado. Dentro dos critérios empregados por Heggie, a conclusão é a de que, seja na posição pré-copular, seja na posição pós-copular, *uma mulher cuidadosa com o corpo* ocorrerá sempre como sujeito.

- (ii) a. Uma mulher cuidadosa com o corpo é uma mulher que nunca envelhece.
b. Uma mulher que nunca envelhece é uma mulher cuidadosa com o corpo.
- (iii) a. É uma mulher cuidadosa com o corpo que é uma mulher que nunca envelhece.
b. ?? É uma mulher que nunca envelhece que uma mulher cuidadosa com o corpo é.
c. ?? É uma mulher que nunca envelhece que é uma mulher cuidadosa com o corpo.
d. * É uma mulher cuidadosa com o corpo que uma mulher que nunca envelhece é.

portador dessa função; *aquele rapaz que beijou a Ana* portaria um *status* menos referencial que o outro constituinte por conter um estado de coisas que não se efetiva diante do falante ou do ouvinte, no instante da enunciação da cópula. De fato, os testes a seguir mostram que *aquele rapaz que beijou a Ana*, quando na posição pré-copular, se encontra numa posição que não é a de sujeito, assumindo os diagnósticos de clivagem proposta por Heggie (ver nota 56).

- (51) a. É aquele rapaz de azul que é aquele rapaz que beijou a Ana.
b. * É aquele rapaz que beijou a Ana que aquele rapaz de azul é.
c. * É aquele rapaz que beijou a Ana que é aquele rapaz de azul.
d. * É aquele rapaz de azul que aquele rapaz que beijou a Ana é.

Aquelas sentenças em (49) poderiam ser realizadas, por exemplo, para o caso em que uma mesma pessoa é tratada por nomes diferentes. Digamos que um indivíduo se chame Pedro Roberto, sendo tratado por alguns como Pedro, e por outros, como Roberto. Imaginemos uma pessoa que só o trate como Roberto, sem saber que um de seus nomes é Pedro. Numa determinada situação, essa pessoa ouve uma história sobre o Pedro, e afirma que nunca ouviu falar nesse tal Pedro, quando um amigo lhe diz: *Como não? O Pedro é o Roberto*, ou *Como não? O Roberto é o Pedro*. Se o amigo decidisse dar a notícia recorrendo a uma clivagem, seria possível a realização de algo como *Como não? É o Roberto que é o Pedro*. *Você não é amigo dele?* Entretanto, é impossível a realização de qualquer das construções de clivagem abaixo.

- (52) a. * Como não? É o Pedro que o Roberto é.
b. * Como não? É o Roberto que o Pedro é.
c. * Como não? É o Pedro que é o Roberto.

Para a frase em questão, concluímos que a informação que o falante pressupõe ser velha para o ouvinte é realizada como sujeito, e a nova, como predicado. Trata-se, a nosso ver, de uma conclusão alinhada com a idéia de que, quanto menos referencial for um constituinte, maior a disposição da cópula para demarcá-lo como predicado. Para o caso referido em (50), vai se seguir o mesmo padrão das sentenças em (49): *o pai da Ana* e *o tio do Pedro* vão se caracterizar como sujeito ou predicado, a depender se ocorrem como uma informação pressuposta ou não para o falante acerca do conhecimento do ouvinte.

Heggie também assevera que, em alguns casos, a hierarquia referencial sofre um aparente afrouxamento. Há construções, por exemplo, em que um nome pode ser menos referencial que o DP definido. Consideremos, por exemplo, a frase que segue.

(53) O país mais extenso do mundo é a Rússia.

Imaginemos a situação em que, equivocadamente, um aluno responda ao professor de geografia que o país mais populoso do mundo é a Rússia e o mais extenso, a China. O professor poderia corrigi-lo usando uma das construções a seguir.

- (54) a. Não! O país mais extenso do mundo é a Rússia.
b. Não! É o país mais extenso do mundo que é a Rússia.

A construção de clivagem em (b) deveria ser mal formada com *a Rússia* funcionando como sujeito. O que pode estar acontecendo nesse caso é uma proeminência referencial do DP definido sobre o nome, determinada pelas condições do discurso e pela relevância informacional dada pelo professor ao termo. Há, portanto, condições que levam a uma aparente violação da hierarquia referencial, alterando a gradação de referencialidade sobre os elementos que vão compor a sentença.

4.2.4 Sumário

Nesta seção, apresentamos em linhas gerais a argumentação de Heggie (1988) para validar a proposta de que o verbo copulativo nunca estabelece uma relação predicativa com os constituintes da sentença que integra. A autora defende que, mesmo entre as construções equativas, em que se associam dois sintagmas nominais definidos, a relação temática é estabelecida entre os nominais, e não por um tipo particularizado de cópula. Outro ponto da argumentação diz respeito à sensibilidade da cópula a uma hierarquia de referência para determinar qual dos nominais a que se associa vai funcionar como predicado: quanto menos referencial, maior a predisposição do constituinte para exercer a função predicativa. Sobre a estrutura da relação copular equativa, a autora defende duas possibilidades: uma canônica, em que o constituinte na posição pré-copular é o sujeito, e uma invertida, em que o constituinte frontado é o predicado. Essa vai ser a abordagem que vamos assumir para as copulativas do português brasileiro, com a diferença recaindo sobre a estrutura da SC dentro da qual a hierarquia de referência vai se estabelecer, matéria que vamos abordar na próxima seção.

4.3 Tópico, relações apositivas e cópula

Conforme apontado em 4.1, distinções como tético *vs* categórico ou *stage vs individual level* têm sido empregadas para determinar a configuração interna de uma SC. A idéia, em geral,

é a de que essas oposições possam estar refletidas na configuração da SC, pela instanciação de categorias que exerçam um papel na fixação de um ou outro sentido. Raposo & Uriagereka (2002), por exemplo, associam a marcação de um caso *default* à ocorrência de uma SC categórica, como apontado para os casos referidos anteriormente em (1)-(2), do irlandês (ver seção 4.1). Basilico (2003), da mesma forma, procura associar certos fatos sintáticos característicos de um ou outro tipo de SC à ocorrência de arquiteturas distintas: SCs que expressam uma predicação *individual level* (IL) instanciam o seu sujeito numa projeção de tópico, enquanto SCs com expressão de *stage level* (SL) vão instanciá-lo diretamente na projeção do item predicativo.

Se, de fato, houver diferentes arquiteturas associadas a um e outro tipo de SC, elas podem definir a configuração interna das construções com *ser* e *estar*. Sabemos que ILs apresentam a mesma relação semântica observada nas construções com *ser*, como observado em (55)-(56) abaixo, enquanto SLs geralmente reportam às construções com *estar*, como em (57)-(58). Estabelecer diferentes tipos de configuração para um e outro tipo de SC poderia, de alguma forma, elucidar as diferenças internas entre os dois tipos de cópula do português.

- (55) a. A Ana considera o Pedro um bom médico.
b. O Pedro é/*tá um bom médico.
- (56) a. O diretor nomeou o Pedro o chefe do almoxarifado.
b. O Pedro é/*tá o chefe do almoxarifado.
- (57) a. A Ana viu o Pedro gripado.
b. O Pedro *era/tava gripado.
- (58) a. A Ana encontrou o Pedro todo de preto.
b. O Pedro * era/tava de preto.

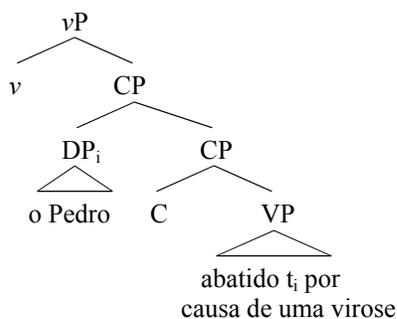
Constituintes apositivos também estabelecem uma certa correspondência com as sentenças copulativas. Observemos os sujeitos das construções em (59)-(62) a seguir, que ocorrem associados a um aposto. Constituintes de caráter SL, como nas duas primeiras construções, vão corresponder a um predicado de *estar*; já os que reportam a uma noção IL, a uma construção com o verbo *ser*. Essas correspondências sugerem que, se identificarmos duas estruturas possíveis para os constituintes apositivos, poderemos também elucidar as diferenças entre os predicados de *ser* e *estar*.

- (59) a. O Pedro, abatido por causa da virose, decidiu não ir trabalhar.
b. O Pedro *é/está abatido por causa da virose.

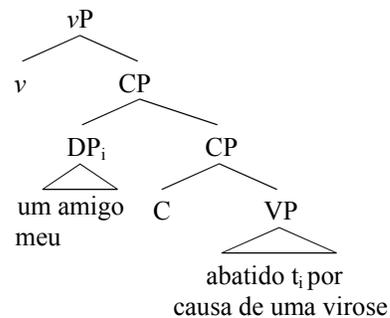
- (60) a. A Ana, orgulhosa com a entrada do filho para a Universidade, decidiu dar uma festa.
 b. A Ana *é/está orgulhosa com a entrada do filho para a Universidade.
- (61) a. José Alencar, o vice-presidente da República, criticou o acordo com o FMI.
 b. José Alencar é/*está o vice-presidente da República.
- (62) a. A Fernanda Montenegro, aquela atriz indicada ao Oscar, vai trabalhar na próxima novela.
 b. A Fernanda Montenegro é/*está aquela atriz indicada ao Oscar.

Partindo do que temos considerado até aqui para as sentenças com *estar*, a construção estativa em (59b), num dado ponto de sua derivação, deve contar com um objeto sintático como o que segue em (63a): *o Pedro* é gerado no interior de uma construção participial e, então, alçado para adjungir-se a CP, *locus* que lhe permite estabelecer uma relação com *v*. Se o sujeito da oração participial fosse um indefinido, teríamos a formação de um objeto como em (63b), subjacente à formação de uma sentença existencial: *um amigo meu* checaria seu traço de Caso partitivo contra o de *v*, permitindo a derivação de *tem um amigo meu abatido por causa de uma virose*. Notemos que a relação *stage level* entre o indefinido e o constituinte participial no interior da construção com *ter* é a mesma observada entre o definido e o constituinte participial na sentença com *estar*.

(63) a.



b.



Num caminho paralelo, vamos tentar estabelecer a configuração subjacente às relações *individual level*, que estão associadas às construções com *ser*. Como ponto de partida, inspiramo-nos em propostas como as de Basilico (2003), referida no início desta seção: SCs podem se valer de uma projeção TopP, com relações do tipo *individual level* sendo estabelecidas no domínio de Top. O que precisamos determinar é a forma como a SC interage com o verbo existencial, de modo a permitir a obtenção de *ser* a partir dos traços que realizam *ter*.

4.3.1 Sobre TopP

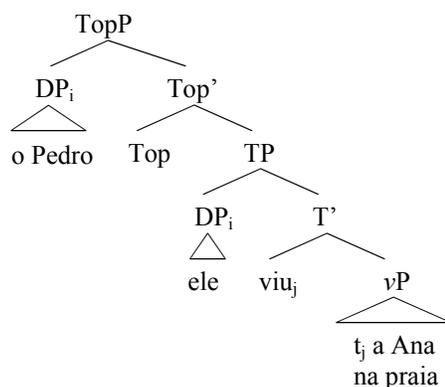
Na seção 4.3.2, vamos mostrar alguns correlatos semânticos que permitem explorar uma projeção de tópico, paralela à que se costuma assumir para a projeção existencial, interna à configuração de apostos com interpretação *individual level*. Veremos que a interpretação requerida para determinados tipos de constituintes nominais na posição de tópico sentencial é similar à requerida no interior dessas configurações.⁵⁸ Vamos adotar uma noção de tópico que permite caracterizar a relação estabelecida entre DPs instanciados na periferia esquerda da sentença e a própria sentença. São casos como em (64)-(67) a seguir.

- (64) O Lula, muita gente acha que ele está repetindo o FHC.
 (65) O Pedro disse que o carro, o conserto dele vai ficar em mil reais.
 (66) A Portela, ela não ganha um título desde a década de 80.
 (67) O Flamengo, o Romário garantiu que não joga mais nele.

Em linhas gerais, vamos assumir a existência de uma categoria funcional situada na periferia esquerda da sentença, acima de TP, em cujo domínio de checagem é instanciado um constituinte interpretado como o tópico da informação expressa na sentença. Para construções como a que segue em (68a), por exemplo, vamos ter a configuração em (68b), em que *o Pedro* é instanciado em [Spec,TopP] e refere um pronome resumptivo interno a TP.

- (68) a. O Pedro, ele viu a Ana na praia.

b.

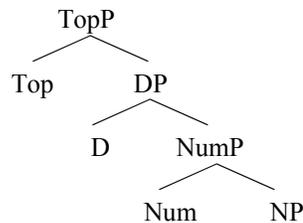


Uma das conseqüências de assumirmos uma projeção na sentença que instancie um constituinte interpretado como tópico é a possibilidade de caracterizarmos constituintes nominais

⁵⁸ Para abordagens mais detalhadas sobre a projeção de tópico em português, encaminho o leitor às propostas de Britto (1998), Duarte (1987) e Galves (2001).

nos mesmos termos. Lembremos que, na seção 2.4.2, assumimos a hipótese de que o DP, por exibir uma estrutura paralela à da sentença, pode abarcar as categorias que se costumam associar à periferia do CP. Assim, vamos assumir que constituintes nominais podem licenciar em sua configuração um núcleo Top, acima das projeções típicas de concordância (NumP, DP, QP), com as mesmas funções exibidas na constituição da sentença. Um constituinte nominal vai poder, dessa forma, apresentar uma estrutura como a que segue.

(69)



Abordagens nessa direção têm sido propostas, por exemplo, por Ntelitheos (2002) e Alexiadou (2001) na tentativa de determinar certas configurações codificadas no interior de DPs. Mais especificamente para Ntelitheos, assim como na sentença, a periferia de categorias como D pode ser empregada para fixar informações associadas, por exemplo, a informações como tópico, foco, posse, agentividade, dentre outras. O que vamos propor para as relações apositivas segue esta direção: como veremos na próxima seção, é possível assumir uma projeção de Top interna a DPs para determinar o caráter *individual level* observado nessas relações.

4.3.2 Restrições sobre DPs quantificados

Uma das propriedades mais proeminentes da topicalização são as restrições demonstradas por constituintes quantificados existencialmente para ocorrerem como tópicos. As restrições são provavelmente devidas à fraqueza ou nulidade referencial demonstrada por esses objetos. A referencialidade é uma condição que interfere na possibilidade de um constituinte ocorrer topicalizado, uma vez que essa marcação está atrelada a uma *informação dada*, expressa preferencialmente por constituintes definidos e/ou com interpretação de especificidade. Para detalhes em torno das propriedades de topicalização em português, encaminho o leitor ao trabalho de Duarte (1987), que sistematiza detalhadamente as propriedades semântico-discursivas e sintáticas das construções com tópico, e para o estudo de Pontes (1987), que assume ser o português brasileiro uma língua orientada para o tópico e divisa algumas propriedades demonstradas por constituintes topicalizados.

Mesmo havendo restrições, há casos de constituintes quantificados em que a topicalização é possível, desde que sobre o mesmo recaia uma marcação de especificidade, nos termos que assumimos na seção 2.4.3. Consideremos, por exemplo, as construções que seguem. Os nominais indefinidos topicalizados em (b) precisam demonstrar um caráter de especificidade que não é necessário para a boa-formação dos mesmos nominais em (a).

- (70) a. A Ana me disse que guardou três cadernos na mochila dela.
b. # Três cadernos, a Ana me disse que guardou na mochila dela.
- (71) a. A Ana me garantiu que viu muitos CDs baratinho na Fnac.
b. # Muitos CDs, a Ana me garantiu que viu baratinho na Fnac.
- (72) a. Eu ouvi vários médicos dizerem que a doença da Ana não tem jeito.
b. # Vários médicos, eu ouvi eles dizerem que a doença da Ana não tem jeito.
- (73) a. Dois turistas americanos declararam que gostam mais das praias brasileiras que das caribenhas.
b. # Dois turistas americanos, eles declararam que gostam mais das praias brasileiras que das caribenhas.
- (74) a. Dez países vão declarar moratória ao FMI até o final deste ano.
b. # Dez países, eles vão declarar moratória ao FMI até o final deste ano.

Em (70b), por exemplo, é preciso que esteja especificado no contexto um conjunto maior de cadernos além daqueles que a Ana diz ter guardado na mochila; em (70a), essa condição não é obrigatória. Em (71b), da mesma forma, é preciso que esteja pressuposto um conjunto limitado de CDs, muitos dos quais a Ana terá visto sendo vendidos na Fnac. Em (72b), o pressuposto pode passar pela idéia de que uma certa quantidade de médicos já foi consultada sobre a doença da Ana, e vários deles deram um parecer negativo; precisamos, da mesma forma que nas construções anteriores, ter um conjunto de médicos especificados sobre o qual o recorte do quantificador *vários* possa se aplicar. Os casos em (73b) e (74b) são mais sutis quanto a essa marcação. Embora sejam preferencialmente enunciados numa situação em que se tenha um conjunto de turistas americanos e de países previamente especificados, dentro dos quais se encontram aqueles aos quais o indefinido topicalizado remete, parece haver situações em que nenhum conjunto maior precise ser determinado. Contudo as situações que conseguimos imaginar, mesmo na ausência de um conjunto, são todas em que a própria quantidade expressa já passa a atuar como um conjunto bem determinado. Por exemplo, se numa reportagem de televisão sobre as praias do Brasil aparecem dois turistas americanos anunciando que preferem nossas praias às do Caribe, a frase tal como em (73b) poderia ser enunciada por um telespectador da reportagem ao contar o que ouviu para um amigo. Em tal caso, os dois americanos funcionam como um conjunto fechado, com todos os membros previamente identificados pelo enunciador. O

mesmo exemplo pode ser aplicado em (74b): se o falante tem conhecimento dos integrantes do grupo de dez países, o constituinte indefinido passa a ser especificado, e a sua topicalização é então licenciada.

Essas mesmas restrições são freqüentes quando procuramos montar relações apositivas ILs em que o constituinte anteposto é um indefinido. Consideremos os casos em (75)-(79) a seguir. As interpretações preferenciais para licenciar as apositivas em (b) são similares às observadas anteriormente para licenciar os indefinidos na posição de tópico.

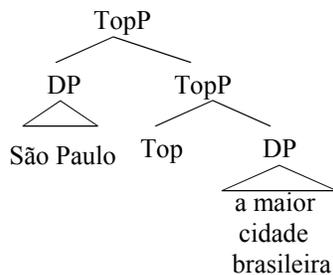
- (75) a. Três cadernos não cabem dentro da mochila.
b. # Três cadernos, os comprados na semana passada, não cabem dentro da mochila.
- (76) a. Muitos CDs vão sair de circulação.
b. # Muitos CDs, aqueles do Pixinguinha, vão sair de circulação.
- (77) a. Vários médicos disseram que a doença não tem jeito.
b. # Vários médicos, os que trabalham no plantão noturno, disseram que a doença não tem jeito.
- (78) a. Dois turistas pagaram mais de mil dólares para desfilas na Beija-Flor.
b. # Dois turistas, os americanos, pagaram mais de mil dólares para desfilas na Beija-Flor.
- (79) a. Dez países prometeram declarar moratória ao FMI.
b. # Dez países, os mais pobres da África, prometeram declarar moratória ao FMI.

Em (75b), é necessário pressupor um conjunto maior de cadernos no qual vão se incluir aqueles que se diz ter comprado na semana passada, condição que não é obrigatória em (75a). Em (76b), é preciso considerar que o tópico da conversa é um conjunto especificado de CDs, dentre os quais há os de Pixinguinha, que são muitos e vão sair de circulação. Em (77b), o conjunto de médicos que trabalham no plantão noturno precisa ser um subconjunto de médicos, pertencentes a um conjunto maior determinado pelo contexto. Em (78b), precisamos, por exemplo, pressupor um conjunto de turistas de várias nacionalidades, dentre os quais se acham dois americanos que compraram fantasias. Em (79b), deve haver um conjunto maior de países considerados no contexto, dos quais os dez países africanos mais pobres fazem parte.

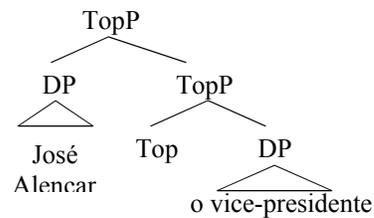
Há, portanto, um ponto em comum entre as relações apositivas e as construções com expressão de tópico: ambas tendem a restringir a ocorrência de constituintes indefinidos, exigindo que tenham, em muitos casos, uma leitura pressuposta ou especificada, nas mesmas condições discutidas em torno do complemento existencial no capítulo 2. Há, obviamente, um outro ponto em comum entre as relações apositivas e as construções com tópicos: ambas envolvem a associação de objetos lingüísticos para o estabelecimento de uma função semântica específica – a que relaciona, na estrutura da sentença, um elemento interpretado como tópico a uma informação acerca desse elemento.

No final da seção anterior, vimos que uma das possibilidades para configurar o constituinte nominal consiste na instanciação de uma categoria TopP, paralela à da sentença. Dadas as similaridades de caráter informacional entre as construções de topicalização em (70)-(74) e as relações apositivas em (75)-(79), vamos propor que estas sejam projeções máximas de uma categoria Top. Assim, relações como *São Paulo, a maior cidade brasileira* ou *José Alencar, o vice-presidente*, seriam configuradas como se segue. Os DPs *a maior cidade brasileira* e *o vice-presidente* vão ser paralelos à projeção do TP sentencial: eles vão poder ser dominados por TopP, no domínio do qual os DPs *São Paulo* e *José Alencar* serão instanciados.

(80)

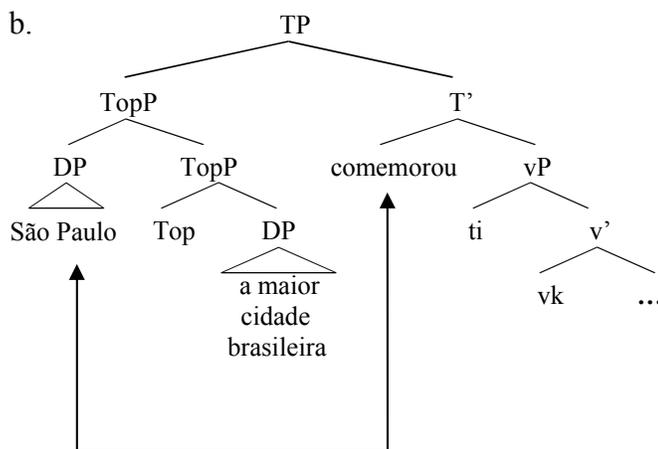


(81)



Inserimos os DPs topicalizados numa relação de adjunção a TopP para possibilitar que a relação apositiva, quando conectada à sentença, permita ao tópico nominal estabelecer relações de checagem com um núcleo relevante, nos termos de Kato & Nunes (1998) (ver seção 2.2.3). Por exemplo, numa construção como em (82) a seguir, é necessário que *São Paulo*, no interior do constituinte apositivo, satisfaça os requerimentos de checagem de T. A configuração em questão permite que *São Paulo* esteja no domínio mínimo de T, o que licencia a conexão da projeção apositiva nos domínios de checagem desse núcleo.

(82) a. São Paulo, a maior cidade brasileira, comemorou 450 anos em janeiro de 2004.



Consideremos agora as construções copulativas que seguem, construídas com os mesmos DPs associados naquelas relações em (75b)-(79b). O constituinte indefinido na posição pré-copular exibe as mesmas restrições que nos apostos e nas construções com tópico.

- (83) # Três cadernos são os comprados na semana passada.
- (84) # Muitos CDs são aqueles do Pixinguinha.
- (85) # Vários médicos são os que trabalham no plantão noturno.
- (86) # Dois turistas são os americanos.
- (87) # Dez países são os mais pobres da África.

A aceitabilidade dessas sentenças copulativas dependem de tomarmos os constituintes na posição pré-copular como remetendo a um grupo que compõe um conjunto maior, bem delimitado no contexto. A construção em (83), por exemplo, precisa ser ancorada de forma que possamos identificar um conjunto especificado de cadernos, tal como em *Três cadernos que vamos levar para o orfanato são aqueles comprados na semana passada*. No caso, temos um conjunto bem especificado de cadernos que serão levados para o orfanato, dentre os quais se incluem os três que foram comprados na semana passada. O mesmo tipo de ancoragem vai se aplicar para as copulativas em (84)-(87), exigindo que os indefinidos antepostos ao verbo sejam interpretados sob uma leitura partitiva/específica.

Diante desses fatos, vamos explorar a hipótese de que as construções copulativas contam em sua configuração com uma projeção de tópico. Em princípio, essa seria a explicação para o comportamento paralelo demonstrado entre as sentenças com topicalização, as relações apositivas e as sentenças copulativas que vão licenciar um indefinido numa determinada posição. Na próxima seção, vamos conciliar essa hipótese com os pressupostos que assumimos em 4.2.2 juntamente como Heggie (1988).

4.3.3 Do verbo existencial ao copulativo

Na seção 1.4.2, estabelecemos comparações entre construções copulativas e existenciais, considerando uma identidade temática entre o complemento de *ter* e o sujeito de *ser*. Propusemos que a cópula consistia no verbo existencial transformado, quando um dado elemento interno a vP era alçado para a posição de sujeito. O contraste foi esboçado a partir de sentenças como as que seguem em (88)-(90) a seguir. Em (88), o complemento de *ter* e o sujeito de *ser* apresentam, aparentemente, uma mesma leitura; em (89), o constituinte definido pode ocorrer como sujeito de

ser, mas não como complemento de *ter*; em (90), o *bare noun* complemento de *ter* não pode dispor de interpretação existencial quando ocorre como sujeito de *ser*.

- (88) a. Tem vários ministros de Lula favoráveis às reformas.
b. Vários ministros de Lula são favoráveis às reformas.
c. Tem algumas provas do Jairo muito fáceis.
d. Algumas provas do Jairo são muito fáceis.
e. Tem muitos deputados do PT extremamente radicais.
f. Muitos deputados do PT são extremamente radicais.
- (89) a. * Tem o Palocci favorável às reformas.
b. O Palocci é favorável às reformas.
c. * Tem a prova do Jairo muito fácil.
d. A prova do Jairo é muito fácil.
e. * Tem os deputados do PT extremamente radicais.
f. Os deputados do PT são extremamente radicais.
- (90) a. Tem deputados do PT extremamente radicais.
b. Deputados do PT são extremamente radicais.
c. Tem prova do Jairo muito fácil.
d. Prova do Jairo é muito fácil.
e. Tem praias cariocas conhecidas internacionalmente.
f. Praias cariocas são conhecidas internacionalmente.

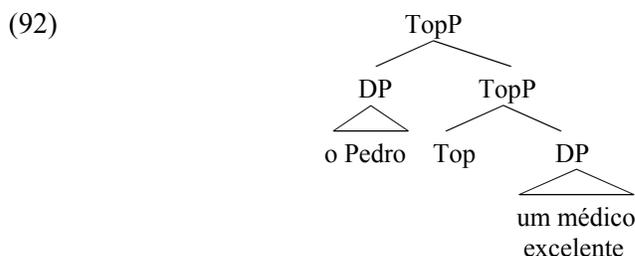
Tal como nas sentenças com *estar*, sugerimos na ocasião que as construções com *ser* devem passar por um estágio existencial. As construções copulativas deverão ser derivadas quando um DP no interior do ν P existencial é alçado para [Spec,TP], derivando a construção com *ser*. Trata-se da mesma implementação que propusemos no capítulo 3 para as construções com *ter*, em que ao alçamento de uma categoria para [Spec,TP] seguia-se a possibilidade de um núcleo Poss ser associado ao verbo existencial. Para iniciarmos a proposta técnica da derivação das construções com *ser*, tomemos o caso em (91a) a seguir. Se a hipótese do estágio existencial estiver correta, a relação entre *o Pedro e um médico excelente* deve ser estabelecida internamente a um ν P existencial. Notemos que essa mesma relação pode ser determinada numa construção apositiva, como em (91b).^{59 60}

⁵⁹ Há um comportamento demonstrado por muitas relações apositivas que, à primeira vista, é bem vindo para corroborarmos a sua associação com as estruturas de cópula: os constituintes da uma relação apositiva também podem alternar a sua posição, sem prejuízo aparente de sentido. É o que observamos nos casos em (i)-(ii) a seguir.

- (i) a. *O Pedro, aquele amigo da Ana*, adora participar de karaokê.
b. *Aquele amigo da Ana, o Pedro*, adora participar de karaokê.
- (ii) a. *A China, o país mais populoso do mundo*, vai enfrentar uma nova onda de gripe.
b. *O país mais populoso do mundo, a China*, vai enfrentar uma nova onda de gripe.

- (91) a. O Pedro é um médico excelente.
 b. O Pedro, um médico excelente, exerce sua profissão com afinco.

Vamos então explorar a possibilidade de a construção com *ser* partir de uma estrutura idêntica à que propusemos para as relações apositivas na seção anterior. Inicialmente, o DP definido *o Pedro* é instanciado como o tópico do DP *um médico excelente*.



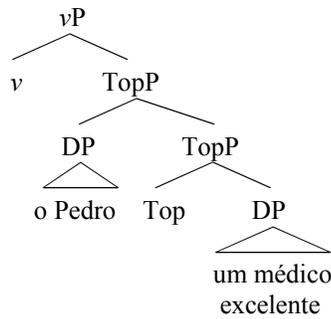
A projeção em (92) pode ser conectada ao verbo existencial, de modo a satisfazer os requerimentos seletivos deste: uma vez que essa operação é implementada, o DP *o Pedro* entra no domínio mínimo de v , como na configuração a seguir. Como esse DP é definido, ele não poderá checar o possível Caso partitivo do verbo existencial, permanecendo, então, disponível para efetivar outras relações de checagem que envolvam traço de Caso.

Não é simples, contudo, determinar se o que ocorre nas apositivas é uma simples possibilidade de alternância entre dois DPs no interior de uma projeção de TopP ou se, paralelamente, um dos constituintes está sempre destinado a ser o sujeito da relação, independentemente de seu frontamento ou não, tal como observamos para as copulativas. Notemos que, se essa segunda possibilidade for válida, será preciso postular um *locus* para onde o constituinte que funciona como predicado é movido, quando anteposto ao sujeito. Vamos deixar essa explicação em aberto, por não ser relevante para o que vamos propor em torno da obtenção de *ser* a partir dos traços formais correspondentes ao verbo existencial.

⁶⁰ Também nas construções com tópico sentencial do português brasileiro, o TP pode inverter sua posição com a do constituinte topicalizado, como observamos em (i)-(iii) a seguir. Essa possibilidade de inversão comum entre as relações apositivas e as de tópico sentencial evidenciam que ambas podem ser relações estruturalmente paralelas, efetivadas em torno de uma mesma categoria, que estamos assumindo ser o núcleo Top.

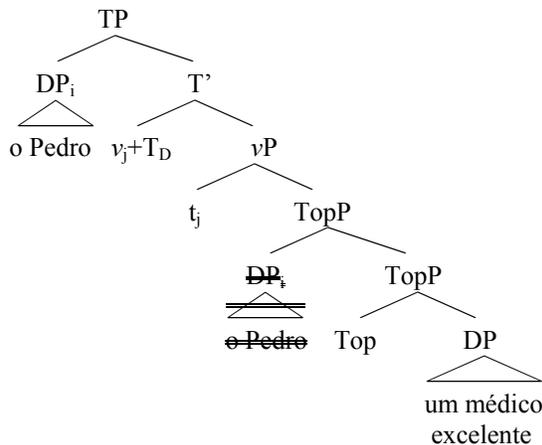
- (i) a. O Bush, ele vai ser reeleito.
 b. Ele vai ser reeleito, o Bush.
- (ii) a. A Ana, o Pedro disse que ela vai se casar.
 b. O Pedro disse que ela vai se casar, a Ana.
- (iii) a. O Jairo, ele disse que não vai dar aula hoje.
 b. Ele disse que não vai dar aula hoje, o Jairo.

(93)



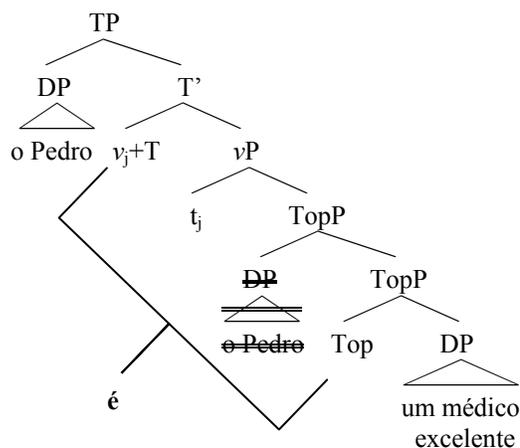
O próximo passo é conectarmos vP à categoria T. Uma vez que estamos tentando derivar uma sentença copulativa, que não é impessoal, temos de assumir que esse T requer um elemento em seu domínio de checagem para eliminar os seus traços não-interpretáveis. Nos termos de Viotti (1999), a computação vai arregimentar um T com os traços D e de nominativo.

(94)



Precisamos agora determinar o que conduz à inserção de informações fonéticas para a realização de *ser*. Notemos que há um elemento candidato a ser associado, sob condições de adjacência, ao complexo $v+T_D$: o núcleo Top. Vamos então assumir que $v+T+Top$, no componente morfológico, acessa a entrada vocabular que permite obter a forma *ser*. A representação final vai ser aquela em (95), com $v+T_D+Top$ correspondendo à realização da cópula.

(95)



Uma questão que se pode levantar é a da necessidade de conectarmos a projeção TopP ao verbo existencial, e não diretamente a T. Parece plausível considerar que apenas uma combinação de Top e T acesse a entrada de *ser*. As construções copulativas poderiam então ser caracterizadas como relações apositivas sentencializadas, com o núcleo topicalizador incorporado à categoria demarcadora de tempo. Lembremos, contudo, que precisamos dar conta dos paralelos de sentido observados entre construções existenciais e construções copulativas, amplamente discutidos nos capítulos 1 e 2. Se associássemos Top diretamente a T, perderíamos a chance de formalizar o paralelo a partir da identidade de traços presentes em um e outro verbo. Temos em mãos todos os ingredientes para fazer essa identidade depender do feixe de traços que permite obter o verbo existencial e, nestes termos, formalizar o paralelismo semântico. Seria um prejuízo, tanto empírico como conceptual, apartarmos *v* dessa relação.

Consideremos agora os casos em (96b)-(98b) a seguir. Vamos observar como a proposta de uma base apositiva associada ao verbo existencial pode explicar as diferenças e as semelhanças entre essas construções.

- (96) a. Tem algumas provas do Jairo muito fáceis.
b. Algumas provas do Jairo são muito fáceis.
- (97) a. * Tem as provas do Jairo muito fáceis.
b. As provas do Jairo são muito fáceis.
- (98) a. Tem provas do Jairo muito fáceis.
b. Provas do Jairo são muito fáceis.

Concentremo-nos inicialmente em (96), que é a única construção em que há aparentemente uma identidade de sentido entre a existencial e a copulativa. O que permite a identidade é a possibilidade de *algumas provas do Jairo* ser interpretado como [+ESP], resultado de haver um conjunto bem delimitado para o universo de provas consideradas. Embora a identidade de sentido seja evidente, as sentenças não demonstram um paralelo estrutural. Observemos, por exemplo, o contraste em (99) a seguir. Enquanto o constituinte pós-copular da sentença com *ser* pode ser realizado como um DP, na sentença com *ter* o mesmo tipo de constituinte não é admitido.

- (99) a. * Tem algumas provas do Jairo provas muito fáceis.
b. Algumas provas do Jairo são provas muito fáceis.

A copulativa com *estar* segue o padrão da existencial. Como observamos em (100) a seguir, se empregarmos o estativo, o constituinte nominal na posição pós-copular também passa a ser bloqueado. Essa propriedade em comum entre as copulativas com *estar* e as existenciais é

capturada pelo proposto no capítulo 2: o predicado existencial é a base para a formação das construções com o verbo estativo. É de se esperar, portanto, que os dois predicados se comportem da mesma forma no que diz respeito à natureza categorial do constituinte tomado como predicado.

- (100) a. Algumas provas do Jairo estão muito fáceis.
b. * Algumas provas do Jairo estão provas muito fáceis.

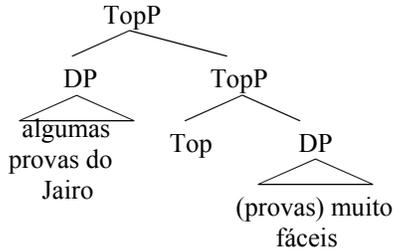
É de se estranhar, de fato, que a existencial e a estativa não possam suportar a mesma possibilidade demonstrada pelas copulativas com *ser*, se a relação predicativa estabelecida é aparentemente a mesma. Lembremos, contudo, que um dos contrastes que mais se costuma ressaltar entre as construções com *ser* e *estar* é o caráter *individual level* da primeira, e o *stage level* da segunda. Lembremos também que assumimos ser as relações apositivas *individual level* estruturalmente diversa das relações *stage level*: a nossa conclusão na seção 4.3.2 foi a de que as primeiras envolvem uma projeção TopP acima de um DP, enquanto as segundas, discutidas no início daquela seção, correspondem a *small clauses* com uma relação de predicação estabelecida diretamente entre o DP e uma seqüência capaz de licenciar tematicamente esse DP. Vamos ter, então, uma diferença semântica com um correlato estrutural entre as frases em (101) a seguir. A diferença semântica é óbvia: na primeira, estamos afirmando uma propriedade das provas do Jairo; na segunda, reporta-se, *grosso modo*, a uma condição de caráter mais transitório, sem qualquer implicação sobre se ser fácil é ou não uma marca inerente ao conjunto de provas considerado.

- (101) a. Algumas provas do Jairo são (provas) muito fáceis.
b. Algumas provas do Jairo estão (*provas) muito fáceis.

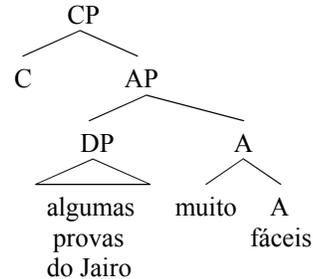
Dentro de nossa proposta, essa diferença é capturada por uma configuração diferenciada para a relação entre o sujeito e o predicado nos dois casos. Para a construção com *ser* em (101a), vamos assumir que, mesmo quando o N não é realizado, temos um DP na posição pós-copular (ver seção 4.3.5); a relação entre o sujeito e o predicado será, nesse caso, inicialmente estabelecida como em (102a) a seguir. A presença de um constituinte indefinido adjungido a TopP não causa os problemas apontados na seção anterior exatamente por ter um caráter inerentemente [+ESP]. Não há qualquer problema, por exemplo, para a ocorrência de uma construção como *Algumas provas do Jairo, a Ana disse que não conseguiu fazer*, em que o mesmo constituinte indefinido se encontra topicalizado. Para a construção com *estar*, o objeto

sintático inicial é o apresentado em (102b): *algumas provas do Jairo* estabelece uma relação temática direta com o adjetivo *fáceis*, na configuração de *small clause* que assumimos na seção 2.2.4.

(102) a.

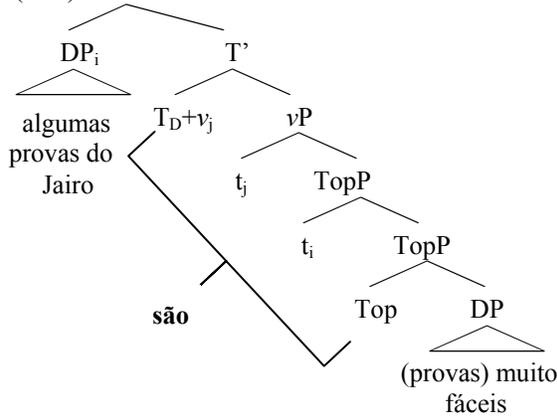


b.

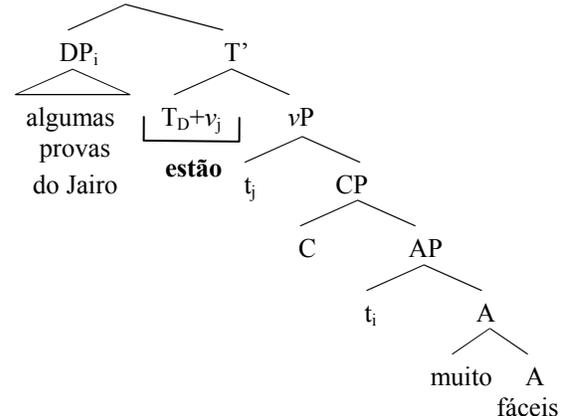


Para a derivação das duas sentenças copulativas, esses objetos deverão ser conectados ao verbo existencial, de modo a permitir-lhe estabelecer uma relação com um DP. Em seguida, esse DP é alçado para [Spec,TP], com vistas à checagem de traços, como representado nas duas estruturas em (103). A associação de $v+T_D$ a Top em (103a) acessa as informações para a realização de *ser*; a presença de traço D em T, juntamente com os traços abstratos correspondentes ao verbo existencial, acessa as informações para *estar* em (103b).

(103) a.

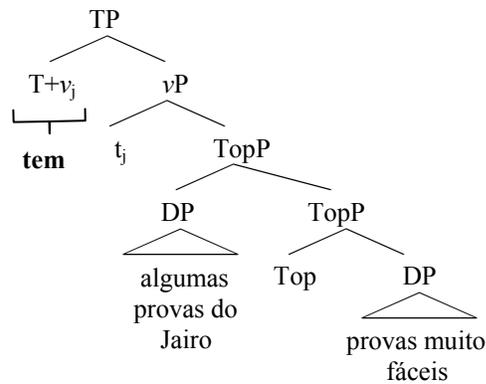


b.



Precisamos agora nos perguntar do porquê de aquela construção existencial em (99a) ser mal formada. Observamos ser impossível deixar um constituinte nominal junto a outro constituinte nominal para compor a coda de uma construção com *ter*-existencial. Em princípio, parece não haver razões de ordem semântica para tal impedimento. A representação abaixo é a que corresponderia à construção, se fosse bem-formada.

(104)



A explicação pode estar em que, nessa configuração, os traços em $T+v_j$ e Top vão se encontrar adjacentes no componente morfológico. Nos termos de Bobaljik (1995), o DP indefinido associado a Top não bloqueia a adjacência entre esses morfemas, uma vez que se encontra numa configuração de adjunção. Se o complexo $T+v_j+Top$ é formado, os traços a serem acessados devem ser o de *ser*, e não o de *ter*, daí a má formação de (99a).

Contudo, se esta explicação estiver correta, deveria ser possível a ocorrência de uma construção como a que segue em (105). Dado que *ser* pode, e deve, ser acessado no processo de inserção vocabular em (104), o esperado seria que o verbo copulativo pudesse entrar na configuração para resultar numa estrutura bem formada, o que vemos não ser o caso.

(105) * São algumas provas do Jairo provas muito fáceis.

O problema radica nos próprios traços que vão estar presentes na entrada vocabular de *ser*. Lembremos que o assumido até aqui é que a categoria T presente na entrada vocabular da cópula deve portar o traço D. Dessa forma, as informações fonéticas para a cópula somente vão ser acessadas se o complexo de traços for $T_D+v+Top$, e não $T+v+Top$, obtido em (104) acima. Isso implica que o DP indefinido precisa ser alçado para [Spec,TP], com vistas a checagem de traços em T; caso contrário, a derivação fracassa. A única construção possível a partir da configuração em (104) é, então, *Algumas provas do Jairo são provas muito fáceis*, cuja estrutura já foi representada anteriormente em (103a). Em suma, aquela estrutura em (104) não corresponde à nenhuma construção bem formada em português, uma vez que o complexo $T+v+Top$ é formado no componente morfológico, sem existir no sistema qualquer entrada vocabular que o satisfaça.

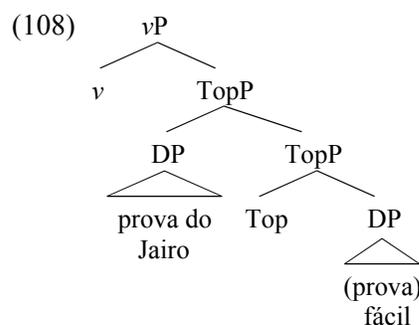
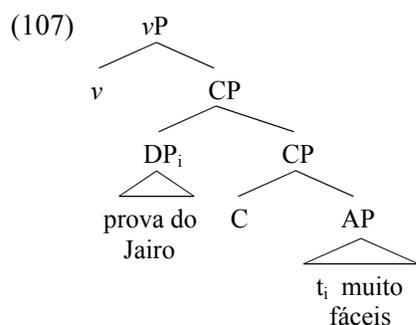
É importante ressaltar que, pela proposta de Halle & Marantz (1993), o sistema deve acessar a entrada vocabular com o maior número de traços presentes no nó disponibilizado pela sintaxe. Não deveria haver, considerando tal assunção, qualquer impedimento para que a entrada de *ser* fosse acessada, ainda que no nó resultante o traço D esteja ausente, como é o caso daquela

estrutura em (104). Contudo vimos no capítulo 2 que o feixe de traços associados a D pode portar informações relevantes para a composição de sentido da sentença. De alguma forma que não conseguimos ainda elucidar, certas propriedades de Top podem necessitar da presença de D para ser ativada e corretamente interpretada na interface conceptual. Portanto, sem desconsiderar a proposta de Halle & Marantz, que demonstra ser bem sucedida na explicação de uma série de fatos morfológicos, vamos considerar que D em T é essencial para que a presença de Top junto a $v+T$ possa acessar a entrada de *ser*. Na seção 4.4, vamos discutir alguns processos que parecem corroborar essa visão.

Passemos agora à discussão daquelas construções que apresentamos em (97)-(98). Dentro do assumido até aqui, a impossibilidade da existencial e o licenciamento do copulativo são explicados sem maiores problemas para (97): a única possibilidade de sucesso para a derivação seria alçar o DP definido até [Spec,TP], com o sistema arregimentando um T que porte os traços relevantes para efetivar a checagem. A estrutura derivada poderia ser *As provas do Jairo estão muito fáceis*, sob condições paralelas às da formação de (103b), já referida, ou *As provas do Jairo são (provas) muito fáceis*, se a relação predicativa fosse estabelecida entre dois DPs num Top conectado a v , como em (103a).

Sobre as construções em (98), repetidas a seguir, o quadro que estamos fornecendo prevê a diferença de interpretação para *provas do Jairo* em um e outro caso. Para simplificar a análise, vamos considerar que o constituinte nominal entra na derivação portando um D nulo, no qual *prova* se encontra adjungido, nos termos de Vangsnes (2001) (ver seção 2.4.2). O objeto sintático associado a (106a) é aquele em (107): *prova do Jairo* é inserido como o argumento externo de *fácil* e depois é adjungido ao CP, o que permite entrar no domínio mínimo de v . Já o objeto associado a (106b) deve ser aquele em (108): *prova do Jairo* é adjungido a TopP, também estabelecendo, em tal configuração, uma relação com o verbo existencial.

- (106) a. Tem provas do Jairo muito fáceis.
 b. Provas do Jairo são muito fáceis.



A diferença de interpretação para o DP resulta da relação estabelecida com diferentes categorias no interior do predicado existencial. Em (107), para que o objeto sintático corresponda a (106a), é preciso que *prova de Jairo* preencha os requerimentos para checar o Caso partitivo inerente de *v*. Dentro do que assumimos na seção 2, sua interpretação deve ser existencial, sem o quê sua natureza será incompatível com a do partitivo. Em (108), para que seja associado a Top, o *bare noun* não deve ter uma leitura exclusivamente existencial; diferentemente, a leitura de tópico não é licenciada (ver seção 4.4.2).

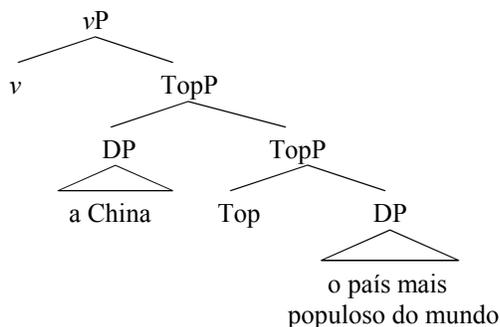
Em síntese, procuramos até aqui estabelecer a derivação das construções com *ser* a partir de um constituinte apositivo conectado ao verbo existencial. Esse constituinte é determinado como uma projeção nucleada por Top, que intermedeia relações do tipo TÓPICO-COMENTÁRIO. A nossa assunção é a de que o complexo $v+T_D+Top$, obtidos por condições de adjacência na morfologia, deve resultar no acesso à entrada vocabular de *ser*.

Esse ponto implica uma diferença crucial com relação à proposta de Heggie (1988). Como vimos na seção 4.2, Heggie considera que o sujeito sempre vai se encontrar em [Spec,I/TP]; o DP interpretado como predicado, quando frontado, vai se encontrar em [Spec,CP], com o verbo sendo movido para C. Diferentemente, vamos considerar que, quando o predicado é frontado, ele se encontra em [Spec,TP], e o sujeito permanece adjunto a TopP, sua posição de base. Para observarmos os desdobramentos da nossa análise, consideremos os casos em (109) a seguir.

- (109) a. A China é o país mais populoso do mundo.
b. O país mais populoso do mundo é a China.

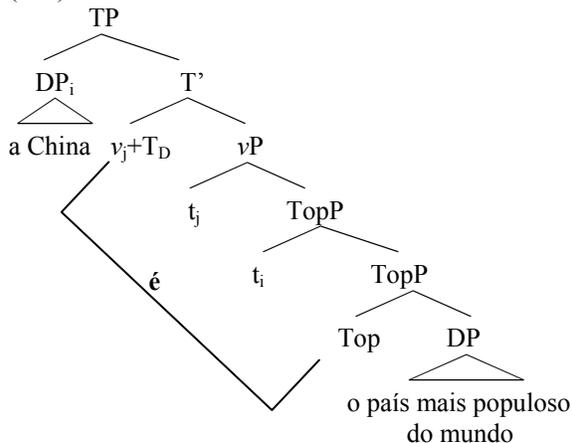
Quando a projeção da relação apositiva é tomada como complemento do verbo existencial, a relação predicativa já está determinada: o constituinte tomado como complemento de Top, o menos referencial, passa a atuar como o predicado; o constituinte mais referencial é o que vai se adjungir a TopP, sendo licenciado como o sujeito da relação. Observemos a configuração em (110) a seguir, que vai corresponder a um objeto sintático em comum entre as duas construções em (109): *a China*, mais referencial, entra na relação como sujeito, e *o país mais populoso do mundo*, menos referencial, como o predicado.

(110)

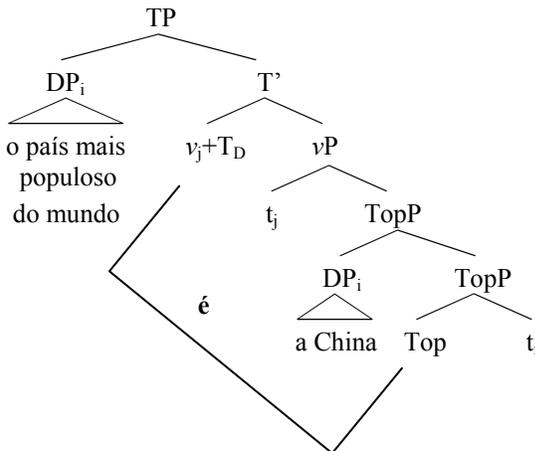


Qualquer um dos dois constituintes pode ser movido para a posição pré-copular, sem qualquer violação da Condição de Elo Mínimo, porque ambos se encontram equidistantes com relação a qualquer ponto da estrutura, nos termos de Chomsky (1995). Vamos considerar que essa posição é [Spec,TP]. Teríamos então, respectivamente, as estruturas a seguir: na primeira, se dá o alçamento do sujeito; na segunda, do predicado. Vale ressaltar que não há qualquer problema para o acesso à entrada vocabular de *ser* em (111b), dado que constituintes adjuntos não atuam como obstáculo para condições de adjacência no componente morfológico (ver seção 1.5.2).

(111) a.



b.



Podemos nos perguntar se não seria mais simples manter a proposta de Heggie (1988), para quem o predicado se encontra em [Spec,CP] quando frontado, com o DP sujeito permanecendo em [Spec,TP]. Cremos que a proposta de Heggie traz um complicador paralelo: vamos ter de considerar que o DP porta um traço que o atrai para [Spec,CP]; além disso, dado o aparato técnico minimalista, teríamos o problema de determinar o porquê de o DP em [Spec,TP] não estar contando para efeitos de minimalidade, uma vez que vai se encontrar mais perto do domínio de C que o DP tomado como predicado. Além disso, a proposta de Heggie prevê que construções como a que segue em (112a) são inaceitáveis: uma vez que o DP *o país mais populoso do mundo*

se encontraria em [Spec,CP] dentro de sua proposta, a construção bem formada deveria ser aquela em (112b), o que corresponde a uma previsão equivocada.

- (112) a. A Ana disse que o país mais populoso do mundo é a China.
b. * A Ana disse o país mais populoso do mundo que é a China.

Há ainda um outro complicador nessa abordagem. A autora toma casos do italiano, como em (113)-(115) a seguir, em que a cópula concorda obrigatoriamente com um só dos DPs, independentemente de sua posição pré ou pós-copular, para defender que o sujeito, quando pós-verbal, vai se encontrar em [Spec,I/TP].

- (113) Io sono il colpevole.
I am(1s) the culprit.
'I am the culprit.'

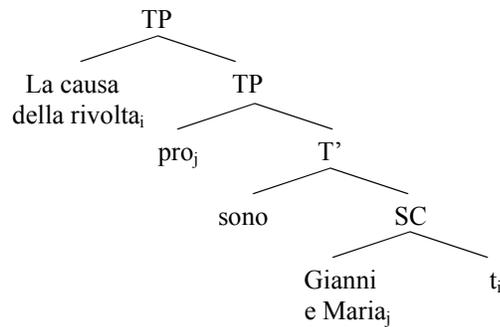
- (114) Il colpevole sono io.
the culprit am(1s) I
'The culprit is me.'

- (115) * Il colpevole è io.
the culprit is(3s) I (Heggie 1988:86)

O inglês, contudo, concorda o seu verbo obrigatoriamente com o elemento pré-copular, diferentemente do que vemos no italiano, como observamos em (116)-(117) a seguir. O sistema do inglês, portanto, não corrobora a hipótese de que o elemento pós-copular se encontra em [Spec,I/TP]. De acordo com Moro (1995), essas diferenças resultam de certas propriedades de parametrização, associadas à presença de *pro* em italiano, e a sua ausência em inglês. O autor defende que a língua românica pode instanciar *pro* em [Spec,TP], coindexado com o sujeito da predicação, que permanece interno a *vP*. Em termos minimalistas, isso não impede o constituinte do predicado de ser igualmente instanciado em [Spec,TP], tal como em (118). Uma vez que *pro* porta os mesmos traços do sujeito da predicação, T deve apresentar marcas de concordância com esse elemento, o que leva, no caso abaixo, à ocorrência da cópula no plural.

- (116) a. John and Mary are / *is the cause of the riot.
b. The cause of the riot *are / is John and Mary.
- (117) a. Gianni e Maria sono la causa della rivolta.
b. La causa della rivolta sono Gianni e Maria.
c. * La causa della rivolta è Gianni e Maria.

(118)



Em inglês, diferentemente, o único elemento em [Spec,TP] é o predicado, não havendo a possibilidade de instanciar qualquer *pro* co-indexado ao sujeito. A cópula, portanto, deve necessariamente concordar com o único constituinte nos domínios de checagem de T, seja ele o sujeito ou o predicado da *small clause*.

Quanto ao português brasileiro, o paradigma de concordância com a cópula não corresponde nem ao observado em inglês, nem em italiano. Dados como os que seguem mostram que, se o sujeito da predicação for posposto ao verbo, a concordância pode se dar tanto com o sujeito como com o predicado, que vai se encontrar anteposto. Da mesma forma que para o inglês, os fatos do português brasileiro não indiciam que o sujeito da predicação se encontra sempre em [Spec,TP], dentro do critério proposto por Heggie. Vamos, portanto, nos afastar de Heggie (1988) no que diz respeito ao *locus* final do predicado quando em posição pré-copular. Para esses casos, o DP sujeito vai permanecer adjungido a TopP, enquanto o DP que funciona como predicado é alçado para [Spec,TP].

- (119) a. As escolas de samba são a manifestação cultural mais popular do Rio de Janeiro.
b. * As escolas de samba é a manifestação cultural mais popular do Rio de Janeiro.
c. A manifestação cultural mais popular do Rio de Janeiro são as escolas de samba.
d. A manifestação cultural mais popular do Rio de Janeiro é as escolas de samba.
- (120) a. As andorinhas são o símbolo de Campinas.
b. * As andorinhas é o símbolo de Campinas.
c. O símbolo de Campinas são as andorinhas.
d. O símbolo de Campinas é as andorinhas.
- (121) a. Esses juízes corruptos são a vergonha do país.
b. * Esses juízes corruptos é a vergonha do país.
c. A vergonha do país são esses juízes corruptos.
d. A vergonha do país é esses juízes corruptos.

Cabe ainda uma observação sobre as relações de checagem envolvendo os traços de Caso. Sobre este ponto, estamos assumindo que o traço de Caso presente no DP adjungido a TopP é o nominativo, que deve ser checado contra o mesmo traço presente em T. No que diz respeito ao

DP que funciona como predicado, vamos considerar que ele entra na derivação sem qualquer traço de Caso a ser checado. Sua presença em [Spec,TP], permitindo a checagem do traço D-forte em T, vai adiar o alçamento do DP sujeito para o componente coberto, sem efeito em FF. Uma vez que, nos termos de Chomsky (1995) (ver seção 1.4.1), o traço de Caso nominativo é fraco, ele deve ser checado apenas em Forma Lógica; assim, o DP sujeito pode permanecer *in situ*, adjungido a TopP, na sintaxe visível.

4.3.4 A natureza categorial do predicado copular

Na seção anterior, sem maiores discussões, propusemos que o predicado na relação apositiva será sempre um DP, independentemente do N desse DP ser realizado ou não. Correlações como aquelas em (122)-(125) a seguir podem ser um ponto de partida para a defesa dessa hipótese: em geral, é possível substituir qualquer adjetivo no interior da sentença copular por um DP, sem prejuízo aparente para a interpretação da sentença.⁶¹

- (122) a. A prova do Jairo é muito fácil.
b. A prova do Jairo é uma prova muito fácil.
- (123) a. A Europa é excelente para a gente morar.
b. A Europa é um lugar excelente para a gente morar.
- (124) a. Campinas já foi mais pacata.
b. Campinas já foi uma cidade mais pacata.
- (125) a. Aqueles livros são da Ana.
b. Aqueles livros são livros da Ana.

Essa assunção vai nos permitir formalizar um contraste entre as copulativas com *ser* e *estar*. As construções com *estar* restringem a ocorrência de DP na posição pós-verbal, mas são

⁶¹ Os casos aparentemente mais complicados para corroborar esse ponto de vista são aqueles que apresentam um DP com interpretação genérica na posição de sujeito, como os que seguem.

- (i) a. Homens são insensíveis.
b. Galáxias são gigantescas.
c. Livros são essenciais para a boa formação.

Para esses casos, não é simples alocar um N associado ao adjetivo com os mesmos efeitos que naqueles casos em (122)-(125), que nos remeta pontualmente à natureza do grupo à que pertence o elemento na posição de sujeito. É possível, ainda assim, determinar para esses casos uma paráfrase com um DP na posição de predicado.

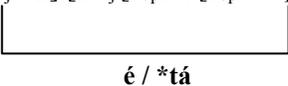
- (ii) a. Homens são seres / criaturas insensíveis.
b. Galáxias são agrupamentos de corpos celestes gigantescos.
c. Livros são objetos/coisas essenciais para a boa formação.

Além disso, o adjetivo, por si só, pode portar um caráter nominal, podendo estar associado a uma categoria D invisível em sintaxe aberta (ver, por exemplo, Abney 1987 e Perini 1996). Vamos assumir, desta forma, que o candidato natural a ser tomado como complemento de Top é um DP, mesmo que a manifestação no predicado seja apenas uma forma adjetival.

mais livres para a tomada de um constituinte adjetival na mesma posição, com podemos observar pelos dados a seguir.

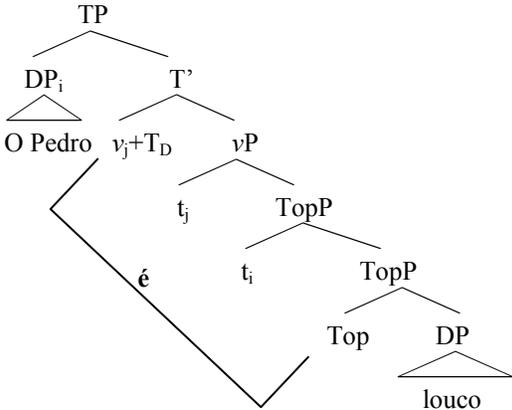
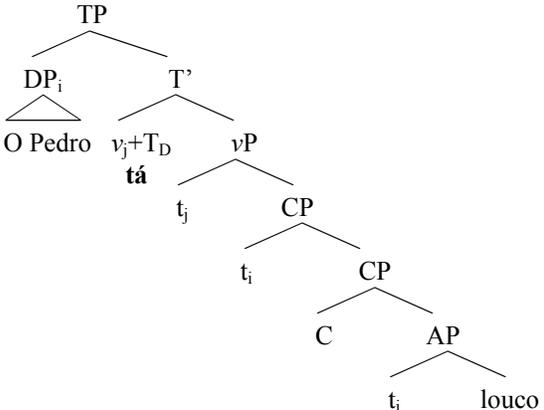
- (126) a. O Pedro é médico / professor / empresário / o pai da Ana.
 b. * O Pedro tá médico / professor / empresário / o pai da Ana.
- (127) a. O Pedro é louco / inteligente / bonito / difícil de encontrar.
 b. O Pedro tá louco / inteligente / bonito / difícil de encontrar.

Esse contraste resulta de projeções adjetivais poderem efetivar uma predicação, o que não é possível para DPs. Estes vão ter de ser tomados como complemento de Top para poderem atuar como predicados. Daí, em (126b), a impossibilidade de o verbo ser realizado como *estar*: uma vez que Top está presente na estrutura, ele estabelece condições de adjacência com $v+T_D$, levando à formação do complexo $v+T_D+Top$ no componente morfológico, como na representação esboçada em (128) abaixo. Em nosso modelo, a entrada vocabular acessada para esse feixe de traços é *ser*, e não *estar*.

- (128) $[_{TP} [_{DP} \text{O Pedro}]_i [_{T'} [_{T} v_j T_D] [_{vP} t_j [_{TopP} t_i [_{TopP} Top [_{DP} \text{médico}]]]]]]]$
- 

 é / *tá

Nestas condições, vamos assumir que, naqueles casos em (127), o predicado é um DP para as possibilidades em (a), e um AP, para os casos em (b). Na ausência de Top, a derivação das construções em (127b) pode acessar a entrada de *estar*, o que não ocorre para aquelas em (127a). As estruturas para *o Pedro é louco* e *o Pedro está louco* são dadas, respectivamente, a seguir.

- (129) a.
- 
- b.
- 

Em (129a), *o Pedro é* inicialmente adjungido a TopP e, posteriormente, alçado para [Spec,TP], com vistas à checagem de traços. Em (129b), a inserção de *o Pedro* se dá em [Spec,AP], no

interior de uma *small clause* adjetival, nos termos que assumimos na seção 2.2.3, juntamente com Starke (1995) para a configuração de SCs.

Uma evidência independente para essa abordagem é o licenciamento de clíticos para o predicado com *ser*, mas nunca com *estar*, como nos casos que seguem. Embora incomuns na modalidade oral do português brasileiro, esses casos com clíticos podem revelar uma diferença na estruturação interna das cópulas, se assumirmos que o pronome cliticizado é um substituto natural de constituintes nominais, mas não de predicados.

- (130) a. Louco, eu sei que o Pedro o é há muito tempo.
b. * Louco, eu sei que o Pedro o está há muito tempo.
- (131) a. Rico, o Pedro só vai sê-lo quando receber a herança.
b. * Rico, o Pedro só vai está-lo quando receber a herança.

Uma possível explicação para o contraste pode estar em que o clítico tenha licenciamento como complemento de Top, por *ser*, na verdade, uma categoria nominal, mas não pode ser a categoria predicativa de uma *small clause*, por não ser um potencial verificador de papel temático.

Nossa análise esbarra, contudo, em casos com *estar* que apresentam um DP indefinido com um conteúdo avaliativo, como em (132)-(135) a seguir.⁶²

- (132) Esse bolo tá/é uma delícia.
- (133) A Maria tá/é uma excelente professora.
- (134) A novela das sete tá/é uma chatice.
- (135) A festa do Jairo tava/foi um encontro legal.

⁶² *Ser* e *estar* podem também alternar em casos com PPs locativos na posição de predicado, como em (i)-(ii) a seguir.

- (i) a. O Rio Amazonas é na região norte.
b. O Rio Amazonas está na região norte.
- (ii) a. O banheiro é ao lado do quarto.
b. O banheiro está ao lado do quarto.

Observemos que, também para estes casos, a construção com *ser* pode ser parafraseada com um DP na posição de predicado, o que não ocorre entre as construções com *estar*. O contraste sugere que também esses casos podem ser tratados dentro da abordagem que estamos propondo.

- (iii) a. O Rio Amazonas é/*está aquele na região norte.
b. O banheiro é/*está aquele cômodo ao lado do quarto.

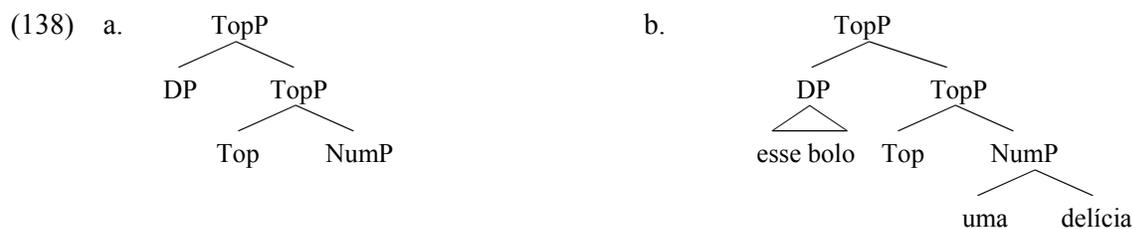
Para uma discussão ampla desses fatos, encaminho o leitor para Lemos (1987), que relaciona predicados locativos com *ser* e *estar* em português brasileiro, bem como estabelece as condições em que a construção locativa com um e outro verbo é determinada no processo de aquisição da língua.

Diferentemente, indefinidos com conteúdos não-avaliativos somente admitem a cópula *ser*, como vemos em (136)-(137) abaixo. Da mesma forma, DPs definidos, mesmo os avaliativos, não são bem formados em composição com *estar*.

- (136) a. A Maria *tá / é uma professora.
 b. A Maria ??tá / é a melhor professora da escola.
- (137) a. O Paulo Coelho *tá / é um escritor.
 b. O Paulo Coelho *tá / é o escritor brasileiro mais famoso.

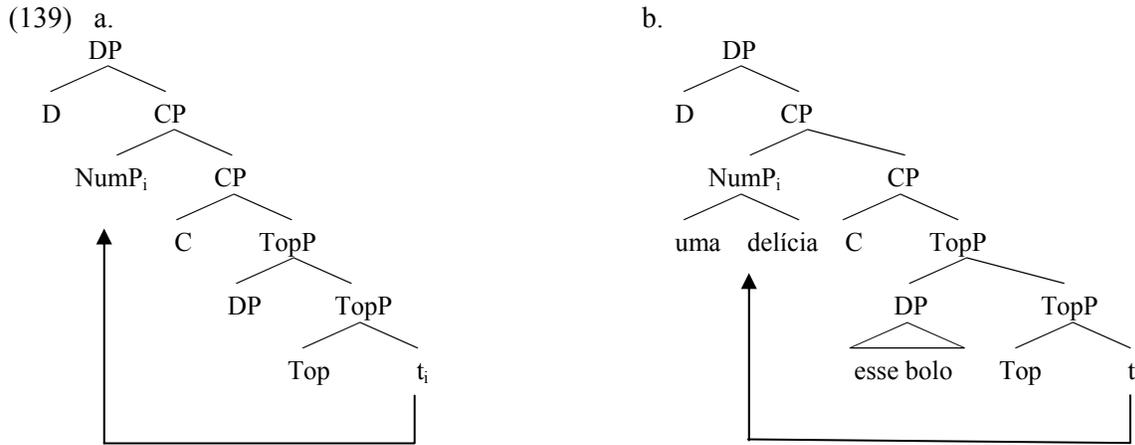
Até aqui, vínhamos considerando que as construções com *estar* não se valiam de TopP, dado que a entrada dessa projeção resulta no acesso à entrada vocabular de *ser*. Contudo estamos assumindo que a única forma de transformar constituintes nominais em predicados é tornando-os um complemento de Top. Somos levados então a considerar uma projeção nucleada por Top no interior de um predicado com *estar*. Se este for realmente o caso, o sistema deve configurar uma arquitetura que impeça os traços em Top de atingirem o complexo $v+T_D$ no componente morfológico, no caso das construções com o verbo estativo.

Vamos explorar a idéia de que um constituinte indefinido, quando complemento de Top, pode entrar na derivação como NumP, e não DP. Lembremos que, no capítulo 2, assumimos, juntamente com Longobardi (1994) e Vangsnes (2001), que apenas DPs podem ser tematicamente licenciados na posição de argumento do verbo. Constituintes nominais tomados como complemento de Top não precisam obedecer a esse requerimento, uma vez que no *locus* em que são inseridos não há qualquer requerimento temático envolvido. Há, portanto, a possibilidade de a configuração apositiva ser dada como em (138) a seguir, com Top se conectando a um NumP, e não a um DP, como predicado.

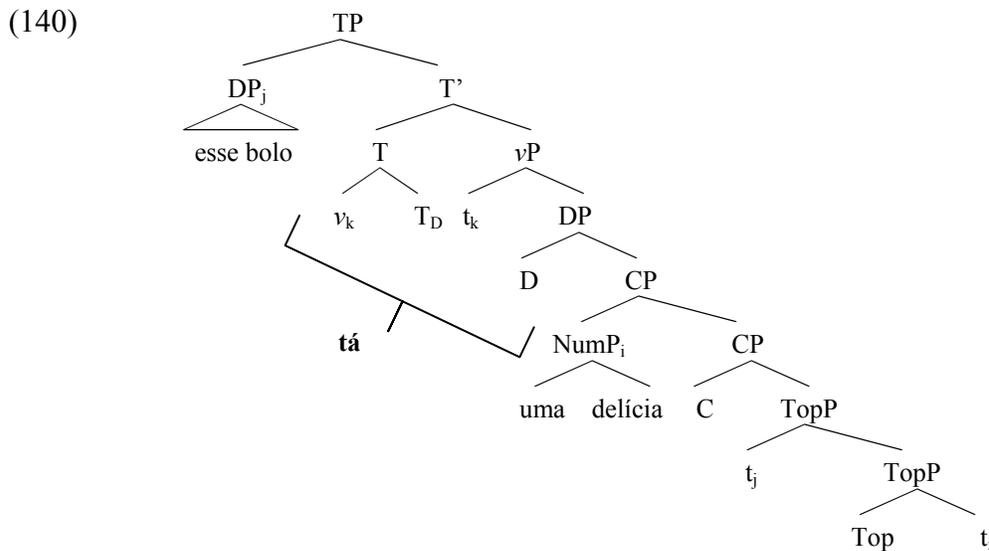


Digamos que o inventário de traços associados à configuração possa trazer um feixe de traços correspondente a D, que normalmente necessita de um NumP em seu domínio de checagem. Trata-se de casos paralelos aos das paráfrases estativas analisadas no capítulo 2, em que um núcleo D pode tomar escopo sobre uma relação predicativa contida num CP que vai compor a coda existencial. A configuração resultante dessas condições vai ser aquela em (139) a seguir. O

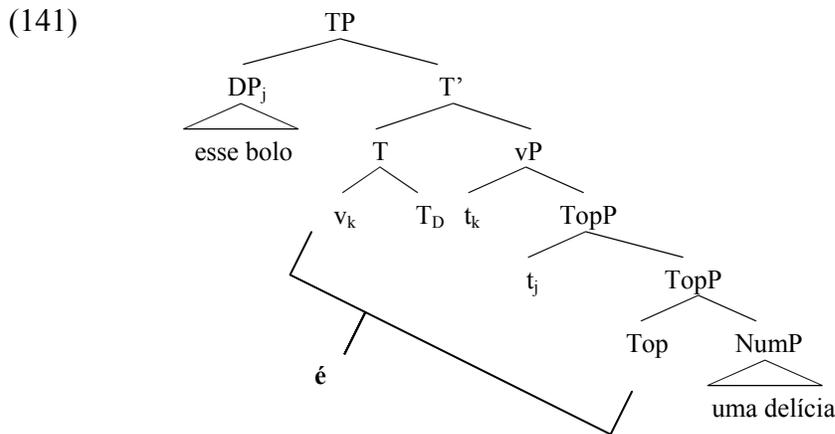
NumP deve ser adjungido a CP; quando conectado a D, o CP permite a alocação de NumP no domínio mínimo de D.



A derivação prossegue com as conexões de v e T à estrutura e o alçamento do DP *esse bolo* para [Spec,TP], com vistas à checagem de traços. A estrutura resultante é aquela em (140). Notemos que o núcleo Top se encontra distante de $v+T_D+D$ para que *merge* na morfologia seja efetivado. Além disso, não existe qualquer constituinte sob o domínio de Top destinado à realização fonética. Notemos ainda que, independentemente do D que nucleia a coda, o sistema vai acessar a entrada de *estar*, simplesmente pelo complexo $v+T_D$. A consequência da inserção de D, nestes termos, é o alçamento de NumP, bem como a criação de obstáculos para condições de adjacência entre $v+T_D$ e Top, bloqueando a realização de *ser*.



A inserção de *ser* vai estar condicionada à representação em (141) a seguir. Internamente a *vP*, existe apenas a projeção de *Top*: o DP *esse bolo* é alçado, com os traços *v*, *T_D* e *Top* estabelecendo adjacência e conduzindo ao acesso de *ser*.



Uma evidência de que constituintes nominais indefinidos estejam sendo instanciados como *NumP* é o estranhamento que sua presença causa na posição pré-copular, como nos casos que seguem.

- (142) a. Machado de Assis é um escritor.
b. *? Um escritor é Machado de Assis.

- (143) a. Solimões é um rio da Região Norte.
b. *? Um rio da Região Norte é Solimões.

- (144) a. ?? Uma delícia é esse bolo.
b. ?? Um horror foi aquele filme.

As construções em (142b)-(143b) e em (144) somente podem ser licenciadas sob um efeito de contrastividade, em contextos paralelos aos que seguem.

- (145) a. # Um escritor é Machado de Assis, e não esse tal de Paulo Coelho.
b. # Um rio da Região Norte é o Solimões, e não o Jequitinhonha.
c. # Uma delícia é esse bolo, e não aquele que você fez outro dia.
d. # Um horror foi aquele filme, e não o último capítulo da novela.

O estranhamento daqueles casos em (142)-(144) pode resultar da impossibilidade de *NumP* satisfazer os requerimentos de checagem de *T*. Uma vez que a projeção de *Num* não porta a categoria *D*, o traço *D*-forte de *T* não pode ser checado, o que impede a convergência da derivação. Nos casos em (145), o constituinte indefinido pode estar sendo realizado como um *DP*, que deve corresponder, dessa forma, a uma condição para estabelecer a leitura contrastiva.

Outra evidência para nossa análise é o conjunto de dados que segue, em que o DP indefinido vem acompanhado de uma oração relativa. Nesse casos, *estar* é bloqueado, o que não ocorre com *ser*.

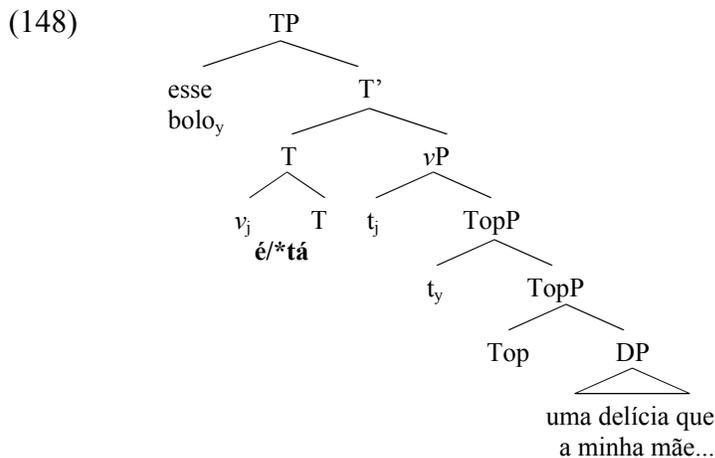
- (146) a. Esse bolo é/*tá uma delícia que a minha mãe sabe fazer desde pequenininha.
 b. A Maria é/*tá uma excelente professora que foi contratada pela universidade.
 c. A festa do Jairo foi / *tava um encontro legal que aconteceu na casa da Mary.

Seguindo Kato & Nunes (1998), vamos considerar que orações relativas são configuradas como em (144a) a seguir: *que* consiste num determinante instanciado juntamente ao N *delícia* na posição de complemento de *fazer*. O DP *que delícia* é então movido para se adjungir ao CP. Nesse *locus*, o N *delícia* sofre um novo movimento dentro desse DP, adjungindo-se à sua projeção máxima. Seguindo Kayne (1994), os autores assumem que o CP relativo deve estar conectado a uma categoria D. Dessa forma, *um/uma* deverá, seja como numeral, seja como artigo, ser realizado em D.

- (147) a. [DP uma [CP [DP **delícia**_i [DP **que t_i**]]_k [CP a minha mãe sabe fazer **t_k** desde pequenininha]]]



Nestes termos, a estrutura correspondente a (146a) é determinada como em (148) adiante, com o DP relativizado sendo instanciado como complemento de Top.



Nesta configuração, não podemos efetivar operações com o constituinte conectado como complemento de Top nos mesmos termos que propusemos na estrutura em (140): nenhum núcleo D mais externo vai atrair um DP para seus domínios; lembremos que D pode interagir com Num, mas não com uma projeção de outro D, dentro da proposta de Vangsnes (2001) que estamos assumindo. O predicado permanece então *in situ*, permitindo que Top esteja suficientemente

próximo a $v+T_D$ para permitir o acesso à entrada vocabular de *ser*, e não à de *estar*. Um sinal de que essa abordagem se encontra no caminho certo é a possibilidade de constituintes indefinidos com orações relativas não provocarem estranhamento quando ocorrem em posição pré-copular, diferentemente do que observamos naqueles casos em (142)-(144). Nas construções que seguem, não precisamos considerar efeitos de contrastividade para o seu licenciamento.

- (149) a. Uma delícia que a minha mãe sabe fazer desde pequenininha é esse bolo.
b. Uma excelente professora que foi contratada pela universidade é a Maria.
c. Uma chatice que não acaba nunca é a novela das sete.
d. Um encontro legal que teve na casa Mary foi o encontro do Jairo.

Resta ainda comentar a impossibilidade de constituintes nominais indefinidos não avaliativos serem tomados como predicado em casos com *estar*, como na construção em (150a) a seguir.

- (150) a. O Pedro é / **tá* um médico.
b. O Pedro é / *tá* um médico excelente.

A partir do que consideramos nesta seção, a possibilidade de *estar* ocorrer com NumP no predicado vai depender da entrada de uma categoria D na estrutura, acima da projeção de Top. No capítulo 2, argumentamos que, quando D ocorre dissociado de NumP, a leitura originada demonstra um certo caráter episódico ou transitório/adquirido (ver seção 2.4.3). Nos casos de que estamos tratando, esse caráter episódico pode ser traduzido em termos de uma interpretação cujo conteúdo somente tem validade sob uma condição transitória ou adquirida, mas não permansiva ou intrínseca. Sabemos, por exemplo, a diferença entre *o Pedro é um gatinho* e *o Pedro tá um gatinho*: na primeira, a propriedade é tratada como um atributo intrínseco a *o Pedro*; na segunda, não há qualquer indicação de que esse atributo é intrínseco, mas apenas a idéia de que, no momento da enunciação, o atributo pode ser aplicado a *o Pedro*.

Se a categoria D dissociada for a responsável tanto pela inserção de *estar* no componente morfológico quanto pela demarcação do caráter *stage level* atribuído ao predicado, a consequência é que constituintes não avaliativos vão causar estranhamento em casos com *estar*. Propriedades como *um médico* devem portar um grau de permansividade que não coaduna com o efeito gerado pela instanciação de D, como nos casos de interpretação associada à transitoriedade. Embora sintaticamente perfeita, a construção resultante é bloqueada na interface conceptual, dada a discordância entre as informações processadas no interior do predicado e aquelas disponibilizadas pelo conhecimento enciclopédico (ver seção 3.4).

4.3.5 Sumário

Nesta seção, assumimos que *v* pode se conectar a uma relação apositiva, intermediada por traços condensados em Top. No componente morfológico, essa categoria entra em adjacência a $v+T_D$, levando o complexo resultante a acessar a entrada vocabular de *ser*. Também formalizamos a possibilidade de tanto o sujeito como o predicado da cópula poderem ser alternados na posição pré ou pós-copular: tanto um como o outro pode ser alçado para [Spec,TP], com o constituinte pós-copular permanecendo em sua posição de base. Apresentamos ainda evidências para a natureza nominal do predicado copulativo, que pode ser um DP ou um NumP. Se NumP, a relação pode resultar numa construção com *estar*, pela inserção de uma categoria D que toma escopo sobre a relação apositiva, determinando uma interpretação *stage level* para a sentença.

4.4 Sobre a terceira cópula

Kato (2003b) chama a atenção para a existência de construções, em português brasileiro, que remetem ao mesmo conteúdo das sentenças copulativas, sem que o verbo copulativo seja realizado. São casos como os que seguem em (151), que remetem às mesmas relações que observamos no interior de *small clauses* opinativas, como em (152). De acordo com a autora, o funcionamento dessas SCs poderiam revelar o que permite a ocorrência de relações sem a manifestação do verbo.

- (151) a. Muito levado aquele filho da Ana.
b. Um pouco sem graça o último capítulo da novela.
c. Uma maravilha o primeiro dia de aula.

- (152) a. Eu achei muito levado aquele filho da Ana.
b. Eu achei um pouco sem graça o último capítulo da novela.
c. Eu achei uma maravilha o primeiro dia de aula.

Há, contudo, uma diferença com relação às SCs: enquanto estas admitem que o sujeito seja fronteado, as copulativas sem verbo são má formadas em tal condição. Como podemos observar em (153)-(155) a seguir, se o sujeito for fronteado, a realização do verbo passa a ser obrigatória.

- (153) a. Eu achei aquele filho da Ana muito levado.
b. Aquele filho da Ana *(é) muito levado.

- (154) a. Todo mundo achou o último capítulo da novela um pouco sem graça.
b. O último capítulo da novela *(foi) um pouco sem graça.

- (155) a. Eu achei o primeiro dia de aula uma maravilha.
b. O primeiro dia de aula *(foi) uma maravilha.

Para Kato, aqueles casos em (151) vão se construir com um terceiro tipo de cópula, que não precisa ser foneticamente realizada. Vamos mostrar aqui que um terceiro complexo de traços pode estar envolvido na determinação dessas construções, o qual não vai corresponder nem à realização de *ser*, nem à de *estar*, mas a uma entrada vocabular que parece não dispor de informação fonética. Doravante, vamos nos referir a esse item como *cópula-z* (de *cópula-zero*).

Uma outra propriedade das relações intermediadas pela cópula-z é que elas vão poder ser realizadas tanto com *ser* como com *estar*, seja com o sujeito na posição final, seja com o sujeito frontado.

- (156) a. Tá/é muito levado o filho da Ana.
b. O filho da Ana tá/é muito levado.
c. Muito levado o filho da Ana.
- (157) a. Tava/foi um pouco sem-graça o último capítulo da novela.
b. O último capítulo da novela tava/foi um pouco sem graça.
c. Um pouco sem graça o capítulo dessa novela.
- (157) a. Tava/foi uma maravilha o primeiro dia de aula.
b. O primeiro dia de aula tava/foi uma maravilha.
c. Uma maravilha o primeiro dia de aula.

Já os casos em que *ser* e *estar* não podem ser alternados parecem rejeitar a cópula-z, como verificamos a seguir.

- (159) a. O Pedro tá/*é bêbado.
b. * Bêbado o Pedro.
- (160) a. Essa novela *tá/é uma adaptação de um romance do Jorge Amado.
b. * Uma adaptação de um romance do Jorge Amado essa novela.
- (161) a. O Pedro tá/*é bem da gripe.
b. * Bem da gripe o Pedro.
- (162) a. Didi *tava/foi um jogador da seleção campeã de 58.
b. * Um jogador da seleção campeã de 58 o Didi.

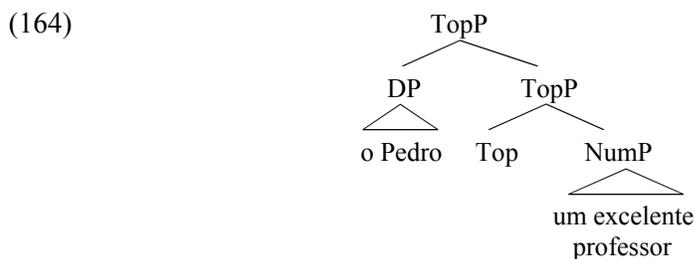
De uma forma geral, a cópula-z vai ser licenciada naqueles casos em que o predicado remete a um conteúdo avaliativo, como os destacados na seção 4.3.5. Naquelas condições, vimos que uma projeção apositiva estava envolvida, e que Top tomava como complemento não um DP, mas um NumP. Isso quer dizer que vão estar em jogo, nos contextos da cópula-z, pelo menos cinco categorias funcionais: T, *v*, D, C e Top. De alguma forma, as diferentes categorias podem estar

atuando num caminho tal que ora a entrada acessada é a de *ser*, ora é a de *estar*, ora é a da cópula-z.

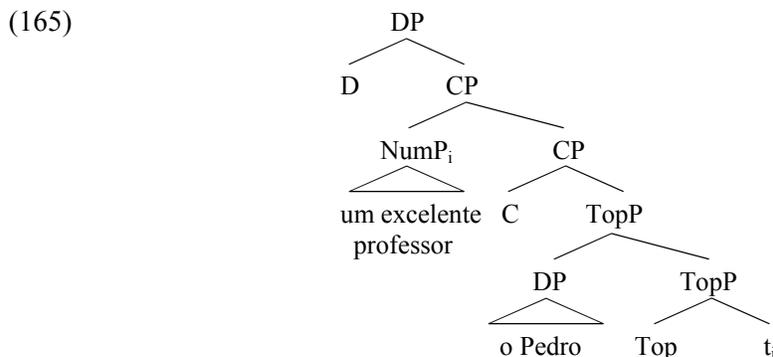
Consideremos as construções em (163), que reúne as condições que apontamos para permitir a cópula-z: a forma verbal escolhida pode alternar entre *ser* e *estar*, bem como o predicado dispõe de um carácter avaliativo.

- (163) a. É um excelente professor o Pedro.
 b. Tá um excelente professor o Pedro.
 c. Um excelente professor o Pedro.

A derivação das três construções conta inicialmente com um objeto como o que segue. Uma relação apositiva é estabelecida entre *o Pedro* e *um excelente professor*, com este último consistindo em um NumP. Lembremos, do final da seção anterior, que predicados indefinidos podem ser conectados a Top sem lançar mão de uma categoria D, uma vez que não há relação temática envolvida na operação.



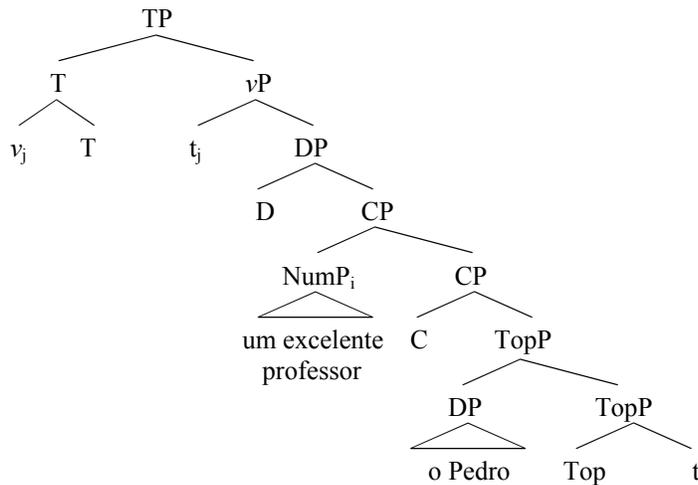
O alçamento de NumP para uma posição mais alta deve ser determinada pela presença de uma categoria D na estrutura. Essa categoria pode ser conectada a um CP que tenha o nominal indefinido a ele adjungido, numa configuração como a que segue.



O próximo passo é a conexão de *v* e T à estrutura. Uma vez que, nas orações de que estamos tratando, não há qualquer elemento na posição de sujeito, a categoria T conectada não deve portar

traço D-forte. Nessa condição, o elemento em [Spec,TopP] pode permanecer *in situ* na sintaxe visível.

(166)

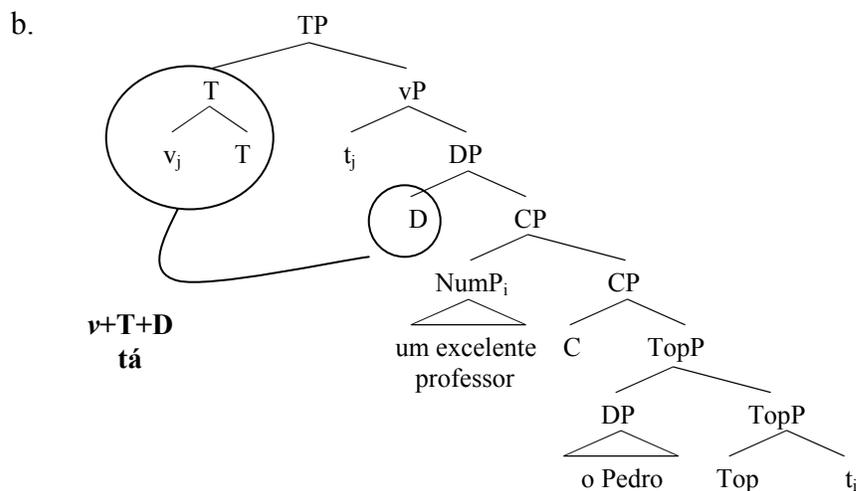
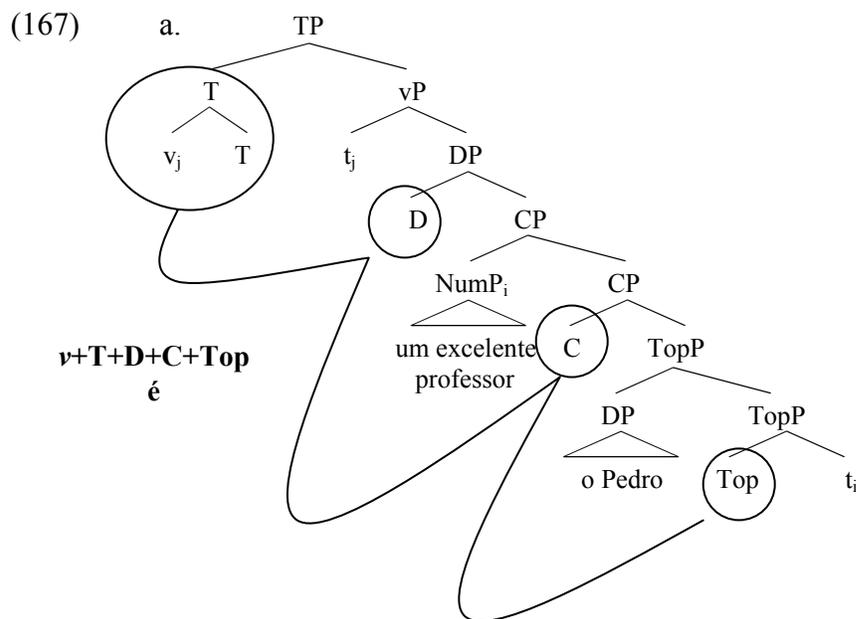


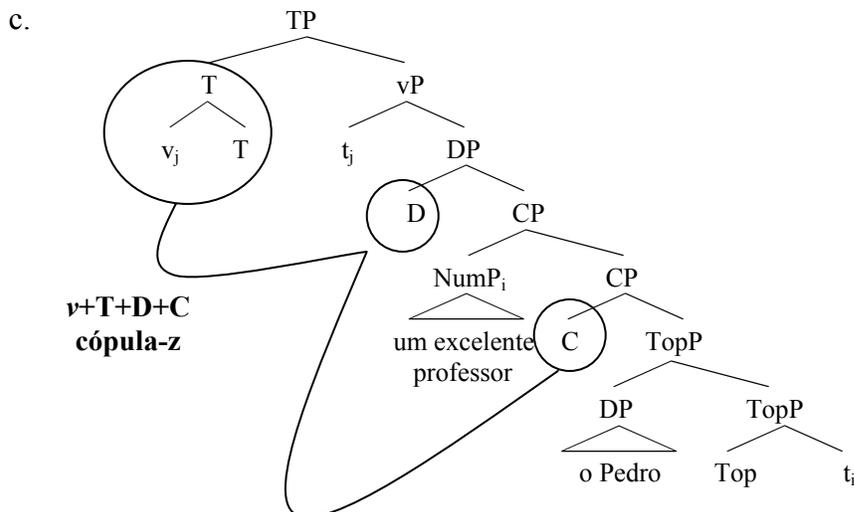
Temos agora uma configuração inusitada, no que diz respeito às possibilidades de formação dos complexos de traços. Três combinações podem ser estabelecidas, uma vez verificadas as condições de adjacência no componente morfológico: $v+T+D$, $v+T+D+C$ e $v+T+D+C+Top$. Lembremos que o NumP e o DP, adjungidos respectivamente a CP e TopP, não vão consistir em obstáculos para a adjacência, nos termos que assumimos juntamente com Bobaljik (1995,1996) na seção 1.5. Isso significa que Top sempre vai estar disponível para ser associado a C; e C+Top, para ser associado a D. Da mesma forma, não há em princípio impedimento para que C se associe a D, deixando Top para trás. Também não existe qualquer impedimento para que C+Top, uma vez formado, não seja incorporado a D. Os traços que deverão ser obrigatoriamente agrupados, diante de condições de adjacência imediatas, são os de $v+T$ e D.⁶³

Se esta análise estiver correta, o sistema deverá ter a sua disposição três entradas vocabulares, associadas às possíveis combinações de traços resultantes em (167). Sabemos que

⁶³ Para aquela estrutura analisada em (99a)/(104), assumimos que Top, obrigatoriamente, deve se incorporar ao complexo $v+T$. Explicamos a má-formação da estrutura, que resulta em algo como **São/*Tem algumas provas do Jairo provas muito fáceis*, pela necessidade de T portar traço D, de modo a permitir que a entrada vocabular de *ser* seja acessada, o que não ocorre. Para sermos coerentes, deveríamos assumir que, em (166), pelo menos a categoria C vai ser incorporada obrigatoriamente a D, contrariamente ao que estamos propondo para essa configuração. Contudo, diferentemente do que observamos em (99a)/(104), a categoria D pode, em (166), estar sendo relevante para determinar a opcionalidade de *merge* entre núcleos, mesmo que outros traços estejam a ela adjacentes e disponíveis para a operação na morfologia. Como temos argumentado, D porta um *status* semântico relevante para determinar o acesso de um feixe de traços a uma entrada vocabular. Por si só, $v+T+D$ vão ter uma autonomia com relação a C ou a Top que não vai ser demonstrada pela relação de $v+T$ a Top, na configuração em (99a). Vamos então manter esse ponto-de-vista para caracterizar as relações entre diferentes núcleos, bem como para a combinação desses núcleos dentro do modelo.

na combinação que conta com Top, a entrada vocabular acessada é a de *ser*. Também sabemos que a entrada que conta com $v+T+D$ contém as informações para a realização de *estar*. Deve ser então o caso de o complexo $v+T+D+C$ acessar a entrada para a cópula-z. As representações das construções em (163) vão ser aquelas configuradas a seguir.





Se, conforme em (167a), o sistema aproveitar a adjacência apenas até o alcance de D, a entrada vocabular correspondente é a de *estar*; se o aproveitamento se der até Top, como em (167b), o sistema acessa a entrada de *ser*; se o sistema não incluir Top, aproveitando apenas os traços em C, como em (167c), a entrada acessada é a da cópula-z, nula em termos fonéticos.

Essa análise explica o porquê de a inserção do verbo *ser* obrigatória nos casos em que o sujeito da relação ocorre fronteado, como observamos naqueles casos apresentados em (153b)-(155b). Como discutimos em 4.3.5, o alçamento do DP para [Spec,TP], com a permanência de NumP *in situ*, deixa o complexo $v+T_D$ diretamente adjacente a Top, o que leva à inserção obrigatória de *ser* (ver as estruturas em (141) e (148)). Da mesma forma, o alçamento de NumP para uma posição acima de Top, seguido do alçamento do elemento adjungido a TopP para [Spec,TP], resulta na combinação $v+T_D$, associada a *estar*. Em nenhum desses casos vai haver a formação de $v+T+D+C$, que resulta na cópula-z.

4.5 A cópula pronominal

Uma evidência para o quadro que propusemos neste capítulo pode ser a ocorrência da chamada *cópula pronominal* em línguas como o hebraico, o polonês e o gaélico. Se seguirmos propostas como as de Galves (2001), para quem Top vai consistir num conjunto de traços- ϕ , é plausível considerar que a cópula pronominal corresponde à realização fonética de Top.^{64 65} Para

⁶⁴ Seguindo Galves (2001:246-247), podemos considerar que, em português brasileiro, a projeção de Tópico corresponde, na verdade, à projeção do núcleo funcional *Pess(oa)*. Na proposta da autora, essa projeção, que domina TP, preenche os requisitos fixados por Chomsky (1995) para a determinação de categorias funcionais: possui traços [+Interpretável], dada a sua função dêitica, e desempenha um papel relevante na sintaxe. Nos termos da teoria de checagem, *Pess* deve portar traços- ϕ não-interpretáveis, que deverão ser checados ou pelos traços- ϕ de algum constituinte em seu especificador, ou por traços- ϕ que se movam, em sintaxe aberta ou coberta, até seu domínio de

exemplificar, observemos os dados do hebraico, em (168)-(171) a seguir. Quando no presente, algumas construções copulativas apresentam duas possibilidades: ou nenhuma forma verbal é realizada, ou uma forma pronominal concordando com o sujeito é inserida. A exceção para a opcionalidade são aqueles casos em (170)-(171), em que a forma pronominal vai ser obrigatoriamente realizada.

(168) Dani (hu) nexmad.
 Dani MASC.SG Nice
 ‘Dani is Nice.’

(169) Dani (hu) rofe.
 Dani MASC.SG doctor
 ‘Dani is a doctor.’

(170) Dani *(hu) mar yosef.
 Dani MASC.SG Mr. Yosef
 ‘Dani is Mr. Yosef.’ (Rothstein 1995:28)

(171) ha-horim Seli *(hem) shira ve-yosi kats
 the parents mine MASC.PL Shira and Yosi Kats
 ‘My parents are Shira and Yosi Kats.’ (Adger & Ramchand 2001:27)

checagem. A conjunção da marcação de traços em T, Pess e Comp determinaria uma série de propriedades das línguas naturais em torno da legitimação de pronomes clíticos e das relações de predicação. No que diz respeito às relações de predicação, que nos interessam de imediato, Pess e T em português brasileiro estariam de tal modo intrincados que um elemento nos domínios de checagem de PessP pode ser o sujeito da sentença sem funcionar como o argumento externo do verbo. É o caso, por exemplo, das construções que seguem.

- (i) Os relógios estragaram o ponteiro. (Galves 2001:259)
- (ii) Esses disquetes não gravam direito.
- (iii) As revistas estão xerocando. (Galves 2001:244)
- (iv) Os carros da Fiat vendem bastante.

Os constituintes na posição de sujeito dessas construções não são o argumento externo do verbo; contudo, estabelecem concordância com esse item. Tais construções são típicas daquelas línguas ‘orientadas para o tópico’, condição sugerida por Pontes (1987) para o português brasileiro, e largamente explorada nos estudos de Galves. Em termos formais, a condição pode ser capturada pela idéia de que PessP consiste, em português brasileiro, numa extensão de TP: de alguma forma, o DP nos domínios de PessP estaria também nos domínios de checagem de T. Essa propriedade do português brasileiro, exclusiva entre as línguas românicas, vai explicar o comportamento observado em (i)-(iv) acima: *os relógios*, *esses disquetes*, *as revistas* e *os carros da Fiat* se encontram em Pess e, nessa condição, podem checar os traços de T, dada a imbricação entre os dois núcleos nessa língua.

⁶⁵ Uma primeira questão que se pode levantar sobre o assumido na nota em 64, juntamente com Galves, é a da necessidade de especificarmos a presença de Top para derivarmos o copulativo: se esse núcleo é um emaranhado de traços- ϕ , por que os traços da mesma natureza que deverão estar presentes em T não poderiam permitir o acesso à entrada vocabular de *ser*? O que temos a dizer é que Top não deve consistir apenas num emaranhado de traços- ϕ : esse núcleo deve codificar informações semânticas que permitem identificar o DP que toma como complemento como uma propriedade/informação do DP que se adjunge à sua projeção máxima. Trata-se da mesma codificação que permite, na sentença, interpretarmos o constituinte topicalizado como o tema do estado de coisas expresso na sentença. Lembremos, além disso, que uma das condições indicadas por Chomsky (1995) para que um núcleo funcional seja estabelecido é o de que ele tenha um papel na interface. O Top do constituinte nominal, dessa forma, deve apresentar uma função semântica codificada no feixe de traços que entra na derivação. A forma *ser* é acessada pela identificação de conteúdo informacional relevante em sua entrada vocabular, o qual os traços- ϕ , por si só, não são capazes de deter.

Várias explicações têm sido fornecidas para esses casos do hebraico. Para a discussão de algumas propostas, encaminho o leitor aos trabalhos de Rothstein (1995) e Adger & Ramchand (2001). Em geral, assume-se que a forma pronominal é realizada em Infl/T, sem que traços de marcação para o presente estejam instanciados. A explicação para essa propriedade passa pela defectividade do sistema de tempo em hebraico, que é especificado para [+/-finito] e [+/-passado]. Para os casos [+finito], a oposição se dá entre [+passado] e [-passado], com este correspondendo à marcação de futuro. O presente não vai ser especificado, o que se reflete na ausência de traços morfológicos em Infl/T. Rothstein (1995) argumenta que a obrigatoriedade da forma pronominal, em casos como aqueles em (170)-(171), vai ser devida à natureza do predicado: sendo um DP definido, esses predicados não poderão licenciar por conta própria um argumento externo; isso exigiria a projeção de T para licenciar o argumento em seu especificador. Dado que o presente não é morfológicamente realizado, apenas os traços pronominais associados ao sujeito seriam realizados em T, resultando na cópula pronominal. Para aqueles casos em (168)-(169), os predicados vão corresponder a categorias com potencial temático para licenciar um argumento, o que torna facultativa a presença de Infl/T para alocar um sujeito.

Adger & Ramchand (2001) chamam a atenção, contudo, para uma diferença de significado entre os casos com e sem a cópula pronominal: nos casos sem a cópula pronominal, a interpretação é do tipo *stage level*, tal como em nossas construções com *estar*; contrariamente, se o pronome for instanciado, a leitura é necessariamente *individual level*, correspondendo às construções com *ser*. Dados como os que seguem confirmam a diferença.

(172) *zmaxim* *(hem) *yerukim*
 plants MASC-PL green
 ‘Plants are green’

(173) *ha-zmaxim ha-ele (hem) yerukim*
 the plants these MASC-PL green
 ‘These plants are green’

(Adger & Ramchand 2001:28)

Em (172), temos uma leitura genérica para *zmaxim* ‘planta’, com o predicado *yerukim* ‘green’ devendo reportar a uma propriedade intrínseca desses elementos. Nesses casos, a cópula pronominal vai ser obrigatória. Em (173), de outra forma, a leitura é ambígua: *yerukim* pode corresponder a um estado transitório ou adquirido de um conjunto de plantas, situação em que o pronome não deve ser realizado, ou a uma condição intrínseca, quando a ocorrência do pronome é obrigatória. Essa explicação pode ser estendida para os casos em (168)-(171): em (168)-(169), o

predicado pode reportar tanto a uma condição transitória/adquirida quanto intrínseca, o que deve estar associado à opcionalidade do pronome; em (170)-(171), a única interpretação possível é associada à condição *individual level*, propriedade que, de alguma forma, obriga a realização da cópula pronominal.

Se o verbo *ser* realmente for obtido a partir da associação do complexo correspondente a *estar* ($v+T_D$) combinado com os traços em Top, no componente morfológico, é possível determinar essas possibilidades dentre os fatos do hebraico. Dentro do proposto por Galves (2001), Top deve condensar traços- ϕ , correspondentes aos traços de gênero, número e pessoa concordantes com o elemento adjungido a TopP (ver nota 64). Uma vez que, em hebraico, *estar* consiste morfológicamente numa forma nula no presente, *ser* deve ser obtido por algo como $\emptyset+Top_\phi$ ($=[v+T_D]+Top_\phi$). Essa combinação pode reportar, no componente morfológico, à entrada de formas pronominais, que são os correspondentes fonológicos dos traços- ϕ presentes em Top. Assim, apenas as construções que vão dispor de Top, que remetem a interpretação *individual level* estabelecida numa relação apositiva, podem licenciar a ocorrência do pronome em T.

Uma outra evidência para o nosso quadro vem do llongo, com propriedades discutidas por Heggie (1988). Nessa língua, o sujeito da sentença pode ocorrer marcado morfológicamente com um índice associado à interpretação de tópico, como em (174) a seguir. O sistema do llongo bloqueia a ocorrência de construções em que dois constituintes estejam associados ao marcador, como observamos em (175).

(174) Nag-dala ang-babayi sang-bata
 AGT-bring TOP-woman OBJ-child
 ‘The woman brought a child’

(175) *Nag-dala ang-babayi ang-bata
 AGT-bring TOP-woman TOP-child
 ‘The woman brought the child’ (Heggie 1988:87)

Diferentemente, entre as construções copulativas, o llongo admite dois constituintes marcados como tópico, desde que o DP predicativo seja licenciado como sujeito, como em (176) a seguir. Esses fatos indiciam que o outro DP também se encontra numa posição para a marcação de tópico, o que vem ao encontro da abordagem que estamos oferecendo à cópula: o sujeito da predicação se encontra no domínio de checagem de Top, dentro da relação apositiva. Se o elemento alçado para [Spec,TP] for o DP tomado com predicado, ele também recebe a marca morfológica de Top, comum aos constituintes nessa posição em llongo.

(176) Ang-babayi ang-maestra
TOP-woman TOP-teacher
'The teacher is the woman'

(Heggie 1988:88)

O quadro que estamos propondo para o português brasileiro pode, portanto, elucidar fatos associados a outros sistemas. Para a ocorrência da cópula pronominal, em particular, outras línguas dispõem do mesmo comportamento exibido pelo hebraico (ver Benveniste 1972; Adger & Ramchand 2001), o que mostra que nosso modelo para o tratamento da cópula está no caminho certo.

4.6 Sumário

Neste capítulo, propusemos que as sentenças com *ser* são obtidas pela conexão de v a uma relação apositiva com interpretação *individual level*, nucleada pela categoria Top. Uma vez adjacente a $v+T_D$ no componente morfológico, o complexo $v+T_D+Top$ é formado, levando ao acesso à entrada vocabular com informações para a obtenção de *ser*. Assumimos que Top consiste numa categoria predicalizadora e, como tal, permite transformar o DP num predicado. O processo de composição da relação apositiva vai ser sensível a uma hierarquia referencial, nos termos propostos por Heggie (1988): DPs menos referenciais são geralmente tomados como complemento de Top, funcionando assim como o predicado da construção. Analisamos ainda os casos em que *ser* e *estar* são alternados em contextos com predicados nominais, condicionando a ocorrência do segundo à ruptura de adjacência entre $v+T_D$ e Top no componente morfológico. Vimos ainda que diferentes combinações entre $v+T$, D, C e Top podem ser determinadas em construções que dispõem de um constituinte nominal avaliativo, correspondente, em geral, a um DP indefinido. Uma dessas combinações pode ser a de $v+T+D+C$, que pode corresponder ao que Kato (2003b) classifica como a terceira cópula: uma forma nula que reporta ao mesmo significado das construções com *ser* e *estar*. Por fim, apresentamos fatos do hebraico e do longo que corroboram a tese de que uma projeção de Top, com traços- ϕ em sua composição, é arregimentado para derivar a construção copulativa.

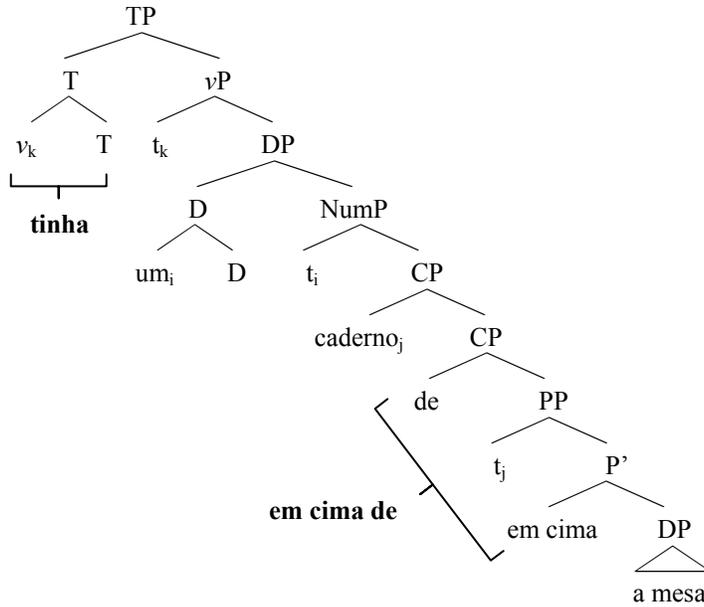
CONCLUSÃO

Nesta dissertação, propusemos para o português brasileiro uma abordagem paralela à que autores como Kayne (1993,1994) e Hornstein *et al.* (2002) desenvolvem para o inglês em torno dos verbos *be* e *have*. Partindo de propostas como as de Benveniste (1972) e Freeze (1992), esses autores procuram determinar algumas propriedades das sentenças possessivas e existenciais do inglês, explorando a hipótese de que *have* é obtido pela incorporação de uma categoria abstrata a *be*. Da mesma forma, argumentamos que, em português brasileiro, as formas *ter*, *ser* e *estar* podem ser obtidas a partir de operações morfossintáticas aplicadas sobre um mesmo feixe de traços abstratos. Para desenvolver este quadro, assumimos os pressupostos do Programa Minimalista, nos termos de Chomsky (1995), aliados a alguns dispositivos de análise da Morfologia Distribuída, seguindo Halle & Marantz (1993), Bobaljik (1995,1996) e Harley & Noyer (2003).

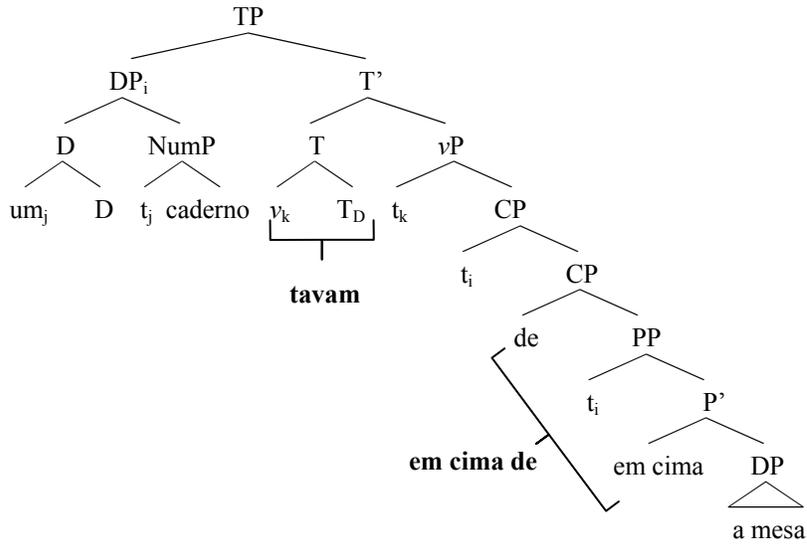
Foi ressaltado que as análises em torno da hipótese de incorporação tratam a cópula como a forma verbal básica que se associa a uma preposição abstrata para derivar o verbo possessivo. Essas análises, contudo, partem de uma base existencial, e não copulativa, para determinar a estrutura das possessivas. A forma copular que vai servir de base para o verbo possessivo do inglês, por exemplo, é a versão de *be* que ocorre entre as existenciais, condição que fica explícita no estudo de Hornstein *et al.* (2002). Para o português brasileiro, propusemos então que são os traços associados ao verbo existencial os mais primitivos, no sentido de que são sobre eles que as operações morfossintáticas para a realização do copulativo e do possessivo vão se aplicar. No componente morfológico, esses traços acessam a entrada vocabular com informações para a realização de *ter*. A conexão de traços diversos aos do verbo existencial vai permitir o acesso à entrada vocabular de *ser*, *estar* e à versão possessiva de *ter*.

Como ponto de partida para determinar a natureza desses traços, consideramos a proposta de Viotti (1999) em torno da opcionalidade do traço D-forte em T no português brasileiro. A formação de $v+T$ sem o traço D conduz ao acesso da entrada vocabular de *ter*, o verbo existencial, como no esquema em (1) a seguir. Se o traço D estiver associado ao complexo, seja intrinsecamente em T, como em (2), seja por condições de adjacência da categoria D a $v+T$, como em (3), a entrada vocabular acessada é a de *estar*.

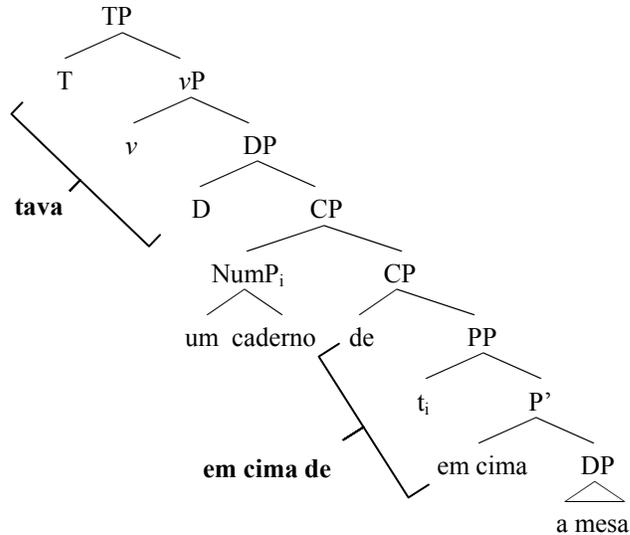
- (1) a. Tinha um caderno em cima da mesa.
 b.



- (2) a. Um caderno tava em cima da mesa.
 b.

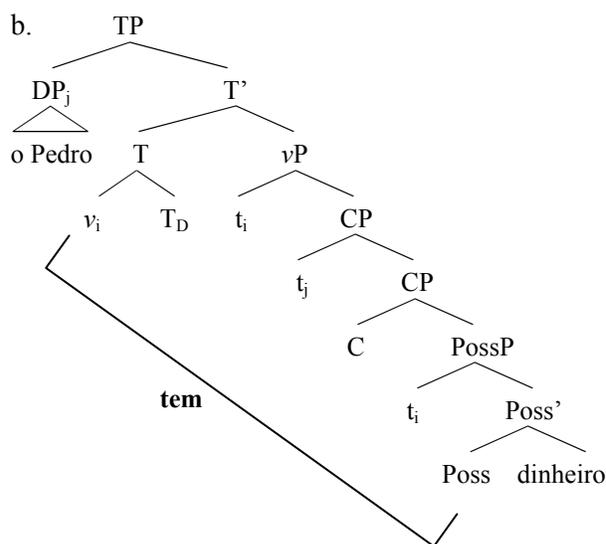


- (3) a. Tava um caderno em cima da mesa.
 b.

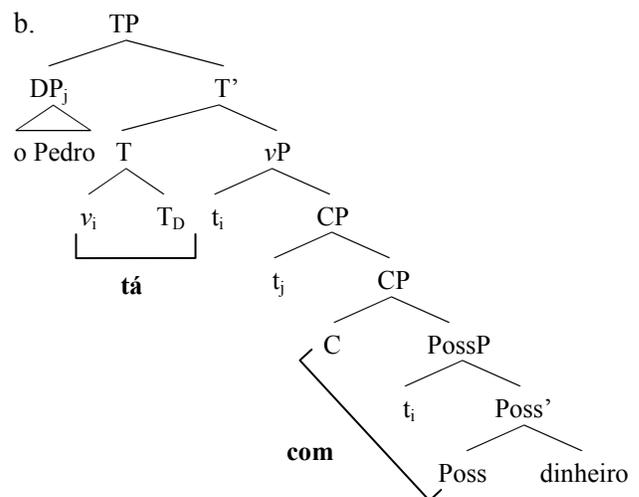


Para a obtenção do verbo possessivo, defendemos que os traços do verbo existencial são conectados a uma projeção que instancia internamente relações do tipo POSSUIDOR-POSSUÍDO, EXPERIENCIADOR-EXPERIÊNCIA, CONTROLADOR-CONTROLADO, e outras afins, intermediadas pela categoria Poss. Identificamos os traços dessa categoria aos da preposição abstrata postulada por Freeze (1992) e Harley (2001), necessária à realização de um verbo inerentemente possessivo entre as línguas naturais. Argumentamos também que a preposição *com*, em expressões como *aquele rapaz com um chapéu na cabeça*, abarca os traços dessa categoria abstrata. Na formação da sentença possessiva, o complexo $v+T_D$ vai se encontrar adjacente a $C+Poss$ no componente morfológico, e o complexo $v+T+C+Poss$ leva à entrada vocabular de *ter*, como indicado em (4) a seguir. Propusemos também que $C+Poss$ pode ser realizado dissociado de $v+T_D$, mesmos nos casos em que a adjacência é verificada, gerando sentenças com *estar com*, como em (5). Na interface conceptual, o conteúdo das construções com *estar com* são interpretados como uma condição transitória ou adquirida, diferentemente do que se observa nas construções com *ter*.

(4) a. O Pedro tem dinheiro.



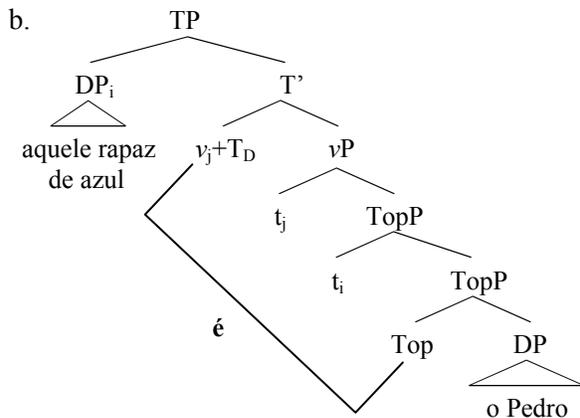
(5) a. O Pedro tá com dinheiro.



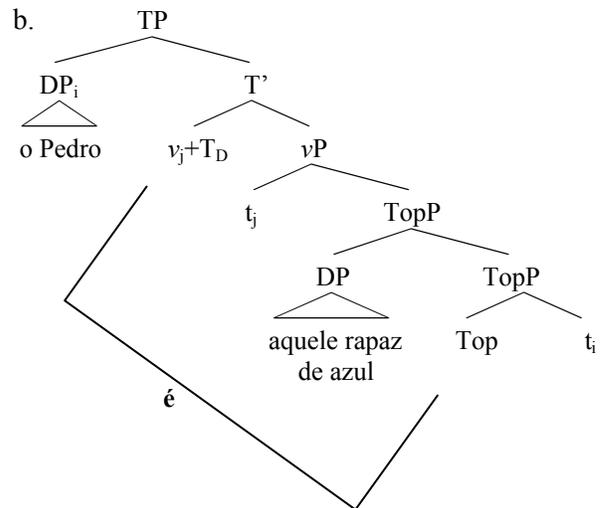
Quanto ao verbo *ser*, exploramos a hipótese de que sua obtenção se deve à associação de Top a $v+T_D$. Propusemos que os traços de Top nucleiam uma relação apositiva com interpretação *individual level*, que pode ser conectada a v . A relação entre o DP adjungido a TopP e o DP/NumP tomado como complemento de Top consiste numa relação predicativa, sujeito a uma hierarquia referencial, nos termos de Heggie (1988): constituintes menos referenciais são preferencialmente tomados como predicados, enquanto os referenciais, como o sujeito. Baseando-nos em propostas como as de Moro (1995), assumimos que, independentemente de

ocorrer na posição pós ou pré-copular, o constituinte mais referencial corresponde ao sujeito da predicação, instado inicialmente nos domínios de Top; se na posição pré-copular, o DP predicativo vai se encontrar em [Spec,TP]. Os esquemas para a obtenção do verbo copulativo em um e outro caso são os apresentados em (6)-(7) a seguir. Em ambos os casos, $v+T_D$ vai se encontrar adjacente a Top no componente morfológico.

(6) a. Aquele rapaz de azul é o Pedro.



(7) a. O Pedro é aquele rapaz de azul.



Como ressaltamos no capítulo 1, línguas como o português brasileiro, o português europeu e o espanhol são bastante incomuns no que diz respeito à quantidade de verbos que são empregados para o paradigma locativo: o português brasileiro se vale de três formas (*ter*, *ser*, *estar*), e o espanhol e o português europeu, de quatro (*haber/haver*, *tener/ter*, *ser* e *estar*). À primeira vista, essa propriedade parece consistir num obstáculo para oferecermos ao português brasileiro a mesma proposta que Kayne (1993,1994) e Hornstein *et al.* (2002) oferecem para o inglês, sistema que se vale apenas de duas formas verbais para o paradigma. Além da quantidade de verbos, o português brasileiro exhibe uma combinação diversa à do inglês: enquanto neste sistema o copulativo e o existencial demonstram a mesma forma, *é* o possessivo, em português brasileiro, que vai corresponder à forma do verbo existencial.

Adotando uma proposta não-lexicalista, a quantidade e combinação desses itens puderam ser tratados como uma singularidade do inventário vocabular. O caráter primitivo do verbo existencial vai independer de sua forma ser idêntica ou não à da cópula. O que vai importar para essa caracterização é o fato de serem os seus traços, condensados em v , os que vão se conectar a uma projeção predicativa na computação sintática. No interior dessa projeção predicativa vão se

encontrar os traços que, uma vez associados a $v+T$ no componente morfológico sob condições específicas, vão permitir a realização dos verbos copulativos e do possessivo. Dentro desse quadro, abrimos espaço para tratar formalmente o paradigma com os três verbos em português brasileiro numa abordagem similar à fornecida por Freeze (1992), Kayne (1993,1994) e Hornstein *et al.* (2002) para sistemas que apresentam um padrão mais comum entre as línguas naturais.

A continuidade da investigação aqui iniciada passa necessariamente pela observação de *ser* e *ter* como formas auxiliares, do que não nos ocupamos em nossas dinâmicas morfossintáticas. Ao mesmo tempo, será interessante identificar, no plano diacrônico, os fatores que determinaram o quadro funcional de *ter*, *ser* e *estar* no português brasileiro contemporâneo. Por exemplo, o que teria ocorrido, ao longo da história do português, para que *seer*, inicialmente associado às ocorrências do verbo existencial e dos dois tipos de cópula, fosse substituído por *aver* e *star* entre as existenciais e as copulativas *stage level*, respectivamente? Da mesma forma, o que teria levado as informações fonéticas para a obtenção de *aver* a abandonar a entrada vocabular do verbo possessivo e migrar para a entrada do verbo existencial? Igualmente, que condições em português brasileiro teriam permitido o ingresso de *ter* na entrada vocabular do verbo primitivo?

Se a abordagem proposta nesta dissertação estiver no caminho correto, essas e outras questões poderão ser respondidas com base numa dinâmica derivacional atrelada à interação entre morfologia e sintaxe. Com o que apresentamos neste trabalho, esperamos poder contribuir para elucidar, pelo menos, parte desses fatos, não apenas no que diz respeito às propriedades do português brasileiro, mas também no que tange à composição do paradigma envolvendo as expressões de cópula, posse e existência entre as línguas naturais.

Campinas, 18 de fevereiro de 2004

REFERÊNCIAS

- ABNEY, Steven. 1987. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Ph.D. dissertation. Massachusetts:MIT.
- ADGER, David & RAMCHAND, Gillian. 2001. Predication and equation. (disponível em <http://users.ox.ac.uk/~ggram/research/licompact.pdf>)
- ALEXIADOU, Artemis. 2001. *Functional structure in nominals*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- AVELAR, Juanito & CALLOU, Dinah. 2000. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Gragoatá*, 9.
- AVELAR, Juanito & CALLOU, Dinah. 2001. *Sobre o aparecimento de ter em contextos existenciais no português brasileiro*. (impresso)
- AVELAR, Juanito & CALLOU, Dinah. 2002. Estruturas com *ter* e *haver* em anúncios do século XIX. In ALKMIM, Tânia (org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. III. São Paulo, Humanitas/USP.
- AVELAR, Juanito & CALLOU, Dinah. 2003. *Ter and haver in the history of portuguese: the appearance of ter in existential environments*. Comunicação apresentada no NWAVE 32, realizado na Universidade da Pensilvânia (9-12 de outubro de 2003).
- BASILICO, David. 2003. *The topic of small clause*. *Linguistic Inquiry*, 34.
- BELLETTI, Adriana. 1988. The case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, 19.
- BENVENISTE, Émile. 1976. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Compainha Editora Nacional.
- BOBALJIK, Jonathan. 1995. *Morphosyntax: The Syntax of Verbal Inflection*. MIT Linguistics.
- BOBALJIK, Jonathan. 1996. What does adjacency do? In *MIT Working Papers in Linguistics 22: The Morphology-Syntax Connection*.
- BORER, 2003. *Structuring sense*. (disponível em www-rcf.usc.edu/~borer/download.html - a sair pela Oxford University Press)
- BORGES NETO, José. 1986. Os possessivos como indicadores de referência e atribuição. *D.E.L.T.A.*, 1.
- BOSKOVIC, Zeljko. 2001. *A-movement and EPP*. (impresso)
- BRESNAN, Joan. 1994. Locative inversion and the architecture of universal grammar. *Language* 70, 1.
- BRITTO, Helena. 1998. *Deslocamento à esquerda, resumptivo-sujeito, ordem SV e a codificação sintática de juízos categórico e tético no português do Brasil*. Tese de Doutorado. IEL/Unicamp.
- BURZIO, Luigi. 1986. *Italian syntax: a Government-Binding Theory*. Reidel, Dordrecht.
- CAMARA JR, Joaquim Mattoso. 1973. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- CAVALCANTE, Sílvia (1999). *A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX*. Dissertação de Mestrado. FL/UFRJ.
- CAVAR, Damir & FANSELOW, Gisbert. 1997. *Distributed Deletion*. (disponível em www.ling.uni-potsdam.de/~fanselow)
- CLARK, Eve. 1978. Locational: existential, locative and possessive constructions. In GREENBERG, Joseph (org). *Universals of Human Languages*. V. 4. Syntax, Stanford: Stanford University Press.
- CHOMSKY, Noam. 1986. *Knowledge of language, its nature, acquisition and us*. Nova York: Praeger.
- CHOMSKY, Noam. & LASNIK, Howard. 1993. The theory of principles and parameters. In J. Jacobs, A. von Stechow, W. Sternfeld e T. Vennemann (eds.) *Syntax: an international handbook of contemporary research*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- CHOMSKY, Noam. 1995. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press.
- DUARTE, Inês. 1987. *A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre movimento*. Dissertação de Doutorado. Lisboa: Fac.Letras.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. 1995. *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*. Tese de Doutorado. IEL/Unicamp.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. 1999. Sociolingüística Paramétrica: perspectivas. In HORA, Demerval & CRISTIANO, Elizabeth (orgs.) *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa, Idéia.

- ELEUTÉRIO, Sílvia. 2000. *As estruturas existenciais e os tempos compostos em corpus do português europeu*. Pós-Graduação em Letras Vernáculas: Universidade Federal do Rio de Janeiro. (impresso)
- FERREIRA, Marcelo. 2000. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. IEL/Unicamp.
- FRANCHI, Carlos, NEGRÃO, Esmeralda & VIOTTI, Evani. 1998. Sobre as gramáticas das orações impessoais com ter/haver. *D.E.L.T.A.*, vol. 4, especial.
- FREEZE, Ray. 1992. Existential and other locatives. *Language*, 68.
- GALVES, Charlotte. 2001. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- HALE, Kenneth & KEYSER, Jay. 1993. *On argument structure and the lexical representation of syntactic relations*. In HALE, Kenneth & KEYSER, Jay. *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press.
- HALLE, Morris & MARANTZ, Alec. 1993. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In HALE, Kenneth & KEYSER, Jay. *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press.
- HARLEY, Heidi. 1998. *You're having me on: aspects of have*. (disponível em <http://linguistics.arizona.edu/~hharley>)
- HARLEY, Heidi. 2001. *Possession and double object construction*. (disponível em <http://linguistics.arizona.edu/~hharley>)
- HARLEY, Heidi & NOYER, Rolf. 2003. Distributed Morphology. In CHENG, Lisa & SYBESMA, Rint (orgs.). *The second Glot International*. Mouton de Gruyter.
- HEGGIE, Lorie. 1988. *The syntax of copular structures*. Los Angeles: University of Southern California. Linguistic Department.
- HEIM, Irene. 1982. *The syntax and semantics of definite and indefinite nouns phrases*. Tese de Doutorado, University of Massachusetts at Amherst.
- HEINE, Bernd. 1997. *Possession: Cognitive Sources, Forces and Grammaticalization*. (Cambridge Studies in Linguistics, 83.) Cambridge: Cambridge University Press.
- HORNSTEIN, Norbert. 2001. *Move! A minimalist theory of construal*. Malden, Mass: Blackwell.
- HORNSTEIN, Norbert, ROSEN, Sara & URIAGEREKA, Juan. 2002. Integrals. In URIAGEREKA, Juan. *Derivations*. Routledge. London/New York.
- KATO, Mary. 2003a. *The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese*. (impresso)
- KATO, Mary. 2003b. *A terceira cópula em português brasileiro*. (impresso)
- KATO, Mary & NUNES, Jairo. 1998. *Adjunction configurations and structural ambiguity*. (impresso)
- KAYNE, Richard. 1993. Toward a modular theory of auxiliary selection. *Studia Linguistica*, 47.
- KAYNE, Richard. 1994. *The Antisymmetry of Syntax*. Linguistic Inquiry Monograph Twenty-Five. The MIT Press: Cambridge.
- KAYNE, Richard. 1998. *A note on prepositions and complementizers*. (impresso)
- KISHIMOTO, Hideki. 2000. Locational verbs, agreement, and object shift in Japanese. *The Linguistic Review*, 17.
- KRATZER, Angelika. 1995. *Stage Level and Individual Level Predicates*. (impresso)
- KURODA, S-Y. 1972. The categorial andthetic judgment. *Foundations of Language*: 9.
- LASNIK, Howard. 1995. Case and expletives revisited: on Greed and other human failings. *Linguistic Inquiry*, 26.
- LEMOS, Cláudia. 1987. *Ser and estar in Brazilian Portuguese*. Tübingen (Narr).
- LONGA, Víctor, LORENZO, Guillermo & RIGAU, Gemma. 1998. Subject clitics and clitic recycling: locative sentences in some Iberian Romance languages. *J. Linguistics*, 34.
- LONGOBARDI, Giuseppe. 1994. Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry*, 25.
- LONGOBARDI, Giuseppe. 2001. The structure of DPs: some principles, parameters and problems. In BALTIN, Mark & COLLINS, Chris. *The handbook of contemporary syntactic theory*. Blackwell, Oxford.
- LYONS, John. 1968. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.

- MARTIN, Roger. 1999. Case, the Extended Projection Principle, and minimalism. In: EPSTEIN, Samuel & HORNSTEIN, Norbert. *Working Minimalism*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. 1989. *Estruturas trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. 1996. A variação haver/ter. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). *A carta de Caminha*. Salvador: Ed. UFBA.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. 1997. Observações sobre a variação no uso dos verbos *ser*, *estar*, *haver*, *ter* no galego-português ducentista. *Estudos lingüísticos e literários*, 19.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. 2002. *O português quinhentista*. Salvador: Edufba / UEFS.
- MILSARK, Gary. 1974. *Existential sentences in English*. Tese de doutoramento. Cambridge: Department of Linguistics, MIT.
- MILSARK, Gary. 1977. Toward an explanation of certain peculiarities of the existential construction in English. *Linguistic Analysis*, 3.
- MORO, Andrea. 1995. Topics in small clauses with predicative nominals. In *Small Clauses [Syntax and semantics 28]*. CARDINALETTI, Anna. & GUASTI, Maria Tereza. New York: Academic Press.
- MORO, Andrea. 2000. *Dynamic antisymmetry*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- MUNN, Allan & SCHMITT, Cristina. 2003. *Number and indefinites*. (a aparecer em *Língua*)
- NTELITHEOS, Dimitris. 2002. *Possessor extraction in Greek and the left periphery of the DP*. (disponível em www.bol.ucla.edu/~dntelith/Poss.pdf)
- NUNES, Jairo. 2004. *Linearization of chains and sideward movement*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- OUHALLA, Jamal. 1998. *Possession in sentences and noun phrases*. (impresso)
- POLLOCK, Jean-Yves. 1989. Verb movement, universal grammar and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, 20.
- PERINI, Mário. 1996. *Gramática descritiva do português*. 4ª ed. São Paulo: Ática.
- PONTES, Eunice. 1987. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes Editores.
- RIBEIRO, Ilza. 1996. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter*, *haver* e *ser*. In ROBERTS, Ian & KATO, Mary. *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. 2ª ed. Campinas, Editora da Unicamp.
- RITTER, Elizabeth. 1991. Two functional categories in noun phrases: evidence from Modern Hebrew. In ROTHSTEIN, Susan (org.). *Perspectives on phrase structure [Syntax and semantics 26]*. New York: Academic Press.
- ROTHSTEIN, Susan. 1995. Small clauses and copular constructions. In CARDINALETTI, Anna & GUASTI, Maria Teresa. *Small Clauses [Syntax and semantics 28]*. New York: Academic Press.
- SCHER, Ana Paula. 1996. *As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático-comparativo*. Dissertação de Mestrado. IEL/Unicamp.
- SCHMITT, Cristina. 1996. Aspect and the syntax of noun phrases. Dissertation. University of Maryland.
- SCHOORLEMMER, Maaïke. 1998. Possessors, articles and definiteness. In ALEXIADOU, Artemis & WILDER, Chris. *Possessors, predicates and movement in the determiner phrase*. Linguistic Today / John Benjamins Publishing Company.
- STARKE, Michal. 1995. On the format for small clauses. In CARDINALETTI, Anna & GUASTI, Maria Teresa. *Small Clauses [Syntax and semantics 28]*. New York: Academic Press.
- STOWELL, Tim. 1981. *Origins of phrase structure*. PhD Dissertation. Massachusetts: MIT.
- STOWELL, Tim. 1995. Remarks on clause structure. In CARDINALETTI, Anna & GUASTI, Maria Teresa. *Small Clauses [Syntax and semantics 28]*. New York: Academic Press.
- SZABOLCSI, Anna. 1994. The noun phrase. In KIEFER, F. & KISS, K. *The syntactic structure of Hungarian. Syntax and Semantics*, 27. San Diego: Academic Press.
- URIAGEREKA, Juan. 2002. From being to having. In URIAGEREKA, Juan. *Derivations*. Routledge. London/New York.
- URIAGEREKA, Juan & HORNSTEIN, Norbert. 2002. Labels and projections – A note on the syntax of quantifiers. In URIAGEREKA, Juan. *Derivations*. Routledge. London/New York.
- URIAGEREKA, Juan & RAPOSO, Eduardo. 2002. Two types of small clauses – Toward a syntax of theme/rheme relations. In URIAGEREKA, Juan. *Derivations*. Routledge. London/New York.

- VANGSNES, Øystein. 2001. On noun phrase architecture, referentiality, and article systems. *Studia Linguistica*, 55.
- VIOTTI, Evani. 1998. Uma história sobre “ter” e “haver”. *Caderno de Estudos Lingüísticos* 34.
- VIOTTI, Evani. 1999. *A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.
- VIOTTI, Evani. 2002. Sobre o efeito de definitude nas sentenças existenciais. In *Revista do GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo*, 11, especial, São Paulo, Contexto.
- VIOTTI, Evani. 2003. A composicionalidade nas sentences com o verbo *ter*. In MÜLLER, Ana Lucia, NEGRÃO, Esmeralda & FOLTRAN, Maria José. (orgs.) *Semântica formal*. São Paulo: Contexto.
- WILLIAMS, Edwin. 1983. Semantic vs syntactic categories. *Linguistic and philosophy*, 6.
- WILLIAMS, Edwin. 1984. There-insertion. *Linguistic Inquiry*, 15.
- ZAMPARELLI, Roberto. 1998. A theory of kinds, partitives and of/z possessives. In ALEXIADOU, Artemis & WILDER, Chris. *Possessors, predicates and movement in the determiner phrase*. Linguistic Today / John Benjamins Publishing Company.